FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O CASO DE COTIA

1986

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS

ORIENTADORA - DRA. IÉA GOLDENSTEIN

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA.

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O caso de Cotia

Capa e desenhos: *Ricardo Alvarez*

Datilografia: *Antonia Soares*

Gravuras: *Marco Antonio Fialho*
Ernesto Zamboni (extraí
do do livro Reflexões
Urbanas) p.361,384 e 418

À José de Souza Martins,
mestre e amigo.

**trabalho desenvolvido
com apoio financeiro
do CNPq**

Í N D I C E

Í N D I C E

INTRODUÇÃO	1
A. O tema e o problema	11
- em torno da idéia central	18
- o ponto de partida	23
B. Da "organização" à "produção" do espaço	29
C. Cotia: a questão do lugar	42
 CAPÍTULO I - A paisagem urbana	48
1.1. A paisagem urbana	49
1.2. Elementos da paisagem	60
1.2.1. Sobre o "espaço cosntruido"	60
1.2.2. O movimento da paisagem	71
1.3. A paisagem cotiana	84
 CAPÍTULO II - A reprodução do espaço cotiano	110
2.1. O uso do solo urbano	111
- Modos de uso do solo	121
2.1.1. O uso do solo enquanto reprodução do capital - o espaço enquanto <u>ca</u> pital fixo	124
2.1.2. O uso do solo enquanto reprodução da vida - o espaço enquanto meio de consumo	129
2.2. Cotia: o espaço da reprodução do capital: o urbano enquanto capital fixo (para a indústria..	133
2.2.1. A localização da indústria cotiana e a Raposo Tavares	152

2.3.	Cotia: o espaço enquanto reprodução da vida.....	183
2.3.1.	Loteadores x compradores.....	213
2.3.2.	Granja: um novo estilo de vida?	223
2.4.	Espaço e valor: a questão da propriedade privada.	239
CAPÍTULO III - Espaço e luta de classes		258
3.1.	Da produção "espontânea" à produção "planejada" do espaço	271
3.2.	Cotia: os conflitos do processo de reprodução do espaço urbano	280
3.2.1.	A questão do parcelamento do solo	284
	- as leis que influenciam o uso do solo ...	289
3.2.2.	A população luta por seus direitos: o exercício da liberdade x o exercício da alienação	297
	A. A polêmica em torno de distrito industrial em Caucaia	309
	B. A lei de zoneamento industrial	314
	C. A luta pelo transporte coletivo	330
3.3.	Cotia: a estrutura do poder local	337
3.3.1.	Os meandros da administração local	343
3.3.2.	Relação Executivo-Legislativo	345
CAPÍTULO IV - A Reprodução do Espaço: o direito à vida..		362
4.1.	Na Trilha de Marx	375
4.1.1.	A relação homem-natureza	375
4.1.2.	O espaço-produto	380
4.1.3.	A construção do humano	384
4.1.4.	A busca da totalidade na discussão do humano	386
4.2.	Em busca de alternativas	388

APÊNDICE - A pesquisa de campo	407
BIBLIOGRAFIA	418
AGRADECIMENTOS	436

oOo

Algumas idéias polêmicas surgem ao longo do trabalho; uma tese não pode simplesmente tangenciar determinadas questões; por isso mesmo, ao longo do trabalho encontraremos deslizes, mas podem ser pecados absolvíveis, posto que são fruto da difícil e apaixonante busca pelas respostas que nos colcávamos.

Ao longo desses anos todos vários cronogramas de trabalho caíram por terra; se o tempo não tivesse se esgotado, ainda encontraríamos muito o que fazer. Indisciplina? Falta de objetividade? Refletindo sobre isso, concluímos que o caminho do conhecimento é apaixonante, mas árduo e penoso, um processo que não se pode prever no todo. Nem sempre é possível antecipar o amadurecimento de certas idéias.

Por outro lado, não resistimos à tentação de enveredar pelo caminho movediço das controvérsias que povoam, hoje, o pensamento geográfico. Portanto, este é um trabalho que foi gestado no bojo das contradições que a Geografia nos apresenta; produto de inquietações e perplexidades diante do mundo de hoje, e da reflexão sobre a análise geográfica na explicação e apreensão dos fenômenos da realidade. Não podemos negar que o trabalho projeta desejos, necessidades e frustrações e, sem dúvida a impotência diante da resolução dos problemas que a pesquisa coloca. Todavia, acreditamos na liberdade de pensar sem barreiras.

O processo de libertação do homem é construído através das relações entre os seres humanos. O trabalho intelectual preocupado com a explicação e/ou interpretação do mundo não produz sua transformação, mas é um passo importante

te na desmistificação das representações que permeiam a vida cotidiana.

Heller chama atenção para o fato de que a "elaboração teórica não pode jamais determinar o privilégio dos intelectuais definirem a única interpretação justa e possível. A atividade dos intelectuais deve ser comparada a uma atividade de 'serviço'. Os intelectuais elaboram teorias e alternativas, depende das massas aceitá-lo ou não. Se uma teoria corresponde aos carecimentos delas, será aceita: tornar-se-á então, uma força concreta, material. Mas, se for rechaçada, o erro não estará nas massas e sim na teoria"(1)

O trabalho que nos propomos a analisar é o fenômeno espacial dentro da perspectiva aberta pelo materialismo histórico. Não se trata da transposição de categorias da análise marxista para a Geografia, mas, dentro desta perspectiva, repensar a Geografia e a sua capacidade de analisar os fenômenos a que se propõe. Trata-se, em princípio, de entender a relação homem - natureza, num outro patamar, o que significa repensar o lugar do homem dentro da Geografia e o significado do espaço.

Tal procedimento, como muitos acreditam, não implica em descartar o que existe em termos de produção geográfica, mas repensá-la a partir do questionamento de seu poder explicativo e, nesse sentido, recuperar, superando noções, e não descartá-las como ultrapassadas.

A preocupação com o movimento do real e a necessidade de sua apreensão transpassou o trabalho, no sentido

(1) - Agnes Heller, Para mudar a vida p. 22

de entender o conteúdo do processo espacial e sua significância na vida cotidiana, especificamente, no urbano. Nessa perspectiva o trabalho tenta trazer algumas contribuições ao debate sobre o urbano, tentando ultrapassar a idéia de que ele é aglomeração-concentração ou locus da produção, entendendo as relações sociais que o produzem além das relações de produção de mercadorias no sentido estrito, o que implica em considerar o urbano de um lado enquanto condições gerais de realização do processo de reprodução do capital e de outro produto deste processo, enquanto fruto de contradições emergentes através do conflito entre as necessidades do capital e as necessidades da sociedade como um todo.

Convém esclarecer que o ponto de partida da investigação da análise do urbano foi a atividade industrial, todavia, a preocupação central era apreender o movimento inerente ao processo de reprodução. Nesse sentido, não é a localização da indústria o foco central, (na medida em que compromete-se o movimento), mas as interrelações estabelecidas, através das relações industriais, no processo de reprodução, e assim entender a cidade enquanto processo, não enquanto fábrica. Nessa perspectiva surge a necessidade de superação da noção de espaço enquanto palco da vida, ultrapassando a exterioridade que tal noção apresenta em relação à sociedade.

Algumas questões encaminharam-nos para a construção de um arcabouço teórico sobre a produção do espaço urbano:

- a) a discussão da paisagem enquanto forma de manifestação do espaço geográfico superando a idéia de paisagem enquanto elemento estático;

- b) a discussão do ciclo do capital como elemento do proceso de produção espacial, particularmente o urbano, re-
forçando a importância do processo de circulação (mate-
rializado na rede de comunicações) e o ponto-de-vista
do ato de consumo do espaço (articulado à totalidade das
relações de produção e circulação) e, finalmente a inter-
relação entre o ciclo do capital individual e aquele do
capital global;
- c) a problematização sobre a teoria do valor na discussão
da "terra-matéria" gerando renda (como aparece nos tex-
tos de Marx) e a "terra enquanto parcela do espaço" do-
tado de valor;
- d) o papel dos movimentos sociais urbanos no processo de
reprodução espacial, resgatado no cotidiano dos indiví-
duos, articulado a partir do aprofundamento das contra-
dições em que se produz o espaço urbano;
- e) finalmente o papel do Estado no processo de produção do
urbano através de duas vertentes: de um lado a de pro -
piciador das condições gerais de reprodução do capital
e de outro "gerenciador" das crises sociais.

Os caminhos não estão prontos, portanto, não há
modelos a seguir. Desta feita o exercício da crítica colo-
ca-se como fundamental. Se as obras de Marx influenciam
nosso trabalho, de outro, suas idéias não são tomadas como
dogmas. As citações não criam nenhuma camisa de força, lon-
ge disso, elas são elementos de reflexão.

O trabalho foi realizado como exercício pleno de
liberdade e por isso mesmo comprometido. Os leitores não te

rão dificuldades em encontrar pontos polêmicos e até mesmo audaciosos. Nesse sentido, conforta-nos a idéia de que o "risco é sinônimo de liberdade e o máximo de segurança é a escravidão"⁽¹⁾. Em 1984, impressionou-nos, uma palestra proferida pelo professor Carlos Augusto Monteiro em que afirmava que, às portas da aposentadoria, encontrava-se numa fase de maior perplexidade que em sua juventude. Anos antes, ao terminarmos o curso de graduação, ouvíamos do professor Pasquale Petrone algo semelhante. Diante de nossa angústia de achar que nada sabíamos, afirmava que via aí o caminho seguro para o desenvolvimento intelectual pois o dia em que tivermos a certeza de ter aprendido tudo, na verdade, não cresceríamos mais. A humildade desses dois grandes professores tem sido um parâmetro importante para nosso trabalho.

Uma outra preocupação não nos abandonou: o papel do trabalho acadêmico, e mesmo da ciência. Sua importância para o desenvolvimento das forças produtivas é incontestável, mas sua relação com o processo de humanização do homem nem sempre foi benéfico. A Geografia, por exemplo, serve antes de mais nada para fazer a guerra, escreve Lacoste: Nos nossos dias, a abundância dos discursos que tratam o reordenamento do território, em termos de harmonia, de busca de melhores equilíbrios serve apenas para mascarar as medidas que permitem às empresas, sobretudo as mais poderosas, aumentar seus lucros. É preciso ter bem claro que o reordenamento do território não visa apenas maximizar o lucro,

(1) - Roberto Freire e Fausto Brito, Utopia e Paixão, p. 66

mas também organizar estrategicamente o espaço econômico, social e político de modo que o aparelho do Estado esteja à altura de esmagar movimentos populares⁽¹⁾, diz o autor.

Buñel vai mais longe ao generalizar esse fato para toda a ciência. "De acordo com as últimas informações, possuímos agora bastantes bombas nucleares, não somente para destruir qualquer vida na terra, mas também para arrancar a terra de sua órbita e fazer com que se perca, vazia e fria, nas imensidões. Isso me parece magnífico e quase sinto vontade de gritar - Bravo! Doravante, uma coisa é certa: a ciência é inimiga do homem. Ela seduz em nós, o instinto de onipotência que leva à nossa destruição (...). As trombetas do apocalipse soam as nossas portas, há alguns anos, e nós tapamos os ouvidos. Esse novo apocalipse, como o antigo, ocorre ao galope de quatro cavaleiros: a superprodução, a ciência, a tecnologia e a informação"⁽²⁾.

Essa idéia nos ~~causa~~ angústia. É impossível dei-xar de pensar no papel da Geografia. Uma sensação de impo-tência nos invade frequentemente, mas também nos estimula.

Lorca chama-nos atenção para o fato que é preciso sonhar. "Hay en nuestra alma algo que sobrepuja a todo lo existente. En la mayor parte de las horas este algo está dormido; pero cuando recordamos o sufrimos una amable leja-nía se despierta, y al abarcar los paisajes los hace parte de nuestra personalidad. Por eso todos vemos las cosas de una manera distinta (...). La poesía existe en todas las

(1) - Yves Lacoste - A geografia serve antes de mais para fazer a guerra.

(2) - Luis Buñel - Meu último suspiro, p. 355

cosas, en lo feo, en lo hermoso, en lo repugnante; lo difícil es saberla descubrir, despertar los lagos profundos del alma. Lo admirable de un espíritu está en recibir una emoción e interpretarla de muchas maneras, todas distintas y contrarias. Y pasar por el mundo, para que cuando hayamos llegado a la puerta de la "ruta solitaria" podamos apurar la copa de todas las emociones existentes, virtud, pecado, pureza, negrura. Hay que interpretar siempre escanciando nuestra alma sobre las cosas, viendo un algo espiritual donde no existe, dando a las formas el encanto de nuestros sentimientos; es necesario ver por las plazas solitarias a las almas antiguas que pasaron por ellas, es imprescindible ser uno y ser mil para sentir las cosas en todos sus matices. Hay que ser religioso y profano. Reunir el misticismo de una severa catedral gótica con la maravilla de la Grecia pagana. Verlo todo, sentirlo todo. En la eternidad tendremos el premio de no haber tenido horizontes. El amor y la misericordia para con todos y el respeto de todos nos llevará al reino ideal. Hay que soñar. Desdichado del que no sueña, pues nunca verá la luz..."(1)

Sentimentos contraditórios, marcam o desenvolvimento do trabalho. A descoberta de nós mesmos ou a descoberta das respostas as questões que nós mesmos nos colocamos? Ou ambas?

A busca de nós mesmos, naquilo que fazemos, impõe os limites daquilo que nos aparecem como respostas às questões que tentam entender o mundo que nos rodeia em suas contradições. A ansiedade de ultrapassar o "caos aparente" a partir do modo pelo qual o urbano aparece aos nossos olhos,

(1) -Frederico García Lorca - Impresiones y Paisaje p. 809/810

coloca-se como uma questão pouco negligenciável.

Na realidade tais questões emergem de nossa prática, do nosso cotidiano, nossos valores e crenças e por que não de nossas utopias.

Não há, aqui, pretensão de elaboração de uma teoria pronta e acabada sobre o urbano, mas encontrar um caminho de reflexão. Não há verdades eternas. Não é assim que se pensa a ciência. Há sim uma visão de mundo e uma tentativa de explicação, a busca de apreensão do real enquanto produto de relações concretas.

Pensar, refletir e tentar compreender um determinado fenômeno implica na tentativa de busca de soluções, as quais não temos necessariamente. Nesse sentido, a problematização do tema, a discussão sobre caminhos, a superação de algumas idéias e teorias sobre o urbano e sobre o modo como a geografia vem analisando o espaço e entendendo o homem, coloca-se como necessário.

"Não faz parte de nossas utopias uma sociedade de consenso"⁽¹⁾. Mas faz parte de nossas utopias uma sociedade mais justa, onde o homem possa se libertar das amarras impostas pela formação econômica e social capitalista, onde seu trabalho possa ser criativo, seu horário de lazer algo mais que o "repouso físico"; a habitação algo mais que um teto, e os homens tenham assegurado, na prática, o direito à vida, à felicidade e à diferença.

(1) - Roberto Freire e Fausto Brito - op. cit. p. 23

FAMILIALE

La mère fait du tricot

Le fils fait la guerre

Elle trouve ça tout naturel la mère

Et le père qu'est-ce qu'il fait le père?

Il fait des affaires

Sa femme fait du tricot

Son fils la guerre

Lui des affaires

Il trouve ça tout naturel le père

Et le fils et le fils

Qu'est-ce qu'il trouve le fils?

Il ne trouve rien absolument rien le fils

Le fils sa mère fait du tricot son père des affaires lui la
guerre

Quand il aura fini la guerre

Il fera des affaires avec son père

La guerre continue la mère continue elle tricote

Le père continue il fait des affaires

Le fils est tué il ne continue plus

Le père et la mère vont au cimetière

Ils trouvent ça naturel le père et la mère

La vie continue la vie avec le tricot la guerre les affaires

Les affaires la guerre le tricot la guerre

Les affaires les affaires et les affaires

La vie avec le cimetière.

Nessa poesia Prevert⁽¹⁾ nos fala do cotidiano, como produto do processo de "homogeneização" imposta ao homem. O homem na sociedade atual é entendido como ser natural, le-

(1) - Jacques Prevert - Paroles, p. 86

vando uma vida despojada de sentido, onde a única coisa real parece ser a morte (mas nem ela tem poder para reverter o processo) onde a vida parece perder o sentido e o significado e onde o torpor domina a alma e a mente dos homens.

"Encerrados na sua existência empírica, não tendo entre si senão vínculos contingentes, os homens na sua imensa maioria não são mais do que uma massa na qual a substância humana é negada. O homem como membro da massa já não é ele mesmo (...) sua própria história lhe escapa, e ele é incapaz de transcendê-la"⁽¹⁾. É assim para Beauvoir que o homem é entendido pelo pensamento de direita: de homem sujeito da história aparece transformado no homem-objeto, preso ao universo da necessidade.

Mas até quando o ser humano se deparará com o produto de seu trabalho, como algo que é alheio a si mesmo? Até quando a sociedade será concebida como "a sociedade civil na qual cada indivíduo representa um conjunto de necessidades e só existe para o outro, como o outro só existe para ele, na medida em que ambos atuam mutuamente como meios?"⁽²⁾.

Os problemas que emergem da reflexão a partir dos elementos da pesquisa, nem sempre são problemas teóricos, mas uma tarefa da vida real. "Vejo os homens se diferenciarem pelas classes sociais e sei que nada as justifica a não ser pela violência"⁽³⁾.

Esperamos que este trabalho contribua para o debate do urbano

(1) - Simone de Beauvoir - O pensamento de direita hoje p. 39

(2) - Karl Marx - Manuscritos econômicos e filosóficos, p. 129

(3) - Albert Einstein - Como vejo o mundo, p. 9

A. O tema e o problema

O tema deste trabalho emerge, de um lado das nossas inquietações frente ao papel e responsabilidade social do geógrafo no mundo de hoje, e de outro das questões provenientes da reflexão sobre o problema urbano, a partir da análise espacial.

Entendemos a pesquisa como possibilidade plena do exercício de liberdade enquanto ser social que tenta superar as limitações da especialização exacerbada que a divisão que a ciência nos impõe.

Entendemos a Geografia, como uma possibilidade de atuação na sociedade, na medida em que se produz a partir de fatos reais postos pela vida concreta dos homens.

O presente trabalho é a expressão atual do grau em que chegou nossa reflexão sobre a questão urbana hoje, sem a intenção de entregar uma teoria pronta e acabada; mostra, em última análise, que o debate é fundamental ao avanço do processo de conhecimento.

A pesquisa é, antes de mais nada, a busca de respostas para o tema em questão, articulado a partir de duas vertentes: o modo pelo qual a geografia poderá analisar o urbano e o desvendamento deste fenômeno espacial tendo como ponto de partida a conexão entre o fato específico - Cotia - e o urbano de modo geral, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Tal busca expressa-se concretamente na tentativa de ir além das representações, como for

ma de entendimento do espaço, a partir de uma nova articulação de categorias.

A geografia, enquanto ramo do conhecimento, tem como tarefa a compreensão, explicitamente reproduzida, da realidade. Nesse sentido, coloca-se como fundamental o questionamento sobre o modo pelo qual a análise espacial contribuiria para o entendimento da sociedade, o que implica em se pensar o papel explicativo da geografia. Impõe-se uma discus-são aprofundada sobre o modo como se analisa, hoje, o espaço geográfico.

A geografia brasileira a partir de meados da década de 70 vem passando por um processo de transformação quanto ao modo de entender e/ou analisar os fenômenos de sua alçada. Referimo-nos especificamente às questões relativas à concepção da Geografia, de seu papel enquanto ramo do conhecimento, seu poder explicativo e analítico e, finalmente a questão da prática a partir ou através da Geografia. A nova tendência surge com a preocupação de tornar a Geografia uma ciência mais analítica a partir da superação das descrições regionais e da reflexão sobre o seu objeto de estudo. Assim as discussões sobre espaço geográfico ganham uma nova dimensão.

A geografia não tem respondido a contento, determinadas questões postas pela realidade. "Os geógrafos não estão totalmente satisfeitos com o instrumental transmitido pela geração precedente. Tem, muitas vezes, a impressão de que sua disciplina é feita pela justaposição de elementos cujas relações não se impõe com muita lógica. Tomemos um manual

escolar de geografia humana (...) a aparência é de incoerência (...) portanto, compreende-se também o sentido de insatisfação de muitos principiantes e as dúvidas que sentem a respeito da unidade, utilidade e das funções da disciplina na qual se iniciam"⁽¹⁾. Quaini, a propósito da crise da Geografia escreve: "Não se refletiu muito, por exemplo, sobre as razões (e ainda menos sobre as consequências) daquela representação caótica da realidade, daquela ausência de organicidade e substancial carência de lógica e rigor científico que parecem inelimináveis da Geografia que nos foi transmitida pela geração precedente. Nem se pensou muito nos modos de uma nova relação com a sociedade que seja ao mesmo tempo ativa e crítica".⁽²⁾

O trabalho de pesquisa deve colocar-se como atividade reflexiva a partir dos elementos que podemos observar na realidade, e do modo pelo qual a produção geográfica contemporânea analisa o fenômeno espacial. O que está em questão antes de mais nada é a explicação de um determinado fenômeno a partir do ponto de vista da Geografia, qual seja, o da espacialidade; a dimensão espacial da realidade social; o papel do espaço na (re)produção da vida humana. A compreensão do urbano, que se propõe, deve emergir de uma reflexão dos dados postos pela vida cotidiana a partir da elaboração de um modo de análise urbana.

Isto coloca o homem como elemento central na discussão da produção do espaço, o homem em condições e situações sociais e históricas específicas, como ser cuja humanidade foi produzida ao longo da história, e que se realiza no

(2) - Massimo Quaini - Marxismo e Geografia, p. 12

(1) - Paul Claval - La pensée géographique, p.49-50

processo de reprodução da vida.

Nessa perspectiva o homem coloca-se como criador do mundo e produto da sociedade; sua vida individual é a vida genérica, que se produz na praxis humana compreendida como processo de transformação de si próprio. No cerne desse processo está a relação com o mundo e consigo mesmo, a partir do trabalho, enquanto processo consciente, na medida em que é ele que transforma a realidade objetiva (entendida como natural e social), na construção da própria realidade humana.

A vida material é produzida pelo homem no processo de produção de seus meios de subsistência. "Para Marx, os indivíduos são aquilo que eles produzem, na forma como produzem. Eles são aquilo que as condições materiais de sua produção lhes permitem ser (assim como também é verdade que estas condições são frutos do homem). E esta atividade material dos homens determina a consciência que eles têm de sua vida real. Mas, se no modo de produção capitalista, fundado na propriedade privada, a atividade material dos homens é o trabalho alienado, a produção da consciência do homem que vive neste momento determinado está também mediada pela alienação. Isso porque, os homens, ao produzirem sua vida material, criam também as idéia¹ e representações que têm desta vida material, criando, enfim a linguagem desta vida real - linguagem esta que será a forma de expressão das relações sociais" (1).

Dentro dessas condições, a sociedade também produz o espaço e passa a ter dele uma determinada consciência. Refere-se ao fato de que os homens ao produzirem seus bens ma-

(1) - Ana Cristina A. Nasser - O outro nas relações de produção do modo de produção capitalista, p. 15.

teriais e se reproduzindo enquanto espécie, produzem o espaço geográfico. Entretanto dependendo do momento histórico o fazem de modo específico, diferenciado de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. O espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade. No capitalismo as necessidades de reprodução do sistema fundado no capital vão estabelecer os rumos, objetivos e finalidades do processo geral de reprodução onde o espaço aparecerá como condição, meio desta, desvanecendo-se o fato de que também é produto.

O espaço produzido pelo capital, fundamenta-se na apropriação privada, que aliena do produtor o produto, nesse sentido o espaço se produz a partir da contradição entre sua produção socializada e apropriação individual. Essa contradição aparece no uso do solo, pois para viver o indivíduo ocupa determinada parcela do espaço. Mas como ultrapassar a idéia de localização, de modo a perceber que as modificações que a sociedade imprime no espaço geográfico pressupõem transformações da própria sociedade, na medida em que o espaço reproduz-se concomitantemente à reprodução da própria realidade?

Esta contradição decorre do fato de que todo "pedaço de terra" para a reprodução da vida, deve ser comprado ou alugado, com finalidade de construção de moradia. "O valor fundiário cresceu paralelamente ao surto industrial, e quanto mais este se desenvolve mais é necessário construir"⁽¹⁾ e mais aumenta a disputa entre e pelos usos. A cidade é também o lugar onde ocorrem os movimentos reivindicatórios onde se acirram os conflitos e as lutas de classes.

(1) - Friedrich Engels, A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, p. 94

Há uma relação necessária entre sociedade e espaço. A produção da vida, no cotidiano do indivíduo, não é só a produção de bens para satisfação de suas necessidades materiais, é também a produção de sua humanidade, através da produção de relações (sociais, econômicas, políticas, ideológicas, jurídicas etc.). Por outro lado a articulação dessas relações tendem a individualizar-se espacialmente dando singularidade às parcelas do espaço, articulados numa totalidade espacial (enquanto produto histórico).

A produção espacial expressa as contradições da sociedade atual na justaposição entre riqueza e pobreza, entre o esplendor e fealdade; em última análise, na segregação estampada na paisagem, e que tem sua natureza no modo de exploração do trabalho pelo capital fundado na propriedade, onde os homens se distinguem pelo ter, isto é, pela sua condição de proprietários de bens.

Outra questão que emana da observação do fenômeno espacial é como ocorre a articulação entre os processos de produção, distribuição, circulação e troca? Como a infra-estrutura econômica da sociedade se articularia à super-estrutura no que se refere à produção espacial?

No que se refere à primeira questão parece-nos que a discussão da materialização do ciclo do capital enquanto unidade entre processo de produção e de circulação (esta envolvendo a distribuição e a troca) coloca a discussão numa outra perspectiva. Este ponto de vista implicaria em analisar o urbano enquanto condição geral do processo de reprodução do capital e desta feita, em última análise o espaço urbano se reproduziria enquanto capital fixo.

O processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações econômica, política, social, ideológica, jurídica, cultural, filosófica. Tal processo tem na apropriação sua pedra de toque; esta aparece na instância jurídica, como propriedade privada consubstanciando-se em dois momentos: o primeiro se refere à apropriação do processo real que determina a direção do processo produtivo e se propala em todos os níveis da sociedade, e a outra, a apropriação do produto criado pelo capital.

O modo como se dá a apropriação delineará os contornos e determinará as necessidades de produção e consequentemente da sociedade. Logo, a determinação das diretrizes, prioridades e necessidades da sociedade dar-se-á, necessariamente, com conflitos e lutas.

Entretanto, aqui cabe uma ressalva: se de um lado o espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é produto e nesse sentido é trabalho materializado. Ao produzir suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a sociedade como um todo (na cotidianidade de seu processo de trabalho), produz o espaço geográfico e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir. Assim, pensar o urbano significa também pensar a dimensão do humano. "A sociedade está toda inteira na criação de seu espaço. Aqui ela emprega todos os meios de ação que seu estágio civilizatório coloca à sua disposição a força de trabalho de seus homens, a engenhosidade de suas técnicas, o suporte de suas crenças, de seu espírito, de suas ambições. So

cidade e espaço obedecem à mesma racionalidade. (...). A sociedade e seu espaço constituem um todo indissociável no sistema de interações onde a sociedade se cria criando o espaço". (1)

Desse fato, emerge a necessidade de se entender, em sua plenitude a natureza desse espaço, tendo como base o fenômeno urbano através do entendimento do que é a sociedade hoje e dos problemas que emergem no dia-a-dia do habitante da cidade, seu modo de vida - de pensar, morar, agir etc. - suas angústias e suas perspectivas de realização enquanto seres humanos. Assim habitar não significa apenas um ato isolado, localizável na carta, mas uma prática (2)

- Em torno da idéia central

• O processo de produção e reprodução da sociedade é ao mesmo tempo o processo de produção e reprodução do espaço geográfico na medida em que a produção da vida da sociedade, não é só produção de bens para satisfação de necessidades. Tal afirmação envolve discutir a articulação entre as leis gerais da produção social e espacial.

Nesse caso, nos perguntamos se haverá uma relação necessária entre espaço e sociedade? Espaço e sociedade seriam duas instâncias da realidade com o mesmo peso? Ou o espaço seria a materialização das relações sociais num determinado momento histórico?

(1) - Henri Isnard, L'espace du geographe, Annales de Geographie, nº 462.

(2) - Henri Lefebvre, Espace et politique.

A questão maior que norteia o trabalho refere-se à necessidade de entender como uma determinada parcela do espaço urbano (re)produz-se, e quais as relações sociais que comandam o processo.

A idéia central está fundamentada na preocupação com o modo de se entender o espaço geográfico enquanto criação social e histórica, portanto concreta e dinâmica, de um lado; e de outro a necessidade de desvendamento do processo urbano.

A construção particular do tema, tem como ponto de partida a análise de fenômeno urbano em Cotia, através da compreensão particular do geográfico, fruto de uma reflexão dos dados da vida cotidiana, incluindo-se os percalços da pesquisa de campo, as indagações, a alegría da descoberta, a sensação da impotência diante dos problemas, o contato com as pessoas, o silêncio dos olhares perplexos (diante da vida?), o riso largo ou a indignação das pessoas - que moram em Cotia e que direta ou indiretamente auxiliaram a realização deste trabalho.

O fio condutor da análise reside na tese segundo a qual ao produzir sua vida (sua história, a realidade) a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico. Tais condições são produzidas pelo trabalho enquanto atividade humana, logo o desvendamento deste enquanto processo produtor do espaço geográfico é o nosso ponto de partida e implica em discutir, de um lado a articulação entre as atividades produtivas e não produtivas no conjunto da sociedade, e de outro, a materialização espacial desse processo, cujo movimento fun

damenta-se nas lutas de classe, na contradição entre a produção espacial coletiva e a apropriação privada. Envolve discutir a articulação entre o fenômeno específico (Cotia) e sua articulação com determinada totalidade espacial.

Portanto, o ponto de partida é a produção material socialmente determinada logo, a produção num determinado grau de desenvolvimento social que engloba também, a produção de indivíduos, em que ambos aparecem como resultado histórico.

Entretanto, se partirmos do processo de trabalho, estamos, na realidade, partindo da produção. Para nós a análise da produção significa, necessariamente transcende-la incorporando-a à análise da totalidade à qual ela pertence, isto é, a articulação formada pelo movimento de realização dos processos de circulação, distribuição, troca e consumo. Logo, se partirmos da idéia que o processo de produção do espaço é ao mesmo tempo o ato de produzir a existência da sociedade, seu processo de produção também será determinado por essa mesma totalidade; nesse sentido é necessário recuperá-la.

Alguns aspectos teóricos devem ser analisados e discutidos ao longo do trabalho. O primeiro refere-se à questão espacial (ponto central da análise geográfica) que tem sua fundamentação na relação homem-natureza, e que evoluiu no pensamento geográfico até a noção de espaço-produto das relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza através do trabalho. Este é a mediação entre a sociedade e o espaço, visto que é pelo trabalho que o homem (enquanto ser social) se relaciona com os outros homens, produz seus meios de subsistência, um modo de vida, e o espaço geográfico.

Como o trabalho é um processo cumulativo, a relação sociedade-espaco evolui no tempo, apresentando em cada momento histórico uma especificidade marcada pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas sociais. Isso quer dizer que, em cada momento do processo produtivo teremos um espaço determinado e específico, uma vez que ele será produzido em função das exigências e necessidades da sociedade.

Como a produção espacial depende do modo pelo qual os homens produzem sua existência - num determinado momento histórico - quando analisamos sua produção hoje, estamos nos referindo a um modo de produção específico: o modo de produção capitalista. Mas como essa base é apenas um componente da totalidade, a análise deverá, necessariamente, levar em conta sua articulação com a totalidade, nesse sentido coloca-se como categoria central de análise a "formação econômica da sociedade" no caso a capitalista.

Outra característica que procuramos levar em conta reside no fato de que a produção espacial é desigual, na medida em que o espaço é fruto da produção social capitalista que se realiza e se reproduz desigualmente. Nesse sentido a unidade espaço-sociedade traz implícita uma desigualdade que se materializa através da divisão do trabalho entre "parcelas" do espaço e em cada uma delas.

Tal desigualdade cria-se e estrutura-se a partir da relação de dominação-subordinação centrada no processo de acumulação e centralização da propriedade e do poder. Teoricamente essa acumulação é um processo concentrado em determinados lugares pressupondo um processo de aglomeração. A pro

dução capitalista, se por um lado, é posterior à formação da cidade, por outro, gera uma urbanização com características peculiares, com aspectos e significados diferentes. O capitalismo só pode desenvolver-se a partir do urbano, uma vez que tem como pressuposto básico a produção industrial que se realiza a partir de duas tendências fundamentais: a continuidade e a produção em escala. A continuidade implica em tornar o processo cíclico, uma unidade ininterrupta, de modo que as fases se sucedam sem perda de tempo ou paralizações. A produção em escala, pressupondo a venda também em escala, gera a aglomeração dos meios de produção e troca; do banco e do comércio; dos trabalhadores e do mercado consumidor; a concentração dos meios de circulação e de consumo coletivo. Ambas geram a aglomeração e a acumulação em pontos isolados do espaço e a conseqüente centralização do aparelho jurídico, político e institucional.

O processo de concentração e centralização da produção em conseqüência do modo pelo qual ocorre a reprodução ampliada do capital está na base da discussão do processo de urbanização do mundo atual. Parece não haver dúvida que a metrópole atrai para si grande parte do excedente gerado (mais-valia produzida em outros locais do espaço) em vista do processo de acumulação do capital; resta saber como esse processo, ao se desenvolver, vai criando e acentuando o desenvolvimento desigual entre as "parcelas" que formam determinada totalidade espacial.

- O Ponto de partida

Inicialmente partimos da análise do processo produtivo fundamentado na atividade industrial num ponto do espaço urbano metropolitano: Cotia. Baseamo-nos no fato de que no modo de produção capitalista a indústria assume o papel dirigente da economia, subordinando, criando e redefinindo outras atividades, tornando-se célula básica do processo produtivo. O desenvolvimento do processo de industrialização tende a eliminar a produção atomizada e transformar o processo produtor numa produção seriada de máquinas e processos divididos e integrados e deste modo necessita satisfazer um mínimo de condições. Estas tendem a realizar-se no espaço urbano travéz da construção de infra-estrutura, tendo na rede de circulação um ponto de apoio significativo.

A questão da continuidade no processo produtivo é a característica da produção capitalista determinada pela base técnica, que implica em tomar o processo cíclico em sua unidade, a partir da articulação entre produção e circulação. Essa característica tende a aumentar a concentração espacial na medida em que obriga a integração e aprofunda a divisão do trabalho entre os ramos da economia, e deste modo aprofunda a dependência das parcelas do espaço englobando-as no processo produtivo geral, através da divisão espacial do trabalho.

O capital tende assim a criar sua base, que encerra o desenvolvimento universal das forças produtivas e da riqueza assim como a universalidade das comunicações que cria o suporte do mercado mundial.

Resta esclarecer que se a presente pesquisa teve na indústria o ponto de partida, não tem por finalidade analisar a indústria em si, mas o papel do trabalho industrial através do processo de industrialização de Cotia, enquanto a atividade produtiva de comando capaz de transformar o conteúdo do espaço urbano cotiano, o que nos remete à questão: como o trabalho industrial se desenvolve reproduzindo o sistema capitalista e nesse movimento o espaço geográfico?

O trabalho industrial, através do aprofundamento da divisão do trabalho cria uma gama de relações indispensáveis à sua existência e consequente sobrevivência. A trama de articulações é detectada não só através das relações que a indústria mantém com o lugar em que está instalada e com outras áreas com as quais mantém relações, e nesse sentido coloca-se a análise do ciclo do capital na indústria cujo movimento permite estabelecer as interrelações espaciais no, e a partir do lugar.

O desenvolvimento da indústria pressupõe não somente a produção e consequente distribuição e venda em grande escala, como também necessita das economias de aglomeração; infra-estrutura de transporte, mão de obra, proximidade de outras indústrias complementares, mercado diversificado. A produção em grande escala pressupõe um grande número de empregados, a concentração da população e do próprio capital em parcelas concentradas do espaço. Isto permite uma economia dos gastos de produção, uma das condições para que a empresa industrial aumente seu lucro.

A indústria tende a aumentar ao máximo essas vantagens; e nesse sentido a cidade é utilizada privativamente (pe

la indústria) como condição geral de produção, enquanto a população socializa as desvantagens criadas pelo seu desenvolvimento: poluição, congestionamento, queda do nível de vida etc.

A grande concentração - a metrópole - como grande ponto de concentração espacial, onde está concentrado o poder técnico-político-financeiro - passa a comandar o espaço global de acordo com os interesses do modo de produção vigente, de modo a tornar possível sua sobrevivência e consequente reprodução.

No atual momento histórico do desenvolvimento da humanidade a metrópole representa o ponto de maior expressão espacial, a partir de uma grande concentração cumulativa de funções, cuja complexidade baseia-se no estágio atual na divisão espacial do trabalho.

Deste modo, o desenvolvimento do capitalismo proporciona e desenvolve a grande cidade, a metrópole, visando melhores condições de acumulação. Esta passa a representar a expressão espacial desse sistema de produção na qual as "disparidades" espaciais passam a ser produto e condição de seu desenvolvimento em virtude dos aspectos contraditórios inerentes ao próprio processo.

Nesse sentido a cidade não pode ser estudada isoladamente, como fazem muitos geógrafos, nem ser considerada como um organismo vivo independente, pois não é a cidade em si que "organiza" a rede urbana nem a metrópole que "organiza" um espaço territorial. A categoria determinante da análise é, como já vimos, o capital. A grande cidade é apenas a for

ma que tais relações assumem. Não é, ela em si, o fator de criação e desenvolvimento das relações espaciais, mas o modo como se dá o processo de acumulação capitalista, onde a metrópole, como sede da acumulação, assume formalmente o papel dinâmico de comando.

O espaço atual apresenta grandes aglomerações humanas de dimensões nunca alcançadas de um lado, e por outro um processo de diminuição constante da população rural, como consequência do grande processo de urbanização que o modo de produção capitalista pôs em marcha. A urbanização acelerou-se pelas transformações ocorridas no setor industrial, financeiro e de serviços que necessitam e desenvolvem uma base urbana, assim o processo de urbanização está submetido às leis da acumulação capitalista, daí a estreita relação entre estas e o processo de urbanização.

Soja⁽¹⁾ escreve que "os véus impostos por uma tradição mistificadora começaram a ser retirados do nosso entendimento sobre a espacialidade do capitalismo, suas dimensões espaciais concretas. Esta progressiva desmistificação tem revelado de modo cada vez mais claro um campo dinâmico de relações sociais, dominação ideológica e luta política, que permanecera até aqui muito obscuro tanto na teoria quanto na prática social (...). Tudo que é necessário para criar a base à transferência geográfica do valor é dar ao mercado uma geografia concreta, retirar o capital e o trabalho da 'cabeça a-espacial de um pino' e introduzi-los numa espacialidade diferenciada e desigualmente desenvolvida. Dada essa expressão espacial materializada, haverá áreas de maior ou menor

(1) - Edward Soja - Uma interpretação marxista da espacialidade.
p. 1-2.

produtividade, maior e menor composição orgânica, gerando assim no processo de troca, uma complexa e variada transferência geográfica do valor, um sistema espacial de 'troca desigual' enraizado na verdadeira natureza das relações de produção capitalista e da divisão do trabalho".

O cerne explicativo da diferenciação espacial repousa na reprodução ampliada do capital. A análise deve englobar necessariamente dois momentos: o do processo de produção em si -materialização do processo produtivo no e do lugar - e do processo de troca no e a partir do lugar, que cria concretamente os laços entre os "lugares", articulando-os no "espaço global" (que pode ser o da região, da nação ou desta com o exterior). Nesse sentido é necessário resgatar o papel da circulação no processo de produção espacial pois a realização e o desenvolvimento das relações entre lugares e no lugar vincula-se ao processo de troca que faz parte das condições gerais da produção. Como o processo de produção só acaba quando a mercadoria chega às mãos do consumidor, os custos de circulação acabam se transformando em custos de produção. Assim, se o trabalho cria valor o tempo de circulação implica na desvalorização do produto.

As relações sociais que se realizam no processo de troca não existem somente entre as pessoas. Se, em primeiro lugar, é necessário que essa troca se concretize num determinado ponto do espaço (se nos referimos a troca entre pessoas); em segundo, a troca se dá entre lugares (através das relações entre as unidades produtivas). Essas relações nos colocam a idéia de espacialidade da relação capital-trabalho enquanto diferenciação do processo de reprodução.

"De toda evidência, nós podemos concluir que a circulação é um processo essencial do capital. O processo de produção não pode recomeçar se a mercadoria não foi transformada em dinheiro. A continuidade infinita do processo - a passagem fluída e fácil do valor de uma forma a outra, de uma fase a outra - é uma condição essencial da produção fundada sobre o capital, e isto, a um grau infinitamente superior àquele de todos os modos anteriores de produção. Por outro lado, esta continuidade necessária estando assegurada, as fases do tempo e do espaço se cindem enquanto processos particulares e indiferentes. Na produção fundada no capital, se realizará desde aí sua condição essencial: a continuidade dos diversos processos, constituindo a totalidade do processo" (1)

(1) - Karl Marx, *Fondements de la critique de l'economie politique* - ébouche 1857/1858. vol. III, p. 52.

B. Da "organização" à "produção" do espaço

A chamada "Nova Geografia" produziu um novo modo de pensar a realidade geográfica a partir da crítica à produção geográfica já existente ou apenas mudou a roupagem? Qual a importância da análise espacial na geografia e sua contribuição na análise da realidade?

Na divisão do trabalho estabelecida dentro da "ciência" coube à geografia a análise espacial. A preocupação com o espaço permeia os estudos geográficos, mas este, nem sempre foi conceituado e estudado do mesmo modo pelos geógrafos. Estes, munidos de concepções diferentes de Geografia chegaram a formulações diferenciadas sobre espaço geográfico, entretanto, não raro, desembocando na noção de espaço palco da atividade do homem, isto é o da simples localização das atividades do homem que habita o planeta. Deste ponto de vista a relação homem-meio não vai além da superposição de fatos, impedindo o desvendamento dos processos reais da produção espacial, tratando o espaço apenas em sua aparência.

O que permitirá ao geógrafo desvendar a aparência através da qual os fenômenos são percebidos, distinguindo entre a falsa consciência e a percepção real do fenômeno? Como destruir a independência com a qual os fenômenos aparecem na Geografia de modo a permitir atingir o significado das relações reais entre eles, e destes com a realidade criada pela sociedade?

Na medida em que o presente trabalho se preocupa em pensar o papel da análise geográfica na compreensão da re

alidade social, através do fenômeno urbano, coloca-se como necessário repensar o conteúdo do espaço e o entendimento do papel do homem na análise espacial. Partindo-se da idéia de que é mister transcender a fase da descrição de fatos isolados, posta pela "Nova Geografia", torna-se fundamental a superação da noção de espaço - palco da atividade humana, de um lado, e da idéia de homem - habitante, de outro. A preocupação com a fundamentação teórico-metodológica se impõe.

Parece-nos que a análise da relação homem-natureza pode ser colocada em outro patamar, a partir da consideração do processo de trabalho, como mediação necessária; o que implicaria na discussão do seu conteúdo social. Desta feita, da idéia de espaço organizado pelo homem, a partir de um novo enfoque metodológico, chegaríamos à de espaço produto de relações sociais determinadas. Nessa perspectiva uma questão se impõe: como abordar a relação homem-meio, tão cara aos estudos geográficos?

Em primeiro lugar surge a necessidade de se superar a fase monográfica que permeou a produção geográfica no sentido da descrição pura e simples do lugar, ultrapassando-a, não que ela não tenha sido importante, e não no sentido que ela não importe agora, mas no sentido em que é mister a superação do eminentemente descritivo para se alcançar o nível explicativo da realidade, abrindo perspectivas práticas de intervenção.

Tais indagações nos levam a refletir sobre a produção geográfica, no contexto atual. O passado deste ramo de conhecimento guarda uma íntima relação com a descrição, as-

sentada numa preocupação com os elementos naturais, onde o espaço aparecia como elemento imóvel, destinado a servir de receptáculo ou palco da vida humana. A geografia moderna, que surge com Vidal de La Blache, por exemplo, introduz a idéia das descrições regionais aprofundadas, tomando a existência do espaço como um dado inquestionável⁽¹⁾.

A descrição tornou-se uma marca registrada da geografia, que em sua expressão última, foi incapaz de analisar o homem enquanto ser social, membro de uma sociedade que tem, na contradição de classes, sua característica básica. Esta mesma descrição impediu a geografia de elaborar um arcabouço teórico mais aprofundado, na medida em que os trabalhos tinham por fim a descrição; o lugar pelo lugar enquanto único. É bem verdade que cada parcela do espaço tem particularidades históricas, que lhe são únicas e que as caracterizam enquanto tal, mas esta particularidade - suas determinações específicas -, também se determinam nas suas relações com o universal - nas determinações gerais. A articulação, fundamentada na relação dialética entre o particular, o singular e o universal, dá ao fenômeno sua dimensão plena.

De modo geral os geógrafos se preocuparam com o lugar, a localização dos fenômenos partindo da relação homem-meio natural. Seus trabalhos tendem a privilegiar a descri -

(1) - Vidal de La Blache deu a orientação da escola geográfica regional introduzindo a idéia de descrições regionais aprofundadas. Em "Caractères distinctifs de la Géographie", afirma que a geografia é a ciência dos lugares e não do homem. Para o autor o espaço é o espaço físico dos naturalistas, um espaço geonômico pois é somente nesse nível que ele pode analisar as relações homem-meio.

crição, em detrimento da análise das relações e interrelações que produzem o mundo real, impedindo a elaboração de um arcabouço teórico-metodológico consistente.

A relação do homem com o meio, a análise das influências deste sobre as sociedades humanas, bem como os obstáculos naturais, considerando o meio vivo como um fator de limitação para o homem e sua atividade, levou à discussão desta relação enquanto luta sem pausa contra as energias destrutivas da natureza. Tal análise trouxe para a Geografia tradicional, o desenvolvimento da noção de gênero de vida tratado como o conjunto das características físicas e morais que especificam os diversos agrupamentos⁽¹⁾.

A noção do meio geográfico, por sua vez coloca a questão da exterioridade que acompanha, na geografia, a discussão da relação entre homem e natureza. Fica claro, todo o tempo, que o homem transforma a natureza, mas esta transformação não aparece como um produto humano, mas exterior ao homem, e nesse sentido o próprio homem aparece como elemento e não sujeito.

Não resta dúvida que este espaço tem um componente natural que dá o limite deste com o que é histórico - fru

(1) - Para La Blache o que "provoca o progresso das civilizações, o que se desenvolve, são os modos de agrupamentos sociais originalmente saídos da colaboração entre a natureza e os homens, cada vez mais emancipados da influência direta do meio. O homem criou os gêneros de vida. Com ajuda de materiais e elementos tomados da natureza ambiente ele alcançou, não de um só golpe, mas por uma transmissão hereditária de procedimentos e invenções, constituir qualquer coisa de metódico que assegure sua existência e lhe traz um meio para seu uso" in Principios de Geografia Humana, p. 115/116

to do processo de desenvolvimento das forças produtivas. Na realidade, é o movimento histórico do processo de produção espacial que desvenda o fato de que o espaço geográfico não é nem eterno, nem inerte e imóvel, e tampouco natural, mas um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas.

A dimensão de exterioridade que o espaço geográfico tem em relação à sociedade é, a nosso ver a principal característica da chamada geografia clássica, cuja superação tem sido proposta sem uma profunda análise crítica de seu conteúdo.

À essa noção de espaço enquanto palco da atividade do homem, organizado em função das necessidades dos grupos humanos, entendendo a terra como morada, contrapõe-se à idéia de espaço produzido pela sociedade onde o trabalho, enquanto atividade produtora tem o caráter de mediador da relação.

Portanto à idéia de exterioridade do espaço geográfico em relação ao homem contrapõe-se aquela de produção humana, histórica e social. O espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas antes de tudo porque é produto, condição e meio de toda a atividade humana. O trabalho, enquanto atividade do homem, tem um caráter intencional e voluntário, o que implica na transformação do objeto em algo apropriado; o processo produtivo é assim um processo de produção concreta, nascida do trabalho; uma resposta do homem às suas necessidades. A satisfação das necessidades de sobrevivência do homem e da reprodução da espécie coloca-se como a condição do processo histórico.

Na medida em que a sociedade produz e reproduz sua existência ela o faz de um modo determinado, este modo imprimirá características históricas específicas a esta sociedade e conseqüentemente influenciará e direcionará o processo de produção espacial.

Em primeiro lugar, o espaço geográfico, não é a base da história mundial, mas o produto das relações fundamentadas na divisão do trabalho que ocorrem num determinado momento histórico entre os homens e a natureza. É um processo de produção e também processo de reprodução, fundamentado de um lado na acumulação técnico-cultural e de outro, na relação dialética entre o velho (espaço enquanto meio de produção) e do novo (o processo de produção atual em si) implicando na idéia de continuidade - do processo de desenvolvimento da própria sociedade⁽¹⁾

O processo de reprodução está associado às condições de vida da sociedade e determinado por ela. São as condições sociais de produção que determinam o grau e a medida em que se dará a ampliação e o desenvolvimento de suas relações. Nesse sentido, o espaço geográfico incorpora uma diversidade histórico-social que escapou à noção de meio geográfico.

(1) - "A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes foram transmitidas pelas gerações precedentes; por este motivo, cada geração continua, por um lado, o modo de atividade que lhe foi transmitido mas em circunstâncias radicalmente transformadas e, por outro, modifica as antigas circunstâncias dedicando-se a uma atividade radicalmente diferente" in K. Marx e F. Engels, A ideologia alemã, volume I, p. 44.

Na discussão do espaço enquanto produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que, antes, foi produzido pelo trabalho humano, entretanto a reprodução, que se constroi a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca e consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz). Por exemplo, o espaço urbano cotidiano se produz enquanto processo de reprodução da metrópole paulista.

Assim, no trabalho, estamos a todo momento articulando produção e reprodução: um de seus elementos está sempre sendo analisado como momento particular do todo, e de outro suas articulações e conexões com o movimento geral; num processo de desenvolvimento de relações históricas. O processo de reprodução, se por um lado, refere-se ao processo de realização e acumulação do capital, de outro se refere ao desenvolvimento da vida humana. Assim a noção de reprodução apareceria como um conjunto contraditório de significados⁽¹⁾.

Daqui se conclui que a noção de espaço enuncia a idéia de conservação-preservação e duração-passagem, portanto continuidade. Está implícita a idéia de movimento, de

(1). - Ana Fani A. Carlos, A reprodução na obra "Fondements de la critique de l'economia politique" de Karl Marx.

transformação, de dinamismo que ocorre com o desenvolvimento histórico de produção enquanto acumulação. A idéia de espaço geográfico está muito distante daquela de natureza, encetando a perspectiva de discuti-lo enquanto obra. Desta feita o espaço geográfico aparece enquanto movimento historicamente determinado da produção social. Assim, cada transformação ocorrida ao longo do processo civilizatório implicará espaços diferenciados, com conteúdos diversos. Nesse sentido, o espaço geográfico é um produto de relações concretas que o homem cria na e através da sociedade, ao longo de seu processo de hominização; processo este que se cria enquanto atividade prática dos homens (em suas relações materiais) que reproduz o processo de desenvolvimento da humanidade.

O homem vai ao longo da história, construindo as relações que o constroem como ser humano, esse processo se desenvolve ao longo de um movimento de relações contraditórias que se superam ou se desenvolvem na medida em que cada uma delas já traz em si a contradição. A construção da noção de movimento aparece no desenvolvimento das relações contraditórias que constroem a dinâmica da realidade. Movimento este que caminha no sentido da contradição entre aparência e essência, entre o que se vê e o que é, entre uma realidade aparentemente estática e o seu movimento intrínseco, baseado num processo que ao desenvolver-se, cria-se, pela unidade de relações contraditórias que se manifestam pelas lutas de classe. A idéia de movimento coloca-se como fundamental na discussão do espaço enquanto produto, e nos remete à noção de tempo. Este, incorpora-se à noção de espaço ultrapassando a idéia de simples duração do fenômeno para vincular-se ao movimento da história de sua reprodução.

O espaço entendido enquanto produto deixa de ser assim, simples localização do fenômeno. O que está em jogo, neste momento, é o modo como esta relação é analisada, o que envolve não só repensar o espaço na geografia, como a idéia de homem e consequentemente como ambos, se relacionam.

O trabalho é entendido aqui como a mediação necessária da relação homem-natureza, na qual o espaço geográfico aparece como um produto histórico e social, onde o homem é o sujeito, ele não se relaciona com o espaço, mas o produz, à sua imagem e semelhança e, neste sentido o espaço, num momento histórico determinado, será produto e condição do processo de reprodução da sociedade.

Nesse sentido o espaço é também a história de como os homens ao produzirem sua existência o produzem enquanto espaço de produção, de circulação, da troca, do consumo, enfim de vida: "como obra de uma história contraditória"⁽¹⁾.

Não cabe, neste momento, discutir o que é Geografia, mas repensar o espaço geográfico, logo o que está posto é a natureza desse espaço. Discutir sua natureza significa antes de mais nada questionar o papel do homem em relação aos fenômenos geográficos.

Assim a evolução da noção de espaço organizado a espaço produzido envolve uma redefinição, como já dissemos, do modo de entender o homem partindo do fato de que não existe a espécie humana separada da realidade exterior como coisas dissociadas. O homem é parte integrante desta, ao mesmo tempo que seu produtor. Por outro lado, é necessário

(1) - Massimo Quaini - Marxismo e Geografia, p.18

levar em conta que esse processo vital tem como ponto de partida a necessidade de reprodução da vida e conseqüentemente, da espécie. Aqui a produção do espaço aparece como reprodução da existência humana.

O espaço enquanto produto do trabalho do homem, nos leva a refletir sobre o processo de produção social, o tipo de trabalho, o seu desenvolvimento, o modo como determinado produto é produzido. A questão é como se dá a configuração específica do processo de produção espacial através das relações capitalistas de produção. Em seu conjunto o capital aparece como uma relação social fundamentada nas lutas e contradições de classe, o que nos obriga a entender esse proceso em seu dinamismo, isto é, de suas contradições iminentes.

Assim nos deparamos com a necessidade de refletir sobre esse processo de produção espacial que redimensione o lugar do espaço e da sociedade na análise geográfica, onde o homem não seja mais entendido como elemento da paisagem.

Rediscute-se assim, a natureza do espaço geográfico enquanto produto histórico e social, onde o homem deixa de ser o habitante para assumir o real papel de produtor de sua existência - a partir da produção dos elementos materi - ais - em última análise, sua humanidade enquanto ser genérico. Aqui o homem ganha a dimensão de ser histórico e social. Tal fato, envolve repensar a relação homem-natureza - o ho-mem está na natureza e toma a iniciativa de sua transforma -
ção.

A relação dialética homem-natureza implica em não analisá-los como "duas coisas disjuntas, como se o homem não

se encontrasse sempre perante uma natureza que é histórica e uma história que é natural (...) a célebre 'Unidade do homem e da natureza' existiu sempre na indústria e se apresentou em cada época sob formas diferentes consoante o desenvolvimento maior ou menor dessa indústria, e o mesmo acontece com a 'luta' do homem contra a natureza até que as forças produtivas deste último se tenham desenvolvido sobre uma base adequada (...) Essa atividade, esse trabalho, essa criação material incessante dos homens, essa produção é a base de todo o mundo sensível tal como hoje existe" (1).

Marx (2) desenvolve a idéia do humano na formação e conômica da sociedade capitalista, na medida em que a transformação e conseqüente revolução de um modo de produção, o restabelecimento de um novo modo de produção traz em si, a criação de um novo homem. No caso do capitalismo, a produção, o restabelecimento de um novo modo de produção traz em si, a criação de um novo homem. No caso do capitalismo, a produção de um novo homem será analisada através da mediação da máquina, onde a vida vai ser determinada pelos ciclos da indústria, onde os operários serão constantemente atraídos ou repelidos.

Essa discussão se coloca dentro da perspectiva segundo a qual o trabalho não produz apenas produtos, mercadorias, mas também a si mesmo, ao operário, as relações entre os homens, o mundo. O trabalho enquanto ato essencialmente humano dá conteúdo à vida e cria a idéia de liberdade. Entretanto, o processo de trabalho capitalista fundamentado na contradição capital-trabalho oculta uma relação de dominação de

(1) - Karl Marx, F. Engels - op. cit., pp. 31-32.

(2) - O Capital, vol.I, capítulo XIII.

quem não produz sobre quem produz diretamente "A relação do operário com o trabalho cria a relação do trabalho com o capitalista ou, como se pode chamar o patrão, ou o dono do trabalho. Portanto, a propriedade privada é o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho alienado, da relação externa do operário com a natureza e consigo mesmo" (1)

Assim, a propriedade privada aparece como o meio pelo qual se aliena o trabalho, ao mesmo tempo em que é realização desta alienação; expressão material de um processo de trabalho duplamente alienado (no que se refere ao operário em relação ao trabalho e, consequentemente em relação ao produto). Logo a apropriação aparece como poder de estranhamento e o mundo produzido aparece como estranho, uma obra na qual seu produtor não se identifica. É estranhamento no sentido em que as necessidades do indivíduo se determinarão a partir das necessidades do capital. Como o homem só existe enquanto força de trabalho para o capital, mercadoria, sua subsistência importa enquanto possibilidade de reprodução do capital.

Se o espaço é produzido pelo processo de trabalho da sociedade é necessário entender o modo pelo qual ele se desenvolve para podermos entender a natureza deste espaço. Por outro lado entender o modo como se realiza a produção é entender como os homens se relacionam dentro e fora do processo produtivo, enquanto sujeitos.

Nessa perspectiva não há uma simples mudança entre palavras, uma mera substituição de espaço organizado para espaço produzido. A mudança de linguagem emerge do fato de

(1) - Karl Marx - Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844, p. 77.

que o conteúdo mudou, ou está mudando; ela é fruto de uma evolução do processo do conhecimento geográfico sobre a questão espacial. Tal mudança revela o movimento do processo real e, concomitantemente, de sua apreensão.

Assim, o processo de conhecimento, enquanto forma de apreensão da realidade (da qual se origina), processo de encadeamento de idéias (na relação contraditória entre velhas e novas) deve necessariamente produzir-se, ou melhor objetivar-se, numa forma de linguagem na qual o conhecimento se representa e poderá ser transmitido, logo a mudança de modo de entender pressupõe uma mudança de linguagem pois é impossível separar o pensamento da linguagem que registra o conhecimento.

Como o conhecimento está em constante processo de reprodução, a linguagem deve necessariamente contribuir de um lado como fixadora do conhecimento, enquanto registro e de outro possibilitar novas formas (sensíveis) de transmissão.

C. Cotia: a questão do lugar

A preocupação em entender o fenômeno urbano, do ponto-de-vista geográfico, colocou-nos inicialmente a questão do entendimento das relações reais tendo como ponto inicial sua manifestação formal, a partir da qual o processo de conhecimento se desencadeia como consequência da forma de apreensão do objeto em busca de seus nexos internos.

O presente tema foi desenvolvido inicialmente tendo em Cotia seu ponto fundamental de referência, através do qual, partindo da análise da paisagem urbana tentamos chegar ao espaço geográfico e seu conteúdo.

Entretanto Cotia como estudo de caso, não é o objetivo final do trabalho. A preocupação fundamental é entender o processo de (re)produção do espaço urbano de forma abrangente e geral e não um fato isolado. O estudo de São Paulo, a vivência na metrópole, o conhecimento de "outras realidades urbanas" encaminham-nos para uma teorização sobre a (re)produção do espaço urbano, que partindo de Cotia, tende a generalizar-se.

Desta feita a preocupação com a investigação do processo de produção espacial, particularmente do urbano, nos remete à discussão do papel da análise do lugar na Geografia.

A premissa é que o estudo de um fenômeno específico reproduz, em diferentes escalas, as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminar-se as particularidades

históricas. Entretanto, na produção de uma pequena parcela de espaço encontramos as mesmas desterminações, a mesma articulação. É possível detectar as leis gerais do processo de produção espacial a partir da análise de uma determinada parcela, desde que esta leve em conta a relação com a totalidade. Esta idéia apóia-se numa visão determinada de realidade, na qual os fenômenos só têm sentido quando analisados em função do todo ao qual pertencem.

Deste modo a discussão sobre o lugar nos remete à noção de totalidade concreta (aberta e em movimento), fundamentada na discussão da natureza do espaço geográfico.

A idéia de um estudo concreto, para o geógrafo, coloca-se como o estudo do lugar enquanto expressão, materialidade espacial, mas na medida em que não se pretende descrever um fato isolado, a noção de totalidade se impõe, visto que o lugar ganha conteúdo nas suas interrelações. Assim, quando consideramos o lugar, o entendemos como elemento de uma totalidade concreta, a nível da formação econômica e social capitalista.

O papel e o lugar de cada "parcela do espaço" em relação à totalidade considerada terá sua articulação e consequente importância de acordo com sua determinação dentro do processo de produção espacial global, a partir da divisão espacial do trabalho, o que implicará necessariamente uma hierarquia espacial (onde cada uma desempenhará um papel específico quanto à produção, à distribuição e apropriação do excedente gerado no espaço global), como resultado do processo de acumulação do capital. No cerne da questão está o fa-

to de que o processo de produção espacial é um processo desigual.

O desenvolvimento da desigualdade é decorrência do aprofundamento da divisão do trabalho na sociedade e entre as "parcelas" do espaço em função do processo de reprodução do capital que torna necessária uma subdivisão cada vez mais embricada de operações entre as diversas etapas do processo produtivo, aprofundando a subordinação espacial na medida em que o capitalismo continua a se desenvolver com tendências à concentração e à monopolização em suas variadas formas.

Todavia, há outra dimensão que deve ser considerada, além do fato do lugar ser produto de determinações gerais, também se reproduz a partir de determinações históricas específicas que diferenciam os lugares. Desse modo, a cidade aparece como uma forma particular do fenômeno geral e não como uma abstração teórica.

Cotia tem uma existência real em função das relações de interdependência com o todo, fundamentada na indissociabilidade dos fenômenos sociais, logo não se explica nela mesma, abstraída da totalidade espacial considerada - seja no caso da região metropolitana, do território nacional ou da formação econômica e social capitalista (que está implícita no modo como se reproduz o espaço urbano "dependente").

A noção de totalidade permite-nos apreender o movimento através do qual o lugar pode ser explicado, na medida em que a idéia de movimento, sugere momentos de interpretação da realidade. Esta idéia pode ser analisada a partir

das articulações entre os fenômenos, pela mediação, das contradições inerentes ao processo de produção espacial e de sua superação (discutida a partir dos antagonismos de classe e em torno das quais giram os conflitos).

A noção de movimento aparece no desenvolvimento das relações contraditórias que constroem a dinâmica da realidade em seu infinito processo de auto-construção. Movimento este que caminha no sentido da contradição entre fenômeno e essência, entre o que se vê e o que é. Entre uma realidade aparentemente estática e o seu movimento intrínseco baseado num processo que, ao desenvolver-se, reproduz-se pela unidade de relações contraditórias que se manifestam através das lutas de classe.

A produção espacial trás em si a luta antagônica entre os interesses do capital e da sociedade que emergem, a partir de situações históricas específicas, em função da diversidade de interesses. As relações sociais entre os homens aparecem de forma concreta através da propriedade privada que as diferencia, e lhes dá poder, criando o direito de usar e abusar da matéria trabalho.

O lugar pode ser entendido enquanto corte analítico para discussão do espaço geográfico, enquanto momento da totalidade espacial? Nesse sentido seria uma expressão da materialidade espacial? O espaço enquanto totalidade se articularia à partir das relações entre lugares em função da divisão técnica, social e espacial do trabalho? O lugar enquanto materialidade - produto de determinações gerais e específicas do processo de produção espacial - reproduziria as mesmas articulações do processo de produção social geral?

Para Silva⁽¹⁾ o lugar é uma categoria da análise geográfica manifestando-se como área, território, e o espaço seria o maior lugar possível. Nesse sentido a diferença entre lugar e espaço seria apenas uma questão de escala? Nessa perspectiva lugar é espaço? Como ficaria a noção de região dentro dessa postura?

Lacoste⁽²⁾ aponta para o fato de que a nível do conhecimento não existiria um plano privilegiado de análise, visto que o espaço, enquanto campo de observação, vai permitir apreender determinados fenômenos, mas conduz a deformação ou à ocultação de outros; portanto é necessário a relação e articulação de diferentes níveis de análise. Chama atenção para o fato de que o problema da escala "é fundamental para o conhecimento geográfico. Contrariamente a certos geógrafos que declaram que se pode estudar um mesmo fenômeno em diferentes escalas, é necessário ter consciência de que se tratam de fenômenos diferentes pois que são apreendidos em diferentes escalas"⁽³⁾

Parece-nos, aqui, que a questão que deve permear a discussão é a necessidade de superação da fase descritiva da análise geográfica, pois esta imobiliza o lugar tornando-o único. No nosso caso específico, Cotia se explica por um lado através de sua história, por articulações locais, mas por outro lado, pelos processos gerais de reprodução do espaço urbano metropolitano em função do modo como ocorre o pro-

(1) - Armando Correa da Silva - O espaço fora do lugar - p. 7

(2) - Yves Lacoste - A Geografia serve antes de mais para fazer a guerra

(3) - Idem op. cit. p. 48

cesso do capital no Brasil, enquanto país dependente, dentro da esfera da divisão internacional do trabalho.

O lugar pode ser uma maneira de decomposição do fenômeno espacial ou um modo de colocar-se a questão da diferenciação, mas isto só ocorre se se transcende a idéia dele enquanto fato isolado. Nesse sentido o lugar não seria definido pela escala mas como parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada no desenvolvimento desigual. Nessa perspectiva pode-se pensar o lugar enquanto representação espacial definido a partir dos entrelaçamentos impostos pela divisão (espacial) do trabalho, articulado e determinado pela totalidade espacial; portanto não é uma forma autônoma dotada de vida própria, uma vez que tem sua origem vinculada ao caráter social do trabalho que produz o espaço geográfico.

A PAISAGEM URBANA

"conhecer é ver e analisar as paisagens, entender os modos de vida, compartilhar das esperanças e angústias das regiões visitadas, é incorporar-se a um pedaço do solo e a um grupo de homens, e tornar-se assim mais largamente humano, compreender melhor o duro trabalho do homem sobre a terra".

P. Deffontaines

I - A PAISAGEM URBANA

Neste capítulo tentamos recuperar a noção de paisagem, na medida em que acreditamos que ela tenha um papel relevante na análise do espaço, visto que, este só pode ser entendido através de sua manifestação formal. Nesse sentido o estudo da paisagem, a partir dos elementos que a compõem, será o ponto de partida do desenvolvimento do tema.

Enquanto forma de manifestação do urbano, a paisagem (urbana), tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial, o que implica em ir além da aparência, e nesse contexto, a análise já introduziria os elementos da discussão do urbano enquanto processo. A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, que permite-nos vislumbrar elementos para discussão da evolução da produção espacial, remetendo-nos ao modo pelo qual foi produzida. Todavia se, nesse capítulo, sentimos necessidade de descrever a paisagem cotidiana - fundamentalmente tendo como ponto chave a rodovia Raposo Tavares que é o componente mais contundente, indutor da ocupação urbana a partir da reprodução do espaço da metrópole paulista - é no sentido de que tal descrição nos remete à discussão das contradições que estão na base da produção urbana, contradições estas, que aparecem sob a forma da diferenciação entre e intra usos, e que não são formas peculiares à Cotia, mas que se reproduzem na região metropolitana como um todo.

Dentro dessa perspectiva, a análise da paisagem urbana tem um lugar importante no entendimento do processo espacial.

"Em todo o momento de atividade mental acontece em nós um duplo fenômeno de percepção: ao mesmo tempo que temos consciência de um estado de alma, temos diante de nós, impressionando-nos os sentidos: que estão virados para o exterior, uma paisagem qualquer entendendo por paisagem, para conveniência de frases, tudo o que forma o mundo exterior num determinado momento de nossa percepção" (1).

A análise da paisagem urbana atenta-nos para o fato de que não estamos descrevendo ou montando um quadro e sim elaborando uma construção cujo objetivo é entender o modo pelo qual ela se produz, sua substância e conteúdo a partir de relações reais. Isso nos leva a considerar dois movimentos: de um lado aquele que decompõe a paisagem geográfica a partir da consideração do sítio urbano, e de outro lado a recomposição dos elementos que a compõem. Deste modo, a paisagem não se apresenta como uma simples imagem, e nem a cidade mera localização (2).

A paisagem urbana é a expressão da "ordem" e do "caos", manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato. O que importa considerar é como essa forma será compreendida e, consequentemente, analisada. Uma vez que o aspecto feno-

(1) - Fernando Pessoa, "Cancioneiro" in - O eu profundo e os outros eus, p. 73

(2) - Esse foi o procedimento utilizado na análise da paisagem urbana cotidiana. A decomposição teve como ponto de partida a Raposo Tavares e a articulação dos elementos em função do processo de produção metropolitano.

mênico, coloca-se como elemento visível, como a dimensão do real que cabe intuir, analisar é compreender, portanto, pensá-lo equanto representação de relações sociais reais que a sociedade cria em cada momento do seu processo de desenvolvimento. Consequentemente essa forma apresentar-se-à como histórica, especificamente determinada; logo concreta.

A apreensão de determinado fenômeno coloca-se em quanto movimento da totalidade, em suas determinações específicas. Como o fenômeno não é imóvel, estático, sua apreensão deverá refletir seu movimento intrínseco, visto que a paisagem é expressão de uma relação social real.

Todavia é, ao nível das formas que se dá a mistificação, a coisificação, na medida em que as relações sociais tendem a aparecer como relações entre coisas. A forma exerce, porisso, um papel ao mesmo tempo de ocultar e revelar. A relação entre ocultação e revelação dá-se através das articulações das categorias do real. O mundo fenomênico - das formas, das representações do dia a dia - constitui um mundo em que as coisas aparecem de forma independente, de onde ocorrem as manipulações, pois além da essência não se revelar imediatamente, pode se manifestar em algo que é o seu contrário. Porém, enquanto momento necessário e fundamental, não significa que esta lhe seja radicalmente oposta.

Como processo em curso a realidade não é um dado acabado, pronto, imutável, ao contrário, dinâmico num movimento em que se opera a própria humanização do homem.

As questões que se colocam inicialmente a respeito da análise da paisagem - capaz de permitir a apreensão porme

norizada do espaço geográfico -, referem-se ao estabelecimento e hierarquização dos seus nexos internos, a partir dos quais seu conteúdo poderá ser revelado e onde o "acidental" ganha um conteúdo explicativo.

Enfim o que se coloca aqui é como, através e a partir da paisagem, pode ser percebido o movimento inerente ao processo de (re)produção espacial e seu conteúdo.

"Entre os que - cidadãos: intelectuais, certamente historiadores ou sociólogos - passam por nossas aldeias, descobrem sua fisionomia original ou indeterminada e assustam-se com a sua monotonia ou admiram seu 'pitoresco', quantos sabem que ela não se reduz a uma confusa mescla acidental de homens, de animais e de coisas e que seu exame revela uma organização complexa, uma estrutura?"⁽¹⁾

A vida cotidiana em suas múltiplas atividades, cria as formas, a dinâmica do fenômeno e o seu conteúdo⁽²⁾. O que se pode apreender de um instantâneo do espaço geográfico? Uma fotografia estática, um momento específico de uma história

(1) - Henri Lefebvre - Perspectivas de Sociologia Rural. p. 144, In Introdução crítica à sociologia rural.

(2) - "Toda verdadeira efígie tem sua sombra que a duplica; e a arte se instala a partir do momento em que o escultor que modela acredita liberar uma espécie de sombra cuja existência dela celara seu repouso... Mas o verdadeiro teatro, porque se mexe e porque se serve de instrumentos vivos, continua a agitar sombra nas quais a vida nunca deixou de tremular. O ator que não refaz duas vezes o mesmo gesto, mas faz gestos, se mexe, sem dúvida brutaliza as formas, mas por trás dessas formas, e através de sua destruição, ele alcança aquilo que sobrevive às formas e produz a continuação delas". In Antonín Artaud - O teatro e seu duplo - p. 20/21.

que teve um princípio, mas que está longe de ter um fim? O trabalho materializado de toda uma série de gerações que dia após dia se incorpora, modifica, transforma, pela sua ação, porções cada vez mais significativas do chamado meio circundante? O mundo complexo de uma rede imbricada de relações que se estabelece entre os seres humanos vivendo em sociedade?

A paisagem não é só produto da história; ela reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve do morar, do habitar, do trabalhar, do comer e do beber, enfim do viver. Como determinar as diferenciações que existem a partir de cada elemento da relação entre os membros da sociedade? Como articular o "novo" e o "velho", o "rico" e o "pobre", o "singular" e o "universal"?

"Numa rua de Paris, um hotel da Idade Média afasta-se por si próprio da 'modernidade' ao redor e guarda, em si mesmo, sua distância no tempo. Os edifícios justapostos das ruínas romanas aos bancos, reproduzem, no espaço, as idades da história, a sucessão de suas épocas. Para quem não analisa, o passado vem, muitas vezes, se perder, se mostrar num presente inteiramente presente e aparentemente dado, ou um bloco anacrônico e fora de uso..., o histórico persiste e age sobre o atual"(1).

Lefebvre, nesta passagem, chama atenção para o fato de que a paisagem reproduz, num determinado momento, vários momentos passados que, na articulação com o novo, reproduzem uma paisagem peculiar onde a história tem um peso importante. Por outro lado, ressalta-se a diferença entre o

(1) - Henri Lefebvre - op. cit. p. 146

se vê numa rua parisiense com o que se vê numa rua de São Paulo, por exemplo, como expressão da articulação dos espaços nacionais produzidos em função do lugar que ocupam na divisão internacional e espacial do trabalho.

A paisagem paulista produzida pelo capital é diferente da parisiense - essa diferença se explicita pelo próprio desenvolvimento histórico que faz a França diferente do Brasil, visto que o processo histórico, se reproduz desigualmente. O sentido e a percepção do histórico só pode ser apreendido levando-se em conta esse desenvolvimento desigual (tanto social, quanto espacial).

A América Latina é fruto de um processo de colonização num momento em que a Inglaterra, grande centro desenvolvido da época, comandava o processo de acumulação do capital, baseado principalmente na expoliação através da violência.

Escreveu Marx que "o descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, a escravização e sepultamento das minas da população aborígene, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a conversão do continente africano em local de caça de escravos negros, são todos feitos que assinalam os alvores da era de produção capitalista. Estes processos idílicos representam outros tantos fatores fundamentais no momento da acumulação original"⁽¹⁾.

A reprodução do espaço brasileiro hoje é fruto de um processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas que desde a sua origem repousa na "divisão internacional do

(1) - Karl Marx, O Capital - volume 3, p. 638

trabalho" - e se caracteriza segundo Eduardo Galeano⁽¹⁾ à partir da relação de dois grupos de países: aqueles que se especializaram em ganhar, e aqueles que se especializaram em perder. "Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalancaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta (...) É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu, ou, mais tarde, norte americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros do poder (...). A história do desenvolvimento do capitalismo mundial (...). A força do conjunto do sistema imperialista descansa na necessária desigualdade das partes que o formam, e esta desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas".

O espaço brasileiro, produzido pelo capitalismo monopolista não é a-histórico, sua história é por exemplo aquela da Avenida Paulista: do modo como se dá a destruição dos antigos casarões que marcam o auge da economia cafeeira; é aquela da destruição do palácio Monroe no Rio depois de se gastar uma quantidade imensa de tempo e dinheiro construindo-se uma curva no traçado do Metrô para não destruir o palácio⁽²⁾. É a nossa história, é a história produzida pelo capitalismo dependente, onde o novo e o velho existem e coexistem na paisagem brasileira de modo diferente que nos países não dependentes. Uma reprodução espacial se realiza através da relação en

(1) - Veias Abertas da América Latina. p. 14/15

(2) - Poupado de demolição, no projeto Metrô carioca em 1968, por um consórcio de empresas brasileiras e alemãs. O contorno do edifício acrescentou ao custo da obra U\$700.000 e 22 dias de trabalho. Em 1976, ele foi demolido. (Veja 6.11.85).

tre o novo e o velho que se tornam visíveis através do tipo de construção, largura das ruas, o uso do solo fruto de necessidades históricas de um determinado lugar.

A paisagem geográfica é a forma exterior, a aparência "caótica", sob a qual se descortina a essência articulada e objetiva do espaço geográfico. Esta paisagem, este "instantâneo" que surge, à primeira vista, aos olhos do pesquisador, não é estático mas preme de movimento, de vida, de uma vida rica de relações que o homem (o indivíduo) mantém dia após dia para se reproduzir enquanto ser humano, membro de uma sociedade e enquanto espécie.

Sob esta aparência estática se esconde e revela todo o dinamismo inerente ao próprio processo de existência da paisagem, uma relação fundamentada em contradições; onde o ritmo das mudanças é dado pelo ritmo do desenvolvimento das relações sociais.

Essa paisagem é humana, histórica e social e se justifica, existe pelo trabalho do homem, ou melhor, da sociedade que a cada momento ultrapassa a anterior. É produzida e justificada pelo trabalho enquanto atividade transformadora do homem social, fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, e que aparece aos nossos olhos, por exemplo, através do tipo de atividade, do tipo de construção, da extensão e largura das ruas, estilo e arquitetura, densidade de ocupação, tipo de veículos, tipo de necessidades, usos, etc.

A sociedade produz seu próprio mundo de relações a partir de uma base material, um mundo que se vai desenvol -

vendo e criando a medida em que se aprofundam as relações da sociedade com o espaço.

A natureza aos poucos deixa de ser natural, primitiva e desconhecida para se transformar em algo humano. A paisagem ganha novas cores e matizes, novos elementos, é reproduzida de acordo com as "necessidades humanas".

Esse intenso e incansável processo de produção e reprodução humanos se materializa concretamente no espaço geográfico, e são apreendidos na paisagem através de uma série de elementos: construções, vias de comunicação, plantação, etc.. Portanto percebidos e apreendidos em sua manifestação formal: a paisagem e a vida cotidiana que é percebida através dela.

Vejamos, se as construções poderiam ser tomadas como os elementos estáticos da paisagem, seu tipo, grau de conservação, por exemplo, nos dariam o movimento "escondido" na forma. Dependendo da hora do dia, ou do dia da semana a observação de uma determinada paisagem vai mostrar um determinado momento do cotidiano da vida das pessoas que moram, trabalham e se locomovem num determinado lugar. É o tempo da vida. Nas "horas de pico", quando as pessoas saem de suas casas em direção aos pontos de ônibus que as levarão ao trabalho, as ruas da cidade fervilham, os ônibus trafegam em maior número, os carros congestionam as vias públicas, e os caminhões entregam mercadorias, às vezes produzidas à grandes distâncias dos lugares de entrega. Um pouco mais tarde é o horário dos estudantes que fazem o percurso casa-escola.

No horário do almoço os bares, lanchonetes, pensões e restaurantes, "carrinhos" de sanduiches, se enchem para atender uma parcela da população trabalhadora que não se utiliza da marmita. Nesse horário o movimento na porta das fábricas também é grande. Nas áreas periféricas da cidade os operários se sentam para tomar um pouco de sol (quando há), conversar com seus companheiros, jogar bola ou simplesmente esperar a hora do retorno ao trabalho; repondo com esse pequeno intervalo parte da energia despendida na manhã de trabalho, de um trabalho nem sempre fácil, nem sempre leve, na maioria das vezes massacrante, alienante e embrutecedor. Permanecem aí por pouco tempo, é exíguo seu horário de almoço, logo precisam voltar.

No final da tarde, estes trabalhadores, olhos sem brilho, rostos extenuados de uma jornada estafante de trabalho, tomam as ruas em busca do transporte que os levará para casa. Na melhor das hipóteses 1 hora de traslado em ônibus lotados, sujos, atrasados e caros (para o salário que recebem).

Nos fins de semana o movimento é diferente e a natureza da locomoção é, em sua maioria, outra. A fisionomia das pessoas também, "roupas de domingo", sorriso nos lábios - é bom poder "respirar um pouco" sem a sirene das fábricas, o relógio de ponto ou o olhar vigilante do "chefe" ou do gerente.

Mas estariam eles tão longe de qualquer tipo de vigilância? Estariam realmente livres para escolher o que fazer em suas horas livres? Seriam essas horas suficientes pa-

ra a reposição da energia gasta pela força de trabalho durante a semana? Por um acaso o lazer não é uma mercadoria possível de ser desfrutada apenas pelos que têm suficiente meio de troca? Seria o lazer acessível e permitido a todos os membros da sociedade? Haveria "espaços livres" e lazer gratuito para todos?

1.2. Elementos da Paisagem

Da observação da paisagem urbana depreende-se dois elementos fundamentais: o primeiro diz respeito ao "espaço construído", o imobilizado nas construções, e o segundo diz respeito ao movimento da vida.

1.2.1. Sobre o "espaço construído"

O primeiro aspecto que chama atenção quando se observa a paisagem urbana é o choque dos contrastes, das diferenças. Contrastes estes que vão desde o tipo de utilização que se faz da cidade à diferença entre as mesmas utilizações, isto é, a diversidade dos usos do solo e dentro de cada uso.

④ Tais diferenciações baseiam-se no fato de que, a cidade é antes de mais nada uma concentração de pessoas exercendo, em função da divisão social do trabalho, uma série de atividades concorrentes ou complementares o que enreda uma disputa de usos.

Por outro lado a produção do espaço urbano, fundamenta-se num processo desigual, logo, o espaço deverá, necessariamente, refletir contradições.

No caso do uso produtivo do espaço, este será determinado pelas características do processo de reprodução do capital; é o caso da localização da indústria apoiada pelas atividades financeiras, comerciais, de serviços e da rede de circulação que auxiliam a produção e realização da mais valia.

No polo oposto, o espaço da reprodução da força de trabalho que se manifesta no uso residencial, incluindo o lazer e a infra estrutura necessária: escolas, creches, hospitais, pronto-socorros, transporte e serviços em geral - que são os meios de consumo coletivo.

Entretanto, o modo de utilização será determinado pelo valor que, em seu movimento, redefine constantemente a dinâmica da utilização do solo.

Tal dinâmica conduz, de um lado a redistribuição do uso de áreas, já ocupadas levando a um deslocamento, de atividades e/ou dos habitantes, e de outro a incorporação de novas áreas que importam em novas formas de valorização do espaço urbano. No caso das grandes cidades, por exemplo, ocorre geralmente a deterioração do centro e/ou das áreas centrais que passam a ser ocupados por casas de diversão noturna, pensões, hotéis de 2ª classe, zonas de prostituição. Isso faz com que os chamados "bairros ricos" localizados próximos as áreas centrais sofram uma mudança de clientela; os antigos moradores "fogem" para áreas privilegiadas mais afastadas, surgindo os bairros-jardins, as chácaras, os condomínios "fechados". É a moradia como sinônimo de status.

A população mais pobre também procura as áreas mais distantes, mas por outros motivos: os terrenos são mais baratos, falta infra estrutura e existe a possibilidade da auto-construção.

O segundo aspecto é a concentração. A cidade aparece como uma concentração de construções estáticas e diferenciadas, de gente em movimento, apressadas; de meios de circu-

lação, de placas indicativas e/ou propagandas, de ruas asfaltadas, etc. Em suma é um locus dinâmico de atividades, exercidas por pessoas, de acordo com suas necessidades sociais, vinculadas diretamente ao processo de reprodução do capital, cuja tendência é a concentração, em determinados pontos do território nacional, da acumulação assegurada por uma rede de circulação que agilize a realização do ciclo do capital, tendo, na metrópole sua expressão máxima.

O uso não se dará sem conflitos na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade como um todo; enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena.

Assim a cidade apresenta-se como um fenômeno concentrado e contraditório fundamentado numa complexa divisão espacial do trabalho; numa aglomeração que tem em vista o processo de produção norteado pelo trabalho assalariado, pela socialização do trabalho, pela concentração dos meios de produção e pela apropriação privada.

Aglomerado que busca diminuir a distância-tempo do local de produção ao de consumo da mercadoria e com isso aumentando as distâncias entre as pessoas. Concentração de gente exercendo atividades diferenciadas criando um espaço que repousa em última análise, nas relações contraditórias entre o capital e o trabalho; fundamentado na apropriação que se manifesta juridicamente na propriedade privada do solo e manifestando-se através de usos diferenciados.

São os diversos modos de apropriação do espaço que vão pressupor as diferenciações de uso do solo e a competição que será criada pelos usos, e no interior do mesmo uso. Como os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios, a ocupação do espaço não se fará sem contradições e portanto sem luta.

Por todos os lados a disparidade, a desigualdade entre o "rico" e o "pobre" e entre este e a "miséria absoluta" daqueles que moram embaixo das pontes ou nos bancos das praças. A disparidade expressa-se nas construções, na existência e/ou qualidade da infra estrutura, na roupa e rostos (na rudez ou suavidade de traços). "Cidades arruinadas pelo progresso e mutiladas pela civilização atual"⁽¹⁾.

A paisagem geográfica revela assim os antagonismos e as contradições inerentes ao processo de produção do espaço num determinado momento histórico. E a interrelação entre os fatores físicos e os sociais, será a expressão material da unidade contraditória de relações entre a sociedade e a natureza seja esta natural ou já transformada. Esta unidade é definida por determinações gerais da realidade social e por determinações específicas do lugar, do jogo do poder social local e entre as forças políticas que aí se defrontam.

Podemos analisar o urbano de dois pontos de vista: o do produtor que necessitará de equipamentos de infra-estrutura, de informação, de inovação, de amplas instalações e a do consumidor que usará o espaço fundamentalmente por questões de sobrevivência: o habitar e o trabalho, mas que para tal necessita de equipamentos de lazer, oferecimento de determinados bens e serviços coletivos, de cultura, etc. Em suma, ca-

(1) - F. García Lorca, Impressiones y paisaje -

da um desses personagens tentará usufruir desse espaço do melhor modo possível para o suprimento de suas necessidades, seja a de produzir, ou a de consumir, mas se levarmos em conta que o produzir não exclui o consumo e vice-versa a análise nos colocará outras questões.

O motor do processo espacial será determinado pelo conflito a partir das contradições inerentes às diferenças de necessidades e de pontos de vista de uma sociedade de classes manifesta na propriedade privada do solo e, conseqüentemente no seu uso. A relação entre a propriedade e o uso será mediada direta ou indiretamente pelo mercado.

Cada atividade tenderá a "otimizar" sua localização no urbano em função dos elementos acima observados. A cidade oferece à sociedade um conjunto "ilimitado de escolhas" e de condições de vida. Como cada um satisfará sua necessidade, isto é, consumirá o espaço estará vinculado ao lugar que ocupa no processo de produção geral da sociedade.

As habitações mais "pobres" localizam-se, obviamente, nos terrenos mais baratos junto às áreas com insuficiência ou nenhuma-infra estrutura, junto às indústrias, nas áreas alagadiças, ou mesmo nos morros. As favelas localizam-se nas áreas onde a propriedade privada da terra em princípio não exerce seu poder, isto é, terras da prefeitura ou áreas em litígio.

Nessas áreas a infra estrutura é muito precária ou inexistente. Sua cor é diferenciada das áreas "ricas", estas são verdes, não há crianças descalças jogando bola nas ruas, as casas não são pequenas, exíguas até, nem amontoadas. "To-

da grande cidade tem um ou muitos 'maus bairros' onde se concentram a classe operária em geral, num terreno à parte, oculto aos olhos dos mais felizes. As ruas, não são habitualmente, nem planas, nem pavimentadas, sujas, cheias de objetos" (1).

Galbraith (2) em seu filme "A metrópole" coloca a discussão que Engels fez de Manchester em 1845 quando aquele levantava dados para escrever seu livro "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra". Diz ele, "Em toda parte vê-se montes de detritos de lixo, sujeira, poças d'água estagnadas nos lugares de bueiro e o mau cheiro é tão forte que pessoa alguma, mesmo semi-civilizada poderia achar suportável morar num lugar assim. Pode-se encontrar debaixo de uma ponte de ferrovia, uma viela, ainda mais revoltante que os outros, um buraco que não chega a ter 2 metros de comprimento por 1,5m, aí eu me deparei com duas camas, e que camas, que roupa de cama, que ocupavam todo o cômodo. No fim das contas, o que realmente importa para os ingleses, são seus interesses, é o seu desejo de ganhar dinheiro. Um dia, eu caminhei ao lado de um desses senhores da classe média de Manchester, falei com ele das favelas degradantes e insalubres e chamei sua atenção para as condições degradantes em que vivem os operários das fábricas; disse a ele que jamais vira uma cidade tão mal construída; ele me ouviu pacientemente e, ao chegarmos à esquina nos despedimos; ele me disse: 'É, mas ganha-se muito dinheiro aqui. Bom dia'".

Abstraído-se o ano - 1845 - podemos dizer que assistimos ao mesmo fenômeno em São Paulo. Crescem em escala ca

(1) - Frederick Engels - A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. p. 62

(2) - John Kenneth Galbraith - A metrópole da série a "Era da Incerteza".

da vez maior, na região metropolitana paulista, as favelas, oferecendo uma moradia extremamente precária, insalubre, melhor apenas do que os bancos das praças ou as pontes sobre os rios e os viadutos.

As moradias na periferia apresentam-se amontoadas num misto de auto-construção e favelas, construídos em terrenos pouco valorizados onde se aglomera uma massa de trabalhadores misturada com o exército industrial de reserva e seus familiares em locais cada vez mais distantes daquele de trabalho (o que os obriga a gastos excessivos de horas de transporte, de baldeações, diminuindo mais ainda o tempo de lazer, sem contar, evidentemente, os custos que consome o já "minguado" salário do trabalhador), cuja tônica é a quase ou total inexistência de infra estrutura (rede de água, luz, esgoto, limpeza pública, asfalto, escolas, pronto-socorros, hospitais, etc.) caracterizam-se como áreas de condições sub-humanas de moradia.

O problema da qualidade da habitação da grande massa de trabalhadores nas grandes cidades brasileiras, o modo de vida da população, nos remete, novamente, à situação de Londres, do século passado, analisada por Marx⁽¹⁾ ao discutir a lei geral da acumulação capitalista, onde escreve que: "Todo observador imparcial pode apreciar que quanto mais maciça é a concentração de operários no mesmo espaço, quanto mais rápida é a acumulação capitalista, tanto mais miserável são para os operários as condições habitacionais. É evidente que as 'melhorias' urbanísticas que acompanham o progresso e a riqueza e que significa na prática demolição de bairros mal edifica -

(1) - Karl Marx, El capital, vol. 3, p. 821/822.

dos, a construção de palácios para bancos, etc., o alargamento de avenidas destinadas ao tráfego comercial, jogam os pobres e casebres cada vez piores e mais afastados".

Em 14 de fevereiro de 1843, dizia Gladstone⁽¹⁾ na Câmara comuns "enquanto se registra uma queda da capacidade popular de consumo e o aumento das privações e a miséria da classe trabalhadora, ao mesmo tempo verifica-se uma acumulação constante da riqueza nas classes superiores e um constante incremento do capital". A contradição entre o aumento da riqueza e o aprofundamento da miséria gerada pelo desenvolvimento do capital é analisada nessa perspectiva por Dom Paulo Evaristo Arns em 1974⁽²⁾: "a pujança do crescimento de São Paulo representado pela concentração, sem paralelo no país, dos meios de produção, dos serviços, do capital, da riqueza em fim, vai de par com o crescimento da pobreza. O desenvolvimento paulistano, examinado à luz das condições de vida dos habitantes traduz-se num elevado e crescente desnível entre a opulência de uns poucos e as dificuldades de muitos. O agravamento das condições de vida da maioria é um índice que se revela de modo dramático na inflexão da curva da mortalidade infantil. Em constante declínio a partir de 1940, em 30% entre 1940 e 1950, de 32% entre 1950 e 1960, esta experimentou violento recrudescimento entre 1960 e 1973, tendo aumentado 45%.

É necessário que se diga que o período de 1968 - 1974 é marcado, no Brasil, por um período de expansão da economia brasileira, com aumento à partir de 70, das taxas de investimento e expansão do setor industrial, inclusive de bens

(1) - Citado por Marx, op. cit., volume 3, p. 812.

(2) - Vários autores, São Paulo, 1975 - Crescimento e Pobreza. (apresentação)

de capital e das exportações. Todavia o processo de acumulação realizava-se de forma extremamente concentrada espacial e socialmente, a época do milagre econômico é marcada pela compressão do piso salarial.

A paisagem urbana metropolitana refletirá assim a segregação espacial fruto de uma distribuição de renda estabelecida no processo de produção. Tal segregação aparece no acesso a determinados serviços, à infra estrutura, enfim aos meios de consumo coletivo. O choque é maior quando se observa as áreas da cidade destinadas à moradia. É aqui onde a paisagem urbana mostra as maiores diferenciações, evidenciando nitidamente as contradições de classe. O homem necessita de um espaço para viver, mesmo que este seja debaixo de alguma ponte. Ele necessita de um lugar para comer, dormir, descansar, enfim, um lugar usado para reposição de energia, a reprodução da força de trabalho e da espécie.

A paisagem é uma forma histórica . específica que se explica através da sociedade que a produz, um produto da história das relações materiais dos homens que a cada momento adquire uma nova dimensão; a específica de um determinado estágio do processo de trabalho vinculado à reprodução do capital.

Este proceso de trabalho que deve necessariamente servir a autovalorização do capital, utiliza-se do trabalhador e da cidade como meios diretos de sua realização. Isto ocorre na medida em que, ao mesmo tempo que o capital cria a possibilidade de dispor de trabalho não pago, a cidade vai se materializando enquanto condições gerais do processo de produ

ção, tendo como elemento fundamental a rede de circulação cujo desenvolvimento cria a perspectiva de eliminar o fator distância (mercado-fábrica) pela diminuição do tempo.

Desta feita enquanto o trabalho não pago se concretiza na mais valia, a cidade passa a ser o tempo de circulação cujo limite é dado pelos custos de produção em última análise, o da realização da mais valia produzida no processo de produção.

Portanto, a cidade é antes de mais nada trabalho objetivado, materializado, que aparece através da relação entre o "construído" (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças) e o "não construído" (o natural) de um lado, e do movimento de outro, tanto no que se refere ao deslocamento de homens e mercadorias quanto aquele referente às marcas que representam momentos históricos diferentes produzido na articulação entre o novo e o velho.

"De tal forma que podemos ler nele como se fosse um grande painel, os traços, as inscrições, as realizações de todos os atores da história. Este espaço planetário, assim que descrito e decifrado, é como um quadro gigantesco de escala terráquea no qual estão todos os traços e inscrições do histórico, com seus enfrentamentos, confrontações e provas cujo resultado é o hoje. Provas das quais não estamos seguros de que não tenham sido grandes catástrofes. O espaço tem esse sentido. A história mostra o predomínio do espaço sobre o tempo, do sincrônico sobre o anacrônico. Claro que a história não termina em um dia concreto, o diacrônico não vem expirar no sincrônico, as nações não terminam de lutar pela ocupa

ção do espaço e por manter-se no curso de sua própria explosão" (1) .

O "construído" como fruto do trabalho humano, um produto material, forma histórica concreta do processo de trabalho, aparece, na literatura geográfica, como paisagem humana. Nesse sentido o espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas porque, a cada momento histórico o reproduz de acordo com os objetivos e necessidades da sociedade (produto do trabalho realizado a partir de uma concepção e de um projeto).

Todavia, há outro fato importante a considerar; "o trabalho humano se objetiva na paisagem, aparece nela como resultado; resultado que apaga o processo de criação, esconde a relação capital - trabalho que o norteia, em considerando o processo histórico atual; ambos os termos da relação aparecem exteriores um ao outro - a separação histórica entre o local de moradia e o de trabalho, reproduz esta exterioridade - está claro que um alimenta o outro, mas não que um vem de outro; perdem-se na aparência suas relações internas: 'o trabalhador produz o capital, o capital o produz; o trabalhador se produz, pois, a si mesmo, e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria é o produto de todo o movimento!'. A paisagem capta o 'trabalho existente no espaço', o trabalho objetivado, passado, mas como coisa: indústrias, edificações, máquinas, etc.; e relativamente a seu contraposto, aquele trabalho vivo 'existente no tempo' pela sua própria qualidade, não pode aparecer, ou o faz na figura de quem o personifica. 'Porquanto deve e-

(1) - Henri Lefebvre - Tempos equívocos, p. 244

xistir como algo temporal, como algo vivo, só pode existir como sujeito vivo, no qual existe como faculdade, como possibilidade, por fim como trabalhador"⁽¹⁾.

O processo de produção muda o relevo e interfere nas condições climáticas, muda ou inverte o curso dos rios, transforma as espécies vegetais, interfere no modo de vida do reino animal; tendo no movimento o motor propulsor de seu relacionamento com a natureza, movimento este dado pelas transformações ocorridas a partir do desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade no processo de trabalho. Não resta dúvida que a paisagem não é fruto de uma mera soma de elementos homogêneos, mas de uma interdependência de fatores heterogêneos e contraditórios que se integram no processo espacial.

O que se vê? A "grande obra do homem", a sua vida enquanto ser que produz e que habita um determinado lugar no espaço. Sua obra aparece através do espaço construído, pelo desenvolvimento das técnicas impregnado no tipo da construção, no estilo, refletindo seu estágio cultural e seus valores - revelando a história da ocupação; o padrão revelando o estágio técnico-científico. Enfim o movimento dado pelo "vai e vem" da vida urbana.

1.2.2. O movimento na paisagem

Difícilmente pode-se olhar a paisagem e, abstrair seu movimento intrínseco, ignorar as pessoas, e sentir que há uma identidade entre elas. O andar apressado, o olhar distan

(1) - Amélia Luisa Damiani - Na busca das favelas o encontro do "peão" que permanece.
p. 15/16

te e frio, um único pensamento: o de chegar rápido em algum lugar para se fazer alguma coisa. Uma multidão amorfa. A liberdade perdida (ou quase). O sentido da vida depreciado, o embrutecimento dos sentimentos, os sonhos cada vez mais distantes, às vezes esquecidos. Falta tempo para sonhar, para as utopias.

O urbano marca não só o ritmo da vida, mas o modo de vida e o pensar a vida. "A ideologia que constroi a noção de idéia como o progresso, crença na operacionalidade e no desenvolvimento técnico-científico, ambos a serviço da destruição produtiva da cidade sob o imperativo categórico da 'razão instrumental' que desbasta o terreno de tudo que possa significar obstáculo à circulação da mercadoria e à livre acumulação do capital"⁽¹⁾.

⑦ A razão aparece como a eficiência máxima, a busca da produtividade do trabalho; é essa busca que cria o "operário-padrão", as saudades dos "velhos tempos" em que os adultos ainda podiam colocar cadeiras nas calçadas e ver as crianças brincando - jogando bola, pulando corda, o esconde-esconde, o barra-manteiga, a queimada - em que até se podia sentar e "esperar a vida passar" como ainda ocorre nas pequenas cidades do interior.

Na reprodução do urbano, hoje, o homem se sente isolado, sózinho. Em "sinal fechado", música de Paulinho da Viola, o Autor consegue expressar a um só tempo o ritmo de vida (o tempo no cotidiano) e o isolamento (no urbano).

(1) - Olgária Matos. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças, In Espaço e Debates, nº 7, p. 45.

- Olá, como vai?
- Eu vou indo e você, tudo bem?
- Tudo bem, eu vou indo correndo pegar meu lugar no futuro e você?
- Tudo bem, eu vou indo em busca de um sonho tranqüilo, quem sabe, quanto tempo
- Pois é, quanto tempo
- Me perdoe a pressa é a alma de nossos negócios
- Ah! não tem de que, eu também só ando assim
- Quando é que você telefona, precisamos nos ver por aí
- A semana, prometo, talvez, nos vejamos quem sabe?
- Quanto tempo, pois é quanto tempo
- Tanta coisa que eu tinha a dizer mas eu sumi na poeira das ruas
- Eu também tenho algo a dizer, mas me foge a lembrança
- Por favor, telefone, eu preciso beber alguma coisa rapidamente
- A semana, o sinal, eu procuro você, vai abrir
- Por favor, não esqueça, por favor
- Adeus, não esqueço
- Adeus
- Adeus"

O tempo passa a ser tudo, passa a ser a medida da vida, o sentido do cotidiano. "Então não há porque dizer que uma hora de um homem equivale a uma hora de um outro homem; deve-se dizer que um homem de uma hora vale tanto como outro homem de uma hora. O tempo é tudo o homem não é nada - quando muito é a carcaça do tempo. Não se discute a qualidade. A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada. Mas esta equalização do trabalho (...) muito simplesmente, é um fato da indústria moderna. Na fábrica, o trabalho de um operário quase não se distingue do trabalho de outro operário: os operários só se distinguem entre si pela quanti

dade de tempo que dispendem"⁽¹⁾.

O capitalismo criou não só um novo modo de produção, mas um novo homem - seus gostos, suas idéias, seus desejos, suas necessidades, seu modo de pensar - cada vez menos identificado com o espaço que seu trabalho (direto ou indireto) criou. Na maioria aparece a idéia de algo exterior, que não lhe pertence e a constante necessidade de lembrar ou viver "os velhos tempos".

"Hoje a velha Barra Funda já é lembrança, vive na memória de seus antigos moradores, os poucos que ainda restam e se recordam de uma época que não volta mais"⁽²⁾.

Nós também nascemos e crescemos na Barra Funda, um bairro de imigrantes italianos, das roupas penduradas nas sacadas, das crianças brincando na rua - o carrinho de rolemã, a corda, a bola -, a festejada passagem do "homem" do algo-dão doce, do sorvete de casquinha, ou do "machadinho" (aquele doce rosa e branco duro e açucarado que fazia a alegria da meninada) ou ainda ao homem que trazia uma lata redonda às costas e um "instrumento barulhento à mão" vendendo "bijou". As ruas ainda eram arborizadas, as casas ainda conservavam um "certo estilo"; a farmácia da esquina das ruas Barra Funda e Lopes Chaves era uma autêntica obra arquitetônica do começo do século. Na época do carnaval o "cordão" Camisa Verde e Branco ensaiava nas ruas do Bairro improvisando a "avenida" onde desfilariam no "grande dia". E todos saiam às ruas para vê-los passar alguns corriam atrás e os acompanhavam durante todo o percurso.

(1) - Karl Marx - Miséria da Filosofia - p. 58

(2) - Emanuel V. L. Massarini, Apresentação da obra "Barra Funda: esquemas, fachadas e interiores". Livro de fotografias de Dulce Soares (1982).

Hoje nada ou quase nada restou; a Barra funda se transformou. Não é mais um bairro de migrantes, muitas casas não são mais residenciais, há carros demais, as árvores tombam engolidas pelo progresso, as crianças não brincam mais nas ruas, o "cordão" Camisa Verde e Branco virou Escola de Samba e ensaia numa quadra fechada. O "Centro Macunaima" ainda resiste bravamente, naquela que foi a casa do grande Mário de Andrade. Nada mais; as vozes das "comadres" silenciaram-se, os gritos das crianças se apagaram, as cadeiras nas calçadas foram recolhidas. O grupo de rapazes que se encontrava na esquina para "papear" não existe mais. É o progresso! (1)

A idéia de progresso gesta-se concomitante à do "novo homem" gerado no bojo do desenvolvimento de um "novo modo de produção" criado pela mediação da máquina enquanto meio de produção, fruto do desenvolvimento técnico que levou à mecanização do processo de trabalho, transformando o operário, desde a sua infância, em um componente da máquina e dirigindo sua vida além dos portões da fábrica. Aqui o trabalho mecânico agride de maneira mais intensa o sistema nervoso, reprime o jogo multilateral dos músculos e refreia toda atividade livre, física e intelectual do operário. "O trabalho fácil se converte em um meio de tortura" (2).

⑥ A máquina significa o elo de transformação do homem no processo de trabalho, de seu papel de ser ativo em ser inanimado, fazendo um trabalho sem conteúdo, sob a vigilância estreita do capital, transformado em seu escravo, num

(1) - Esta idéia nos lembra o curta metragem Bexiga Ano Zero que começa com a frase "Gaetaninho, como sempre, saiu de casa para jogar bola. Foi atropelado. É o progresso!"

(2) - Karl Marx, El capital, vol. II, p. 516

número a mais, "a despersonalização das relações sociais se reencontraria no gesto do trabalhador acionando a máquina, sem vinculações com o gesto precedente, porque o trabalhador não é nada mais do que a estrita repetição do gesto"(1).

O aumento do grau de eficiência requerido no processo de trabalho, baseado na racionalidade e eficácia transforma a jornada de trabalho em algo uniforme, regular e contínua, requerendo por parte do trabalhador maior atenção e volume de atividade. (2)

Fora da fábrica, o mundo dos homens passa a ser o mundo das coisas, das mercadorias, a vida em si tem pouco sentido; é o que mostra Francisco Buarque de Holanda na música Construção.

(1) - Karl Marx, 18 Brumário citado por Mattos, op. cit.

(2) - "O mais característico de toda esta era é como a revolução do processo de produção se verifica às custas do operario que chega a pagar com todos os seus cinco sentidos". (Karl Marx, El Capital - Volume II, p.556). Para exemplificar esta idéia Marx cita a revista Reports de outubro de 1856 que narra o dia a dia dos operários ocupados em abrir fardos de algodão cujo mau cheiro provoca náuseas. Nas oficinas o pó e a sujeira que se desprendem irritam os olhos e dificultam a respiração. A bronquite está generalizada, assim como a inflamação da garganta e enfermidades da pele. No Brasil de hoje, não faltam exemplos desse tipo, como o caso da Rhodia que produz solventes clorados contaminando os operários; o caso das indústrias Matarazzo, ou da Nitroquímica, das indústrias metalúrgicas, de vidro, têxteis, etc. Karl Marx, El Capital - volume II , p. 556

Amou daquela vez como se fosse a última
Beijou sua mulher como se fosse a última
E cada filho seu como se fosse o único
E atravessou a rua com seu passo tímido

Subiu a construção como se fosse máquina
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas
Tijolo com tijolo num desenho mágico
Seus olhos embotados de cimento e lágrima

Sentou pra descansar como se fosse sábado
Comeu feijão com arroz como se fosse príncipe
Bebeu e soluçou como se fosse um náufrago
Dançou e gargalhou como se ouvisse música

E tropeçou no céu como se fosse um bêbado
E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Agonizou no meio do passeio público

Morreu na contra-mão atrapalhando o tráfego

Amou daquela vez como se fosse o último
Beijou sua mulher como se fosse a única
E cada filho seu como se fosse o pródigo
E atravessou a rua com seu passo bêbado
(...)

Subiu a construção como se fosse sólido
Ergueu no patamar quatro paredes mágicas
Tijolo com tijolo num desenho lógico
Seus olhos embotados de cimento e tráfego

Sentou pra descansar como se fosse um príncipe
Comeu feijão com arroz como se fosse o máximo
Bebeu e soluçou como se fosse máquina
Dançou e gargalhou como se fosse o próximo"

O mundo que esse homem cria é um mundo que lhe é a lheio, que parece não lhe pertencer. "Seu produto tem uma existência externa, independente dele e representa um poder próprio e substantivo frente a ele"⁽¹⁾

O espaço enquanto produto, também aparece alheio ao seu produtor e seu consumo, se dá de modo diferenciado. Um exemplo disto é o acesso ao lazer, que como qualquer outra forma de bens de consumo, estará determinado pelo lugar que o indivíduo ocupa dentro do processo produtivo da sociedade como um todo e da forma na qual participa da apropriação da riqueza gerada.

Se passarmos pelo bairro do Morumbi, nos fins de semana não veremos certamente os meninos jogando bola na rua. Ao mesmo tempo, encontrariamos - certamente na favela de Paraisópolis, do outro lado do bairro - meninos mal vestidos, descalços e mal nutridos, na rua, jogando bola (de plástico ou de papel), empinando pipa (de jornal), ou jogando bola de gude. Seus pais quando não estão trabalhando, certamente estarão fazendo trabalhos de conservação da casa e suas mães "atoladas" em seus afazeres domésticos. Os momentos de não-trabalho parecem ser poucos, e são na maioria dos casos consumidos em frente à televisão ou, às vezes, nem isso.

As pessoas de classe "média" estarão nos clubs, em piscinas particulares, jogando tenis, etc. A mobilidade que cada indivíduo terá, do ponto de vista do lazer, no espaço, dá-se de modo diferenciado; o "pobre" está confinado a um "pedaço" - geralmente nasce e morre vendo muito pouco - ao

(1) - Karl Marx. Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844. p. 70/71

passo que para as camadas de renda superior da sociedade tal problema não se coloca.

Os contrastes que emanam da observação da paisagem se fundamentam no fato de que o espaço é produzido pelo trabalho social geral da sociedade como um todo e apropriado individualmente; criando uma contradição entre a produção e o seu consumo, fundamentado na contradição capital-trabalho, expressa no fato de que as prioridades e diretrizes do processo de produção do espaço não são as prioridades da sociedade, de modo geral.

A distância social e política entre o ato de produzir e o ato de consumo faz com que a identificação do homem com aquilo que o cerca, seja de estranhamento. A sociedade produz uma obra e não se identifica com ela. O urbano produzido através das aspirações e necessidades de uma sociedade de classes, faz dele um campo de luta, onde os impasses e as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais.

No depoimento dos moradores da cidade, nos poemas que falam do urbano, o que transparece, na maioria das vezes, é o sentimento de perda, a desumanização da vida, o isolamento, mas também a possibilidade de superação e de libertação.

A reprodução do espaço urbano traz em si a idéia de que a cidade cresce e o ser humano desaparece, enquanto ser que tem vontades, desejos, idéias enfim que sente e que se encontra impotente diante da cidade que ele próprio produziu.

Feita a obra, o sujeito não se reconhece como produtor, e tampouco é reconhecido como tal. Um urbano produzi

do em função de finalidade estranhas às necessidades dos indivíduos e distantes de suas aspirações e utopias. Portanto cria-se um espaço alienado, onde a falta de identidade entre sujeito e obra tende a aprofundar-se cada vez mais. Decorrente disto, a cidade aparece também como o espaço dos movimentos reivindicatórios, campo dos conflitos de classe e entre os segmentos que a compõem.

Diante desse quadro concluímos que a paisagem não é estática, que ela sugere movimento intrínseco àquele da produção espacial, além de ser expressão do cotidiano da cidade.

Talvez coubesse à natureza, enquanto instância natural da paisagem a idéia de estática. É bem verdade, que o tempo geológico é muito diferente do tempo histórico; todavia, é com grande rapidez que as poucas áreas "naturais" cedem à "força" progressiva do desenvolvimento das forças produtivas, imprimindo outra dinâmica à paisagem.

É o progresso? É em nome dele que se depreda, destrói e mata. É em seu nome que tudo, até a vida, se transforma em mercadoria. Os meios de obtenção do lucro não interessam. Só o lucro importa. Se matas serão destruídas, se pessoas serão embrutecidas, se sua obtenção implicará na perda do sentido de humanidade do homem, será apenas um "acidente de percurso".

Enfim, a paisagem enquanto forma do espaço geográfico esconde e revela o movimento, sua historicidade e sua natureza social, bem como seu dinamismo determinado pelo ti-

po de "desenvolvimento" que a reprodução do capital imprime ao processo espacial. O urbano aparece como obra histórica que se reproduz continuamente; onde todos os elementos que a tuaram ou atuam no proceso histórico estão inscritos, onde a cidade aparece como a materialização da reprodução das relações materiais de produção de determinada sociedade, num determinado momento da história da humanidade.

Cabe-nos refletir sobre o tipo de espaço produzido no bojo da formação econômica e social capitalista, sobre o "modelo" produzido dentro do processo de urbanização dependente - fundamentado na reprodução das relações de dominação -subordinação imposto pela reprodução do capital a nível internacional.

Nos países dependentes, esse processo aprofunda as contradições expressas nos contrastes das "parcelas" que com põem a cidade, da violência que a paisagem retrata, colocando lado a lado condomínios fechados com guarda armada e as favelas com seus barracos amontoados.

Paul Singer observa que: "Em última análise, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrá rio, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspon dente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. Esta parte da população a-

caba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, etc., formando as famosas invasões favelas, mocambos, etc... Quando os direitos da propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo." (1)

É mister pensar sobre as contradições que emanam da observação da paisagem e das questões que esta nos coloca. O que ela oculta? Como os homens produzem a cidade e nela vivem? Como ela se reproduz no e pelo cotidiano das pessoas? Como se cria a coisificação de um ato essencialmente humano - que cria e dá conteúdo a vida ao mesmo tempo em que reproduz a idéia de estranhamento e redefine a de liberdade?

"Se o fenômeno de urbanização é um dado, a organização e a fisionomia das cidades são, ao contrário, construções mesmo se os agentes que fazem a cidade são múltiplos, são os homens que fazem a cidade... As modalidades de construção das cidades não são dados, mas resultados das vontades explícitas ou implícitas de indivíduos ou de grupos... Correlativamente a esta reflexão é preciso ligar intimamente os fenômenos técnicos, econômicos, sociais e as decisões do poder político. Com efeito, o desenvolvimento das cidades depende de múltiplos agentes, é inevitável que nasçam de tensões ou conflitos. Trata-se de ideais ou de interesses as ve

(1) - Paul Singer. - O uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. In "A produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial", p.33.

zes concordantes mas freqüentemente opostos, colocando em jogo as grandes coletividades, e claro os problemas colocados pela natureza, o campo das prerrogativas e os meios dos poderes políticos tornam-se cruciais"(1)

(1) - Henri Lefebvre - citado por A. Lipietz, in Le tribut foncier urbain - p. 20.

1.3. A paisagem cotidiana⁽¹⁾

O processo do espaço urbano cotidiano está interrelacionado ao processo de reprodução espacial da metrópole paulista, que ao desenvolver-se, tende a ampliar seus limites territoriais formando uma mancha urbana, que apesar de concentrada, apresenta tendência a espalhar-se como se fora uma mancha de óleo, através da incorporação de novos espaços e da transformação e reestruturação de "velhos". Todavia não se apresenta, necessariamente como contínua. O desenvolvimento da mancha urbano da capital paulista dá-se principalmente no sentido leste-oeste já que encontra duas barreiras: a Serra da Cantareira ao norte e as represas ao sul. É exatamente

(1) - Esta será descrita tendo a Rodovia Raposo Tavares como referencial, partindo-se de duas justificativas; em primeiro lugar porque a Rodovia é o elemento marcante na paisagem cotidiana e, em segundo lugar, porque a mancha urbana desenvolve-se no sentido leste-oeste, tendo na rodovia, seu vetor. Para facilitar a compreensão esclarecemos que a descrição será realizada sempre no sentido São Paulo-Cotia. As cartas que introduziremos neste item permitirão melhor visualização do que está sendo dito. A primeira carta situa Cotia dentro da Grande São Paulo, enquanto a segunda mostra o prolongamento da mancha urbana, partindo da metrópole paulista para o oeste, privilegiando a rede de circulação (estradas principais) que permite-nos observar dois fatos: a mancha urbana cotidiana como um prolongamento daquela da metrópole, e sua vinculação com a Rodovia Raposo Tavares. Resta-nos esclarecer que as cartas usadas nesse item foram reproduzidas em sua maioria do Plano Diretor de Cotia, elaborado pela Emplasa em 1978; ou organizadas a partir de informações cedidas por este órgão da Secretaria dos Negócios Metropolitanos do Estado de São Paulo.

COTIA NA MANCHA URBANA DE SÃO PAULO

carta nº 2

1 : 400.000

escala aprox.
1:380.000

áreas urbanizadas

FONTE : ENPLASA 1981 projeto 7343/51

na sua expansão para o oeste que a mancha chega até Cotia, na década de 70, como um prolongamento da mancha urbana paulista na. É uma cidade de 60.000 habitantes, com um paisagem totalmente distinta da cidade de São Paulo, como um todo, uma metrópole de mais de 10.000.000 habitantes, onde o verde aparece de forma esparsa e pontual premiando apenas os bairros de classe alta. Uma cidade com a predominância dos tons de cinza - do concreto - e negro - do asfalto. O colorido aparece apenas nas roupas das pessoas e nos carros que trafegam, sempre com muita pressa, ao passo que em Cotia, ainda encontramos grandes áreas verdes, como remanescente da mata original; não porque seja planejada, ou preservada, mas porque o urbano produz-se de modo descontínuo (com quatro pontos de grande concentração ainda separados mas com forte tendência a se adensarem) e com 30% de sua área dentro da Lei de Proteção dos Mananciais (como mostra a carta).

Mas não significa que a vegetação original mantém-se intacta fora do limite da Lei de Proteção. Nos dias de chuva forte, a cor da água é de terra, consequência de uma intervenção humana predatória que transforma a Rodovia Raposo Tavares num imenso rio vermelho. A cor ferrugem e o volume de terra misturado à água nos dá a dimensão da destruição com que se dá o processo de produção espacial cotidiana, através do parcelamento da terra feito de modo irregular, na maioria das vezes através de loteamentos concebidos e realizados sem qualquer infra estrutura, pois visam apenas o lucro imediato.

Não se pode, em absoluto, afirmar que a paisagem cotidiana seja monótona e homogênea (se é que se pode qualificar alguma paisagem de homogênea), ao contrário, é uma paisagem contrastante. Contraste este que inicialmente se deve ao próprio processo de ocupação da área, que intercala grandes espaços verdes com ainda pequenos agrupamentos com características urbanas, apresentando grandes diferenciações.

A paisagem urbana apresenta, de imediato, duas características básicas: a concentração e a diferenciação. A primeira não é linear, nem necessariamente contínua, o urbano forma-se e articula-se a partir de pontos de aglomerados, principalmente ao longo da Rodovia Raposo Tavares, criando "núcleos" que nem sempre parecem ter identificação direta com Cotia, mas com São Paulo - como o caso, dos bairros da Granja Viana e do Km 21, evidenciando um processo urbano que se dá pelo crescimento de áreas ocupadas e articuladas pela Rodovia Raposo Tavares como ligação importante com a capital metropolitana.

A diferenciação entre usos e intra usos é o que chama mais a atenção do observador; não é a topografia do seu sítio urbano de relevo acidentado e diversificado com suas sucessões de morros, pequenos maciços, várzeas, fundos de vale, mas os contrastes decorrentes do modo como se dá o uso do solo, basicamente o residencial. As diferenças de construções - de seu estilo, do material utilizado, da área construída e do tamanho dos terrenos - da infra estrutura, do plano empregado pelo loteamento (distribuição dos lotes, traçados das ruas) das pessoas que aí moram, do movimento dos carros e ônibus, do vestuário e dos rostos das pessoas dão -nos o grau de disparidade.

Outro aspecto importante refere-se ao fato da mancha urbana cotidiana ter como referencial para seu desenvolvimento a rodovia Raposo Tavares, às margens da qual se localizam, preferencialmente, os estabelecimentos industriais e, conseqüentemente, muitos bairros operários surgidos na década de 70/80 pois antes a tendência era sua localização próxima ao bairro do Portão, edificado nas colinas do planalto paulistano (próximo ao centro antigo).

A mancha urbana cotidiana estende-se ao longo da Raposo Tavares, na direção leste-oeste, começando no km 21, de forma descontínua que intercala espaços construídos e áreas vazias, destacando-se os núcleos de Caucaia do Alto e Morro Grande como núcleos distantes da rodovia, que como conseqüência apresentam fisionomia diferenciada, o primeiro integrante da área agrícola e o segundo vinculado à existência do antigo D.A.E.E.

COTIA:
área urbana
efetivamente ocupada

- área urbana
efetivamente ocupada

1 : 200.000

As obras de alargamento da pista, nos remetem a importância crescente desta via de acesso; os viadutos nos chamam atenção para o fato de que a estrada "rasga" o espaço urbano, que se produz basicamente a partir deste vetor e seu traçado impõe-se na paisagem. Pavimentada no início da década de 20, ligando Pinheiros à Cotia, à época, unia região quase abandonada com algumas roças de produção insignificante; hoje, a estrada marca o prolongamento e intensificação da mancha urbana paulistana, no sentido oeste, redefinindo o papel de Cotia na divisão espacial da Grande São Paulo.

Pouco restou da paisagem das chácaras (estas se distanciam mais de São Paulo em direção a São Roque, Ibiúna) ou dos pioneiros japoneses (o local onde plantavam batatas, no Moinho Velho, se transforma numa área com indústrias e bairros operários). Das antigas áreas de lazer, que existiam na rodovia, encontramos apenas resquícios das áreas de pic-nics, dos campos de boccia, das gangorras e mesas, estas ainda presentes próximo ao Recreio Colonial. As olarias também desapareceram.

Ao lado da rodovia, como se fora uma grande avenida, encontram-se pontos de ônibus onde a população, mesmo antes do sol nascer posta-se para mais uma jornada de trabalho, cujo local, se encontra, na maioria das vezes, muito distante dali; os ônibus cortam a rodovia, em grande número, nas horas de pico. Pertencem à Viação Danúbio Azul que leva e traz, desconfortavelmente, a população, empilhada como gado, e na maioria das vezes apática diante dos altos preços cobrados (relativamente ao salário que recebem) e pelo tipo de serviço recebido. Os ônibus trafegam sem condições de ofere

cer o mínimo conforto à uma população, que já chega cansada ao local onde deverá permanecer um mínimo de 8 horas diárias; e são rostos extenuados e olhos sem brilho que retornam no final do dia.

Em Cotia, não raro, a apatia "normal" da população dá lugar à indignação, e é quando se mobilizam para reivindicar melhores condições de transporte diante de uma prefeitura distante e arisca.

A produção do espaço deu-se de modo "espontâneo", os loteamentos foram sendo criados e as indústrias se implantando, ou o comércio se instalando, nas localizações que lhes trariam maior benefício. O espaço urbano vai-se estruturando sem infra estrutura adequada, sem água e esgoto, asfaltamento das ruas (isto só ocorre no centro), sem paralelepípedos (estas são vermelhas e esburacadas e quando chove os ônibus não entram em determinados bairros, deixando os usuários, sob a chuva, a meio caminho).

Ao lado da Rodovia, outro traço característico da paisagem cotiana é o rosário de estabelecimentos industriais que se instalam basicamente às suas margens. Finalmente a terceira característica é a da descontinuidade da mancha urbana decorrente do modo como ocorre o parcelamento do solo urbano.

Observando a paisagem cotiana, no percurso da Raposo Tavares que se inicia no bairro do Butantã, zona oeste de São Paulo, temos o que se segue:

Em primeiro lugar uma discrepância entre a paisagem do início da Raposo, com a paisagem cotidiana que se inicia no km 21. No seu início, a rodovia se confunde com milhares de outras avenidas paulistas, com semáforos, altos prédios, casas, formando uma área densamente ocupada. Aos poucos a área construída se rarefaz tornando-se menos compacta e apresentando grandes áreas vazias. Nesse trecho, além dos postos de gasolina, e da polícia rodoviária, que são comuns a todas as rodovias, ressalta-se o grande número de motéis (que tendem a se localizar, preferencialmente nas marginais ou nas estradas em áreas próximas à capital paulista). Ainda sobram áreas de lazer, mas pagas, como as do Rancho da Pamonha ou do Recreio Colonial, com lago com pedalinho, ou de restaurantes como o Eduardo Park (na estrada de Caucaia) ou do Programa (no km 39 com play-ground e loja de artesanato).

Os estabelecimentos industriais proliferam e dependendo da hora do dia ou do dia da semana, o trânsito é diferente, e o número de pessoas nos pontos de ônibus também, já o número de cachorros mortos é sempre grande. O processo de produção espacial não contempla outras espécies, o próprio homem tem muita dificuldade em sobreviver. Não raro os jornais noticiam atropelamentos na Raposo Tavares (como deve ocorrer em outras estradas que cortam áreas urbanas). Já que as indústrias ficam em sua maioria às margens ou muito próximo à rodovia, um grande número de pessoas, nas horas de pico, atravessam-na para tomarem o ônibus ocasionando um grande número de acidentes por se tratar de via de alta velocidade e não existirem locais apropriados para a travessia de

pedestres. (As lutas em Cotia por passarelas nos kms 21, 24 e 28 são fruto desse estado de coisas).

Dos kms 21 ao 25 observa-se uma certa continuidade (sem alta densidade) da mancha urbana, constituindo um aglomerado sem vínculos profundos com o centro de Cotia, mas com São Paulo. Esse aglomerado apresenta profundos contrastes. De um lado temos uma área muito pobre e sem infra estrutura, habitada por uma população de baixa renda, situada na área próxima ao córrego que separa os municípios de Osasco e Cotia, (oculto pelo mato alto, e que transborda na época das chuvas inundando as casas próximas) onde encontramos uma pequena favela. Junto a ela observamos uma área de terrenos irregulares cuja ocupação do solo foi feita de modo desordenado, onde abundam as auto-construções, onde a cor predominante é o vermelho da terra desnuda, desmatada sem qualquer planejamento, sem qualquer técnica. Ao vermelho da terra, o verde do mato alto que ladeia o córrego ou toma os terrenos vazios.

O lado esquerdo da Raposo (km 21) era tradicionalmente, o espaço das olarias. Por volta de 50/60 elas sobejavam, hoje desapareceram da paisagem cotiana, cedendo lugar a algumas indústrias (algumas dessas olarias, mudaram-se para áreas mais distantes, encontramos 3 em Caucaia, por exemplo, outras simplesmente desapareceram).

Ainda nessa área, há o que sobrou das antigas áreas de lazer que margeiam a Rodovia. No km 21, há algumas casas de material de construção e a primeira concentração de indústrias: Trufil, USIMIX, Roberts Indústria de equipamentos para colocação de carpetes, Primus (de antenas), áreas

COTIA:
uso do solo

destinadas à futuras instalações industriais (ex.: Dominante), uma casa de lanche, que se mesclam com resquícios de mata original.

Fato curioso, são os anúncios imobiliários, bem como o grande número de imobiliárias. Também alguns hotéis: Scott, Tropical, Emoções e Turis.

Como pode ser observado, na carta de uso do solo, há pontos de concentração de indústrias. Esse trecho é um deles. Apesar de não ser o maior, aqui encontramos várias instalações industriais, preferencialmente às margens da Rodovia. Nesse trecho, o comércio é de cunho local, instalado, próximo à rodovia - caso do Jardim da Glória no km 24/25 ou dentro da Granja Viana.

Nesse trecho contrastando com a área acima descrita, encontramos, em meio a muitas imobiliárias, a famosa Granja Viana, loteamento feito por Nizzo Viana, que iniciado na década de 50, com expansão acelerada nos anos 70, com a implantação de uma série de loteamentos fechados para uma clientela de alto poder aquisitivo.

A Granja Viana começa no km 23,5 com a chácara do Refúgio, lado direito e se desenvolve principalmente desse lado da rodovia. Neste loteamento não só os terrenos são de tamanho maior como o tipo de construção é outro (proliferam as mansões com quadras de esporte, piscinas, churrasqueiras, etc.). Também é diferente o tipo de infra estrutura de serviços e comércio: restaurantes, veterinários, casas de produtos para piscinas, video-clubs, supermercado, escolas de nataçãõ, cabelereiros, em meio a muito verde. As ruas não são asfaltadas, mas tal fato não significa desleixo das auto

ridades e sim opção dos moradores.

Entretanto, dentro da Granja, ou melhor nos limites da Granja fica o Parque São Jorge, onde o padrão de ocupação é outro - aproxima-se do estilo do km. 21. As ruas são de terra muito, mato, disposição irregular dos terrenos, em menor tamanho, preço mais baixo, num mesmo terreno 3 ou 4 casas, uma atrás da outra, num novo "estilo" de cortiço.

O tipo de comércio também é outro. A população também em nada se assemelha à do bairro vizinho. Mas sua origem liga-se àquele. Na concepção de Nizzo Viana, era necessário ter junto às suas terras, uma área destinada aos empregados que aí trabalhariam.

Na Granja também encontramos os melhores colégios da região, o Vinícios de Moraes e o Rio Branco ao lado do Rotary Club; uma igreja e a ASSA (Associação Assistencial Santo Antônio).

Do lado esquerdo da Rodovia ficam outros dois loteamentos de luxo: o Vila Viana e o Passárgada; e ainda o Jardim da Glória, de classe média, com terrenos menores (250m²), ruas largas, com paralelepípedos, ocupando antiga área de plantação de batatas feita por japoneses. Também um pequeno centro comercial e de serviços, e, é claro, imobiliárias.

Esses loteamentos foram feitos segundo um determinado padrão de implantação. A Vila Viana foi loteada em 1975 pelo filho de Nizzo Viana, Eduardo Ribas Viana, e os lotes são os maiores da área (em torno de 25.000m²); 15 estão construídos e 8 em construção.

O Passargada foi feito em 1973 pelo Meridien S.A. Empreendimentos e Participações, a partir da idéia dos bolões o que reduziria o trânsito nas ruas uma vez que seriam sem saída, como pode ser constatado na carta (em detalhe).

Outra característica desse loteamento foi a previsão de uma área de lazer (no caso um club com piscina e play ground) e uma de comércio. Mas, mesmo fazendo parte do contrato de compra, o clube não foi feito, nem tão pouco a zona comercial.

O Jardim da Glória, a princípio foi concebido (1963) para ser um loteamento popular, metade da área seria destinada à instalação industrial e a outra à residência. Dois anos depois, os preços da terra dobraram e acabou sendo destinado à classe média. Tem 542 lotes e 220 casas, as ruas são mais largas do que nos outros loteamentos, o verde ocupa uma área razoável e uma guarita com guarda protege a entrada.

Nas proximidades deste último que fica próximo à rodovia, e nas margens desta há uma área comercial e de serviços voltada principalmente ao atendimento da Granja Viana

(conforme veremos mais adiante).

Entre os kms 23 e 25 encontramos os loteamentos mais arrojados tanto do ponto de vista arquitetônico, quanto do plano urbanístico. Além dos citados temos ainda o Park Residence, Granja Viana II, Jardim Mediterrâneo, o São Paulo II (construído em bolsões, a exemplo do Passárgada), o Parque Silvino Pereira (loteado pela Esquadro em 1971, totalmente fechado, com lotes grandes, área com lagos, mansões com piscina e quadras de tênis).

Estes se destacam do que se chama a Granja Velha (centro do aglomerado) onde a densidade de ocupação é maior, os terrenos são menores, construídos com outra característica urbanística ornando um bairro de classe média, numa área contígua onde não há guaritas nas ruas, tem um "ar de bairro" não de condomínio fechado como os outros. O traçado também lembra um bairro com algumas avenidas de maior circulação. Há, também aqui, dois pequenos núcleos comerciais e de serviços.

Com exceção do parque São Jorge e do Jardim da Glória, todos os outros loteamentos estão razoavelmente distantes da rodovia, o que garante "certa privacidade".

Percorrendo os bairros citados, notamos que o trânsito de pessoas e carros é muito pequeno, o silêncio só é rompido quando nos aproximamos da Rodovia. Aí os ônibus da Danúbio Azul - empresa que detém o monopólio dos transportes coletivos em Cotia - cruzam a pista em velocidade superior ao desejado (afinal é necessário "não perder tempo"); e a quantidade de veículos que trafega - depende da hora do dia

e da fiscalização. Nem sempre a empresa, coloca "na rua" o número de ônibus que lhe é determinado pelas autoridades "competentes", fazendo com que os usuários tenham uma viagem ainda pior do que o normal, sem contar com o tempo que são obrigados a esperar nos pontos. Segundo o METRÔ, órgão da Secretaria dos Negócios Metropolitanos que coordena o transporte intermunicipal, o prazo de espera do usuário deveria ser em torno de 3 minutos (que é a frequência com que os ônibus deveriam sair da garagem), mas como a empresa não obedece às normas estabelecidas, a espera chega a superar 40 minutos⁽¹⁾. Veículos de passeio e caminhões também compõem o cenário.

Esta área apresenta uma mancha urbana até certo ponto contínua. Dos quilômetros 25 ao 28 não encontraremos loteamentos ao longo da rodovia. A partir do km 26 às margens da Rodovia, as indústrias começam novamente a marcar presença, há uma nova concentração de estabelecimentos industriais como a NBC ou a Termoplástico, Lucas CAV do Brasil, a Sarco, etc. Possui um comércio de padrão e oferta de mercadorias diferente da Granja com bares, casa de materiais para construção, churrascaria e bar que atende os usuários da Rodovia.

A cor dessas construções também é diferenciada mesclando-se com o vermelho da terra com sinais evidentes da erosão, produzida pela ocupação "predatória".

Nos kms 28/29 encontramos as indústrias mais poluidoras do município: é o bairro do Rio Cotia. Entre elas a Leiner do Brasil (multada várias vezes pela CETESB), a IPROL e outras como Por do Sol, Hoetichf, Nortof, Nogan, Cosigua

(1) - Tal fato será analisado no capítulo III

(Companhia Siderúrgica da Guanabara), a Sicra.

Há aqui indústrias químicas que jogam seus detritos no Rio Cotia. A maioria das indústrias se localiza no vale; nas encostas vemos as casas dos operários como que penduradas, num cenário desolador: a pobreza da moradia, as chaminés das indústrias e a poluição do rio, o odor desagradável.

No Rio Cotia, as casas são pequenas, sem infraestrutura construídas em terrenos exíguos. As ruas são tortuosas, sem asfalto, de terra e esburacadas, onde o esgoto corre a céu aberto; e o mato dá a sensação de abandono.

A partir daí, os estabelecimentos industriais dominam a paisagem. Vislumbramos as grandes silhuetas da Coopers do Brasil S/A, da Schrunck do Brasil, a Fierminich, a Lorileaux, além da Cooperativa Agrícola de Cotia, o Laboratório Wellcome etc.

À medida que nos aproximamos do bairro do Portão (km 31), início do núcleo principal, aumenta o adensamento e muda o tipo de comércio: ao lado das imobiliárias, encontramos uma revendedora Volkswagen, uma lanchonete com uma grande área vazia que serve de parque de estacionamento da Empresa de Ônibus Danúbio Azul. No alto da colina, a indústria Lewis domina a paisagem, em frente, no vale, uma das mais antigas indústrias de Cotia, a Genovesi - às margens da Raposo. Ao seu lado uma escola e, em seguida a Kendall.

As casas de materiais de construção passam a marcar presença na paisagem.

Nesse trecho, a Raposo Tavares vira uma avenida cortando o aglomerado urbano. A ocupação é semelhante a de uma avenida de periferia onde se misturam casas residenciais térreas, sem jardim, pequenas e mal conservadas, com casas comerciais e serviços de borracharia e oficina mecânica, postos de gasolina; uma ocupação fundamentada no desenvolvimento da circulação rodoviária.

Do lado direito, na colina encontramos o Jardim Coimbra (conhecido como Morro do Macaco) onde as casas foram construídas nas encostas amontoadas, de forma precária. Não é servida por linhas de ônibus e não tem comércio. É considerada uma área de favelas devido à precariedade da infraestrutura e ao fato das casas parecerem penduradas no morro, entretanto, as casas em sua maioria são de tijolo e madeira, exíguas, muitas pessoas dormindo num mesmo cômodo. A população que aí mora é formada por imigrantes, sobretudo mineiros, e no que se refere à atividade profissional, a maioria não é qualificada.

Ao lado encontramos, com padrão arquitetônico semelhante, o Jardim Dinorah e o Stela Maris; bairros de população de baixa renda. Apresentam paisagem semelhante ao Jardim Coimbra, com o agravante de aí encontrar-se o Frigorífico de Cotia, que polui o ar e a indústria química Manoel Roberto Vieira Pereira Nunes instalada em 1965 que tinge de verde as casas, as roupas nos varais e os operários que aí trabalham.

Em frente à essa área, do lado esquerdo da Rodovia, temos o bairro Santo Antonio do Portão que até a década de

60 era um aglomerado isolado e que hoje se liga ao centro da cidade formando uma mancha contínua que vai do km 31 até o km 37 da rodovia. São bairros de classe média mesclados com bairros de baixa renda. No primeiro caso temos o Portão, o Jardim Nomura, o São Francisco. As ruas são asfaltadas, as casas maiores, terrenos com jardins e infra estrutura urbana. É no Jardim Nomura que encontramos o Forum, a Prefeitura, a Pró-Cotia e o hospital de Cotia, um pouco distantes do núcleo antigo da cidade (que dista aproximadamente 3 kms.).

O portão apresenta ao mesmo tempo área de população de classe média e de baixa renda e a localização de indústrias. Tal ocupação ocorre, por exemplo, próximo à Lewis do lado oeste, onde ocorre mescla de tipos de construções; algumas mais conservadas, outras mais modernas, alguns barracos; casas semi-acabadas, umas de tijolos outras de blocos, em meio a terrenos baldios invadidos pelo mato.

O centro da cidade de Cotia apresenta uma configuração diversa daqueles núcleos dos km 21-25 e 27-29; este desenvolveu-se a partir do sítio primitivo da cidade (transformada em município em 1860), inicialmente em acrópole. Expandiu-se descendo as encostas atingindo o vale e "engolindo" a rodovia.

Quanto ao uso do solo urbano podemos perceber que no centro de Cotia localiza-se o comércio diversificado, com um padrão diferente do encontrado na área formada pelos kms. 21 a 25 ou no Bairro do Portão, ou daquele que aparece ao longo da Raposo Tavares (este basicamente voltado à população que se dirige as suas chácaras de fim de semana ou que buscam um restaurante de estrada). Aqui também estão concen

tradas as escolas, o atendimento médico e uma variada gama de serviços - dentistas, médicos, advogados, escritórios de arquitetura, sede dos jornais da cidade, ponto de taxi, etc.

O parcelamento do solo dá-se através de terrenos menores, casas próximas umas das outras caracterizando maior adensamento urbano que, do topo da colina se desenvolve até o vale.

No que se refere as indústrias, também observamos que a maior concentração ocorre entre os kms 27 e 33, é também aí que encontramos as mais importantes como a Mannesman Demag, a Lucas CAV do Brasil, a Genovesi a Liner do Brasil, Iprol, Lewis, Kendall, a Consiqua, Nogan, etc. As químicas, como já dissemos localizam-se no Bairro do Rio Cotia, as de materiais de construção próximas ao aglomerado central junto com as têxteis. A carta de uso do solo torna nítido o fato de que a mancha urbana é descontínua e de onde podemos inicialmente concluir que o desenvolvimento do espaço cotiano dá-se a partir de aglomerados (nem todos datando da mesma época) cuja articulação não se dá necessariamente em torno do núcleo antigo.

O primeiro núcleo é evidentemente o núcleo central que compõe, basicamente, o sítio original da cidade, cujo desenvolvimento atingiu o bairro do Portão, inicialmente isolado e o aglomerado do Bigarelli originado em torno da indústria textil (a Demetrio Calfat e a Textil El-Di). Esse núcleo apesar dos "vazios" intersticiais, apresenta em relação ao resto da área urbana cotiana maior densidade de ocupação e uma maior diferenciação interna quanto ao uso. É no centro

que se localizam, como já vimos, um comércio diversificado e as atividades de serviços. Seu crescimento, entretanto, nem sempre acompanhou o desenvolvimento da infra estrutura necessária à implantação urbana. Por exemplo, no Jardim Nomura as ruas são largas e asfaltadas mesmo quando o número de casas é pequeno e conseqüentemente os terrenos vagos numerosos, como é o caso do loteamento "Herdeiros de Luisa Aires", situado atrás da Prefeitura, com casas do mesmo padrão arquitetônico da Granja Viana, mas em terrenos menores. (Estão à venda lotes a partir de 300 m² em ruas asfaltadas). São situados em áreas silenciosas com ruas sem trânsito, contrastando com a área central.

Da área central, da Praça Joaquim Nunes, sai em direção ao interior, a avenida Antonio Mathias de Camargo, bastante longa (em torno de 6 km) parcialmente asfaltada e que apresenta uma paisagem de contrastes. Pontilhada por loteamentos alterna aspectos urbanos com rurais: áreas plantadas, sítios que vendem leite, algumas chácaras e sítios. A abertura de loteamentos como Petrópolis, Panorama, Arco Iris, substituindo as áreas de plantio produz os maiores contrastes. São loteamentos de população de baixa renda, com terrenos irregulares, ruas tortuosas; casas de auto-construção, feitas de blocos, as roupas penduradas em varais na frente ou ao lado da casa. Com freqüência encontramos mais de uma casa num mesmo terreno. Não há asfalto nem transporte regular. Os moradores desses loteamentos geralmente trabalham em São Paulo (nos bairros de Pinheiros, Santo Amaro e no Centro).

Podemos considerar como segundo aglomerado aquele formado pela área delimitada pelos km 21 e 25 da Raposo Tavares (descrito anteriormente) e como terceiro o do vale do Rio Cotia (também já descrito).

O 4º aglomerado a ser considerado⁴ é aquele do Morro Grande, um bairro isolado, que nasceu em função da instalação, no local, do DAEE (Departamento de Água e Esgoto). Como a área era totalmente despovoada tal empreendimento implicou na criação de um núcleo. O governo, através do DAEE, construiu moradias para seus funcionários, todos vindos de São Paulo e sem nenhum vínculo com Cotia. Dispunha de uma área de lazer muito grande, com clube, piscinas, mini-zoológico, quadras de esporte e jardins bem cuidados. Na década de 70, com a repassagem do sistema do DAEE para Sabesp, desativou-se o núcleo. Os moradores foram obrigados a deixar suas casas, que hoje se encontram abandonadas.

A estrada de Morro Grande era estrada de segurança, pois margeava as adutoras de água, portanto era freqüentada apenas pelos caminhões do DAEE, o que explica o baixo adensamento imobiliário, em área de grande beleza e a existência de clubes de campo. Todavia, já podemos perceber o início de loteamentos, com placas indicativas em profusão, na medida em que a estrada muda de função.

Finalmente o distrito de Caucaia do Alto, situado a 16 kms. do centro de Cotia, ocupando uma área de 75 ha, onde predominam atividades hortifrutigranjeiras e chácaras de recreio. O pequeno núcleo urbano é composto por pequenas lojas comerciais, 2 bancos, a estação, um supermercado, algumas casas em torno da praça da Igreja.

Podemos constatar que o crescimento da cidade dá -
-se modificando as condições do espaço não só através de novos loteamentos como através das modificações que vêm ocorrendo nas condições de comunicações e dos transportes, fundamentalmente das estradas.

A Raposo Tavares tornou-se uma estrada quase que totalmente duplicada⁽¹⁾; as estradas vicinais asfaltadas formam uma infra estrutura material importante na reprodução deste espaço urbano. A aglomeração dos meios de trabalho e dos operários leva à concentração espacial, que se cria e se desenvolve em função das condições do processo produtivo e da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho que ocorre dentro do processo produtivo, manifesta-se espacialmente, caracterizando-se pela separação entre o local de trabalho e de moradia. Essa profunda divisão espacial e temporal coloca-se como fundamental na reivindicação por melhores condições de transporte e de vias de acesso ao local de trabalho. No caso específico de Cotia, uma cidade que cresceu com grandes problemas de infra estrutura (como água, esgoto, falta de escolas, asfalto, etc.), a única reivindicação que consegue atingir e englobar boa parte da população é exatamente a que se refere ao transporte coletivo.

O sistema viário e de transporte não se estrutura a partir do fato de que a produção do espaço urbano tem distanciado cada vez mais o lugar de moradia do de trabalho e sim, para reproduzir as condições gerais de produção: as indústrias necessitam, sem perda de tempo, enviar suas mercando

(1) - No que se refere aos Km. 10 a 44, que corta a área de estudo.

rias ao mercado e receber as matérias-primas e auxiliares de que necessita.

Assim o sistema viário materializa a divisão espacial (entendida na sua relação com a técnica e social do trabalho) articulando parcelas do espaço, estabelecendo e aprofundando vínculos e neutralizando o espaço pelo tempo. Desse modo, cada cidade é parte integrante de uma totalidade espacial. É impossível pensar Cotia sem a metrópole, por exemplo.

E o cotiano? Seu modo de vida é o mesmo do habitante da metrópole? Suas angústias e tensões são as mesmas? O que ele pensa de "sua cidade"?

A idéia que se pode ter, andando por Cotia, é que essa população mora como em qualquer outro lugar. Aqui também aparecem as grandes contradições que podemos ver alhures. Parte da população mora em condições subhumanas, em casas exíguas, sem infra estrutura, com baixo grau de higiene. Andam com olhos baixos, meio arcadas pelo peso dos ombros, demonstrando mais idade do que realmente têm; ao serem interpelladas sobre seus problemas, respondem ora com raiva, ora com resignação. Na maioria a certeza de que é melhor ficar calada, ignoram seus direitos e têm medo de exigir. A maioria se curva diante do "poder da autoridade" fato que podemos perceber, nas pesquisas de campo, e na Iª Reunião das SAB'S de Cotia, realizada no clube cotiano em 1985⁽¹⁾.

Fica, assim evidente na paisagem, na diferenciação dos bairros, nos gestos, nos olhos, no silêncio, na expressão e nos traços do rosto das pessoas a contradição entre a

(1) - Que será tratada no capítulo III.

produção coletiva do espaço e sua apropriação privada, funda
da na contradição capital-trabalho. Uma (re)produção espa -
cial que se dá em função dos interesses, necessidades e obje -
tivos de uma parcela da sociedade que personifica o capital
e não a sociedade como um todo.

oOo

A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

"... é possível caminhar horas a fio sem descobrir o começo do fim, sem descortinar o mínimo indício que assinale a proximidade do campo".

F. Engels

2.1. O uso do solo urbano

A reprodução do espaço urbano recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital. Se de um lado aproxima indústria, matérias primas (e auxiliares), meios de circulação (distribuição e troca de mercadorias produzidas) a força de trabalho e o exército industrial de reserva; de outro lado "aproxima" pessoas enquanto consumidoras.

A cidade é essencialmente o locus da concentração de meios de produção e de pessoas. Lugar da divisão econômica do trabalho (o estabelecimento industrial num determinado lugar, os galpões, os escritórios em outros); da divisão social do trabalho dentro do processo produtivo e na sociedade e um elo na divisão espacial⁽¹⁾ do trabalho na totalidade do espaço (tanto a nível local, regional, nacional, como internacional).

A cidade tem sido analisada como concentração de população, instrumentos de produção, necessidades, atividades, serviços, infra-estrutura, reserva de mão-de-obra e (sobretudo) mercadorias. Calabi e Indovina⁽²⁾ analisam essa concentração como vinculada à concentração do capital enquanto fenômeno puramente econômico.

Aqui há duas ressalvas a serem feitas: em primeiro lugar, o espaço urbano aparece como concentração através da cidade; esta é uma das condições históricas necessárias ao seu aparecimento, que transcende o meramente econômico.

(1) - Envolve a interrelação entre a divisão social e técnica do trabalho

(2) - Sobre o uso capitalista do território, in Archivi di Studi Urbani e regionale anno IV; nº 2, junho de 1973, pp. 1 a 20.

A segunda ressalva diz respeito ao fato de que a idéia de urbano transcende aquela de mera concentração do processo produtivo stritu sensu. O urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca) mas também às sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma, o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim, é um modo de vida. É, todavia, na materialização da divisão espacial do trabalho que aparecem as relações contraditórias do processo de reprodução do capital.

Nesse sentido ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço urbano produzido. Enquanto materialização do trabalho social instrumento na criação de mais valia é condição e meio para que se instituem relações sociais diversas. Enquanto tal, apresenta um modo determinado de apropriação que se expressa através do uso do solo. O modo pelo qual esse uso se dará dependerá, evidentemente, dos condicionantes do seu processo de produção. No caso da sociedade capitalista estará determinado pelo processo de troca que se efetua no mercado, visto que todo produto capitalista só pode ser realizado a partir do processo de apropriação, no caso específico, via propriedade privada.

Assim a cidade aparece como um bem material, consumida de acordo com as leis da reprodução do capital. Este processo tem por característica fundamental produzir um produto

fruto do processo de trabalho enquanto processo de valorização, que seja mercadoria e que se realize através do mercado. No caso do espaço urbano ele é um produto que possui um valor de uso e de troca específicos: enquanto produto do processo é mercadoria, enquanto condição para produção é capi - tal fixo.

O uso do solo ligado a momentos particulares do processo de produção das relações capitalistas, é o modo de ocupação de determinado lugar da cidade, a partir da necessida - de de realização de determinada ação, seja a de produzir, consumir, habitar ou viver. O ser humano necessita, para viver, ocupar um determinado lugar no espaço. Só que o ato em si, não é meramente de ocupar uma parcela do espaço, tal ato en - volve o de produzir o lugar.

Tal necessidade advém do fato de se ter que suprir as condições materiais de existência do ser humano, da produ - ção dos meios de vida, que varia de acordo com o desenvolvi - mento das forças produtivas (que traz implícita a (re)produ - ção do espaço). "Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. A forma como os homens produzem esses meios depende em pri - meiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não deve - mos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determina - do de atividades de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado (...). O que são (os indivíduos) coincide portanto com a sua produ -

ção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais de sua produção" (1).

Nesse sentido a história tem uma dimensão espacial e emerge no cotidiano das pessoas através do modo de vida urbano. O urbano, enquanto produto da produção e reprodução dos seres humanos, é produto histórico, ao mesmo tempo em que é realidade presente e imediata.

A produção espacial realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar num momento específico. Do ponto de vista do produtor de mercadorias a cidade materializa-se enquanto condição geral da produção (distribuição - circulação e troca) e nesse sentido é o locus da produção (onde se produz a mais-valia) e da circulação (onde esta é realizada). Assim entendida, a cidade é também o mercado (de matérias-primas, mercadorias e de força de trabalho); as atividades de apoio à produção (escritórios, agências bancárias, depósitos, etc). Todavia, como o processo é concentrado a cidade deverá expressar essa concentração.

Do ponto de vista do morador, enquanto consumidor, a cidade é meio de consumo coletivo (bens e serviços) para a reprodução da vida dos homens. É o locus da habitação e tudo o que o habitar implica na sociedade atual: escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e lazer, ócio, shopping, etc.

O modo como estas atividades se materializarão no urbano dependerá de uma série de fatores. No caso do lugar dedi-

(1) - Karl Marx e Friederich Engels, Ideologia Alemã, vol. I, pág. 19

cado à atividade produtiva, a diminuição dos custos de produção será a coordenada principal a ser seguida; no caso da atividade comercial o acesso ao mercado; no caso da circulação, as vias rápidas que tendem a eliminar o processo de desvalorização do capital, diminuindo cada vez mais o tempo de percurso, no que se refere aos serviços, determinados tipos tendem a localizar-se em áreas próximas aos centros de negócios, outros nas radiais, outros ainda em zonas específicas. Finalmente o uso residencial será determinado pelo papel que cada indivíduo ocupará (direta ou indiretamente) no processo de produção geral da sociedade e, conseqüentemente, de acordo com o lugar na distribuição da riqueza gerada.

Assim a diferenciação dos usos será a manifestação espacial da divisão técnica e social do trabalho, num determinado momento histórico. A forma em que se apresenta é decorrente do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade, das condições em que se dá a produção e do desenvolvimento do processo de humanização do homem.

O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esse pleito será, por sua vez, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares. Tal articulação expressar-se-á na desigualdade e heterogeneidade da paisagem urbana.

O uso do solo tem sido analisado a partir da classificação fundamentada nos setores de atividades (industrial e comercial) e no residencial. A classificação que será utilizada nesse trabalho tem como ponto de partida as relações sociais de produção, logo, o uso vinculado ao processo de produção e realização da mais-valia (a totalidade do processo de produção) e o uso para a reprodução da sociedade. Por outro lado, faz-se necessário repensar o uso do solo vinculado à teoria do valor, na medida em que se paga um tributo para se fazer uso de uma determinada parcela do espaço; seja enquanto moradia, local de produção, de prestação de serviço, ponto de venda, etc.

Para ter-se acesso a um pedaço de terra é necessário pagar-se por ele (através da venda ou do aluguel) pelo fato de que, na sociedade atual, o uso é produto das formas de apropriação (que tem na propriedade privada sua instância jurídica). Por outro lado o preço é expressão de seu valor.

Harvey⁽¹⁾ discute o valor de uso como o sustentáculo conceitual do tratamento geográfico dos problemas de uso do solo. Chama a atenção para o fato de que a teoria do uso do solo urbano deve ser debatida a partir da teoria do valor, fundamentada na unidade entre valor de uso e valor de troca. Para o Autor, o solo e as benfeitorias, no capitalismo, são mercadorias especiais e o valor de uso não é o mesmo para todas as pessoas, nem constante no tempo. Os valores de uso refletem um misto de necessidades, reivindicações sociais, hábitos culturais, estilos de vida e, não são, arbitrariamente, estabelecidos pela pura soberania do consumidor.

(1) - David Harvey, Justiça Social e a Cidade, cap. V

A nosso ver a discussão do valor do espaço nos remete à idéia do espaço-mercadoria, e na forma através da qual o espaço apropriado aparecerá como propriedade de alguém. Trabalhar com a forma de propriedade territorial significa estudar o caráter geral das relações espaciais de produção, o monopólio de certas pessoas que está pressuposto na propriedade e que dá a estas o direito de dispor de determinadas parcelas do espaço geográfico como esferas privadas, excluindo os demais e determinando como tal parcela será utilizada e qual a classe social que irá desfrutá-la.

Tal comportamento se expressará na segregação espacial fruto da diferenciação de classe; de seu poder econômico político e social. "Entretanto mesmo onde a separação dos grupos sociais não aparece como uma evidência gritante no terreno, uma pressão nesse sentido e traços de segregação aparecem. O caso-limite, o resultado último é o gueto. Observamos que há muitos guetos e tipos de gueto: aqueles dos jardins, e dos negros, mas também o dos intelectuais, à sua maneira são guetos, as pessoas de altas rendas também se isolam em guetos de riqueza. O lazer tem seus guetos. Lá onde uma ação harmonizada tentou fundir as camadas sociais e as classes uma separação espontânea rapidamente ocorre".⁽¹⁾

Calabi e Indovina⁽²⁾ também se remetem à questão da segregação espacial; escrevem: "a cidade(...) é um produto total. Ela tem um valor de uso e tal valor depende das 'necessidades historicamente determinadas'; diante de tal valor de uso ela é um produto para a troca, ou seja, ela própria é mercadoria. Isto é, todo uso da cidade está ligado direta ou in

(1) - Henri Lefebvre - Le Droit à la Ville, p. 99

(2) - Op. cit., pp. 7 e 8

diretamente a uma troca. Ela pode ser usada somente se, e en quanto objeto de troca. Dado que o produto social não se distribui de modo uniforme, mas de acordo com as relações sociais capitalistas, o uso condicionado pela troca é discriminado do mesmo modo como o é a distribuição do produto. Isto é, delinea-se um uso parcial, individual e discriminado da cidade(...). O uso não pode deixar de ser 'parcial' e ligado estreitamente, não aos elementos de mediação superestrutural, mas aos dados do conflito emergente e à estrutura de contrapoder que as classes subordinadas constroem no processo de luta".

O uso da cidade, remete-nos à análise das relações sociais de produção. O mercado será o elo, os seus mecanismos determinarão a garantia de acesso à propriedade privada, pela possibilidade de pagamento do preço da terra.

Os fatores que determinarão a formação do preço vinculam-se principalmente à inserção de determinada parcela no espaço urbano global⁽¹⁾ tendo como ponto de partida a localização do terreno (por exemplo, no bairro), a acessibilidade em relação aos lugares ditos privilegiados (escolas, shopping, centros de saúde, de serviços, lazer, áreas verdes, etc.), acesso à infra-estrutura existente (água, luz, esgoto, asfalto, telefone, vias de circulação, transporte), à privacidade e secundariamente temos os fatores vinculados ao relevo que se refletem nas possibilidades e custos de construção. Finalmente um fator importante: o processo de valorização espacial.

A evolução dos preços, todavia, interrelaciona-se com as condições de reprodução do espaço urbano, no que se refere ao modo como se desenvolve a produção das condições gerais de reprodução do sistema e dos custos gerados pela aglomeração, pelo grau de crescimento demográfico, pela utiliza -

(1) - Como será analisado posteriormente.

ção do solo, pelas políticas de zoneamento ou de reserva territorial e pelas modificações do poder aquisitivo dos habitantes.

Assim enquanto as classes de maior renda habitam as melhores áreas, seja as mais centrais ou no abandono destas (no caso das grandes cidades onde afloram os aspectos negativos da cidade tais como poluição, barulho, congestionamento) em busca de lugares mais distantes do centro, em busca de um novo modo de vida em terrenos mais amplos, arborizados, silenciosos, e com maiores possibilidades de lazer. À parcela de menor poder aquisitivo da sociedade restam as áreas centrais, deterioradas e abandonadas pelas primeiras, ou ainda a periferia⁽¹⁾, logicamente não a arborizada, mas aquela onde os terrenos são mais baratos, devido a ausência de infra-estrutura, à distância das "zonas privilegiadas"⁽²⁾ da cidade, onde há possibilidades da auto-construção, da casa realizada em mutirão. Para aqueles em que não existe nem essa possibilidade, o que sobra é a favela, cujos terrenos, em sua maioria, são lugares onde os direitos de propriedade não vigoram.

Ao exército industrial de reserva que não consegue sequer viver de "bicos" (do comércio de semáforo, por exemplo) mas de esmolas, sobra-lhes os bancos públicos, as marquises

(1) - Estamos usando o termo periferia num duplo sentido:

1º como áreas nas bordas da mancha urbana que podem ser caracterizadas como áreas de expansão da cidade e que englobam tanto uma população de alta renda quanto de baixa. O segundo sentido se refere à idéia de periferia tratada por Sandra Lencioni, como uma particular manifestação especial da problemática da reprodução da força de trabalho em contexto urbano (in Agricultura e Urbanização p. 2)

(2) - determinada pelo conjunto de valores criados socialmente num dado momento do desenvolvimento do processo urbano.

ses ou o abrigo das pontes e viadutos, como pode ser observado em São Paulo.

Em suma é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseado nos mecanismos de apropriação privada.

Modos de uso do solo

Já vimos que o uso do solo é produto da condição geral do processo de produção da humanidade, que impõe uma determinada configuração ao espaço urbano. Falamos que consideraríamos também dois modos de uso do solo: a) uso vinculado ao processo de produção e reprodução do capital (produção e realização da mais-valia) e b) o uso vinculado à reprodução da sociedade tanto da força de trabalho, (enquanto exército industrial ativo, ou exército industrial de reserva) quanto da população em geral (consumidores). Tal diferenciação emergiu da construção da noção de espaço-produto realizada no trabalho.

Na discussão sobre a análise do espaço construído, Lipietz⁽¹⁾, parte da noção de formação econômica da sociedade que o leva a discutir a estruturação típica das relações econômicas (de produção) a partir da interrelação entre homem e natureza. A sociedade urbana representaria hoje o quadro de vida, o conjunto das estruturas de instituições e práticas dos agentes, seria o reflexo do modo de produção capitalista e de seus imperativos. Deste modo passa a analisar a cidade na estrutura deste modo de produção: uma aglomeração em vis-

(1) - Alain Lipietz. Le tribut foncier urbain - circulation du capital et propriété foncière dans la production du cadre bâti, cap. I.

ta da produção.

A cidade teria como características ser: a) lugar específico da produção manufatureira, da socialização do trabalho, da concentração geográfica; e b) vasta massa de proletários para fornecer alojamento - e isto ocorre tendo em vista reproduzir sua força de trabalho para continuarem produzindo.

Daí, emergem para o Autor, duas consequências: 1) a divisão técnico-econômica do trabalho que reina ao nível das forças produtivas e das relações de produção que se subdivide em D.T.E - Divisão Técnico e Econômica do espaço: aqui o porto, lá a fábrica, os escritórios, os alojamentos; e 2) a divisão social do trabalho, que reina no nível das relações sociais de produção e se subdivide em D.S.E. - Divisão Social do Espaço - aqui a moradia dos patrões, lá dos engenheiros, e em outro lugar os operários.

Todavia, essa dupla estruturação se combinaria numa divisão econômica e social do espaço, que será para Lipietz o suporte da renda urbana. Mas quando o Autor examina a produção do "quadro construído"⁽¹⁾ utiliza, na análise do uso do solo urbano, a classificação de uso para habitação, indústria terciários, escritórios e comércio, terciário superior e o agrícola⁽²⁾.

Calabi e Indovina partem da idéia de que o "território"⁽³⁾ é usado e se transforma em função do processo capitalista geral, o que significa de um lado que o processo de de-

(1) - Cadre batl.

(2) - pp. 36 e 37

(3) - A palavra "território" aparece entre aspas porque a estou emprestando dos autores sem discutir.

desenvolvimento econômico tende a abarcar, através das esferas de produção das mercadorias, todo o território e do outro uma tendência concentracional. Assim o uso do "território" seria analisado em relação a esse processo de concentração do capital e dos homens em determinados pontos.

Os autores vão individualizar os usos específicos entendidos como funcionalidade total em relação a momentos particulares do processo de produção capitalista - que o capital faz do "território". Estes usos dizem respeito: 1) ao processo de produção propriamente dito (extração de mais-valia); 2) à circulação e valorização do capital e 3) à re produção da força de trabalho (1).

Partem da idéia de que são as relações capitalistas de produção e o desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração específica ao "território". A "organização do território" para a produção capitalista envolveria de um lado a configuração física específica (a transformada) e de outro, as relações políticas que se estabelecem entre as diversas classes.

Nesse sentido a "organização territorial" não pode ser tida por um lado como simples e direto fruto das diversas fases do desenvolvimento do capital, e por outro, como as transformações do território são um processo complexo ligado ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção bem como às contradições de tal desenvolvimento, o uso capitalista do "território" estimularia um conflito entre capital e trabalho. (2).

(1) - op. cit., p. 2

(2) - op. cit., p. 3

A nosso ver não caberia separar, como fazem os dois Autores, o uso da produção de um lado e o da valorização do outro na medida em que o processo de trabalho é, em si no capitalismo, um processo de valorização e, por outro lado o ponto de apoio para a discussão da (re)produção do espaço urbano é o ciclo do capital que se fundamenta na unidade entre os processos de produção (criação da mais-valia) e circulação (realização da mais-valia), criando uma interdependência profunda e indissociável.

O espaço urbano analisado do ponto de vista da cidade, enquanto concentração que possibilita a produção e circulação do capital portanto, de sua reprodução, não exclui sua consideração enquanto produto da produção social, e com isso implicando num determinado "modo de vida" para a sociedade urbana.

Enquanto uso do solo para processo de reprodução do capital, o espaço será analisado enquanto capital fixo; enquanto uso para reprodução da vida, será examinado como meio de consumo coletivo.

2.1.1. O uso do solo enquanto reprodução do capital

- O espaço enquanto capital fixo.

O espaço urbano, analisado a partir do uso vinculado especificamente ao processo de produção, e a realização da mais-valia, do ponto de vista do capitalista, entra no processo de reprodução do capital como meio de produção sob a forma de capital fixo. Nessa perspectiva a cidade aparece como condição material para a produção.

Contudo, enquanto a cidade aparece como localização da indústria, local do trabalho social, aglomeração de mão de obra, mercadorias, materialização das condições de produção; o urbano será analisado enquanto condição, meio e produto do processo de reprodução da sociedade, em todas as suas instâncias.

Do ponto de vista da cidade, o uso voltado ao processo produtivo, através dos estabelecimentos industriais, poderá ser discutido partindo-se da localização dos mesmos.

A localização dos estabelecimentos industriais variará de acordo com o tipo de produto fabricado e do tipo de indústria. Enquanto o estabelecimento (nacional) de pequeno, médio porte vincula-se, fundamentalmente, à minimização dos custos de produção e maximização dos lucros; os estabelecimentos vinculados às corporações multinacionais, certamente, se localizarão em função de outros objetivos que não aquele da maximização do lucro em cada unidade industrial. Para estes, a realidade é bem outra; o que está em jogo é a segurança da

corporação, do conjunto como um todo.

No caso específico do primeiro tipo, proporcional - mente maior em Cotia , esse objetivo pode ser atingido de vários modos: um deles refere-se aos custos de transporte o que implica na acessibilidade das matérias prima e auxiliares, e do produto final, além da proximidade dos eixos de comunicação de grande eficiência e de trânsito livre - cuja importância tende a aumentar nas regiões metropolitanas, pois permitem driblar o processo de desvalorização do capital (minimizando a distância pela diminuição do tempo de deslocamento). Há, ainda, outros elementos a considerar, como o preço da mão de obra; o preço (menor) e a disponibilidade de terrenos (para instalação e futuras ampliações); bem como a existência de prédios industriais vazios (este fato é comum em Cotia, onde indústrias novas vêm se instalando em prédios ocupados por antigas indústrias, como o caso da Union Carbide que ocupa o prédio da antiga Thyssen Heller ou a Mannesmann que ocupou as instalações da Munck).

Se por um lado a indústria representa o locus do processo produtivo, por excelência, a nível do processo geral de reprodução, este é apenas um elemento, na medida em que se produz na unidade entre processo de produção e de circulação, e faz necessário transcender o processo produtivo imediato do conjunto da fábrica, entrepostos, escritórios, que constituiriam o aparelho físico para englobar o conjunto jurídico e financeiro; a rede de fluxos visíveis (mercadorias) e invisíveis (capital, informação); e as decisões de gestão.

Estes elementos tornam-se cada vez mais decisivos na medida em que se desenvolve a produção em escala e se impõe a diminuição do tempo gasto em cada fase do processo (diz respeito à idéia de continuidade inerente ao processo cíclico do capital). Aqui o desenvolvimento da aglomeração, o aperfeiçoamento dos transportes e a articulação da rede de circulação, comunicação, e da informática tornam-se de fundamental importância.

A necessidade de uma produção em grande escala pressupõe, como decorrência, a venda em grande escala, portanto, a venda ao comerciante e não ao consumidor diretamente. A atividade produtora necessita de um setor de distribuição da mercadoria e o comércio se desenvolve, cada vez mais, à medida que se desenvolve a produção capitalista. Pressupõe, consequentemente, a concentração espacial para que a indústria possa se beneficiar daquilo que os economistas chamam de "economias de aglomeração" - infra-estrutura, mão-de-obra, localização de outras indústrias complementares, mercado diversificado além do fato da localização permitir a economia dos gastos de produção. A indústria se aproveita, ao máximo, dessas vantagens enquanto socializa as desvantagens (poluição, trânsito, etc).

Assim, a produção em grande escala, com grande número (absoluto) de empregados, pressupõe a concentração da população e do próprio capital em determinados pontos.

A eficiência é outro fator importante a ser buscado na produção e as vias de circulação tem papel determinante, na medida em que os custos de produção, englobam, também, a esfera

da circulação. Todavia, o processo de circulação não se refere apenas às vias de circulação - como também as atividades vinculadas ao comércio, e à prestação de serviços às indústrias.

O tipo e os requisitos de uso são entretanto, diferentes. A localização comercial, inicialmente concentrada e estabelecida nas áreas mais centrais da cidade, tem passado por vários estágios dependendo do grau do desenvolvimento urbano. Com a invasão do automóvel e a urbanização em mancha de óleo, a localização comercial passa a depender do traçado do tecido e da infra-estrutura, do desenvolvimento do transporte rodoviário, instalando-se ao longo das auto-pistas, do mesmo modo que outrora eram atraídos pelas estações ferroviárias. Criam-se centros comerciais espalhados pela aglomeração, e constata-se uma hierarquia de implantações comerciais em função da frequência e recursos da clientela (como ocorre em Cotia).

O tipo de estabelecimento comercial, o seu tamanho, a arquitetura, bem como o tipo e qualidade do produto, vão depender do tamanho e do poder aquisitivo da população local. Comparativamente à da indústria, o uso e o valor do solo pela atividade comercial será diferenciado.

Por sua vez, a continuidade pressupõe a necessidade de uma rede de transporte articulados, unindo pontos estratégicos, tanto de oferta de matéria prima e auxiliares, quanto de mercados de mercadorias, além da exigência de transportes eficientes. Nesse sentido, a articulação com o espaço mais amplo se impõe, aprofundando e universalizando a divisão espacial do trabalho a nível da formação econômica e social (essa

articulação aparece de forma mais evidente através das empresas multinacionais).

2.1.2. O uso do solo enquanto reprodução da vida

- O espaço enquanto meio de consumo.

Afirmamos que a produção espacial realiza-se de modo a viabilizar o processo de reprodução do capital, e deste modo dissemos que a cidade se apresentaria como a materialização das condições gerais do processo em sua totalidade. Toda via este é apenas um lado da moeda, o outro refere-se ao trabalhador e ao consumidor de modo geral.

Este ponto de vista implica em considerarmos a necessidade de se morar, habitar e viver num determinado lugar.

O modo como a sociedade vive hoje, é determinado pelo modo como o capital se reproduz, em seu estágio atual de desenvolvimento. Isto quer dizer, também, que o trabalhador não foge ao "controle" do capital, nem quando está longe do local de trabalho, pois o espaço da moradia tende a subjugar-se às necessidades e perspectivas da acumulação do capital. Por outro lado o trabalhador também terá um acesso, e possibilidades limitadas de escolha para morar. O modo de vida urbano, sob o capitalismo, impõe disciplina.

As contradições sociais emergem, na paisagem, em toda a sua plenitude, pois aqui os contrastes e as desigualdades de renda afloram, já que o acesso a um pedaço de terra, o tamanho, o tipo e material de construção vão espelhar mais nitidamente as diferenciações de classe. O acesso à habitação e aos meios de consumo coletivo serão diferenciados segundo a

camada social que se localizará e morará de modo diferenciado na cidade. Teremos aqui duas características básicas. A primeira, diz respeito à segregação espacial, tanto das pessoas de maior rendimento financeiro, quanto daquelas de menor poder aquisitivo. As primeiras, tendem a localizar-se em bairros arborizados, amplos, com completa infra-estrutura, em zonas, onde o preço da terra, impede o acesso a "qualquer um". Há também, os condomínios exclusivos e fechados, com grandes áreas de lazer e até shoppings com grande aparato de segurança. Os segundos, têm como opção os conjuntos habitacionais⁽¹⁾, geralmente localizados em áreas distantes dos locais de trabalho da população que aí mora; os bairros operários com insuficiência ou mesmo ausência, de infra-estrutura, e as áreas periféricas onde abundam as auto-construções.

O segundo aspecto refere-se ao fato do espaço urbano se (re)produzir com uma tendência a aumentar a distância (tanto em quilômetros quanto em tempo) do local de moradia ao local de trabalho - uma resposta ao aumento populacional e a concentração na cidade, de um lado, e de outro ao processo de valorização da terra que deixa vazia, áreas imensas da cidade⁽²⁾. A "especulação" fundamenta-se no fato de que a habitação e a terra são componentes essenciais da reprodução dos ho

(1) - Por exemplo, o do Presidente Castelo Branco, em Carapicuíba, com dois e três dormitórios e uma área 40-50m², onde a casa deve ter baixo custo, o que implica na redução ao máximo da área construída, e o afastamento das moradias dos centros de trabalho para baratear o custo do terreno. São apartamentos exíguos. As janelas não têm persianas, a construção é de tijolo aparente, faltam equipamentos de lazer, pouca arborização, é frio no inverno e quente no verão, a acústica é péssima, a paisagem é monótona, a privacidade das pessoas é reduzida.

(2) - Na cidade de São Paulo, 40% da área urbanizada permanece vazia, o que aumenta em demasia os custos de urbanização da cidade.

mens (a necessidade de abrigo), além de ser símbolo de status e ascensão social, que tem um valor de troca⁽¹⁾.

Enquanto valor de troca também vai ser importante na formação do valor da força de trabalho, fator decisivo para a intervenção do Estado na construção da habitação para os trabalhadores (BNH).

Há, também, uma série de outros elementos espaciais que se agregam à moradia, no processo de reprodução da classe trabalhadora. A determinação destes elementos será fruto do estágio de desenvolvimento das forças produtivas, da cultura e do sistema de valores de determinada sociedade. Isto inclui o uso para lazer (acrescido às atividades culturais), as áreas verdes, equipamentos coletivos, os chamados bens de consumo coletivo como escolas, transporte, rede de água, luz esgoto, telefone, e gás -, assistência médica e odontológica, etc.

Pode-se afirmar que entra na reprodução da força de trabalho, bem como na do capital, o consumo da cidade como um todo, articuladamente, e não "parcelas" como se poderia pensar pela separação de usos.

Cabe, ainda, ressaltar que, na prática, não há separação entre o uso para a produção e realização da mais-valia, e aquele da reprodução da força de trabalho. Como salienta Calabi e Indovina⁽²⁾ "a maneira pela qual ocorre a reprodução da força de trabalho está ligada estreitamente aos modos escolhidos pelo capital para realizar a mais-valia. Em sua repro

(1) - O mercado imobiliário age no sentido de redistribuir as parcelas do espaço urbano, e relocalizar as classes sociais e as atividades.

(2) - Op. cit., p. 7.

dução, a força de trabalho consome 'mercadorias' e com isto permite a realização do valor produzido. A estrutura territorial não pode permanecer excluída e neutra em relação a tal processo".

Do ponto de vista da super-estrutura, há o uso do solo pelos organismos de planejamento, instituições municipais, estaduais e federais, as intervenções políticas - é o espaço da gestão, e do controle. Este controle é fundamental para o capital, entretanto tais mecanismos entram em colisão com anseios e necessidades da sociedade, o que gera a luta. Tais lutas podem levar à uma mudança ou alteração das políticas que influenciam, ou determinam, o uso do solo ou ainda a mudança de usos de sua redistribuição.

A dinâmica das mudanças do uso do solo urbano⁽¹⁾ está no cerne do processo de reprodução espacial, vinculada às contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as antigas relações de produção (e entre super-estrutura da sociedade e sua base econômica).

(1) - Na realidade, a discussão do uso do solo urbano, está assentada naquela da propriedade privada, como veremos mais adiante.

2.2. Cotia: O espaço da reprodução do capital

- O urbano enquanto capital fixo para indústria

O espaço urbano (re)produz-se como produto e condição geral do processo produtivo. Do ponto de vista do capitalista aparece como capital fixo. Sua estruturação dá-se de forma a permitir a circulação da mercadoria, da matéria prima e da mão-de-obra, bem como a viabilização do processo produtivo.

As condições materiais de produção se materializam através do plano da cidade, do traçado de suas ruas, do desenho das estradas, da convergência das vias de acesso, etc.. Tem no seu fluxo - tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo - uma eventual limitação da produtividade do trabalho na escala da produção e na continuidade do processo de produção, distribuição e troca. Por outro lado, a reprodução das condições gerais tende a acarretar um desenvolvimento das forças produtivas, e, nesse sentido agiliza a circulação do capital através das melhorias dos meios de comunicação e dos transportes.

O presente tópico será desenvolvido, tendo como pilar, a idéia de que "a relação entre tempo de circulação e tempo de produção faz com que a soma dos valores produzidos, ou a valorização do capital, ao curso de um período dado, não é unicamente determinada pelo valor novo - ou tempo de sobre-trabalho - criado no processo de produção. Mas, determinada pelo tempo de sobre-trabalho (mais valia) multiplicada pelo nú-

mero de rotações que o processo de produção do capital é capaz de fazer num período de tempo"⁽¹⁾.

Poderemos considerar o número de rotações, como o coeficiente do processo de produção, ou da mais valia que ele cria. A rotação assume papel relevante na discussão da contradição criada pelo desenvolvimento do processo de reprodução que ao desenvolver as forças produtivas sociais diminui o tempo de trabalho necessário, e com isso, logicamente, o de sobre-trabalho. Dentro dessa perspectiva, o processo de produção espacial assume papel fundamental no processo de valorização do capital.

O espaço geográfico se por um lado se produz em função da reprodução da vida humana, por outro, permite o desenvolvimento da produção capitalista. A cidade aparece como a justaposição de unidades produtivas, através da articulação entre os capitais individuais e a circulação geral, integrando diversos processos produtivos; centros de intercâmbio e serviços; mercado de mão-de-obra, etc; implicando numa configuração espacial própria em função das necessidades de reprodução do capital, de modo a garantir a fluidez do ciclo do capital.

O processo de (re)produção do espaço é, ao mesmo tempo condição e produto da (re)produção humana - enquanto meio de consumo - e da (re)produção do capital, enquanto condição geral de produção sob a forma de capital fixo.

O que está em questão, é o fato de que o processo de produção do urbano ocorre, hoje, a partir de um processo de universalização da divisão do trabalho e mundialização das

(1) - Karl Marx - Fondements de la critique de l'Economie politique. (Grundrisse) vol. 3, p. 67.

trocas, em função das estratégias gerais no nível da formação econômica da sociedade capitalista. Trata-se de um espaço mundial dividido, diferenciado, hierarquizado e antagônico, onde a metrópole tem, estrategicamente, o papel de comando na articulação das parcelas desse espaço, na medida em que concentra o poder financeiro, político, e econômico.

O modo de produção capitalista produz um espaço como todo modo de produção. O pressuposto é que, no capitalismo, a produção só ocorrerá se permitir a valorização do capital. Na produção do espaço há algo mais, um lado estratégico e político de grande importância, pois não é uma produção qualquer, acrescenta algo decisivo a esta, posto que é também reprodução das relações de produção⁽¹⁾.

Nesse sentido, a produção material manifesta o fato de que reproduzindo-se, a sociedade não reconstitui apenas suas condições materiais de existência, mas também suas relações sociais.

O processo de produção só pode realizar-se sob determinadas condições, as quais vão permitir seu pleno desenvolvimento. O espaço geográfico reproduz-se, hoje, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento da formação econômica e social capitalista.

Nesse contexto, vamos analisar o processo de (re)produção do espaço urbano cotidiano, enquanto condição e produto da sociedade, num determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade brasileira.

Enquanto condição geral de produção, o espaço urbano, entendido, do ponto de vista do capitalista, como capital

(1) - Henri Lefebvre - Tempos Equívocos p. 231/232

fixo, faz com que a cidade apareça como concentração, tando de população (trabalhadores, dependentes, exército industrial de reserva), como de mercadorias, lugar da divisão técnica e social do trabalho; locus da produção. Aproxima matérias primas do processo produtivo, trabalhadores da produção, indústria do comércio, consumidores do mercado e, nesse sentido é também fluxo (de pessoas, mercadorias, informações, etc.).

Isto significa que a rede de comunicações aparece como elemento fundamental na realização da mais valia, na medida em que o processo de reprodução ampliada só pode ocorrer se a mercadoria chegar até o consumidor. Levando-se em conta a necessidade de viabilizar determinado número de rotações do ciclo do capital, o fator tempo constituirá o essencial da noção de circulação, no sentido em que não é uma condição exterior ao processo produtivo. A circulação do capital, a passagem fluida de uma fase a outra é uma condição de produção baseada no capital. Desta feita a relação espaço-tempo aparece como condição essencial para assegurar a totalidade do processo.

O espaço aparece para o capital, do ponto de vista da circulação como a distância que separa a empresa do mercado o que poderá causar uma demora na realização do valor, e, consequentemente, do tempo de produção, logo engloba também a circulação e os meios de comunicação e transporte que representam capital fixo.

A cidade permite que a produção se realize em escala ampliada e de modo sempre contínuo. Assim, no modo de produção capitalista, a cidade apresenta-se como uma aglomeração

tendo em vista a produção e realização da mais valia, é também o lugar da gestão e da realização dos negócios.

A compreensão do fenômeno urbano, no que se refere ao seu processo de produção, coloca a questão do processo industrial. A industrialização é, para Lefebvre⁽¹⁾, sem contestação, o motor das transformações da sociedade, desde há um século e meio, e nesse sentido fornece o ponto de partida para a reflexão do nosso tempo.

No capitalismo a produção e o desenvolvimento do urbano vincular-se à instalação e crescimento (direto ou indireto) da atividade industrial e das atividades que a indústria cria. Com o surgimento do fenômeno industrial, o urbano muda de conteúdo. Ao mesmo tempo é na cidade, devido ao seu grau de concentração espacial, que se coloca mais claramente a contradição de classes, tão nítida na paisagem dos bairros. Contradição esta que se manifesta pelo contraste entre a riqueza e a pobreza. É no urbano que se manifestam mais claramente as condições em que se realizam as relações de produção capitalistas e onde a violência se faz maior. Por isso mesmo a cidade é o campo privilegiado das lutas de classe. Se por um lado o espaço urbano é cada vez mais socializado (tanto no que se refere ao potencial de expansão, quanto no que se refere à sua produção), por outro lado a sua apropriação é privada.

"A grande cidade e o lugar do movimento operário, é lá que os operários começaram a refletir na sua situação e na sua luta, é lá que se manifestou inicialmente a o

(1) - Le droit à la ville - 1ª parte

posição entre proletariado e burguesia"⁽¹⁾. Com o desenvolvimento das forças produtivas a cidade vai ganhando cada vez mais influência sobre o campo, tornando-se a expressão espacial mais importante desse sistema de produção. Passa a comandar o processo de produção espacial através de uma grande concentração cumulativa de funções, e, principalmente, enquanto ponto central da acumulação capitalista. Como sede do processo de acumulação, assume papel dinâmico na produção do espaço global (nacional e internacional).

Espacialmente, o desenvolvimento do modo de produção capitalista implica na tendência não somente à aglomeração populacional (força de trabalho, super população relativa), como também de meios e unidades de produção, o que leva a uma profunda divisão espacial do trabalho imposta pelo mercado em expansão.

Assim, o urbano é fruto da dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas que aí se desenvolvem plenamente, e mais especificamente da grande aglomeração, onde as condições gerais de produção se encontram mais desenvolvidas.

Esse processo implica no desenvolvimento da grande aglomeração em detrimento de outras parcelas do espaço, desenvolvimento acentuado pelo estágio do capitalismo monopolista, que através da criação de grandes unidades produtoras e da internacionalização crescente da produção, aprofunda, ainda mais, a hierarquização e diferenciação espacial. Essa situação tende a acelerar as desigualdades espaciais, uma vez que a produção espacial está voltada para a maior eficiência do funciona

(1) - Frederic Engels - La situation de la classe ouvrière en Angleterre, p. 169, citado de Henri Lefebvre, La pensée marxiste et la ville, p. 26.

mento do processo de acumulação.

A produção espacial se subordinará será determinada em função do modo como a sociedade produz sua existência. Logo o processo de produção espacial do lugar vincula-se a uma produção espacial mais ampla, ligado direta ou indiretamente pelo processo de industrialização. Este é sempre um processo concentrador, não se manifesta indiferente e dispersamente no espaço territorial de uma nação, na medida em que concentra capital, mão-de-obra e poder.

Para Singer "o processo de industrialização, não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversificação maior de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho. Numerosas atividades manufatureiras, que antes eram combinadas com atividades agrícolas, são separadas destas, passando a ser realizadas de forma especializada em estabelecimentos espacialmente aglomerados. A aglomeração espacial da atividade industrial deve-se à necessidade de utilização da mesma infra-estrutura de serviços especializados (energia, água, esgoto, transporte, comunicações, etc.) e as economias externas que decorrem da complementariedade entre estabelecimentos industriais"⁽¹⁾.

Se a atividade industrial é altamente concentrada, espacialmente, não quer dizer que seja isolada, muito ao contrário, seu desenvolvimento só pode ocorrer na medida em que criar um feixe tal de relações que a incorpore não só a outras atividades agrárias de comercialização e serviços, mas também a outras atividades industriais e a outras áreas. O capitalis-

(1) - Paul Singer, Economia Política da Urbanização, p. 32

mo universaliza-se na medida em que abre novos espaços ampliando suas fronteiras de troca, descontínuas espacialmente e interligadas através dos mais sofisticados meios de transporte.

P. George⁽¹⁾ escreve que o espaço industrial é, ao mesmo tempo concentrado e universal, sendo também descontínuo e organizado em feixes. Para o Autor ele é universal, na medida em que não pode haver indústrias sem alguma forma de solidariedade estendida a um número grande de países.

Esta universalidade viabiliza-se através de uma rede de relações a nível planetário, que tem nas grandes metrópoles industriais e financeiras seus pontos terminais de comando, que por sua vez criam e desenvolvem uma rede urbana articulada. Essa solidariedade espacial a que se refere Pierre George, bem como a criação de economias externas, de que nos fala Singer, manifestam-se a partir de uma rede de relações imbricadas, na qual as vias de circulação assumem um papel ponderante.

No caso do Brasil, por exemplo, vários foram os fatores que impulsionaram o desenvolvimento da industrialização centrada espacialmente na cidade de São Paulo, onde a ferrovia, de início, tem um papel de destaque. Mas, se até a década de 50 a indústria se localizava quase que exclusivamente ao longo das ferrovias, a partir do fim dessa década as rodovias começaram a substituí-las. Tal comportamento, reforça a relação intrínseca e inseparável entre processo de produção e de circulação.

(1) - Pierre George, A ação do homem - pp. 102/103.

A expansão industrial passa a ocorrer a partir da capital em direção a outros municípios em busca de terrenos maiores, de menor preço, mão de obra barata, incentivos e uma rede de comunicação eficiente, de rápida e fácil ligação com a capital metropolitana.

A ausência de terrenos para ampliação das indústrias instaladas, o processo de valorização da terra nas áreas urbanas mais densas, as deseconomias de aglomeração, aliados ao incentivo de algumas prefeituras da Grande São Paulo, têm levado a um rearranjo da localização industrial e aí se soma um outro fenômeno; hoje não temos apenas a instalação de novas indústrias, mas também a relocação de antigas.

A partir da metrópole paulista, a localização industrial dá-se preferencialmente ao longo de rodovias e "marginais". Depois da Anchieta, Anhanguera e Dutra na década de 50, Castelo Branco e Imigrantes, nas décadas de 60/70; a Raposo Tavares (70/80) passa a ter um grande afluxo de estabelecimentos industriais, vindo da capital, ou de outros municípios da Grande São Paulo ou mesmo do Estado; ou, ainda, novas firmas, que começaram agora sua atividade.

Cotia, que na época do desenvolvimento da ferrovia, ficou à margem, assiste a partir de 1970, a instalação da indústria nos seus limites municipais, particularmente às margens da rodovia Raposo Tavares, criando uma nova configuração espacial. A duplicação da Raposo Tavares e a consequente melhoria das comunicações com a metrópole, trouxeram para o município uma série de fatores positivos para a instalação da indústria, desde o escoamento rápido da produção, ao afluxo de mão de obra,

implicando numa redefinição do urbano.

Assim, o processo de produção do espaço urbano cotiano mostra, de um lado a expansão das áreas residenciais, e, de outro a constituição de bolsões industriais, tendo a rodovia como corredor que direciona a ocupação ligando Cotia à metrópole. O parcelamento do solo processa-se indiscriminadamente, configurando uma ocupação territorial dispersa, ao sabor do mercado, não criando com clareza uma área exclusivamente industrial, mas mesclando indústria-residência e consequentemente acirrando a disputa entre usos.

A indústria, aos poucos, foi ocupando o lugar - tanto na área, como na economia - da atividade hortifrutigranjeira. As transformações em Cotia, que ocorrem a partir dos anos 70, baseadas na atividade industrial, invertem o processo, levando a uma intensa valorização das áreas (principalmente aquelas mais próximas a São Paulo) e expulsando outras atividades para o interior, ou, ainda, para outros municípios.

É inevitável, ao se pensar hoje o processo de produção do espaço urbano cotiano, analisá-lo no contexto do espaço metropolitano, que tem como nó central a cidade de São Paulo. Seu desenvolvimento urbano extrapolou a área do município, alcançando, na contiguidade de sua mancha urbana, grande área, englobando vários municípios, a partir do crescimento de seu parque industrial.

"O crescimento metropolitano repercute de modo muito intenso sobre os arredores, onde uma série de núcleos suburbanos pré-existentes vêm as respectivas áreas edificadas fundirem-se entre si e com São Paulo, enquanto núcleos mais a

fastados crescem e, desenvolvem-se novos a maiores distâncias. Para se ter uma idéia dessa evolução basta dizer que, em 1970, as sedes municipais de Santo André, Osasco, Guarulhos, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul figuravam entre as 40 maiores cidades brasileiras; respectivamente 10ª, 23ª, 28ª e 38ª" (1).

A indústria procura Cotia, como consequência de um processo de expulsão de certos tipos de estabelecimentos industriais do município de São Paulo particularmente, e de outros municípios, com avançado grau de industrialização, em busca de áreas maiores, terrenos e mão de obra baratos, fugindo das chamadas "deseconomias de aglomeração". Para alguns tipos de estabelecimento industrial, a diminuição dos custos de produção se impõe, para os conglomerados o objetivo é o lucro geral.

Para as indústrias químicas, poluentes, a tolerância dos órgãos responsáveis é um fator a ser considerado.

Com a carência de lotes propícios à instalação industrial na metrópole, e o processo de valorização da terra, as indústrias passaram a procurar áreas próximas à capital, particularmente junto aos eixos rodoviários, cujo acesso e ligação com o centro e demais regiões fosse fácil e rápido. A distância, com o desenvolvimento da rede de comunicação, seria compensada por melhores condições de instalação.

A expansão industrial, em Cotia, será analisada em função do transbordamento da capital, enquanto fruto do processo de reprodução do espaço urbano metropolitano. Todavia, o

(1) - Juerguen Langenbuch, - Assentamento industrial na Grande São Paulo, p. 20, mimeografado.

grande crescimento da população do município não se liga exclusivamente à instalação da indústria, mas à expulsão de uma parcela significativa da população da metrópole, tanto a de baixa renda, quando a de alto poder aquisitivo, que transformam Cotia em área dormitório. Tal lógica, fundamentada na dinâmica entre a expulsão da população de baixa renda para a periferia da metrópole, em busca de áreas mais baratas ou do "verde", e da indústria, em busca de áreas mais amplas, descongestionadas e menos valorizadas, explica a duplicação da Raposo e o desenvolvimento do sistema de transportes, ligando Pinheiros (SP) ao centro de Cotia.

O deslocamento da indústria, de um número significativo de pessoas, a instalação de agências bancárias, modifica e aprofunda a divisão espacial do trabalho, redefinindo o uso do solo urbano. Como decorrência, a atividade comercial tende a ampliar-se no município com abertura de novos estabelecimentos, mas, ainda, a característica básica de "loja do interior" não foi rompida e o comércio, ainda, não se especializou. Os bazares dominam o setor, os tipos de produtos são diversos, sua localização acha-se concentrada em pontos, além da área central, dispersos pela mancha urbana cotiana (como pode ser observado na carta de uso do solo). Nos bairros distantes do centro, essa atividade se resume a pequenas mercearias que vendem "de tudo um pouco", em pequenas quantidades, apresentando as mesmas características das similares da periferia de São Paulo. O comércio, de modo geral, em Cotia, tem preços superiores aos de São Paulo, fazendo com que a grande maioria da população se abasteça na capital; este é o fato preponderante do atual estágio em que se encontra o comércio co-

tiano. Os serviços oferecidos apresentam a mesma feição, apenas o setor bancário desenvolve-se de forma expressiva.

Somente às margens da rodovia encontramos sinais de um novo tipo de comércio e serviços: são as inúmeras imobiliárias, os postos de gasolina e supermercados que surgem em áreas concentradas, dirigindo-se principalmente àqueles que buscam Cotia, nos fins de semana, em direção às chácaras de lazer.

Apesar da industrialização ter-se imposto como o motor da expansão da divisão social do trabalho, e com isso mudado o caráter das relações intersetoriais, ainda não mudou, sensivelmente, a configuração do comércio e serviços. Tal fato se explica pela curta distância entre Cotia e a metrópole, por uma parcela grande dos cotianos que trabalham em São Paulo, e pelo fato da industrialização não brotar endogenamente, mas como um fator de extravasamento da capital, englobando Cotia na expansão da mancha urbana. Assim, o município se desenvolve aprofundando a dependência da capital que se faz sentir em todos os níveis.

O processo de produção do espaço urbano faz-se, tendo como característica básica a descontinuidade da mancha urbana, associada ao próprio processo em que se dá a ocupação da terra ao lado da Raposo Tavares, nas estradas vicinais e nas proximidades dos cursos d'água, em antigas áreas rurais, algumas produtivas, outras não, através da transformação de pequenas glebas em loteamentos. Ainda hoje encontramos nos interstícios da mancha urbana pequenas áreas de cultura, ou áreas vazias.

As leis de incentivo econômico, criadas pela prefeitura, estimulam a localização industrial. Em 1971, por exemplo, o então prefeito, Sr. Kenji Kira, promoveu o Plano Diretor, tendo como uma das diretrizes, os distritos industriais a partir de isenção de impostos por 10 a 20 anos. Não é o único caso, as leis de isenção para a instalação de indústrias no município datam de 1953⁽¹⁾. Em fevereiro de 1983, o Jornal da Cidade publica um artigo sobre a iniciativa do atual prefeito que começou sua administração propiciando condições excepcionais à instalação de novas indústrias, oferecendo assistência técnica, planejamento e orientação.

Cotia sofre uma profunda alteração na sua estrutura econômica, à medida em que o setor industrial se afirma, e se expande, impulsionando a transformação dos serviços de produção e consumo, bem como sua diferenciação. A importância do setor primário cai expressivamente, e Cotia passa a fazer parte da divisão espacial do trabalho, na metrópole paulista, não mais como área exclusivamente agrícola; consequentemente a população rural decresce⁽²⁾.

(1) - Seguindo-se leis nº 49/1956; 86 de 1964; 23 de 1968; 99 de 1970. Dezoito grandes estabelecimentos valem-se de uma das leis de isenção; Entre eles, Eletro Llfon Ltda. (99/70), Genovesi (23/68), Indusquima (23/68), Cobel, Confecções Princess (99/70), Mannesmann Demag (99/70), Leiner do Brasil (99/70), Nortof (99/70), Plasbras (99/70), Tintas União (86/64), Trifon (99/70), Vastec (90/70), Blythe Mathey (99/70), etc.

(2) - Em 1960, 38% do total da população era rural, em 1970 este número cai para 4%, e em 1980 para 2%. Algumas culturas tradicionais como batata e mandioca quase desaparecem.

No caso específico da análise da implantação da indústria em Cotia, partimos da reflexão do ciclo do capital⁽¹⁾ como elemento para discussão do processo de produção do espaço urbano (articulado ao espaço global), e deste modo a pesquisa de campo⁽²⁾, realizada nos estabelecimentos industriais cotianos teve, como preocupação maior, analisar a indústria a partir da materialização espacial do ciclo do capital que, do ponto de vista formal, expressa-se em três momentos ou fases⁽³⁾.

<u>1ª fase</u>	<u>2ª fase</u>	<u>3ª fase</u>
MP D-----	Pro. produtivo-----	M-----D'
FT		
momento da troca no mer- cado de trabalho e de matéria prima	ocorre na uni- dade de produ- ção	ocorre na cir- culação da mer- cadoria(mercado)

Partimos da idéia, segundo a qual a produção do espaço urbano cotiano realiza-se, concretamente, a partir do trabalho industrial que subordina, cria e determina outras atividades não produtivas, articulando suas relações e funções, criando um mercado de mão-de-obra e de mercadorias, que tende a desenvolver e ampliar a aglomeração urbana de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.

(1) - desenvolvido por Karl Marx, nas obras: Fondements de la critique de l'économie politique - Grundrisse (volumes 2 e 3) e O Capital tomo 2 (volumes 4 e 5).

(2) - Vide apêndice

(3) - Onde: D = dinheiro

MP = matéria prima

FT = força-de-trabalho

Pro. = processo

M = mercadoria

D' = dinheiro acrescido de mais valia

A análise inicial sobre o processo de reprodução urbana na Região Metropolitana encaminhou-nos para o estudo da cidade de Cotia, na medida em que constatamos que o rápido crescimento industrial havia trazido mudanças significativas, tanto no que se refere ao modo de vida da população, quanto ao espaço. Nesse sentido, a atividade industrial assume o papel de comando na reprodução espacial, articulando e subordinando outras parcelas do espaço, na medida em que o mercado de matéria prima e auxiliares, tanto quanto o mercado de destino dos produtos produzidos, necessariamente ultrapassam o nível espacial do lugar. Nesse sentido a análise da realização do ciclo permite detectar o fenômeno da produção espacial em dois níveis, o local e o regional, redefinindo atividades. Por outro lado, é necessário considerar que se o processo produtivo determina a localização da unidade industrial, a circulação viabiliza-se através da rede de comunicação e de transportes, unindo e integrando as "parcelas" do espaço nacional.

Os produtos produzidos pela indústria devem ser dirigidos, basicamente, para fora do lugar (*strictu sensu*) de produção, do mesmo modo que as matérias primas e auxiliares vem de outros lugares, aprofundando a divisão espacial do trabalho criando uma relação de dominação-subordinação entre parcelas do espaço global.

Já dissemos, anteriormente, que o lugar se insere na articulação de um espaço mais amplo. Nesse sentido, para que possamos entender Cotia, nos referimos, não raro à capital paulista e mesmo à Região Metropolitana à qual pertence⁽¹⁾.

(1) - Como mostra a carta nº 1, Cotia é um dos 38 municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo.

Todavia, é necessário considerá-la na sua articulação com o espaço mais amplo.

Na medida em que a indústria (elemento central da análise neste item) é, cada vez mais, um complexo de unidades formadas por atividades produtivas e improdutivas, ao mesmo tempo separadas espacialmente, perde-se o vínculo direto entre elas e intensifica-se a complementariedade. Por outro lado, a universalização da divisão do trabalho, produto da mundialização das trocas, a partir da necessidade de expansão do sistema capitalista, implica no aprofundamento das relações entre países. Nesses termos, as necessidades de acumulação tenderão a diminuir sua vinculação com a unidade produtiva, para assentar-se na sociedade como um todo. As novas unidades não vão exigir somente o desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, mas conjuntos habitacionais, meios de formação de força de trabalho, centros de pesquisa, centros vinculados a atividade de direção, desenvolvimento do sistema bancário, sistema financeiro, etc.

Assim, a reprodução do capital reproduz uma articulação espacial, vinculando-se ao aprofundamento da divisão e especialização do trabalho mais geral, tanto a nível nacional quanto internacional. O processo de reprodução espacial liga-se, mais profundamente, às leis gerais da acumulação do capital. Esse processo vai produzir, do ponto de vista espacial, a grande aglomeração, a metrópole, que passa a desempenhar um papel importante na articulação espacial. No caso de São Paulo, ela será o grande centro da acumulação do capital, a nível nacional, responsável pelo desempenho do siste-

ma econômico, centro bancário, veículo da articulação financeira, e nóculo do sistema de comunicação.

Entretanto, o seu peso industrial, a nível brasileiro tende a declinar, com a descentralização da fase produtiva. O município de São Paulo perde importância no setor industrial nos últimos 15 anos; o número de estabelecimentos industriais, em 1975, era de 25.444 (13,5% do total do Brasil) e o pessoal ocupado de 836.621 (21,5%); em 1980 o número de estabelecimentos cai para 24.842 (11,5%) e o pessoal ocupado aumenta em termos absolutos (920.481), mas cai em termos relativos para 18,3%. O mesmo comportamento tem o VTI (valor de transformação industrial), aumenta em termos absolutos, mas cai em termos comparativos de Cr\$650.729.088.000,00 em 1975 (24,1%) para Cr\$731.838.394.000,00 (18,21%) em 1980.

As chamadas deseconomias de aglomeração, o aumento do preço da terra urbana na capital, associados ao desenvolvimento da rede de circulação e às isenções fiscais oferecidas por municípios interessados em industrializar-se, desempenham papel importante na realocação industrial. Em Cotia, por exemplo, constatamos que várias indústrias instaladas mudaram-se de São Paulo, ou de outros municípios altamente industrializados da Grande São Paulo, como São Bernardo do Campo e Diadema.

No período 1970/1980, a economia cotidiana teve um desempenho superior nos últimos anos, se comparado ao dos municípios que formam a Grande São Paulo. Nos anos 1975/80 dobrou sua participação no valor adicionado da Região Metropolitana aumentando de 0,4% para 0,8%, mantendo-se em 0,8% no período 1980/1985.

Discriminando esse valor adicionado em termos setoriais, observa-se que o segmento mais importante, no caso de Cotia, é o industrial, sendo que a participação do seu VTI sobre o total metropolitano, entre 1970 e 1980 quintuplicou subindo de 0,2% para 1%. A segunda atividade em importância, é a agricultura. Embora não se disponha de dados de renda, as cifras disponíveis quanto ao número de estabelecimentos agrícolas e pessoal ocupado, do último censo econômico, referente a 1980, mostra que a participação de Cotia, gira, respectivamente, em torno de 4,0 e 5,2% do total metropolitano, conferindo ao município a 5ª colocação em termos da região metropolitana.

Em relação às outras atividades, a participação de Cotia é bastante pequena, não indo além dos 0,1% em relação ao total arrecadado na Grande São Paulo, apesar de ter quase duplicado o número de pessoal ocupado⁽¹⁾, segundo os dados do censo econômico.

(1) - Comércio: de 568, em 1975, para 1003 em 1980
Serviço: de 614, em 1975, para 962 em 1980

2.2.1. A localização da indústria cotidiana e a Raposo Tavares

A circulação está inserida no processo de produção na medida em que ela implica em custos e exige sobre-trabalho; nesse sentido é um momento do processo imediato de produção, pois que o valor domina a produção, onde os meios materiais de troca tornam-se consequência imperiosa para ele. A busca por baixos preços de transporte é uma condição da produção baseada no capital, já que o produto só pode ser valorizado maciçamente em mercados longínquos se os custos de transporte forem baixos. Os meios de comunicação e transporte tornam-se simples esferas da valorização de um trabalho explorado pelo capital. Todo trabalho exigido para jogar na circulação o produto acabado constitui, do ponto de vista do capital, uma barreira a superar, assim como todo trabalho que se requer como condição do processo produtivo.⁽¹⁾

Nesse sentido "todo capital é circulante, circulando de uma esfera a outra - a passagem de um momento para outro constitui um processo particular e cada um deles representa a passagem seguinte, isto é, o capital-dinheiro se transforma em capital-produtivo e o capital-produtivo, em capital-mercadoria"⁽²⁾.

(1) - Esta idéia é desenvolvida por Marx in *Fondements de la critique de l'economie politique* vol. III - Chapitre du capital (suite)

(2) - Karl Marx, *idem*, p. 54.

O processo deve ser visto em sua unidade de conjunto onde as formas de reprodução das três modalidades do capital (K-M, K-D e K-produtivo)⁽¹⁾ que se desenvolvem continuamente, sob pena de paralização momentânea do ciclo, o que causaria um processo de desvalorização do capital. A agili-zação do ciclo tem como pressuposto a continuidade do processo de reprodução ampliada do capital que visa a completa interrelação entre esses movimentos e, conseqüentemente, o acionamento de mecanismos que impeçam sua imobilização em qualquer um dos momentos.

Como produção e consumo estão cada vez mais distanciadados espacialmente (condição histórica do desenvolvimento do capitalismo), o processo de produção deve criar as condições de ligação entre essas esferas da produção geral, de modo a minimizar o tempo de duração no qual o produto se transfere de um momento a outro. Uma série de atividades particulares, encadeadas, são criadas com esse objetivo.

À medida que se desenvolve o ciclo do capital cria-se e desenvolve-se o processo de produção do espaço pela sociedade que não só possibilita a produção e reprodução do capital, como também a existência humana, nesse sentido, o espaço é produzido para atender de um lado as necessidades da produção e da circulação de mercadorias, visando o funcionamento perfeito do ciclo do capital e de outro a reprodução humana.

(1) - K-M = capital mercadoria ou capital mercantil, K-D = capital-dinheiro e K-produtivo = capital produtivo; estas são as formas que o capital assume ao longo do desenvolvimento do ciclo do capital, na passagem de uma fase a outra.

Do ponto de vista do capitalista industrial, a análise do ciclo do capital e sua relação com o processo de produção espacial pode ser, resumidamente, analisada da seguinte forma:

Na primeira fase do ciclo o capital é representado formalmente pelo dinheiro. É como dinheiro (D) que ele entra no mercado para comprar força de trabalho e os meios de produção necessários ao processo de produção, nas mãos do capitalista. Esse momento tem como condição básica (excetuando-se as condições históricas necessárias à existência do capitalismo) o mercado, que espacialmente se formaliza com a existência de uma aglomeração populacional urbana (uma cidade) onde o capitalista encontra mão-de-obra e os meios e instrumentos de trabalho.

Essa parcela da população que vende sua força de trabalho, com o objetivo de reprodução de sua existência, emprega seu salário de modo a realizá-la. São gastos com habitação, alimentação, energia, saúde, transporte, educação, saneamento, vestuário, lazer, etc.; necessidades que exigem uma certa aglomeração imposta pela socialização do processo de produção, criando um espaço peculiar, diferenciado do agrário.

Por outro lado, os meios e instrumentos de traba-lho devem estar à venda no mesmo locus (mercado), facilitap-do com sua proximidade e diminuindo o tempo gasto pelo capitalista nesse primeiro momento do ciclo. As matérias primas e auxiliares também devem ser comrpadas, nesse momento, e para isso devem estar disponíveis no mercado o que implica não

somente num grande interrelacionamento entre os ramos de atividades (entre ramos industriais, entre atividade urbana-rural, etc.), como uma vasta rede de transporte, criando um relacionamento espacial. A primeira fase do ciclo é um momento do processo de circulação, como é a 3ª fase. A diferença entre ambas, todavia, é essencial enquanto no primeiro momento o capital, em sua função dinheiro, compra os meios de produção para realização da função produtiva, no terceiro momento ele realiza a mais valia produzida no processo transformando D em D'. Assim, essas relações se inserem na esfera da circulação como dois momentos distintos do ciclo.

Com o desenvolvimento das relações capitalistas é inviável que o capitalista venda sua própria mercadoria ao consumidor individual, pois a rotação do capital sofreria uma paralização. Nesse sentido, para não impedir a continuidade do ciclo, uma série de atividades são efetuadas, por um amplo setor de distribuição e venda, enquanto o capitalista se restringe exclusivamente à produção imediata.

Nesta fase também é de suma importância uma rede de transporte, postos de armazenamento e de distribuição das mercadorias (não somente ao consumidor individual, mas também a outras unidades industriais, uma vez que o produto de uma indústria pode ser a matéria prima de outra), o que envolve uma série de atividades que têm por objetivo fazer as mercadorias chegarem a seu destino, o mais rápido possível.

Assim, o espaço vai se produzindo para atender as necessidades da produção e reprodução de relações determinadas pela atividade produtiva (que dependerá do estágio de de

envolvimento das forças produtivas). A interrelação entre parcelas diferenciadas do espaço serão determinadas pela divisão do trabalho no seio do processo produtivo global. Essas duas fases do processo cíclico que se estabelecem como momentos da circulação terão um peso grande na determinação da localização industrial. Essa preocupação foi constatada em Cotia, onde as indústrias se instalam devido as condições de infra estrutura, fundamentalmente a partir da duplicação da Raposo Tavares, pela proximidade da capital metropolitana, e mão de obra barata e abundante. Os anos da década de 70 marcam um processo de instalação industrial bastante acelerado no município. É um crescimento que se faz sem planejamento global contribuindo para a concentração da atividade em locais privilegiados à margem da Raposo Tavares, e o uso predatório do meio físico, como ocorre, por exemplo, na região do Rio Cotia (com poluição do ar e da água).

A importância da Raposo Tavares na localização da indústria em Cotia aparece em 68,7% das respostas dos questionários aplicados. Esta variável permite-nos relacionar o fator distância e o tempo de locomoção do estabelecimento industrial em relação ao mercado, tanto de matéria prima e matérias auxiliares, quanto da mercadoria produzida. Nessa ótica o espaço geográfico aparece como uma relação entre distância-tempo, mediada pelo transporte. Aqui uma pergunta se coloca: que tipo de indústria procura esse tipo de localização?

COTIA:
localização industrial

• INDÚSTRIAS

1 : 200.000

Em Cotia as grandes indústrias procuram terrenos às margens ou muito próximo à Raposo Tavares: a Lucas CAV do Brasil, a Kendall, a Genovesi, Companhia Siderúrgica da Guanabara, Coopers do Brasil S/A, Mannesmann Demag Movivarga Ltda., Manufatura e artigos de borracha Nogan, entre outras. São em sua maioria indústrias mecânicas, metalúrgicas, material elétrico e de comunicação, material de transporte.

Outros estabelecimentos não menos importantes procuram estradas vicinais, como a Indusquima S/A Indústria e Comércio (na Estrada Fernando Nobre), Seara Industrial (Estrada da Roselândia), Schunk e Ebe do Brasil, Sintetizados e eletrografites (Estrada do Embú), Sygma Industrial e Farmacêuticas (Estrada de Caucaia), Vastec Ltda Equipamentos industriais (Estrada do Caiapiá).

As indústrias químicas concentram-se no Rio Cotia, às margens da Raposo Tavares, e tem naquela uma fonte abundante de água e local de descarga de detritos (na maioria dos casos poluentes).

Esse tipo de localização na Raposo Tavares reforça o desenvolvimento da mancha urbana na direção leste-oeste como continuidade da metrópole.

A reflexão sobre a importância do ciclo do capital na discussão de fenômeno urbano levou-nos a privilegiar, na pesquisa de campo nos estabelecimentos industriais, questões

que permitissem apreendê-lo⁽¹⁾. No que se refere à realização da primeira fase, constatamos o vínculo entre os estabelecimentos cotianos e a região metropolitana, principalmente a capital, na medida em que 45,2% dos estabelecimentos industriais, compravam suas matérias primas e auxiliares na capital metropolitana (aumentado para 55,2% no segundo questionário aplicado); 9,5% vinham de outros municípios da grande São Paulo e apenas 2,4 de Cotia. Quanto à mão de obra, 69,4% dos empregados, ligados diretamente à produção, moravam em Cotia contra 43% da mão de obra não-diretamente vinculada à produção. A realização da produção no mercado apresenta um comportamento diverso quando apenas 23,6% é vendido para a Capital e 18,2% para a grande São Paulo; 36,3% dos estabelecimentos canalizam suas mercadorias para o mercado nacional; 7,2% para o exterior, e apenas 7,2% para Cotia.

Esse quadro nos revela claramente o caráter não local da indústria cotiana, que tende a localizar-se em Cotia, fundamentalmente, em função da proximidade de São Paulo, seja enquanto importante mercado de matéria prima e/ou auxiliares; seja enquanto mercado para as mercadorias produzidas ou, ainda, centro redistribuidor para o Brasil e exterior.

Se compararmos esses dados com aqueles obtidos através da pergunta sobre os fatores que determinaram a localização da indústria em Cotia temos que 51,7% dos estabelecimen-

(1) - A pesquisa de campo é discutida no Apêndice do Trabalho. Aqui nos referimos a dois questionários, ambos aplicados em estabelecimentos industriais. Este fato foi decorrente do baixo número de questionários obtidos no 1º inquérito o que nos obrigou a elaborar um segundo, mais sintético, na tentativa de obter um maior número de questionários respondidos. Podemos adiantar que a recusa dos industriais em responder os questionários empobreceu muito nossa análise; daí procurarmos outros mecanismos para compeltar o mínimo de informações necessárias ao desenvolvimento deste item.

tos priorizam a existência da Raposo Tavares pra sua localização enquanto 25,6% referem-se à posse anterior do terreno e 18% ao preço da terra.

LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO EM COTIA

Posse ant. do terreno	Preço do terreno	M de-obra barata	M de-obra fácil	Isenção de impostos	Proximidade da mat. prima	Proximidade à São Paulo	Outros	Papel da Raposo Tavares
Total %	Total %	Total %	Total %	Total %	Total %	Total %	Total %	
10 25,6	7 18	2 5,1	2 5,1	3 7,7	- -	7 18	8 20,5	51,7%

Se analisarmos as respostas obtidas no segundo questionário (que engloba um número maior de indústrias) a importância da Raposo Tavares aparece em 68,7% dos entrevistados (três deles informam que o estabelecimento mudou-se de S. Paulo, daí a proximidade e a Raposo ser importante). Por outro lado a proximidade de São Paulo aparece como determinante em 57,8% das respostas⁽¹⁾. Constatamos também que para as indústrias médias e grandes a proximidade da capital é mais importante que para as indústrias pequenas (com menos de 10 empregados).

A mobilidade da mão de obra também é um fator importante. Os grandes estabelecimentos industriais, como a LUCAS CAV do Brasil e a Mannesmann, têm ônibus para trazer operários qualificados de fora do município. Para estes a rede de comunicação é um fator importante, já as pequenas e médias indústrias, empregam, em maior parte, a mão de obra local. Na medida em que a cidade cresce, em termos populacio-

(1) - A pergunta "Por que a Indústria instalou-se em Cotia" tinha como alternativas: a) posse anterior do terreno; b) preço da terra; c) mão de obra barata; d) mão de obra fácil; e) isenção de impostos; f) proximidade da matéria prima; f) proximidade de São Paulo.

nais, num ritmo maior que a capacidade de absorção da mão de obra local, a migração diária Cotia-São Paulo, tende a aumentar; e com isso, intensifica-se o fluxo da Raposo nas horas de pico.

A reflexão sobre a segunda fase do ciclo nos levou a elaborar questões referentes às necessidades e exigências do processo produtivo no que se refere a localização do estabelecimento em relação à Raposo, e área do terreno, (construída e para expansão), atividades de apoio, e infra estrutura (conforme poderá ser visto nas tabelas que seguem:

LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS

Junto à Raposo		Junto à outras vias		Fora de Gdes Vias	
Total	%	Total	%	Total	%
12	41,4	9	31	8	27,5

ÁREA DO TERRENO

1.000m ²		1.000-2000m ²		2000-5000m ²		5000-10000m ²		10000-20000m ²		+20.000m ²	
Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1	3,8	5	18,5	7	25,8	7	25,9	3	11,1	4	14,8

ÁREA PARA EXPANSÃO

ESTABELECIMENTOS QUE POSSUEM ÁREA PARA PARA EXPANSÃO		MESMO LOCAL		OUTRO BAIRRO	
		Total	%	Total	%
6	20,7	3	50	3	50

IMPOSTO TERRITORIAL URBANO

Pagam		Isentos		Cargo do loc.		Pagou ao INCRA		Esta legalizando		N declarou	
Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
11	38	3	10,3	1	3,4	1	3,4	2	6,9	11	3,8

INFRA ESTRUTURA DO ESTABELECIMENTO

Cozinha		Água		Esgoto		Telefone		Telex		Transp.p/ Operário		Transp.p/ Diretoria		Transp.p/ Mat.prima		Transp.p/ mercador.	
Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
13	9,5	25	86,2	12	41,3	28	96,5	8	27,5	8	27,5	8	27,5	13	44,8	22	75,8

A segunda fase do ciclo do capital, ao contrário das outras duas, ocorre na esfera da produção, restringindo-se à unidade produtiva, (à criação do valor); o que exige fisicamente um estabelecimento compatível com a atividade a ser desenvolvida.

Para o funcionamento da unidade produtiva, como unidade de acumulação do capital, é necessário também que seja satisfeita uma série de necessidades além do prédio; como energia industrial, serviços de apoio à produção, escritórios, rede de comunicação e transporte, unidades de distribuição e armazenamento, etc.), e mão de obra.

A instalação da unidade produtiva exige certos requisitos que não onerem os custos de produção. Para algumas indústrias a isenção de impostos, dada pela prefeitura cotia-

na, foi importante pois diminuiu os custos de instalação. O preço do terreno é outro fator importante a ser considerado e, foi citado em 26,3% dos questionários, como preponderante na amortização do capital adiantado. Ao preço do terreno soma-se a posse anterior da terra, que aparece em 47,3% das respostas. As indústrias mais recentes compram terrenos urbanos em áreas próximas à concentração industrial, com potencial para o desenvolvimento da indústria e que tem no preço da terra um fator atraente. As respostas de preço da terra e posse do terreno somadas aparecem em 73,68% dos questionários. A duplicação da Raposo Tavares é um fator decisivo para a mudança. Mais uma vez o Estado cria as condições para o desenvolvimento da atividade industrial. Em seguida, aparece a importância da existência de uma rede de energia, de telefonía e ainda o preço dos impostos.

Cria-se assim, um espaço para o exercício da atividade industrial onde a localização de uma vai atraindo outras. Nesse sentido a concentração tende a intensificar-se à proporção em que se desenvolve a acumulação, transformando os processos de produção em processos combinados socialmente, e executados em escala e contínuos. Por outro lado a instalação tende a transformar o espaço, podendo modificar os fluxos de recursos, de mão de obra, etc. Os estabelecimentos industriais tem, em Cotia, como apoio à atividade produtiva, escritórios e lugar para o armazenamento.

A estruturação espacial que daí decorre tem na produção em grande escala, na especialização crescente, e no desenvolvimento dos transportes e das comunicações a curta e

longa distância - na articulação entre as unidades produtivas - uma forma específica, que se inscreve numa cadeia de elementos técnicos, políticos, econômicos interdependentes em escala mundial. A intervenção regular do estado dá-se, seja criando as condições espaciais necessárias, seja elaborando políticas de apoio à atividade industrial, seja regularizando o salário e com isto, as relações entre o capital e o trabalho.

A maioria dos estabelecimentos (51,8%) encontra-se em áreas de 2.000 a 10.000m² - destes 25,9% ocupam áreas entre 5.000 e 10.000 m² - e apenas 20,7% possuem área de ampliação. A estrutura industrial cotidiana caracteriza-se por uma maioria de pequenos e médios estabelecimentos de um lado, e alguns grandes, geralmente multinacionais como a Sarco, inglesa; Plastwal, anglo-americana; Levi's americana; Kendall, inglesa; Wellcome, americana; Alba S.A., capital misto nacional e transnacional; Indusquima, chilena; Leiner, francesa, Mannesmann, germano-americana Lucas CAV, inglesa; Firmenich, francesa; Lorilleux - produtora de tintas gráficas de tal forma automatizada que foi proibida de ser instalada no seu país de capital originário que é a França, porque dispensa mão de obra humana; Syntechrom, capital transnacional e proibida de funcionar na Argentina. Mas há também grandes estabelecimentos brasileiros como a Cosigua, o Frigorífico de Cotia, etc.

As indústrias instalam-se em Cotia, fundamentalmente a partir de 1970 - particularmente entre 1975 e 1985 (período em que se instalaram 58,5% dos estabelecimentos pesquisados, contra 20,7% nos 5 primeiros anos da década); uma

uma boa parte ocupando áreas até então vazias ao longo da Rapozo Tavares, 134,5%); outras surgem em antigas áreas rurais (24,1%) e 27,5% ocupam antigas instalações industriais. Ao contrário do que ocorre com as áreas residenciais, estas são melhor atendidas em infra estrutura: 86,2% dispõem de água; 96,5% de telefone; 41,3% de esgoto; 27,5% de telex; 27,8% de transporte para operários e para a diretoria; 44,8% dispõem de transporte próprio para trazer matéria prima e 75,8% dispõem de transporte para levar a mercadoria do mercado.

COTIA: Consumo de Energia

Consumo por classe de consumidor	1978		1979		1980	
	MWh	%	MWh	%	MWh	%
Total	90.712	100,0	105.846	100,0	123.318	
residencial	13.841	15,3	16.065	15,2	18.131	14,7
comercial	5.823	6,4	5.808	5,5	6.224	5,0
industrial	65.090	71,7	76.917	72,6	90.858	73,7
outros	5.952	6,6	7.056	6,7	8.105	6,6

Fonte: Light, Boletins Estatísticos

COTIA: Consumo de energia elétrica (em MWh)

ANO	CONSUMO	ÍNDICE
1974	35.834	- 100
1975	34.069	- 123
1976	61.386	- 171
1977	75.821	- 212
1978	90.712	- 254
1979	105.846	- 295

Fonte: Light, Boletins Estatísticos

O consumo de energia tem sido considerado, em muitas análises sobre o desempenho industrial, como um fator representativo. Em Cotia, o consumo de energia acelerou-se enormemente, quase multiplicando no período de 1974 a 1979, quando o consumo industrial contribui com mais de 70% do total gasto. Em termos de taxa de crescimento, aparece em 10º lugar na Grande São Paulo.

Outro aspecto importante relacionado à realização da produção é a abundância de mão de obra não-qualificada e o seu baixo preço. A não-qualificação é um dado inferido através da necessidade de algumas grandes indústrias de trazerem mão de obra de fora do município, principalmente para tarefas não-vinculadas, diretamente à produção.

LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS EMPREGADOS LIGADOS À PRODUÇÃO

Cotia	Osasco	São Paulo	São Roque	Outros	Total
85,5 69,4	69 5,6	157 12,8	-	150 12,1	12,31

LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS DEMAIS EMPREGADOS*

Cotia	Osasco	São Paulo	São Roque	Outros	Total
Total %	Total %	Total %	Total %	Total %	398
171 43	9 2,3	208 52,2	-	10 2,5	

* - Escritório, técnicos, administração...

Cotia apresenta um fenômeno contraditório; por um lado se industrializa expulsando a produção agrícola e diminuindo a população no campo, mas de outro, o processo não é suficiente para gerar o necessário número de empregos (direta ou indiretamente) apresentando áreas com características tí-

picas de cidade dormitório. Tal insuficiência é explicada por um duplo fenômeno: em primeiro lugar a indústria é uma extensão do parque industrial da capital metropolitana, e segundo, do mesmo modo que o congestionamento expulsa a indústria para a periferia, o preço da terra na metrópole e os baixos níveis salariais também expulsa a camada de baixa renda em busca de moradia mais barata. Como consequência, a população economicamente ativa, cresce mais do que a indústria pode e quer⁽¹⁾ absorver, se bem que o emprego na indústria cotiana cresceu, no período 1970-1980, numa taxa superior à da Grande São Paulo (9,1% e 5,8% respectivamente) mas tal crescimento se explica mais pela instalação de novas indústrias, do que pelo crescimento das já instaladas (os dados da prefeitura nos revelam que um grande número de estabelecimentos diminuiu o número de empregados com a crise econômica do início dos anos 80).

Se acrescentarmos a esse dado a remuneração e o tamanho da jornada de trabalho, em Cotia, chegamos à seguinte situação: o processo de distribuição da renda dá-se de modo desigual caracterizando uma situação de penúria para uma parte considerável da população cotiana. Os salários industriais são, em geral, mais baixos do que os pagos na capital. Mas não é só o setor industrial que remunera mal seus empregados. Em 1980, em Cotia, 66,31% da população economicamente ativa recebia de meio a 3 salários mínimos; 68,76% dos empregados

(1) - A Lorileux, por exemplo, segundo informações, teria tido sua instalação na França proibida devido ao seu grau de automatização (é uma fábrica de tintas gráficas, instalada no Km. 25 da Raposo Tavares) que fornece tintas para a América do Sul.

da indústria e 70,56% dos empregados nos serviços estão nessa faixa.

COTIA 1980

População economicamente ativa por setor de atividade e classe de renda.

	População empregada	% sobre o total	Rendimento até 3 s.m.	
. Atividade extrativa	1.793	7,30	1.181	65,97
. Ind. de Transf.	8.381	34,13	5.763	68,76
. Ind. de Construção	2.596	10,57	1.840	70,87
. Outras at. indust.	252	1,02	110	47,20
. Comércio de mercad.	1.719	7,00	1.074	62,47
. Transp. e Comunic.	880	3,58	434	49,31
. Prestação de serviços	5.009	20,40	4.058	81,10
. Atividades sociais	1.456	5,93	868	59,61
. Administração pública	779	3,17	373	47,88
. Outras atividades	1.044	4,25	570	54,59

Fonte: FIBGE

Infelizmente não pudemos obter nenhum dado referente as taxas de lucro e as condições de exploração da força de trabalho, mas podemos fazer algumas inferências, analisando alguns dados sobre a duração da jornada de trabalho, comparada aos salários e as condições de vida da população fora do local de trabalho. O processo de industrialização, em Cotia, como ocorre no conjunto da FES capitalista, apresenta tendência a absorver, comparativamente, menos mão de obra, apesar de nos países subdesenvolvidos, essa tendência é mais suave em função da abundância dos baixos custos de mão de obra.

A média de salário é menor em Cotia (Cr\$96,33 em 1978) enquanto que no município de São Paulo era de Cr\$100,29

e Grande São Paulo Cr\$107,35. Também constatamos que a jornada de trabalho na indústria é mais longa, enquanto 42,4% dos que trabalham têm uma jornada que varia entre 40 e 48 horas e 25,8% mais de 49 horas, apenas 17,8% do pessoal empregado no setor de prestação de serviços trabalha entre 40 e 48 horas e 24,9% mais de 49 horas.

Constata-se, aqui, o mesmo fenômeno que ocorre nas áreas industrializadas (ou que se industrializam) da Grande São Paulo; as condições de vida de população de um modo geral, mas principalmente da classe de baixo poder aquisitivo, tem se deteriorado sensivelmente; na medida em que o processo de acumulação ocorre com alto grau de exploração do trabalho e forte concentração de renda, aprofundando as contradições entre capital e trabalho. Por outro lado, a administração local, em Cotia, vem auxiliado o desenvolvimento industrial, seja a partir de leis de zoneamento, isenções de impostos, instalação de infra-estrutura etc. Todavia, o mesmo comportamento não é sentido em relação as necessidades da população⁽¹⁾.

O processo industrial cotiano ocorre principalmente pelo desenvolvimento das indústrias que produzem meios de produção - mecânica, material elétrico e comunicação e material de transporte - ainda aqueles que produzem minerais não metálicos cujo desenvolvimento vincula-se ao ritmo da construção civil), metalúrgica e química. Do setor de produção de meios de consumo, o único gênero que se desenvolve é o de vestuário, fundamentalmente, com a instalação de dois estabeleci

(1) - Como veremos no capítulo III

mentos industriais da Levi Strauss (apenas um deles gera o maior VTI⁽¹⁾ do município).

O período 71/75 marca para a indústria de bens de capital uma fase de expansão, acelerando o crescimento industrial. No mesmo período, em Cotia, estabelecem-se 25% dos atuais estabelecimentos, caracterizando o período subsequente, 76/80, como o de maior desenvolvimento, quando implantam-se 37,5% dos estabelecimentos, voltando a 25% no período 81/84 ; sendo que as indústrias de maior porte, instalam-se entre 76 e 82. O setor de material de transporte apresenta um comportamento diverso, onde os dois grandes estabelecimentos industriais se instalaram antes de 1970, apresentando para o período 75/80 uma queda na participação do VTI da indústria no município de 7,1% para 5,3%. A indústria de material elétrico e de comunicação instala-se em Cotia, (a maioria em estabelecimentos de grande porte) a partir de 1976.

A indústria mecânica é o setor que tem, globalmente, maior participação no VTI Produzido em Cotia (22,4% em 1980), crescendo no período 75/80, 28,3% a.a mas, apenas 2,2% a.a no que se refere ao crescimento da mão de obra ocupada.

Dentro dos bens de consumo, a indústria do vestuário, com o comando da Levi Strauss do Brasil, teve no período 75/80 seu VTI crescendo a 138,1 a.a., enquanto a mão de obra ocupada crescia a 12,21 a.a. É um setor de alta produtividade, com alta composição orgânica do capital.

A indústria química, basicamente concentrada na poluidíssima área do Rio Cotia, instala no período 80/84, 47,05% de seus estabelecimentos e 35,29% no período 75/80,

(1) - VTI = Valor de transformação industrial

com a predominância das empresas multinacionais, como ocorre em regra, no Brasil, para esse gênero industrial.

O setor metalúrgico vem decrescendo nos últimos anos. Em 1975 era responsável por 20,1% do VTI e em 1980 por 4,4%; uma taxa de crescimento anual de -4,4%, enquanto a mão de obra caía a taxas ainda maiores -11,0% a.a. No período 81/84 instalam-se 32,1% dos estabelecimentos, e o setor começa a recuperação, em ritmo lento e com capacidade ociosa.

Para toda a indústria cotidiana há um desproporcional aumento do VTI em relação à absorção de mão de obra; esta sempre cresce a taxas muito inferiores às daquelas do VTI ou, cai em proporções maiores que as quedas do VTI. Por outro lado, há setores com crescimento de VTI positivo e taxas de mão de obra negativa, como é o caso da indústria têxtil (10,1% e -0,6%) produtos alimentares (16,1% e -2,4%) e editorial e gráfica (12,3% e -0,4%), caracterizando um processo com capacidade de absorção de mão de obra menor do que a oferta; fazendo com que muitos cotianos, procurem emprego no parque industrial paulistano.

Para o conjunto dos setores o comportamento é o seguinte: para o período de 75/80 - a) bens de capital - enquanto o número de estabelecimentos aumenta em 28,57% e a mão de obra ocupada em 164,9%, o VTI cresce 244,5% sendo responsável por 36,58 do VTI cotidiano; b) bens de consumo - a que apresentou maior crescimento: o número de estabelecimentos aumentou 30,23%, a mão de obra 78,1% e o VTI 296,0%.

De modo geral, no quadro do processo de produção do espaço urbano cotidiano, a indústria tem um papel preponderante

como pode ser analisado na evolução da participação do ICM, na renda do município.

O crescimento do ICM de Cotia no período 70/82 atesta o desenvolvimento do setor industrial, passando de um índice em 1970 de 100 para 413 em 1982, apresentando maior crescimento, do ponto-de-vista da instalação na área, nos primeiros cinco anos da década, com pico em 1972 e o período 80/84 com pico em 83. Períodos, estes, que coincidem ao de crescimento do papel da indústria no PIB brasileiro, refletindo em Cotia, uma tendência do processo econômico brasileiro.

No período 1970/1985, não só ocorreu uma mudança radical na sua paisagem urbana, com as novas silhetas industriais, como ocorreu uma transformação significativa da composição do emprego da população. Enquanto para o primeiro ano do período, tínhamos 42,4% da população trabalhadora, empregada na agricultura, em 1980 teremos 7,49%. A população empregada em atividades urbanas cresceu de 57,6% para 92,5%, destas 43,1% trabalham na indústria. Como acontece em todas as cidades brasileiras a atividade industrial ocupa menos mão de obra que as outras atividades urbanas. Constatamos, também, que o nível de investimento nem sempre se dirige ao setor produtivo; em 1985, dos 29 estabelecimentos que responderam o questionário, apenas 6 investiram na produção nos últimos 3 anos; o que contribui para manter baixos os níveis de emprego.

COTIA - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA RECEITA 1970 - 1982

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
ICM	66,9	61,2	69,6	64,3	54,6	47,0	35,1	36,1	46,1	45,9	47,3	46,7	53,5
ISS	0,6	1,0	1,6	2,1	5,4	6,0	9,2	5,6	6,2	4,2	8,2	5,7	5,5
IPTU	16,6	16,5	9,7	10,3	9,2	16,1	23,2	11,5	21,1	26,2	21,7	19,5	10,7
TRANSF. FEDERAIS	7,0	9,9	9,5	11,5	8,9	6,0	7,7	8,8	8,6	6,5	8,1	9,6	12,6
OUTRAS	8,9	12,4	9,6	11,8	21,8	24,6	24,9	38,0	18,0	17,2	14,7	19,6	17,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

COTIA - COMPOSIÇÃO DA RECEITA - 1970 - 1982 NÚMEROS ÍNDICES

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
ICM	100	108	140	181	201	199	185	218	291	320	338	358	413
ISS	100	206	398	708	2417	3076	5825	4056	4714	3526	7080	5211	5130
IPTU	100	117	79	117	137	275	493	279	537	735	626	572	333
TRANSF. FEDERAIS	100	149	181	307	312	243	395	501	515	429	550	696	929
OUTRAS	100	164	145	251	607	787	988	1722	855	899	789	1132	1045
TOTAL	100	118	134	199	247	283	353	403	422	466	478	513	519

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS 1971/1982

PREFEITURA DE COTIA

A instalação e desenvolvimento da indústria em Cotia, deu-se sem qualquer planejamento global, acelerando o crescimento demográfico e,consequentemente,o parcelamento da terra, que do modo como foi realizado contribuiu para piorar ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora. Por outro lado, o Estado, garantindo as taxas de acumulação do capital, favorece o processo.

A grande transformação incide em Cotia no início dos anos 70, e as fases que ela passa no período estudado, 1970-1985, tem na conjuntura nacional, um fato a ser considerado.

A evolução da economia brasileira entre 1970/1985 mensurada pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) real mostra comportamento bem distinto nos quinquênios 1970/1975, 1976/1980 e 1981/1985.

Nos primeiros cinco anos do período em questão a economia brasileira cresce a taxas expressivas de 63,5%, aproveitando os bons ventos da economia mundial, mormente nos anos iniciais. Após o primeiro choque econômico, causado pela elevação abrupta dos preços do petróleo, ocorrido em outubro de 1973, as taxas diminuem mais, ainda assim pela inércia dos investimentos já planejados, mantém bom comportamento.

Entre 70/73 acelera-se a expansão industrial para a partir de 74 entrarmos em crise de desaceleração do crescimento econômico, acentuando-se 75 com corte nos gastos públicos. O capital acumulado se dirige ao setor financeiro e ao mobiliário.

Esse período marca a instalação e expansão das indústrias de bens de capital em Cotia, que apresenta uma queda na geração do VTI na segunda fase do período considerado.

No quinquênio 1976/1980 o ritmo de evolução do PIB é bem menor, 38,9%. Este crescimento é garantido, fundamentalmente, pelos investimento em indústrias voltadas para a substituição de importações e pelo crescimento do setor de serviços, principalmente, aqueles vinculados a intermediação financeira.

Entre 1981 e 1985 a situação é, predominantemente recessiva; o produto cresce apenas 14% e, em 3 anos 1981 e 1983, há queda no produto interno real por habitante. O segundo choque nos preços do petróleo detonado em 1980, o aumento das taxas de juros internacional, a apatia das economias líderes e a adoção, no governo Figueiredo de uma política econômica indecisa, joga o Brasil na maior crise econômica de sua história.

As políticas fiscais e monetárias restritivas, adotadas em 1980, começaram a produzir efeitos recessivos em 1981 com a queda do desempenho da indústria paulista, que segundo a FIESP, teria caído 1,5% no 1º trimestre desse ano.

Brasil, Estado de São Paulo e Grande São Paulo
Produto Interno Bruto a custo dos fatores, 1970-1975-1985

LOCAL	1970	1975	1985(1)
. ESP/Brasil	37.6	37.9	38.4
. GSP/ESP	65.3	63.1	51.7
. GSP/Brasil	24.5	23.9	19.9

Fonte: EMPLASA/DDU/SIP/CCA
(1) Estimativa CCA

Brasil, Estado de São Paulo e Grande São Paulo

Produto interno bruto a custo dos fatores. 1970-1975-1985

	EM MIL CRUZADOS		
	1970	1975	1985(1)
. Brasil	165.075.5	892.049.6	1.229.660.554.4
. Estado de São Paulo	62.026.7	337.705.3	472.189.652.9
. Grande São Paulo	40.503.4	213.092.0	244.169.269.5

Brasil, Estado de São Paulo, Grande São Paulo - Produto Interno Bruto

LOCAL	(EM CRUZADOS DE 1985)	
	PIB POR HABITANTE (1)	
	1980	1985
. Brasil	10.522.23	10.245.50
. Estado de São Paulo	19.081.60	17.994.50
. Grande São Paulo	22.782.33	17.953.00

Fonte: EMPLASA/DDU/SIP/CCA

O comportamento da economia do Estado paulista no período de 1970/1985 reflete, basicamente, o desempenho da economia brasileira, que por ser a unidade mais importante da federação, é o primeiro a sofrer as consequências do choque internacional, na medida em que desempenha o papel articulador entre o capital nacional e o internacional, e por isso mesmo a primeira a se beneficiar, quando da retomada do crescimento.

Sua posição, em termos de participação no PIB, manteve-se, praticamente, idêntica ao longo de todo o período (1970/1985) oscilando em torno dos 38%. A parcela específica representada pela renda industrial é, no entanto, declinante no período. Ao contrário, nesse mesmo lapso de tempo, cresce a renda oriunda do setor terciário em seus segmentos

mais modernos tais como serviços especializados, intermediação financeira, etc.

* * *

Uma questão permeia o tópico: o espaço, do ponto de vista do capitalista é capital fixo?

O espaço geográfico foi analisado, até aqui, como condição meio e produto do processo de produção capitalista, enquanto unidade entre processo de produção e de circulação (realizada pela rotação do capital).

O enfoque do espaço, enquanto condição geral do processo de produção, distribuição, circulação, troca e consumo nos remete aos aparatos necessários e indispensáveis à sua realização. O urbano se produz enquanto aglomeração de meios de produção, da mão de obra, e do capital, e seu uso, vai caracterizar-se como capital fixo, na medida em que esta determinação formal do capital, só surge dos modos distintos de rotação do mesmo processo.

"Por sua vez esta diferença nos modos de rodar surge dos modos distintos em que as partes constitutivas do capital produtivo transfere seu valor ao produto, porém, não de sua participação, diversa na produção do valor do produto, nem de seu comportamento característico no processo de valorização⁽¹⁾.

(1) - Karl Marx - El Capital, Tomo IV, pg. 201

A Rodovia Raposo Tavares ao ser duplicada permite diminuir a distância "natural" entre Cotia e São Paulo e o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação tendem a eliminar o fator distância pelo tempo. O tempo passa a ser a medida do deslocamento entre o local da produção e o local do mercado, seja de matérias-primas, como é o caso da metrópole paulista, que aparece para os estabelecimentos pesquisados, como o local de maior incidência de compra de matérias primas para produção; bem como o lugar preferencial da distribuição. Nesse sentido, diminui, o tempo em que o capital está sob a forma mercantil, possibilitando comprar com maior periodicidade; com diminuição da área para armazenamento da matéria prima utilizada.

O tempo de rotação é a passagem de uma forma a outra e o tempo necessário ao capital para que possa se reverter da forma dinheiro inicial. Em determinadas condições de produção, vai depender da rapidez e da continuidade do processo de todos os outros capitais, aqueles que lhe fornecem a matéria prima e auxiliares, os instrumentos, tanto quanto da mão-de-obra disponível, do tempo do processo de trabalho e, finalmente da troca da mercadoria produzida por dinheiro (acrescido de mais-valia).

O capital se apresenta, na realidade, como uma série de fases se desenvolvendo num período determinado. O capital para existir, enquanto tal, precisa estar em constante movimento pois, seu processo de valorização está, justamente, associado à repetição do ciclo do capital. É necessário que esse processo se realize a cada momento numa escala su-

perior, daí a noção de movimento, ou seja desenvolvimento em espiral que acompanha a noção da reprodução do capital; elemento fundamental para a sua existência. Deste modo, o desenvolvimento dos transportes e da rede de comunicação, diminuindo o tempo gasto no processo de circulação, aumentando a frequência dos deslocamentos, tenderá a diminuir o tempo de cada rotação do ciclo do capital.

Em Cotia, a vinculação localização industrial com a Rodovia Raposo Tavares, cria os bolsões industriais que tendem a ampliar-se e/ou adensar-se (em detrimento da área residencial), em função do processo descrito acima. Por outro lado, para que essa fluidez seja viabilizada a importância do mercado é vital, (a proximidade da metrópole aparece em 80% dos questionários como fator fundamental, ao lado da rodovia, para a instalação da indústria), aprofundando a interdependência entre parcelas do espaço.

"O intercâmbio não cria a diferença entre as esferas de produção, mas relaciona entre si as esferas distintas e as transforma desse modo em ramos mais ou menos interdependentes de uma produção social global. A divisão social do trabalho surge aqui pelo intercâmbio entre esferas de produção em um princípio diferentes, porém independentes umas das outras"⁽¹⁾. O intercâmbio relaciona de modo recíproco as mercadorias e as realiza enquanto tal, dentro de um processo social geral, onde a troca aparece como a mediação do processo, como uma relação de proprietários privados.

(1) - Karl Marx - El capital tomo I p. 428

Na realidade, o que está em jogo é a articulação entre as esferas da produção e circulação que formam uma unidade: enquanto no processo de produção se cria a mais-valia, no processo de circulação ela é realizada. É na realização dessa unidade que o movimento do capital se materializa através de suas metamorfoses e, produz o seu espaço.

Nesse sentido, na sociedade capitalista, a riqueza social, mais do que se apresentar como um "imenso arsenal de mercadorias" é a própria possibilidade de fluidez, o próprio movimento contínuo de renovação; o movimento do valor no seu processo de valorização. E o urbano pode ser pensado como a possibilidade de realização desse movimento, ao mesmo tempo em que é produto deste⁽²⁾.

A facilidade de acesos, acelerando a rotatividade do capital, promove uma concentração dos centros de produção (Cotia) perto dos centros de mercado (metrópole). Assim temos a concentração, em pontos do espaço, de unidades de produção, de mercadorias, de mão de obra, de capital. Cotia que havia ficado à margem do desenvolvimento industrial,

(2) - "Quando, por causa de perturbações, sejam naturais, sejam sociais a reprodução se detem e os depósitos e reservas de mercadorias se esvaziam nota-se que a aparente permanência da riqueza não é senão constância de sua renovação perpétua, e forma concreta e permanente do trabalho social, que entretanto, não deixa de dissolver-se. Sem dúvida o que deslumbra a imaginação é a riqueza material representada pelas reservas de mercadorias concentradas em grandes quantidades, particularmente em pontos determinados, mas esta não é mais que uma magnitude ínfima se comparada com a fluidez da reprodução no seu conjunto, da qual ela é só uma onda momentaneamente congelada; (...) a amplitude do trabalho já materializado revela tanto a vastidão do processo de reprodução, quanto o grau de eficiência de sua renovação" Karl Marx - O Capital, volume V, p. 675.

pois a linha ferroviária cortava a zona agrícola distante do centro, agora, com a duplicação da rodovia Raposo Tavares, assiste ao processo acelerado de urbanização, com o crescimento da cidade, numa faixa estreita em quase toda a extensão da rodovia.

Por outro lado, fica claro o empenho dos setores públicos na melhoria e duplicação desta estrada, que atrai uma parte da riqueza social gerada que é canalizada e investida nos estabelecimentos de condições gerais de produção, englobando além da rede de comunicação, a de energia, e com isso, redefinindo os preços da terra, consequentemente, seu uso, criando diferenciações locais de renda, de classe e de uso.

O valor de uso do espaço modifica-se com o desenvolvimento do processo urbano. Usos residenciais se redefinem, casas viram lojas; mansões viram bancos; clínicas, escolas; estabelecimentos industriais se relocalizam, classes de renda média e alta buscam bairros mais arborizados e distantes (distância que o carro "engole" rapidamente); as classes de baixa renda se distanciam do centro da cidade (devido a valorização do preço da terra) e perdem horas importantes no trajeto casa-trabalho-casa.

O processo industrial é concentrado e descontínuo espacialmente. A acumulação e a reprodução ampliada pressupõe um certo grau de complexidade e divisão do trabalho, a aglomeração dos meios de trabalho, da matéria prima, do trabalhador, dos bancos, do comércio, das estradas. Entretanto, o urbano não é uma consequência mecânica desse processo,

mais que condição geral, é também modo de vida, representa valores culturais e produz um novo homem - com aspirações que se renovam e valores que se redefinem na relação com o outro.

oOo

2.3. Cotia: O espaço enquanto reprodução da vida

"A produção capitalista não só produz mercadorias e mais valia; reproduz também, e, em volume sempre crescente, a classe dos assalariados e transforma em assalariados, a enorme maioria dos produtores diretos"⁽¹⁾. As relações que o indivíduo mantém com a sociedade e com o espaço emergem do processo de vida material onde a relação entre necessidade de reprodução do capital, via processo de valorização do valor versus reprodução da sociedade variará de acordo com as condições específicas do momento histórico determinado.

Para sobreviver, o homem deve satisfazer uma série de necessidades, algumas naturais, outras históricas, a relação que o homem manterá com os outros homens e com a natureza vai ser condicionada pelas necessidades cuja satisfação for imprescindível à manutenção da vida. Como a necessidade também determinará a ação, através da qual, esta poderá ser satisfeita, as relações entre os homens serão determinadas no contexto mais amplo das relações vitais de um lado, e do outro pela capacidade de modificação da base natural, produzindo a si próprio enquanto ser humano⁽²⁾.

(1) - Karl Marx, O Capital, volume IV, p. 40.

(2) - O que de um lado pode ser determinado pelas necessidades naturais, de outro passa a determinar-se pela história objetiva produzida pelos homens. Para Karl Marx a redução do conceito de necessidade ao único desejo econômico é expressão da alienação capitalista das necessidades numa sociedade onde a produção não tem por objetivo a satisfação das necessidades, mas a valorização do capital, onde o sistema de desejos depende da divisão do trabalho, onde a necessidade aparece no mercado sob a forma de demanda solvável. O aumento da produção ocorre com a quantidade e qualidade do valor de uso, ele aumenta a riqueza material da sociedade e satisfaz as necessidades, ao mesmo tempo em que engendra outras. - Agnes Heller. La théorie des Besoin chez Marx.

No interior de uma determinada sociedade, as necessi-
dades (e sua satisfação) fazem parte da vida dos homens, de uma
determinada classe, e são influenciadas pela tradição, pelos
elementos culturais e morais, antes de serem simplesmente orien-
tadas para a auto-preservação. Os hábitos e exigências parti-
culares, além da extensão das necessidades, diferem em cada pa-
ís e às vezes, dentro de um mesmo país, ou de uma região. A sa-
tisfação das necessidades guarda também uma íntima relação com
os símbolos de riqueza e bem estar social. O modo e o tipo de
consumo é uma forma de diferenciação na sociedade atual, de-
terminada pelo modo como se dá a hierarquização dos indivíduos
dentro desta, como fruto da divisão do trabalho. O modo como
cada indivíduo participa do processo de produção da riqueza fi-
nal determinará o modo em que participará de sua distribuição
e, conseqüentemente, o que ele poderá consumir.

Dentro dessa perspectiva, a satisfação de necessidades
envolvendo a reprodução da vida do homem por um lado, e da es-
pécie do outro, só pode ocorrer, hoje, subordinada à relação ca-
pital-trabalho. Na realidade, esta relação encobre a proprieda-
de, enquanto o salário, a divisão da jornada de trabalho en-
tre trabalho pago e não pago. Nessa relação acaba-se perpetuan-
do a dependência, a esfera de dominação e exploração ampli-
a-se (1).

(1) - Todos os meios para desenvolver a produção se transformam em meios de
dominação e exploração do produtor, mutilam o operário convertendo-o
em homem fracionado, degradam-no à condição de apêndice da máquina,
mediante a tortura do trabalho, aniquilam o seu conteúdo, alienam o
operário, as potências espirituais do processo de trabalho na mesma
medida em que ao dito processo se incorpora a ciência como potência
autônoma tornando anormais as condições sob as quais se trabalha, trans-
formando o tempo de sua vida em tempo de trabalho. Conseqüentemente
quanto mais maciça for a concentração dos meios de produção, maior se

As relações materiais de produção vão produzir as leis jurídicas capazes de manter a reprodução das relações sociais necessárias ao processo de acumulação - o capitalista adquire, com a troca, o poder de dispor do trabalho e esta relação de poder tende a aumentar de extensão, portanto a acumulação ao reproduzir constantemente as relações de produção, e com ela a de poder, que reproduz o trabalho como meio de valorização do capital. Em consequência tal processo tende a expandir-se, e com isso aumenta o número de proletários. Logo a acumulação capitalista proporciona, como contraponto, a acumulação da miséria.

O entendimento da relação capital-trabalho passa pela discussão das necessidades, na medida em que ela pode tornar os homens servís, uma vez que estas só podem ser supridas através da venda da força individual de trabalho. Decorre daí o fato de relacionarmos a discussão da necessidade com o salário, na medida em que a determinação de sua magnitude refere-se ao montante de mercadorias necessárias à reprodução do trabalhador e, conseqüentemente, à perpetuação da classe trabalhadora.

Como a relação capital-trabalho é uma relação de poder, na medida em que "o capital representa o poder de governar o trabalho e seus produtos"⁽¹⁾, o espaço se reproduzirá em fun-

(- (cont.) rá a aglomeração de operários no mesmo espaço e quanto mais rápida for a acumulação, tanto mais miseráveis serão para os operários suas condições habitacionais. O tipo de vida, no que se refere à qualidade e conforto material, a redução do espaço habitável, a limpeza, o grau de insalubridade, as condições habitacionais, inclusive a duração da vida dos homens. - Karl Marx, El Capital, v. III, cap. XXIII.

(1) - Karl Marx - Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844, p. 33.

ção das necessidades ditadas pela sociedade de modo geral, que por sua vez será determinada pelo poder de barganha das classes que a compõem.

O processo de reprodução espacial envolve, nesse sentido, uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. A cidade aparece como um produto apropriado diferencialmente por cada indivíduo.

Entender o espaço urbano do ponto de vista da reprodução da sociedade significa pensar o homem enquanto ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de viver, agir e pensar. Significa entender o processo de produção do humano num contexto mais amplo da produção da história de como os homens produziram e produzem as condições materiais de sua existência. Hoje, essas condições produzem-se aprofundando a contradição entre a opulência e a miséria. Uma sociedade onde a distribuição da riqueza gerada dá-se de modo contraditório. O espaço, enquanto reprodução do indivíduo produz-se refletindo a contradição entre a produção e a distribuição da riqueza, já que as condições de vida da sociedade urbana estão vinculadas direta ou indiretamente a estas formas; uma relação de poder que extrapola o locus de trabalho.

Dentro desse quadro analisaremos a (re)produção do espaço da reprodução da vida humana. O homem vive onde ele pode morar e, onde ele pode morar será determinado pela renda que recebe e pelos sacrifícios que pode fazer. Como ele pode morar e em que condições vive depende da acessibilidade aos serviços coletivos produzidos.

O espaço não se (re)produz sem conflitos e as contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas à produção imediata, dentro da fábrica; é na vida cotidiana, como um todo, que essas contradições se manifestam mais profundamente; nas diferenciações entre os modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso à infraestrutura, ao lazer, a quantidade e tipos de produtos consumidos, etc.. Quanto mais a sociedade se desenvolve, mais aprofunda as diferenças entre os "indivíduos" (fundamentalmente nos países subdesenvolvidos).

Um exemplo desse processo é Cotia: as indústrias se instalaram, a população cresceu, o município se desenvolveu, todavia a miséria eclodiu. Nesse sentido, emerge a questão: como a sociedade (re)produz o espaço de sua reprodução?

A pesquisa de campo detectou uma íntima relação entre os seguintes elementos: a) renda e lugar de moradia; b) locus de moradia e acesso a infra-estrutura; c) local de moradia e local de trabalho.

O espaço enquanto reprodução da vida coloca-nos diante de um quadro formado pela interrelação entre modo de vida e processo de trabalho.

A habitação, como uma das necessidades básicas e fundamentais do homem dá-nos uma visão precisa sobre o modo de vida urbano, o local de moradia associada ao preço da terra. Este será determinado pelo jogo de mercado e apoiado nos valores criados e veiculados, pela sociedade, num determinado momento histórico.

Na articulação desses fatores está a essência da explicação de distribuição espacial dos habitantes na cidade,

qual seja, a relação de classes expressa na contradição entre a produção e a apropriação da riqueza. Nesse sentido a cidade é expressão da materialização espacial das desigualdades sociais emergentes na sociedade atual.

Enquanto meio de consumo, a cidade é local de morada, percurso, (casa-trabalho, casa-escola, casa-compras, casa-lazer, etc.), trabalho, lazer, cultura. Mas é também poluição, congestionamento, desconforto. Seu consumo pode tanto dar-se através da troca, (caso da habitação, transporte, infra-estrutura, saúde, escola) como através do uso sem troca, caso, por exemplo de bens de consumo produzido pelo Estado (áreas de lazer, escolas, pronto socorros, etc.) ou onde a sociedade cria um uso possível (áreas de lazer, praças, etc.).

A determinação social do espaço, enquanto meio de consumo para satisfazer necessidades humanas, assume uma forma de valor, de intercambialidade; ele é trabalho materializado ou em potencial. Isso implica necessariamente numa disputa. O uso se pauta pelas regras do jogo capitalista fundamentado na propriedade privada da terra.

As formas que assume o processo de produção do espaço urbano - através das formas de divisão social e territorial do trabalho - refletem, necessariamente, a contradição entre um processo de produção socializado e sua apropriação privada, implicando na contradição entre os interesses e necessidades da reprodução do capital, de um lado, e do desenvolvimento da sociedade como um todo, de outro. Logo o que está em jogo é o processo de apropriação do espaço para determinado uso, representado na propriedade privada da terra, como expressão da segrega-

ção econômica, social e jurídica.

Na análise da paisagem cotiana já apontamos para o fato de que sua principal característica é a desigualdade, na medida em que a (re)produção do espaço cotiano fazia-se aprofundando o contraste entre as áreas arborizadas dos loteamentos e condomínios de alto luxo de um lado, e os loteamentos da classe operária em geral com aspecto de "amontoado" de casas mal construídas, mal conservadas, pouco arejadas, às vezes úmidas e insalubres cujo conforto é pouco e o tamanho exíguo para o número de ocupantes, de outro. É evidente que a paisagem urbana espelha as contradições que estão na base da sociedade de classes; resta saber como elas emergem em Cotia. E nesse momento a dúvida: como classificar esta diferenciação, e qual sua pertinência?

A análise da paisagem cotiana foi feita a partir dos aglomerados formadores da mancha urbana e foi aí que as contradições evidenciaram-se, isto é, de modo concreto, como a população vive, o tipo de habitação, tamanho (do terreno e da casa), materiais empregados, infra-estrutura, etc. .

O tipo de habitação, acesso a serviços e preço da terra formam três variáveis utilizadas na discussão das contradições espaciais que, em última análise - em Cotia - estarão na base das lutas pela intervenção na (re)produção do espaço urbano, pois se os homens relacionam-se com o capital (personificado pelo capitalista) diretamente na firma, onde lutam por melhores condições de trabalho; fora do processo produtivo as relações de dominação também se realizam, concretamente, nas condições de vida real, (que vai além da simples satisfação das

necessidades imediatas).

A produção do espaço urbano cotiano que se desenvolve tendo como referencial a Raposo Tavares, resulta do parcelamento da terra pelo avanço sobre áreas rurais produtivas (caso do Jardim da Glória, Moinho Velho), mas na sua maioria ocupando áreas não produtivas. Com o processo de valorização da terra - decorrente da redefinição do uso do solo e do processo de ocupação da área metropolitana - os terrenos que antes eram vendidos por hectare, passam a ser vendidos por m². Constata-se duas tendências, de um lado a agricultura diminui sua área cultivada, sem aumento de produtividade, a produção de produtos tradicionais como feijão, mandioca e milho quase desapareceu (de 1.497 toneladas em 1950 passa para 62 em 1970). Em função da proximidade da capital a tônica é a produção hortifrutigranjeira - principalmente ovos e aves.

Em contrapartida, a queda da importância do setor primário, é compensado pelo aumento do número de estabelecimentos industriais, associado ao desenvolvimento do parque industrial metropolitano que privilegia a localização nos grandes eixos rodoviários próximos à Capital.

A instalação dos estabelecimentos industriais em Cotia coincidem com o período da abertura de loteamentos, o que confirma uma estreita correlação entre a implantação da indústria e o aumento da população urbana (como pode ser observado nos gráficos 1 e 2). A ocupação do solo, se por um lado ocorre como desmembramento de glebas, transformadas em lotes urbanos, por outro, faz-se com o surgimento de áreas de reservas de valor, onde existe plantação de eucaliptos que não exigem trabalho nem trabalhadores.

COTIA - evolução da implantação de loteamentos

gráfico nº 1

Nº DE LOTEAMENTOS

FONTE: PREFEITURA DE COTIA

COTIA - evolução de instalação das indústrias

gráfico nº 2

Nº DE INDÚSTRIAS

18—

15—

12—

9—

6—

3—

0—

até
60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

ANOS

FONTE: PREFEITURA DE COTIA

A densidade de ocupação do solo urbano, ocorre de modo rarefeito indicando momentos precisos de implantação que podem ser observados, no que se refere às edificações, tipo de construção, material utilizado, destino e/ou finalidade, no padrão arquitetônico e grau de conservação. As condições de desenvolvimento do tecido urbano se por um lado liga-se ao desenvolvimento das forças produtivas, por outro subordina-se à propriedade da terra onde a renda funciona como um artifício que seleciona os usos do solo e prevê padrões.

Para Singer⁽¹⁾ as diversas atividades aparecem coordenadas no mercado do solo e da propriedade para produzir o padrão de usos do solo. Não importa o tipo de renda, todos tem em comum o fato de que a propriedade do solo está baseada no monopólio de certas pessoas de partes definidas do espaço como esferas exclusivas de sua vontade própria. A apropriação da renda é a forma econômica pela qual a propriedade do solo se realiza e o uso do solo é regulado pelo mecanismo de mercado.

Podemos observar no caso de Cotia que as áreas que apresentam maior valor são aquelas localizadas na Granja Viana (em torno do km 24), em sua maioria, loteamentos de alta renda (como Chácara Viana, Horizontal Park, Jardim Passargada I e II, Vila Viana, etc.).

As áreas que apresentam menores valores localizam-se, predominantemente, próximas ao centro de Cotia, caso do Jardim Nova Coimbra, Stela Maris, e nas proximidades das indústrias, caso da área dos kms 21 e 28 (Bairro do Rio Cotia)

(1) - op. cit.

Como já afirmamos anteriormente, existe uma relação entre preço da terra, renda da população e tipo de loteamento. A população de maior poder aquisitivo instalar-se-á nas áreas onde o preço do m² é mais elevado, as áreas dos terrenos e das casas são maiores que no resto da cidade, dotadas de infra estrutura; enquanto as camadas de menor poder aquisitivo instalar-se-ão em terrenos menores com deficiência ou mesmo ausência de infra estrutura básica, em casas geralmente produzidas em sistema de autoconstrução (principalmente nas áreas recentes), em topografia acidentada, muitas vezes impróprias à construção (como por exemplo o Morro do Macaco ou áreas do Rio Cotia), ou ainda muito próximas às indústrias. Encontramos, no final da década de 70 e início de 80 uma tendência ao deslocamento de áreas populares às margens da Avenida Antonio Mathias (que sai do centro em direção ao sul), onde misturam-se com resquícios de áreas agrícolas (Jardim Panorama, Arco Iris, Jardim Petrópolis). É aí que encontraremos os menores preços por m² como pode ser observado na planta de valores, (nº 6) que resalta a distribuição espacial da valorização da terra em Cotia. Aliada a carta (nº 7) de loteamentos⁽¹⁾ aparece mais nitidamente a correspondência entre nível de renda da população e sua distribuição na área urbana do município. A população de baixa renda tende a instalar-se ora nas áreas imediatamente contíguas à Raposo Tavares, como é o caso do bairro do km 21 (lado direito e esquerdo da Raposo) do Parque São Jorge (entre a Rodovia e a Granja Viana), Parque Alexandra; o Vale do Rio Cotia, Jardim Stela Maris, Jar -

(1) - elaborada pela Emplasa

COTIA:
loteamentos por renda

COTIA planta de valores-1985

dim Coimbra, Jardim Nova Coimbra, estes, mais próximos ao núcleo antigo de Cotia. Há ainda três áreas mais distantes da Raposo: o subdistrito de Caucaia, uma área próxima a Itapevi e Morro Grande.

Quanto aos loteamentos de alta renda, estes se localizam, como já dissemos na área em torno dos km 24/26; a Granja Viana. Os loteamentos destinados à população de renda média, localizam-se, em grande parte próximo ao centro da cidade, como o Jardim Nomura, Vila Nossa Senhora do Mont Serrat e Vila Santo Antonio do Portão. Se relacionarmos estas cartas com os dados de renda média mensal da população, temos que em 1980, 66,31% da população cotiana recebia entre 1/2 e 3 salários mínimos, enquanto 23,95% entre 3 e 10 s.m. e apenas 5,44% com mais de 20 salários mínimos. Estes dados, caracterizam, por si só, a população cotiana como de baixa renda, que moram em casas diminutas se comparadas às destinadas à população de renda média e alta; as vezes em áreas insalubres e com um padrão arquitetônico bastante inferior⁽¹⁾. A pesquisa O-D⁽²⁾ caracterizou o padrão arquitetônico do município como basicamente favelas, cortiços (com um padrão diferenciado daquele que conhecemos nas áreas centrais de São Paulo como os bairros de Campos Eliseos e Bexiga, e habitações precárias (a maioria auto-construção).

Na carta feita pela Emplasa, existem apenas três classes de loteamento, e uma delas engloba duas camadas de renda, a nosso ver, bastante diferenciadas: as de baixa e média, que do ponto de vista do uso do solo urbano acham-se

(1) - conforme pudemos concluir da pesquisa de campo

(2) - O-D (origem-destino) realizada pela Emplasa em 1978

bastante diferenciadas. Em primeiro lugar, as áreas destinadas à classe média tendem a afastar-se da Raposo Tavares como é o caso da Chácara Canta Galo, Jardim Miranda, Jardim Adelina, etc. ou localizam-se próximas ao centro da cidade, caso do loteamento Herdeiros de Luisa Aires. Por outro lado, o tamanho do terreno, o padrão arquitetônico e a infraestrutura de que dispõem são bastante diferenciados - aqui não há auto-construção, favelas ou cortiços - o que em si implica numa distinção abissal entre as áreas. Envolve também modos de vida diversos; isto é fundamental, pois, refere-se a um engajamento diferenciado nas lutas por melhores condições de vida e consequente participação no processo de reprodução espacial.

Já dissemos que a produção do espaço urbano em Coitia se determina na articulação do processo de reprodução do espaço da metrópole, nos últimos 15 anos. Nesse período, a expansão da mancha urbana cotiana, processou-se de forma acelerada, porém não de forma contínua, em função do parcelamento "desordenado" da terra, privilegiando os proprietários imobiliários.

A leste do município, na Granja Viana, a ocupação da área à direita da Raposo Tavares e a implantação dos loteamentos dá-se em direção ao município de Carapicuíba e ate mesmo ultrapassam seus limites como é o caso da Chácara Granja Velha, Fazendinha Recanto Implá, Chácara dos Lagos, Chácara Santa Lúcia. Apesar de pertencerem a outro município (este serve apenas como o local onde se paga impostos ou se utiliza da polícia, em caso de assalto), a vida das pessoas ocorre na "comunidade da Granja Viana".

No sentido oeste temos os núcleos urbanos do bairro da Graça - Morro Grande e o ex-distrito de Raposo Tavares, atual município de Vargem Grande.

O desenvolvimento da mancha, apesar do avanço para o noroeste, ainda se mantém calcado na Rodovia Raposo Tavares. A área central do município se desenvolve a partir do núcleo antigo, descendo a colina até a várzea numa rua definida entre os kms 32 e 37,5 da Raposo Tavares⁽¹⁾. Do lado direito da Rodovia - que nesse trecho tem aspecto e função de uma avenida com movimentadas casas comerciais e imobiliárias - a ocupação desce o vale e sobe a encosta íngreme numa mancha urbana contínua a partir do adensamento de loteamentos como Jardim Dinorah, Parque Turiguana Stella Maris, Jardim Cotia, Jardim Nova Coimbra conhecido como Morro do Macaco com suas pequenas casas e barracos dependurados, ruas de terra, estreitas e tortuosas; Jardim Maria Teresa, Rosalina e ao fundo o Jardim Rio das Pedras.

Tanto ao norte quanto ao sul do núcleo central encontramos um adensamento mais recente, datando do fim da década de 70 e começo da de 80. Ao norte se desenvolve, na estrada vicinal da Roselândia e ao sul, na avenida Antonio Mathias de Camargo que em sua bifurcação forma a estrada do Padre Inácio e Estrada velha da Olaria. A sudoeste, temos estrada de Morro Grande. Ao longo dessas vias de comunicação (em grande maioria de terra) encontramos loteamentos de população de baixa renda - tipicamente operários apresentando áreas agrícolas nos interstícios.

(1) - Englobando: Granja Carolina, Vila Santa Terezinha, Jardim São Pedro, Vila São Francisco de Assis, Jardim Nomura, Vila Santo Antonio do Portão e Vila Nossa Senhora do Monte Serrat.

Nessa área, formada a partir dessas estradas, a medida que nos distanciamos do centro observamos uma queda acentuada do preço do m² da terra, é o caso do Jardim Panorama (1976), Arco Iris (1980) e Jardim Petrópolis (1980), cuja população tem uma renda em torno de três salários mínimos. Os preços da terra também são baixos no Vale do Rio Cotia, onde as condições ambientais se deterioram em função da concentração de estabelecimentos industriais (principalmente química) que se mescla a loteamentos populares (com casas pequenas e insalubres, precariamente instaladas).

Considerando o município como um todo - a partir da carta de evolução dos loteamentos (carta nº 8) - percebemos nitidamente a tendência da ocupação urbana: o adensamento dos núcleos já existentes a partir da rodovia e das estradas vicinais, configurando uma estrutura urbana "desordenada" como consequência do processo de valorização da terra em função do livre jogo do mercado imobiliário.

Se compararmos as cartas de uso do solo urbano de 1974⁽¹⁾ com aquela de evolução dos loteamentos de 1985⁽²⁾ (nºs 8 e 9), podemos perceber claramente como se processou o adensamento da mancha urbana cotiana, no período. Ocorre, basicamente, ao norte da Raposo Tavares, de forma mais expressiva em torno dos kms 28/29, ao redor do núcleo central e ao sul deste, ladeando a Avenida Antonio Mathias de Camargo em direção ao interior). Na área da Granja Viana, novos loteamentos surgem nesse período. A comparação entre as du-

(1) - elaborada a partir do levantamento aerofotogramétrico feito pela Emplasa

(2) - elaborada a partir dos dados, sobre loteamentos, da Prefeitura Municipal de Cotia.

COTIA

uso do solo urbano-1974

COTIA

evolução da mancha urbana

as cartas permite-nos detectar claramente que a mancha urbana se torna mais densa, a partir do parcelamento da terra às margens da Raposo Tavares - mantendo-se, portanto a tendência de ocupação na direção leste-oeste.

"A expansão urbana de Cotia tende a ocupar a bacia do Rio Cotia à Juzante do Reservatório das Graças ao longo da Rodovia Raposo Tavares, em continuidade à expansão urbana de São Paulo e sua agregação periférica nos municípios de Carapicuíba, Taboão da Serra e Embu, que constituem a vizinhança leste de Cotia. A urbanização em corredor, no sentido oeste ao longo da rodovia estadual, tende a penetrar e a induzir a transformação do uso do solo num contínuo urbano que agrega porções territoriais de Jandira, Itapevi ao norte, e Embu, Itapeçerica da Serra ao sul. O sistema viário entre os vetores de expansão urbana à oeste de São Paulo, caracterizam uma malha transversal à Raposo Tavares que cataliza a potencialidade do preenchimento da área expandida de São Paulo" (1).

A produção do espaço urbano concretiza-se a partir das modificações ocorridas no espaço rural e das renovações de antigas áreas urbanas.

Do ponto de vista histórico, Cotia, tem uma origem indígena e foi ponto de pouso; o aglomerado surgiu vinculado ao fator circulação. De um lado, a estrada, de outro, a posição entre a cidade de São Paulo e Sorocaba permitindo o pouso dos viajantes e engendrando a construção de casas para pouso, água e alimentação. Em 1723 assistimos sua elevação

(1) - Emplasa - Plano Diretor de desenvolvimento de Cotia - Relatório Preliminar p. 42.

a arraial com a denominação de Nossa Senhora do Monte Serrat de Cotia. Em 1856 foi elevada a categoria de Vila e em 1906 à de município.

O centro de Cotia, instalado no topo de uma colina de aproximadamente 750 m de altura, não parece hoje diferir muito do início do século. A cidade guarda as mesmas características do aglomerado linear (na direção leste-oeste) tendo a Rodovia Raposo Tavares como marco profundo no desenvolvimento da mancha urbana, e que até o seu desvio, serviu de rua principal do aglomerado.

A rua Senador Feijó é a artéria principal onde se localiza a Igreja Matriz e Câmara, ao lado do comércio (que evidentemente se diversificou), bancos, despachante, escritórios (dentista, arquitetura, médico, por exemplo) e casas que ainda guardam vivamente as marcas do passado. Por ser a rua principal e único ponto de passagem, a Regente Feijó e Largo da Matriz, apresentam hoje grandes problemas de congestionamento de trânsito.

Seu comércio entretanto, não se parece como o de uma cidade média pois continua, como há 30 anos, a sofrer a concorrência da capital (principalmente do bairro Pinheiros-na zona oeste de São Paulo). Não raro, os cotianos se queixam dos diferenciais de preço cobrados pelo supermercado central em relação aos preços de São Paulo.

Em 1954, escreve Emilia Viotti "a fisionomia da atual "cidade" de Cotia reflete, inegavelmente, um período que remonta há cerca de um século. Apenas saiu de seu letargo a partir principalmente da década de 1920-1930, quando sua

área principal recebeu o sangue novo do agricultor estrangeiro, e mais recentemente com o aumento do tráfego na estrada de rodagem que ruma para o Paraná (hoje pavimentada) e com o aparecimento de novas funções, em sua área rural. Mesmo assim, muito pequenas foram as alterações até agora registradas. Sua população urbana orça um milhar de habitantes e modesta foi sua expansão, porque o sítio urbano não a favorece. O progresso passa por Cotia, mas não deixa suas marcas⁽¹⁾.

Em 1972, Amália Inês Lemos escrevia que "com a modernização da estrada e a preponderância de veículo a motor, a área do município que pertencia ao cinturão caipira tornou-se rapidamente zona pioneira da especulação imobiliária. Os loteamentos vão se efetuando junto a uma intensa propaganda, e os que não podem pagar os elevados preços dos terrenos na cidade, começam a construir; e nova função surge: a residencial. Esta é uma das primeiras, e quiçá a mais importante, que desempenharam as áreas periféricas metropolitanas, organiza-se a Granja Viana (também chamada Vila São Francisco), e mais perto do velho núcleo de Cotia, o Portão, para o oeste, bairro da Graça e Vargem Grande (hoje Raposo Tavares), estes últimos ainda, em estado embrionário"⁽²⁾.

A reflexão sobre o modo como a reprodução da vida da sociedade cotidiana ocorre nos leva a refletir sobre o modo como a sociedade produz, pois estas produzem as relações que nos permitiram entender o urbano, superando a idéia de "função" desenvolvida pela Geografia (como aparece na citação de Lemos).

(1) - Emilia Viotti - A cidade de São Paulo, vol. IV; cap. III, Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas, p. 74

(2) - Amália Inês Lemos - Cotia e sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana - dissertação de mestrado, p.169.

O modo de produção capitalista é o modo de produção de mercadorias e tem em sua essência o modo de produção de mais valia. Mas do ponto de vista do processo de produção, ele não só produz mercadorias mas também relações ⁽¹⁾.

Os métodos utilizados para intensificar a força social produtiva do trabalho para a produção da mais valia relativa se realizam às expensas do operário individual, todos os meios de desenvolvimento de produção se transformam em meios de exploração e escravização do produtor. Como todos os métodos de produção de mais-valia são métodos de acumulação e vice-versa, segue-se que a medida que se acumula o capital tem-se que necessariamente piorar a situação do operário.

Daí o caráter antagônico da acumulação capitalista, pois as mesmas condições que engendram a riqueza produzem a miséria; as mesmas condições que se desenvolvem as forças produtivas produzem também uma força produtiva de pressão contrária, e engendram um proletário cada vez maior. A reprodução dos homens e de suas relações existem para servir ao capital.

(1) - Do ponto de vista dos agentes do processo de trabalho, o modo de reprodução capitalista separa o trabalhador de seus meios de produção criando o assalariado e transformando seu trabalho em trabalho parcelado, é o processo de produção de homens livres enquanto mercadoria para o capital dispor quando e da maneira que lhe convier.

O homem passa a ser mercadoria na medida em que é despojado da propriedade ao lado da classe detentora da propriedade. A produção de homens livres, isto é, de homens despojados de seus meios de produção, prontos a vender sua força de trabalho ao capitalista, como uma fonte de assegurar sua existência reproduz constantemente dois fenômenos: 1) a da população ativa, que trabalha para a produção do capital e 2) uma população disponível, que não é absorvida pelo capital e que forma o E.I.R. (exercito industrial de reserva). É necessário para o sistema ter grandes massas de homens disponíveis para poder lançá-los em momentos decisivos sem que a escala de produção seja interrompida.

Nesse contexto o espaço vai se reproduzindo, Cotia é hoje uma cidade diversa daquela descrita por Viotti e muito mais complexa daquela de Lemos. O município se reproduz em função das leis que regem o desenvolvimento da metrópole paulista e,consequentemente,a redefinição da divisão espacial do trabalho, relocando atividades e indivíduos.

Na medida em que o trabalho se transforma,a cidade cresce, os indivíduos passam a ter um outro tipo de relacionamento (de vida) com os outros e com a cidade.

A reprodução da vida, vincula-se ao salário,enquanto que a reprodução dos homens de um modo geral, está ligada à forma específica do sistema capitalista de gerar valor a partir da apropriação do trabalho não-retribuído.

No capitalismo a população operária ao produzir a acumulação do capital produz também, em proporção cada vez maior, os meios para seu próprio excesso relativo pelo aumento da escala de produção e,consequentemente,da produtividade. Esta idéia é importante para entendermos a articulação entre o setor industrial e as demais atividades urbanas, bem como as condições que ocorrem à reprodução da vida, que em última análise, determinará o papel de Cotia na divisão espacial do trabalho dentro da Região Metropolitana Paulista.

2.3.1. A nova divisão espacial

A evolução da mancha urbana cotidiana apresenta-se como um fenômeno típico do processo de reprodução do espaço metropolitano.

- 1) De um lado encontramos os bairros dormitórios que se sub

dividem em condomínios de luxo, consequência da expulsão da classe de "alta renda" que migra para bairros arborizados da periferia da cidade em busca de uma "opção de vida", que a metrópole não pode mais oferecer. Ficou incômodo morar em São Paulo com seus arranha-céus, a violência, o congestionamento, a falta de área aberta para as crianças brincarem, etc. São na sua maioria condomínios "fechados" com guardas e guaritas de segurança, arruamento, água, luz, telefone, piscinas, quadras de tênis.

De outro lado, os loteamentos chamados populares, realizados com outro padrão arquitetônico, em lotes menores, em áreas sem infra-estrutura, onde as casas são construídas com pouco ou nenhum conforto; é a população que migra em busca de terrenos mais baratos para moradia.

Ambos continuam mantendo estreito vínculo com a metrópole, seja como local de trabalho, de abastecimento, de lazer, etc.

- 2) Os loteamentos que surgem com a nova implantação industrial produzindo, particularmente na década de 70, um novo padrão de ocupação: as indústrias às margens da Rodovia, preferencialmente, e estradas vicinais formando bolsões e tendo nos interstícios bairros operários.
- 3) O crescimento do núcleo central, cujo adensamento tem englobado áreas antes isoladas.
- 4) Há ainda uma grande parte do município que, por estar dentro da área de proteção dos mananciais, tem seu uso limitado por lei, e uma área de chácaras de lazer ou produtivas, particularmente a oeste e sul.

Tal fato nos faz refletir sobre uma mudança da participação de Cotia na Grande São Paulo. Esta participava da divisão espacial do trabalho, comandado pela capital paulista, através da agricultura, como espaço integrante da cultura hortifrutigranjeira, refletindo uma necessidade do desenvolvimento urbano da capital. Outra atividade era a olaria, que se situava nas proximidades de São Paulo, no lado esquerdo da Raposo Tavares, devido à acumulação de depósitos argilosos nas várzeas, cuja paisagem, constituída pelas construções alongadas, os grandes fornos, chaminés e as pilhas de tijolos, cedeu lugar aos novos loteamentos.

Emilia Viotti Costa escreve em 1954,⁽¹⁾ que na região noroeste da cidade de São Paulo, depois de ultrapassada a várzea do Pinheiros, incia-se uma área rural formada pelos

(1) - Op. Cit.

municípios de Itapeçerica da Serra e Cotia, cujas sedes se classificam como cidades dentro dos critérios político-administrativos, mas não passavam de simples vilas, sob ponto de vista geográfico. Constituíam expressivos exemplos de subúrbios agrícolas, com uma paisagem agrária típica, com destaque para a horticultura, nas várzeas, muitas vezes associada à avicultura. Já nos topos arredondados e nas encostas das colinas predominavam culturas maiores como a batata e o milho ou então, em menor escala, os eucaliptos.

A cultura da batata, no bairro do Moinho Velho, por exemplo, era feita por imigrantes japoneses que começaram a chegar em Cotia por volta de 1913 (já em 1928 o número de japoneses em relação à população total era de cerca de 10%). A plantação de batata dos japoneses deu lugar, a partir de 65, a loteamentos residenciais de classe média, e no prédio da antiga escola (criada pelos japoneses), instalou-se uma imobiliária.

Hoje não se pode identificar Cotia a parir dessa descrição. O município vem crescendo em ritmo acelerado, particularmente, nos últimos quinze anos com a instalação dos estabelecimentos industriais de um lado e com a abertura indiscriminada de lotamentos, de outro. A instalação tanto das indústrias quanto dos loteamentos é expressão do modo como o capitalismo dependente se desenvolve no Brasil, mudando completamente a configuração espacial e dando-lhe novo dinamismo.

O crescimento urbano dá-se de modo diferenciado, fruto da desigual divisão espacial do trabalho. Em Cotia o pro

cesso de urbanização é claro no centro da cidade, nas áreas próximas à Osasco (kms 21 a 25), no Vale do Rio Cotia e, de modo um pouco mais rarefeito e diferenciado, em Morro Grande e Caucaia. O hiato entre os primeiros núcleos e os dois últimos é fruto da instalação da indústria e do desenvolvimento das vias de acesso. Caucaia é um distrito rural com um pequeno centro (14 quilômetros da sede administrativa cotiana) que se resume a uma praça, com construções datando do século passado, com casas brancas, portas e janelas de madeira e algumas construções mais recentes como a do Bradesco e a do supermercado, por exemplo; com uma população quase que exclusivamente rural, vivendo da terra, habitando pequenas casas sem infra-estrutura, ligadas entre si por estradas de terra, quase "picadas".

Morro Grande por sua vez, tem outra origem e, consequentemente, outra vinculação com o resto da área urbana. Também aparece como pequeno povoado, numa área topograficamente diversa de Caucaia, mas apresenta características marcadamente urbanas apesar de ser uma área situada no limite de uma grande reserva florestal do Estado. As casas são próximas, as ruas de cascalho, a ligação de ônibus é mais densa. Enquanto Caucaia criou-se em função da área rural, Morro Grande surgiu vinculada ao tratamento de água feito pelo DAEE (hoje Sabesp). O Estado para estruturar tal empreendimento num local totalmente despovoado e de difícil acesso, construiu casas para seus administradores e funcionários; com jardins bem cuidados, mini-zoológicos, piscinas e quadras de esporte. Era uma área de lazer bastante importante para os moradores de Cotia. Entretanto, na década de 70, o governo,

concluindo que a manutenção era onerosa e, com a instalação de uma companhia de economia mista, a Sabesp, desativou a área, despejando os antigos moradores. As cinquenta casas estão hoje abandonadas e seus moradores vivem no bairro da Graça ao redor da igreja de Nossa Senhora das Graças, próximo à área da Sabesp.

Na estrada que liga o centro de Cotia à morro Grande, os clubes de campo parecem ter seus dias contados, inúmeras placas e projetos de novos loteamentos podem ser vistos. Aliás, é com a proliferação de loteamentos que se dá o avanço da mancha urbana cotiana.

2.3.2. Loteadores x Compradores

Os loteamentos são feitos em grandes extensões de terra compradas como rural e depois parceladas -, isto ocorre pelo fato de Cotia ser considerado por lei municipal, como integralmente urbano, mesmo sem sê-lo. São áreas que em sua maioria não eram agricultáveis; parte dessas terras pertencem ao que podemos chamar "moradores tradicionais de Cotia" que possuem grandes quantidades de terra como reserva de valor. De acordo com um dos entrevistados, essas pessoas são "economicamente fortes mas financeiramente fracas", isto é, não têm dinheiro, mas têm grandes quantidades de terra. Com o crescimento artificial da área urbana, tiveram suas terras enquadradas como tais e passíveis de serem parceladas e vendidas em lotes pequenos para construção de residências urbanas. A "terra rende mais que a caderneta de poupança" afirma um entrevistado.

Entretanto há pessoas que compram imensas extensões de terra com o fim último de lotear. Encontramos em Cotia o mesmo fenômeno descrito por Oliveira⁽¹⁾ para a metrópole paulistana: onde vincula o desenvolvimento do modo de produção capitalista que ao gerar um processo de concentração e acumulação de capital, levou à aplicação de grande parte da mais-valia apropriada na aquisição de terras. Tal procedimento torna-se uma opção segura de investimento no momento em que a economia brasileira passava por um processo inflacionário em espiral ascendente (como veremos adiante).

(1) - Ariovaldo U. de Oliveria - A lógica da especulação imobiliária in Geografia Teoria e crítica p. 131/146.

O procedimento para a instalação dos loteamentos e consequente venda dos lotes em Cotia, reflete a "especulação" imobiliária que ocorre hoje no país como um todo. Inicialmente o dono da terra procura uma empresa para planejar o loteamento (a Esquadro foi responsável por muitos loteamentos de alto padrão na Granja Viana); uma imobiliária ou ainda pode fazê-lo sozinho, sem intermediação⁽¹⁾. A imobiliária recebe de 20 a 40% do valor do empreendimento. A área loteada guardando, teoricamente, as áreas institucionais de acordo com os procedimentos legais. Em seguida, há os trâmites burocráticos a serem vencidos (na prefeitura e na Emplasa) para a aprovação da planta de loteamentos - o que ocorre na maioria dos casos com total desrespeito à legislação e com grandes lucros para seus proprietários, gerando sérios problemas sociais⁽²⁾.

LOTEAMENTOS IRREGULARES A FORTUNA PARA OS MAUS LOTEADORES

*A Lei Federal 6.766 de
19/12/79 não é cumprida.*

Quanto mais irregular for o loteamento, quanto maior forem os problemas com saneamento básico, registros, escrituras, maior será o lucro do loteador que na maioria das vezes iludem a boa fé de pessoas humildes que tudo dão a troco de um pedaço de terra.

Os loteamentos se pro-

liferam em Cotia como "ninhadas de coelho" disse um causídico cansado de ver tantas facilidades das autoridades que só tomam conhecimentos dos problemas depois que os loteadores já deixaram um rastro de problemas inquestionáveis.

Jardim das Graças, Renan Jardim, Parque Baía,

loteamento das Estrelas, favela do Carmelino e dezenas de vilas e loteamentos que nem ao longe obedecem os dispositivos legais.

(1) - A família Viana loteou grande parte da Granja: A Vila Viana, O Parque São Jorge, o Bosque Viana, a família Silva fez alguns loteamentos em áreas próximas ao centro de Cotia.

(2) - Como veremos no capítulo III

A venda dos lotes dirigidas para fora de Cotia, oferecidas aos moradores de São Paulo, Carapicuíba - é feita aos poucos, de acordo com o processo de valorização a que a terra é submetida, à medida em que se constrói infra-estrutura, pequenas melhorias, ou ainda, se sofisticada a propaganda de venda de lotes.

Uma parte dos lotes é guardada como reserva. "Reserva lá para a família alguns lotes melhores, bem situados etc., que também tem uma valorização quando a família quiser vender" - diz um entrevistado no que se refere aos loteamentos feitos pelas famílias; mas tal procedimento não é diferente daquele tomado pelas empresas imobiliárias.

Os preços dos lotes nem sempre são determinados pela lei da oferta e demanda, mas pela renda de monopólio em função do poder de compra, vinculada a venda do "verde", do "privilégio" de melhor morar - como ocorre na área da Granja Viana, ou ainda da ideologia da casa própria para a classe trabalhadora, que prefere morar dezenas de quilômetros longe do local de trabalho - o que lhe custa preciosas horas de descanso - à provisoriedade da situação da casa de aluguel aliada ao fato de que, hoje, no Brasil, o trabalhador não tem estabilidade no emprego. Não raro, paga-se por uma mercadoria e recebe-se outra. Os loteamentos populares são vendidos, quase sempre, sem quaisquer dos itens de infra-estrutura. Além do que, são vendidos sem equipamentos básicos, como água, luz, esgoto, arruamento, guia ou sarjetas; às vezes só com a marcação dos lotes como no caso, por exemplo do Jardim Panorama, ou até sem título de propriedade. Isto sem con

siderar equipamentos como escolas, pronto-socorros, farmácias, transporte, lazer, etc. que nem fazem parte (com exceção do transporte) da pauta de reivindicação dos moradores, pois estes ainda lutam pelo mínimo indispensável a uma existência digna.

Assim, dentro da "filosofia" de que o lucro ou no caso, a renda da terra é apropriada individualmente pelos empreendedores, e o "problema" socializado (com "vistas grossas" por parte da Administração local), o espaço de moradia vai se construindo como um peso a mais nas costas do trabalhador.

A propaganda para a venda dos lotes afirma que o loteamento dispõe de área comercial, ônibus e escolas nas proximidades, infra estrutura, etc., mas ao tomar posse do lote, o proprietário se vê diante de uma outra situação e não há solução senão a luta por equipamentos urbanos - uma luta que beneficia diretamente o loteador, pois valoriza os lotes que ainda não foram vendidos. Um dos vereadores da Câmara de Cotingia concorda com esse raciocínio, mas acredita que agora o problema é social, "você tem que pensar naqueles que vão morar ali, infelizmente, então é um caso social". Cita o caso do conjunto residencial Rio das Pedras, por exemplo, onde a empresa que o construiu tinha como plano a construção de 300 apartamentos, uma parte destinada a lojas comerciais com supermercados, cinema e, é óbvio, toda a infra-estrutura de equipamentos necessários. Mas o que existe hoje lá? Nem lojas, nem supermercado, nem cinema e o que é pior, nem luz. As 200 famílias que aí habitam ficam enclausuradas à noite, os adolescentes não podem frequentar escolas porque o loteamento fica distante da Raposo Tavares, onde passa o ônibus,

(e em Cotia o 2º Grau só funciona à noite) as crianças não podem brincar, nem os adultos se relacionarem com os vizinhos, etc. Ainda há 100 apartamentos para vender e os atuais moradores lutam na prefeitura pela instalação da luz. Caso isso ocorra, o maior beneficiado será, sem dúvida, o empreendedor, que venderá as últimas unidades com preço superior ao que vendeu as anteriores.

Outros loteamentos como Parque Alexandria, por exemplo, não tem água. A Prefeitura manda caminhões pipas para abastecer os moradores, mas em quantidade e frequência menor que o necessário. A Prefeitura pretende estar fazendo um favor aos moradores mandando os caminhões. Certas camadas sociais parecem fadadas a não terem direitos.

Há loteamentos populares vendidos a uma camada da população de baixa renda, que trabalha em São Paulo, que quando do início do assentamento, sequer tinha ônibus, (Jardim Panorama, Jardim Petrópolis e Jardim ARco-Iris); ainda hoje não tem arruamento, e seus moradores afirmam que receberam seus lotes apenas demarcados e sem escritura. Só com muita luta vão conseguindo suprir as necessidades de infraestrutura.

O núcleo do Rio Cotia é outro exemplo. Este se desenvolve em função da instalação industrial, que se encontra nas vizinhanças, dentro de um dos bolsões industriais. O preço da terra é baixo e as condições de habitabilidade piores, se considerarmos os vários tipos de poluição: no Rio Cotia o cheiro é insuportável e o rio muito poluído. A Vila Belizário, outro exemplo, é um loteamento que nasceu sem infra-es-

trutura e foi vendido sem quaisquer documentação; o dono da área (este foi loteado por particular) se comprometia a, no futuro, fornecer a escritura, aos compradores.

Há problemas, menores é claro, também com os loteamentos destinados a uma população de maior poder aquisitivo. O loteamento Passargada é um bom exemplo. O empreendimento, feito pela Forma e Espaço, previa a entrega de lotes com casas (construídas a partir de 5 projetos arquitetônicos diferentes, à escolha do comprador) e uma área comercial com shoppings, piscinas e vasta área de lazer. Não foi construída a área comercial, o playground foi abandonado e algumas casas foram terminadas com o empenho do proprietário. Os moradores estão pleiteando a construção do club que está previsto no contrato do loteamento.

Em dois anos - 1984/1985 - segundo informação da prefeitura, 25 loteamentos instalaram-se em Cotia, fruto de um acelerado processo de parcelamento da terra. Todavia ainda hoje não existe nenhuma legislação eficiente para evitar os abusos dos loteadores. Alguns entrevistados afirmam que estes estão suficientemente representados na Câmara Municipal para sentirem qualquer temor. É a impunidade daqueles que tem "força".

Para a população de baixo poder aquisitivo, depois da compra do terreno a opção é construir "do jeito que dá"⁽¹⁾, em alguns casos (Jardim Panorama e Parque São Jorge, por exemplo) são construídas mais de uma casa no mesmo terreno, uma atrás da outra, a maioria no sistema de auto-construção,

(1) - Diz um entrevistado

dando a impressão de um novo tipo de cortiço.

Em Cotia, o processo de produção do espaço urbano, do ponto de vista da reprodução da sociedade, não se faz sem problemas e conflitos. Os loteamentos populares, em sua esmagadora maioria, não dispõem de condições básicas de infraestrutura, alguns não tem sequer escritura de propriedade⁽¹⁾, há loteamentos clandestinos (caso da Vila Belizário e Jardim Dinora). Entretanto, quase todos são irregulares, ignorando as normas de loteamento como consta em lei, e a fiscalização ora é inexistente, ora ineficiente, ora conivente.

A mancha urbana cotiana que se desenvolve a partir da valorização e parcelamento da terra, transformada em lotes, expulsando para o interior a atividade hortifrutigranjeira, acompanhando fundamentalmente o traçado da Raposo Tavares, tem sua gênese no processo de reprodução do espaço urbano metropolitano, e não no desenvolvimento do velho núcleo urbano. Tal fato é corroborado pela existência de uma vasta "área dormitório", evidenciando um fato que se generaliza na reprodução do espaço urbano metropolitano, em função do processo de valorização da terra, qual seja, o aumento da distância entre local de moradia e local de trabalho e, o consequente, dispêndio de tempo e dinheiro no deslocamento cotidiano que geralmente faz-se de maneira caótica e perigosa para a população de menor poder aquisitivo que se apinha em ônibus superlotados, sujos, desconfortáveis, gerando grande tensão, o congestionamento nos horários de pico, tempo de espera no ponto, tempo ainda maior de percurso, exercem uma influência

(1) - Há problemas de posse de terras, principalmente no bairro Nossa Senhora das Graças, Morro Grande e Caucaia.

direta no tempo de não trabalho da população.

O processo de desenvolvimento urbano metropolitano, da-se de modo rarefeito, deixando vastas áreas vazias dentro da mancha urbana, como reserva de valor. A periferia é o destino do trabalhador de baixa renda, em áreas pouco valorizadas pela dificuldade de acesso, deficiência de infraestrutura e condições de habitabilidade, localização esta determinada pelo processo de valorização do solo urbano, acentuada pelos investimentos públicos que, ao produzirem infraestrutura urbana, ocasionam a valorização das terras.

As condições de vida são precárias, e a auto-construção surge como solução àqueles que conseguiram comprar um lote. A paisagem expressa esse fenômeno na sensação de inacabado, na ausência de uma construção que se mostre como acabada e definitiva. Tais condições de alojamento expressam as condições de distribuição da riqueza social.

A exemplo do que disse Emilia Viotti⁽¹⁾, em 1954 "que o progresso passa por Cotia, e não deixa suas marcas", podemos dizer que a situação é bem outra. O "progresso" chegou e deixou profundas marcas. Cotia hoje sofre muito com a poluição, com desmoronamentos causados pela construção indiscriminada de habitações, a erosão nas ruas, o transporte coletivo e precário, a falta de água e de condições básicas de vida. Cotia cresceu sem que a infraestrutura se transformasse no mesmo ritmo.

O que se constata, é que para muitos o "progresso" não melhorou seu modo de vida, ao contrário. Há na fala das

(1) - Op. cit.

peessoas, nostalgia por um tempo que se foi, na realidade por uma cidade que era mais humana e que o "progresso" transformou em "algo irreal" e fora dos anseios das pessoas comuns. O progresso aparece como algo exterior a elas (como concreto, cimento) porque, para eles, está cada vez pior. Seus desejos não são os de seus governantes, estes não precisam de creches, escolas, mas de algo que lhes traga respostas eleitorais diretas. É o caso da demolição da única creche da cidade para construção da Câmara dos Vereadores, em estilo colonial. As más condições de funcionamento da única empresa de transporte coletivo da cidade parece não ser assunto da Prefeitura porque esta recebeu favores durante as eleições passadas.

A situação dos moradores que se apinham nos interstícios deixados pela indústria - principalmente química - é insustentável. No chamado "Morro do Macado", as casas penduradas nas vertentes ameaçam desabar, como já ocorreu no carnaval de 1982.

A população do Jardim Stela Maris, próximo ao frigorífico de Cotia sofre com os odores que daí emanam. No bairro vizinho uma indústria de tinta tinge tudo de verde: os trabalhadores, os telhados das casas, as roupas penduradas nos varais, a vegetação, etc.

Assistimos a passagem de uma cidade, onde todos os habitantes se conheciam (isto é válido para cada um dos núcleos citados anteriormente e que formam hoje, de modo descontínuo e disperso a área urbana cotiana) e se cumprimentavam na rua, colocavam cadeiras nas calçadas para conversas,

o hábito das festas tradicionais (do Divino, da Padroeira) ; para uma cidade onde o "progresso" isola as pessoas, acaba com as festas, com as cadeiras nas calçadas e liga a televisão.

"Nós estamos entrando nesse episódio de cidade grande, eu, por exemplo, fui coroinha na igreja, na semana santa eu ia com o padre de casa em casa benzendo-as, eu podia dizer quantos cômodos tinha cada casa, hoje não... eu conhecia não só as construções, casas, mas as famílias, e cumprimentava o pessoal, todos se conheciam"⁽¹⁾. O crescimento da cidade traz como consequência o isolamento das pessoas.

(1) - Um entrevistado

2.3.3. Granja Viana: um novo modo de vida urbana?

O uso do solo é dinâmico uma vez que o modo de ocupação é histórico. Ao longo do processo de reprodução urbana os usos se redefinem transformando a fisionomia da cidade e o cotidiano das pessoas.

As indústrias, por exemplo, na cidade de São Paulo se localizaram inicialmente na zona oeste: Água Branca, Lapa depois Brás, Moóca - seguindo a linha de ferro, em seguida, em busca de terrenos de menor custo chegaram ao Ipiranga. Com o desenvolvimento dos transportes rodoviários elas passaram a se localizar, preferencialmente, à margem das grandes rodovias: Anchieta, Dutra e recentemente, atingiram a Raposo Tavares, sempre em busca de terrenos amplos e de baixo custo, em função de um processo industrial que se realiza cada vez mais em escala ampliada. Essa relocalização não significa em última análise descentralização da gestão, uma vez que seus escritórios permanecem nas áreas centrais da metrópole.

A essa movimentação sucedem-se outras. As classes de maior poder aquisitivo que se localizavam em áreas próximas ao centro, na década de 20, formando bairros como o dos Campos Elíseos, vai se distanciando aos poucos, com os "incômodos do progresso", para Higienópolis, daí para os Jardins, depois o Morumbi e as Granjas e Chácaras da zona Sul. Recentemente Alphaville, Granja Viana, etc. A Granja Viana constitui-se num fenômeno típico do processo de reprodução do espaço urbano metropolitano, como fruto do processo de desen -

volvimento da mancha urbana que implica numa redefinição do uso do solo urbano e com isso, do valor de troca que tende a "expulsar" das áreas mais centrais da cidade, tanto a classe de baixo poder aquisitivo - que não pode pagar pela renda da terra - quanto da classe de renda média e alta que foge dos "infortúnios de se viver numa grande metrópole poluída, barulhenta, com falta de espaço, poucas áreas verdes, etc., em busca de um "novo modo de vida" que é criado pelos loteadores e imobiliárias que redefinem a ocupação de áreas, nas cercanias da metrópole, e que passam a oferecer, de certa forma, algo que o gigantismo da metrópole não pode dar.

Deste modo nos limites da mancha urbana contínua da metrópole vamos encontrar, como já dissemos, dois tipos de uso residencial, de alta, média e baixa renda como é o caso da área compreendida entre o km 21 e 22 da Raposo Tavares e a área da Granja Viana.

Mas porque a Granja Viana, enquanto bairro dormitório de renda média e alta nos chama mais atenção que a outra área?

A pesquisa revelou dois fatos significativos (não necessariamente nessa ordem). O primeiro diz respeito ao fato de que o espaço urbano cotidiano se reproduz aprofundando a separação entre Cotia e a Granja Viana e, que se reflete, não só no modo como as pessoas moram, mas também no modo de pensar, de se organizar, reivindicar e lutar pelos seus direitos, enquanto cidadãos. O segundo refere-se ao fato de que a maioria dos entrevistados ressalta que existe nas relações entre a população (excetuando-se a Granja) e o prefeito um

"poder inibidor" que interfere na forma como os segmentos da população se organizam para reivindicar melhores condições de vida⁽¹⁾.

É evidente que aqui também o espaço aparece como algo exterior à sociedade, como o lugar onde se mora, se anda, se descansa, etc.; em última instância ele confunde-se com o natureza a ser preservada. Em alguns momentos conversando com moradores da Granja, esta área parece adquirir uma dimensão "espiritual", o "espírito Granja Viana" ou uma "nova filosófia de vida".

O processo de reprodução do espaço urbano metropolitano redefine também "conceitos de modo de vida". Foi o que sentimos quando realizamos a pesquisa na Granja Viana; tanto nos contatos mantidos com seus moradores⁽²⁾ quanto na análise realizada na leitura dos 56 números do Jornal D'Aqui⁽³⁾.

Podemos inicialmente citar três exemplos que esclarecem esta colocação. No Jornal D'Aqui nº 3, por exemplo, (de 1979) Thomas Haln escreve: "Dizem que viver na Granja é um espírito de vida, e é. Acorda-se lambido por um ou mais cães; temos problemas com ervas daninhas e com filtros nas piscinas; e conhecemos nossos vizinhos. Temos a possibilidade de criar uma vida comunitária, coisa desconhecida na megalôpole". No nº 4 (1979) Frederico Monte escreve "Somos a primeira geração de "granjeiros" isto é algo de especial, pois fugimos da megalôpole poluída e desorganizada de São Paulo, para aqui pormos em prática aquele sonho que lá nunca haverí

(1) - Aspectos que serão desenvolvidos no capítulo III

(2) - Muitos deles, gentilmente, concordaram em gravar uma entrevista.

(3) - Um jornal feito pelos moradores da granja.

amos de alcançar. Temos assim o direito de nos chamarmos de 'vanguarda'; alguma inquietude nos levou fora do urbanismo e nos jogou no verde, nos transformando numa 'elite rural' que melhor do que ninguém sabe o que é bom para nós! Assim surgiram várias idéias e modos de vida, muitos formados na hora em que o corretor, ainda de tesoura na mão cortava o nosso cordão umbilical, que nos ligava à metrópole". Conclui por dizer que "no fundo ainda somos paulistas da capital desordenada que abandonamos", por isso nenhum movimento reivindicatório é assumido pelos granjeiros, na opinião do autor.

Sylvia Fischer, no nº 5, escreve: "Viver na Granja é, de modo geral, um prazer. Como numa cidade pequena, temos uma noção mais ampla do que seja viver numa comunidade, viver colaborando uns com os outros".

Tal discussão desemboca, evidentemente, na questão do "privilégio" via "estilo de vida" que só uma sociedade de classes pode oferecer. Em entrevista ao jornal D'Aqui de dezembro de 1980, o Prof. Aziz Ab'Saber à pergunta, se ele considera um privilégio morar na Granja, responde: "No Terceiro Mundo, em volta das metrópoles, crescem enormes bairros dormitórios, cinturões de pobreza como nunca se viu, berrantemente expostos na paisagem. Alguns bairros que começam a surgir em São Paulo, além dos cinturões de pobreza, representam verdadeiras ilhas de um modo de vida privilegiado. 1º privilégio: os terrenos são muito maiores do que uma pessoa poderia ter no interior da cidade. 2º privilégio: existem condições de vida mais próximas da natureza. 3º privilégio: podemos viver em casas de campo participando de toda vida cul

tural e social da grande cidade vizinha. É necessário, portanto, uma conscientização da originalidade do nosso modo de viver: perto da natureza, sem eliminar a base natural do nosso espaço ecológico".

Percebe-se nitidamente que Granja Viana é uma "área core" dentro de Cotia, com características, modo de pensar, viver e sentir o espaço totalmente diverso do resto dos habitantes da cidade; pessoas com interesses e nível cultural diversos. A contradição se reflete espacialmente a partir da diferenciação da paisagem que espelha uma diferenciação de classes.

A Granja Viana, localizada em torno do km 24 da Raposo Tavares, é composta pelos loteamentos que foram instalados na região, particularmente na década de 70⁽¹⁾, como opção de moradia para a "classe média" e "média alta" da cidade de São Paulo, em busca de uma qualidade de vida (silêncio, sossego, verde, espaço) que a capital metropolitana não mais oferece, ou vai deixando aos poucos de oferecer.

Esses loteamentos surgem como uma opção de vida, e como uma nova concepção urbanística (exemplo do Jardim Passargada). A população que mora na Granja difere muito do resto de Cotia, formada por profissionais liberais industriais, professores universitários; todos em busca de um novo modo de vida ou do antigo modo de vida da cidade de São paulo.

(1) - Do lado esquerdo da rodovia sentido São Paulo-Cotia - temos os seguintes loteamentos: Jardim Passargada I e II, Horizontal Park, Vila Viana. Do lado direito da rodovia, temos: Parque Silvino Pereira, Chácara Viana, Chácara do Refúgio, Chácara Granja Velha, Palos Verdes, Chácara dos Lagos, Chácara Eliana, Vila Santo Antonio de Carapicuíba, Jardim Mediterrâneo.

O congestionamento da metrópole, o aumento da criminalidade, a poluição, o "corre-corre", leva uma determinada parcela da sociedade, que não tem preocupação com a satisfação de necessidades básicas, a procurar novas opções de moradia. Aliado a esse fato, para uma determinada mentalidade ou classe de renda, o habitar coloca-se como um problema de prestígio e status e os lançamentos imobiliários e as campanhas publicitárias ajudam a criar imagens para determinados bairros, alguns "viram moda" e passam a ser símbolos de prestígio social.

"A gênese das aspirações relaciona-se com o sistema econômico e uma cultura específicos de uma sociedade. Depende de uma evolução histórica marcada pelas transformações econômicas. Esta igualmente ligada a imagens e representações do homem, das estruturas sociais, da cultura e das próprias transformações (...). Na atividade de consumo das sociedades industriais, quaisquer que elas sejam, onde a informação, publicidade e a propaganda desempenham um papel cada vez mais importante, as aspirações não são nunca satisfeitas porque novas aspirações são suscitadas antes que seja atingido o nível de aspirações anterior. Este processo tornou-se evidente entre diferentes pesquisas com famílias de trabalhadores, evidentemente aquelas em situação de mobilidade social. Esta satisfação manifesta-se de maneiras diferentes, de acordo com os sistemas econômicos e o grau de industrialização, mas tende a se estender a todo o planeta. Resta saber quais são os efeitos, bons ou maus para as populações in

teressadas" (1)

Entretanto não se pode também deixar de pensar no modo de vida das pessoas numa metrópole como São Paulo, produzida segundo os interesses da reprodução ampliada do capital, numa sociedade dependente. Há por trás de algumas entrevistas feitas com moradores da Granja, a idéia de liberdade e busca de simplicidade. Há fatos que não se pode ignorar, o primeiro refere-se ao tempo de locomoção gasto pelos moradores da Granja no percursos casa-escola, casa-trabalho, significativamente menor do que o da maioria da população - com o mesmo padrão de vida - na da metrópole (2). Na Granja as pessoas têm mais tempo e sua noção de tempo é diferente daquelas que moram em São Paulo. O segundo refere-se à comparação que muitos fizeram entre as crianças que moram na Granja e aquelas que vivem em São Paulo, as primeiras se relacionam mais facilmente, são mais soltas e independentes, seu mundo não é tão fechado, sua relação com a natureza é outra, não convivem, nem crescem em apartamentos ou mesmo casas fechadas, cercadas "ou mesmo esmagados" pelo cuidado dos pais.

A área do município de Cotia chamada hoje de Granja Viana, não é tão homogênea como pode aparentar à primeira vista. O loteamento começou, como um núcleo, no final da década de 50, tutelada por Niso Viana, a partir da divisão de terras de sua propriedade e venda em lotes.

(1) - Lauwe, P.H.C. - Hypothèses sur la genèse et le rôle des aspirations et des besoins dans la société du XX^{ème} siècle - in America Latina ano 12 nº 1, 1969, citado por G. Velho in Utopia Urbana, p. 88.

(2) - Segundo pudemos constatar nas entrevistas.

Inicialmente o parcelamento deu-se no que é hoje Vila Santo Antonio de Carapicuiba, com poucos casas, centralizadas próximo à igreja. Muitos compravam lotes para reserva de valor. Em 1959, Niso Viana organizou uma sociedade Amigo do Bairro da Granja Viana com o objetivo de desenvolver a área para realizar rapidamente seu negócio imobiliário.

Em torno do km 24, algumas glebas foram vendidas a corretores, estes vendiam os terrenos com 10% de entrada e o saldo em 10 anos. Terminadas essas vendas, começaram as revendas⁽¹⁾ com prazos menores. Com o processo inflacionário o "negócio com terras" expandiu-se.

A Granja Viana "estourou" na década de 70, voltada fundamentalmente, para classes de alta renda. De um lado adensando-se o primeiro loteamento instalado (Vila Santo Antonio de Carapicuiba) e de outro, de modo disperso, com a criação dos "loteamentos fechados e exclusivos" com lotes de maiores dimensões, como o Silvino Pereira com 6.000m², (que fica nos limites das terras que pertenciam a Niso Viana). Aos poucos a Granja deixava de ser uma região, onde as pessoas construíam casas para fins de semana, e se transformou numa "área dormitório" da capital, com função estritamente residencial.

A grande maioria dos loteamentos, a partir de fins de 1970, surgem como "fechados" (apesar de proibidos) como uma resposta ao aumento da violência urbana. Entretanto, a

(1) - Hoje na área da Granja existe um grande número de imobiliárias. Os corretores informaram que atualmente não há novos loteamentos e o negócio gira em torno das revendas. Nem todos que compram lotes e constroem casas o fazem para morar, outros não se acostumam e uma terceira categoria, depois que compra a casa percebe que não tem renda suficiente para manter os custos de se viver na Granja.

ocupação da área não se deu de forma homogênea e densa, ao contrário, é heterogênea no que se refere ao tamanho de lotes, tipos de casa e renda dos moradores. Os loteamentos acham-se dispersos pela área; o crescimento da Granja de um lado articulando outras áreas ao seu redor (como o Jardim da Glória ou Parque São Jorge), e de outro aprofundando a contradição entre o "espírito comunitário" dos velhos moradores e a atomização e isolamento da vida urbana que os novos moradores trazem consigo.

Sobre o primeiro aspecto, Niso Viana quando começou a desmembrar sua fazenda criou loteamentos e implantou benfeitorias, criou uma área, junto à estrada, com lotes pequenos e padrão arquitetônico diverso para instalar os empregados que trabalhariam para os moradores da Granja. O resultado é o Parque São Jorge, um bairro onde inicialmente, predominavam mineiros. "Inicialmente colono e gente que vinha lidar com o gado e a plantação"⁽¹⁾.

Sem dúvida alguma o Parque São Jorge distoa do padrão normal dos bairros da Granja. A população que aí mora pertence a uma classe de renda muito inferior, os terrenos e as casas são bem menores, às vezes encontramos duas ou três construídas num mesmo lote (uma atrás da outra), a infraestrutura também é diferenciada. Não há jardins, nem tampouco piscinas e altos muros. Pelas ruas crianças descalças e vestidas "modestamente" jogam bola, o que é absolutamente incomum no resto da área denominada Granja Viana.

A planta de valores, (carta nº 7) indica que estes

(1) - Afirma um entrevistado.

loteamentos possuem os menores valores no conjunto da Granja (onde a média variava entre Cr\$9.500,00 e Cr\$13.500,00 0 m²). As contradições ocorrem em todos os níveis e são visíveis na paisagem urbana como decorrência formal de um processo que é, em essência, desigual.

O Parque São Jorge adensou-se; aos mineiros somaram-se outros migrantes; os nordestinos hoje são em maior número. Os homens geralmente trabalham em São Paulo, as mulheres ora nas fábricas, ora como domésticas - algumas cumprindo o destino que Niso previa: a de serem empregados dos moradores da Granja.

Há outra área, nas proximidades, que também é complementar à Granja: é o Jardim da Glória. Sua expansão ocorre no momento em que o código sanitário permite lotes de 250 m². O tamanho do terreno diminui, mas o mesmo não ocorre com o preço do m², e o padrão é de classe média. Nas proximidades desse loteamento, às margens da Rodovia existe uma área comercial, um centro de serviços - construtores, pedreiros, encanadores, técnicos - com pessoas especializadas-, além de material de comércio, principalmente de material de construção, onde é comum o atendimento aos domingos a serviço, sobretudo, dos moradores da granja.

No Jornal D'Aqui esta complementaridade manifesta-se na seção de anúncios, onde abundam anúncios de lojas comerciais e de trabalhadores especializados do Jardim da Glória (onde ao lado do loteamento de renda média encontramos uma população de renda mais baixa).

Quanto ao segundo aspecto (aquele que se refere ao fato de que o crescimento da Granja Viana ocorre aprofundando a contradição entre antigos e novos moradores) este se manifesta na contradição entre modos de pensar e viver na Granja. Os moradores mais antigos estão preocupados em manter o espírito comunitário que surgiu com o início da Granja. "No começo as pessoas se davam bem, se ajudavam e as casas não tinham esses muros altos que têm hoje, éramos mais amigos", diz uma das mais antigas moradoras da Granja.

A contradição aparece aos moradores, tendo os muros como símbolo. "Com os muros a Granja começou a mudar" ou "com a construção dos muros eu deixei de gostar da Granja". Não raro os moradores novos que moram em casas com altos muros são chamados de "intra-muros" pelos velhos moradores.

O muro é o símbolo que representa o afastamento entre as pessoas; é o bloqueio da comunicação, "a gente deixou de dar bom dia aos vizinhos". Hoje "as pessoas primeiro constroem os muros, depois a casa, se trancam lá dentro e a gente não se vê". O muro marca a passagem de uma vida até certo ponto comunitária à individual. Mesmo assim os antigos moradores lutam com violência contra os muros, no caso do loteamento Passargada, por exemplo, consta de contrato que estes não podem exceder um metro e meio de altura. Este comportamento, expressa o fato de que, na década de 80, muitos se mudaram para a Granja, com a idéia de aí viverem como em São Paulo, construindo casas modernas no estilo das construções do Morumbi. Cada casa é autosuficiente em matéria de lazer, tem sua churrasqueira, sua quadra de esporte, piscina

Jardim da Glória

COMÉRCIO DIVERSIFICADO

O Jardim da Glória faz parte da Granja Vianna, somente separada pela Raposo Tavares e com a passarela pronta, será só um pulo de lá para cá e vice-versa.

Ao lado da Escola do 1.º e 2.º Graus da Granja Vianna, estão sendo construídas fabulosas quadras de esporte do Colégio Rio Branco. O Depósito de Materiais para construção vem logo depois. É de propriedade do Pepe. Seus vizinhos, as imobiliárias e uma oficina.

O Geraldo Machado Filho um grande amigo nosso, distribuidor do Jornal D'Aqui, tem na sua banca de jornais e revistas, uma caixa correio para o pessoal do Jardim da Glória, mas com excessão de raras vezes, só encontramos "poeira".

Temos ainda a Padaria Flor da Granja Vianna e o Restaurante. O Bento com sua oficina na esquina, geralmente está com as portas fechadas, porém, quando abertas, resolve os problemas mais incríveis, não só em carros mas em tudo que é motorizado, inclusive aquelas fantásticas

máquinas de cortar grama importadas...

Vire a esquina e antes da fábrica de blocos você achará outra Oficina Mecânica. A oficina do Nelson — mecânica e Funilaria/Pintura. Trabalho sério.

Na Avenida João Paulo Ables cuidado com as tartarugas! Um Bar e Padaria do Sr. Jordão. Depois vem a loja azul a loja do Paulo Zanchettin com Químicas para Piscinas, assistência técnica Jacuzzi e serviços de encanador.

Francisco, Paulo, Maria José, Margarida e Elina são os proprietários sempre presentes no Supermercado Aqui-Tem. Os preços têm sido ótimos e destaca-se a boa qualidade da carne.

Sr. Joaquim e Sr. Osmundo, proprietários dos dois bares e a Cida com seu Salão de Cabelereiros.

O último ponto comercial da Avenida é o "Tigreza Modas", vendendo roupas, calçados e bolsas. A loja abriu em outubro último, sendo sua proprietária a Dona Maria Lúcia. Romilda e Laura tomam conta.

ROSIPRADO SERRALHERIA

PORTAS - VITRAUX - PORTAS DE
AÇO - PORTÕES, ETC.
ORÇAMENTO 8/ COMPROMISSO
Av. Elias Zarzur n.º 52
Parque São Jorge

DEPÓSITO DO PEPE

Materiais para Construção em Geral. Entregas Imediatas

CONSTRUTORA JOSÉ LOPES BLANCO

PISCINAS E RESIDÊNCIAS DE ALTO PADRÃO

Rua Cotia, 1.000 — Telefone: 492-3131

Supermercado AQUI-TEM LTDA.

Cestão da Economia — COBAL

Carne fresca todos os dias

entregamos à domicílio

SEMPRE UMA PROMOÇÃO

Av. João Paulo Ables, 11 — Jardim da Glória — Tel.: 492-2732

Km 24,5 da Rodovia Raposo Tavares

PAULO ZANCHETTIN

Revendedor Autorizado "Jacuzzi"

Vendas — Instalação — Assistência Técnica
Bombas — Equipamentos para Piscinas — Produtos
Químicos — Peças — Acessórios

Av. Dr. João Paulo Ables, n.º 9 — Fone: 492-2543

Jardim da Glória — Cotia

ANA SILVIA LTDA.

BLOCOS - PEDRA - AREIA - CAL - CIMENTO - TIJOLO

Estrada Fernando Nobre, 111 - Fone: 492-236

(Estrada do São Fernando Golf Clube) — Cotia

etc., seu abastecimento é feito em São Paulo, o lazer é em São Paulo, os amigos moram em São Paulo.

Conversando com seus moradores, discutindo e vivendo um pouco seu cotidiano a Granja aparece, hoje, mais como um bairro de São Paulo, totalmente desvinculada de Cotia. O cotidiano dos granjeiros realiza-se tendo a Granja como local de moradia e São Paulo como locus do trabalho, das compras, escolas, passeios, médicos, dentistas, amigos, etc. De modo geral, os vínculos entre os moradores mais recentes são tênues e distantes, os antigos moradores são mais permeáveis a atividades comuns - nos salões da ASSA (Assistência Social Santo Antônio) onde há bingos, shows, festas - os mais novos parecem ignorar até o jornal da Granja. As eventuais aproximações ocorrem quando da necessidade de lutar contra um inimigo comum, mesmo assim sem muita expressividade, é o caso da polêmica em torno da lei de zoneamento industrial, da questão do transporte, etc.

O comportamento geral é entretanto o desconhecimento entre moradores, fruto da mudança do perfil de seus habitantes. As pessoas que se mudam para a Granja, atualmente, constroem mansões com imensos muros ao redor, põem grades nas janelas, fecham-se em si próprias, diz um antigo presidente do SAB da Granja. Por isso, para ele a "vida na Granja muitas vezes não se realiza, pois algumas pessoas não entenderam como se pode conviver com a natureza"⁽¹⁾. Estes não sentem necessidades de uma vida comunitária pois vieram de São Paulo, onde também não conheciam seus vizinhos, por isto

(1) - Diz um entrevistado

SANCHOPANZA
COZINHA TÍPICA ESPANHOLA
E INTERNACIONAL

RESTAURANTE

RUA BELA CINTRA, N.º 1729 - TELEFONE: 853-6885 - SÃO PAULO
ESTACIONAMENTO PRÓPRIO

HOSPITAL E PRONTO SOCORRO

IGUATEMI

A 20 MINUTOS DA GRANJA VIANA

ATENDIMENTO DIA E NOITE
ADULTOS E CRIANÇAS

Esquina Rua Alvaranga com Av. Francisco Morato
TELEFONES: 280-1000 e 813-1222

1944-1984

40 anos não são 40 dias.
Conte com nossa tradição e experiência
no ramo

CA-24 CA-50 CA-60
Pronta Entrega
Aceitamos cartões de crédito

Laminação de Ferro e Aço Pinheiros Ltda.
RUA EUGENIO DE MEDEIROS, 263 — FONE: 814-3822

PRESS

PUBLICIDADE LTDA.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 688
Cj. 22 — Fone: 881-5782

DEFENDA O DIREITO
DE SER

OTOHNAO
a SÓ CANHOTO

informa:

Temos
abridores de latas
sacarroilhas
régua
tesouras para
adultos e crianças

Rua Pinheiros, 803
São Paulo
Tel. 853-3300

TOK'S

MODA FEMININA

Shopping Center

IRAPUERA — 81-7875
IGUATEMI — 216-7755
ELDORADO — 814-8334
MORUMBI

CASA MANON S/A

A mais completa loja musical de São Paulo, além de
seu tradicional endereço: 34 de Melo, 242 — centro, está
também atendendo sua clientela em sua filial Ibirapuera —
Av. Ibirapuera, 2956, esquina com rua Bem-te-vi.

Partituras musicais, acessórios e instrumentos musicais
nacionais e estrangeiros das mais conceituadas marcas V.S.
encontrará nos endereços abaixo. Aguardamos sua visita.

Fones: Matriz - 223-8238 Filial: 842-8880
221-8214 842-3882

O CENTRO HÍPICO PAINEIRAS

convida a todos para assistir a uma
PROVA DE "CROSS-COUNTRY"
no dia 23-12, domingo, a partir das 9 horas

PARTICIPAÇÃO

DR. JOAO FLEURY DE OLIVEIRA FILHO participa
a seus amigos e clientes que a partir de dezembro
de 1979 atende-los-á em seu consultório a Rua
Prof. Arthur Ramos n.º 96 — 7.º andar (atrás da
Hobeto da Av. Faria Lima) ou pelos telefones:
813-8122 e 813-8332.

ROUPA

NOVO ENDEREÇO

RUA DA MATA, 205 - ITAIM
TEL.: 832-1810

BAUART
ENGENHARIA

PROJETOS COMPLETOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL:

ARQUITETURA
CÁLCULO ESTRUTURAL
INSTALAÇÕES

BAUART ASSESSORA SEU CLIENTE DESDE A COM-
PRAS DO TERRENO ATÉ AS SOLUÇÕES E
DETALHES FINAIS. CONSULTE-NOS.

Arquiteta - MIRIAM (FAU-USP)
Engenheiro - LEON (Poli-USP)

RUA OSCAR FREIRE, 537
TELEFONE: 853-1911

SERVE LAR AGENCIE
OFERECEMOS

Temos todos os empregados que você precisa: MORDOMO, CO-
VERNANTA, CASEIROS, PAGEM, COFEIRA, COZINHEIRO(A),
MOTORISTA, FAXINEIRO(A), JARDINEIRO...

Rua Alvaranga, n.º 1222 - São Paulo - Tel. 814-7831

INGE FALKE
ANTIGUIDADES

Av. Ver. José Diniz, 2214
(cont. Av. Ibirapuera)
Fone: 848-2176

TOP

jóias
relógios
laboratório técnico
de precisão

SHOPPING CENTER IGUATEMI
CENTER SHOP S. BERNARDO DO CAMPO Fone: 813-5011 e 814-4931

Casa Valentin
DE SANTI ARTIGOS INFANTIS LTDA.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1191 L M-2 - Tel.: 213-0844
(Shopping Center Iguatemi) - S. Paulo

TRADUÇÕES REALMENTE
PROFISSIONAIS

Inglês, alemão, francês, italiano, espanhol, polonês.
Tradutores bi-culturais, com muitos anos de experiência.
Especialistas em: engenharia, administração,
recursos humanos, marketing, assuntos jurídicos,
marcas e patentes, propaganda, ciências
sociais, assuntos médicos, psicologia e psiquiatria.

The Language Bureau

Av. Brig. Faria Lima, 688 - 2.º - cj. 202 - Fone: 881-5782
T.B. - Associação de Comunicação O/C Ltda. - C.A.C. 01.702.204/0001-07

GALERIA JACQUES ARDIES
ART NAIF

ARTE: uma boa opção para presente
OLEO SOBRE TELA - TAPEÇARIA - AQUARELA
Rua do Livramento, 221 - Tel. 571-7814
VILA MARIANA

o novo morador é mais impermeável a qualquer tipo de relacionamento com o vizinho ou com a comunidade em geral.

Se o morador da Granja tende a se isolar em sua casa, a Granja como um todo isola-se completamente de Cotia e constitui uma área core "privilegiadíssima" dentro do município. Tal falta de identidade manifesta-se inclusive no plano político. Como a maioria vota em São Paulo, é difícil o diálogo com a prefeitura, que, não raro, trata essa área de forma discriminada

Na realidade, a Granja produz-se, como uma área dormitório da capital, sem romper e/ou suavizar os vínculos. Tal fato pode ser exemplificado, por exemplo, através dos anúncios do Jornal D'Aqui, onde uma parcela significativa se refere a lojas de São Paulo. Outro entrevistado afirmou que "muitos na Granja sequer desconfiam que vivem em outro município que não São Paulo, pensam como moradores da capital, por hábito ou por esquecimento, ao fazer um cheque não colocam Cotia e a data, mas São Paulo e a data, como se estivessem mesmo em São Paulo. Moram na Granja como poderiam morar em qualquer lugar", conclui.

A pesquisa mostrou que há uma diferença fundamental entre morar em São Paulo ou na Granja: a distância e a ligação (uma rodovia bastante movimentada). A distância e o tipo de infra-estrutura necessária para se morar na Granja requerem, em média, um gasto mensal em torno de 30 milhões de cruzeiros (1985), pois as casas são grandes, têm jardins, piscinas, e a família necessita no mínimo dois carros. Quando as crianças se tornam adolescentes, a situação se complica

e alguns retornam para São Paulo.

Muitos compraram terrenos na Granja iludidos pela propaganda do "compre o verde" ou "compre um lote de luxo" , particularmente em 1975/1980, época em que proliferaram os loteamentos "fechados" na Granja, inclusive com guardas. São exemplos, Jardim Mediterrâneo, Palos Verdes, Gramado, Passargada I e II.

A própria Granja implica num modo de vida junto ao verde, à natureza. A volta ao natural e ao verde aparece em função do modo em que se processa a produção do urbano. A Granja aparece assim, para os velhos moradores com a preocupação de resgatar o humano em relação ao outro que aparece na idéia e tentativa de criação de uma comunidade. Tal idéia permeia a fundação e o desenvolvimento do Jornal D'Aqui.

Em geral a natureza aparece como elemento a ser preservado, não é a sociedade que deve ser respeitada. A contradição produção social x apropriação privada não se coloca. Nesse sentido cabe uma reflexão sobre questões importantes: quais os movimentos que emanam da Granja? Quais seus objetivos e formas de encaminhamento?

2.4. Espaço e Valor: a questão da propriedade privada da terra

O desenvolvimento histórico produz um espaço a partir da unidade dialética homem-natureza. Pelo processo de trabalho social, enquanto produtor da existência humana, o espaço geográfico é construído, no processo de desenvolvimento da sociedade. O processo de reprodução do espaço geográfico determina-se pela reprodução das relações sociais, fundamentada na divisão técnica e social do trabalho, a nível nacional e internacional, no âmbito da formação econômica social. É na associação entre as determinações históricas específicas e as condições gerais do sistema que tal configuração será definida.

Essas condições passam a ser produzidas pela sociedade em função de objetivos e necessidades impostas num dado momento histórico. No estágio atual do capitalismo a tendência à concentração do capital e, conseqüente potencialização da aglomeração especial de mão-de-obra, meios de produção e produtos tende à especialização entre parcelas do espaço, multiplicando as cidades como conseqüência e condição do desenvolvimento de uma rede de comunicação e transporte que viabilize e agilize a troca, gerando a diferenciação e hierarquização dessas parcelas no espaço global da F. E. S.⁽¹⁾.

O monopólio, gerado no seio do desenvolvimento da livre concorrência, ao constituir as complexas unidades de produção, o desenvolvimento do capital financeiro, a inter-

(1) - formação econômica da sociedade

racionalização do capital que gera as chamadas "metrópoles mundiais", o aprofundamento das contradições espaciais dentro da divisão internacional do trabalho, colocam a questão da relação de dominação-subordinação no centro do processo da produção social do espaço geográfico, de uma maneira mais evidente.

Tal relação de dominação-subordinação tem no desenvolvimento da propriedade privada a pedra de toque; um título criado por relações sociais determinadas. Esta refere-se a propriedade dos meios de produção necessários ao desenvolvimento da produção capitalista.

No que se refere a terra, especificamente, como um bem natural e não produto do trabalho, esta vem sendo descartada enquanto mercadoria. Todavia, o direito de propriedade sobre determinadas parcelas do planeta confere a seu proprietário o direito de dele dispor apropriando-se de um lucro excedente, sob a forma de renda.

"Por meio desta renda, uma parte da sociedade impõe a outra um tributo pelo direito a poder habitar a terra, já que a propriedade territorial leva implícito em termos gerais o direito do proprietário a explorar o planeta, as entranhas da terra o ar e portanto, a conservação e o desenvolvimento da vida. A renda urbana aumenta necessariamente não só com o crescimento da população, que leva implícita a necessidade crescente de habitação, mas também com o desenvolvimento do capital fixo que se incorpora à terra ou nela lança raízes ou descansa sobre ela, como ocorre com todos os edifícios industriais, com as estradas de ferro, os armazéns,

os edifícios fabris, as plataformas, etc." (1)

Todavia, dentro desse processo a terra tem um papel importante, incorporando-se a ele direta ou indiretamente; seja enquanto meio de produção, reserva de valor ou mesmo mercadoria.

Entretanto, esta colocação nos remete diretamente à questão: se no capitalismo, uma mercadoria se define como produto do trabalho enquanto unidade entre valor de uso e de troca que se realiza no mercado; como a terra pode ser uma mercadoria?

As considerações sobre a terra urbana (2), do ponto de vista do processo de produção da cidade, nos coloca diante de um dilema, ou melhor, de uma contradição que não parece ser, apenas, aparente.

- a) De um lado parece evidente (e até óbvio) que a terra não é produto do trabalho, logo não tem valor. "Nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização do trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista (...) Quando alguém trabalha na terra não é para produzir a terra, mas o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não" (3).

(1) - Karl Marx - O Capital vol. VIII, p. 984

(2) - Cabe um esclarecimento preliminar: estamos pela palavra terra, entendendo uma parcela contida e interrelacionada num espaço mais amplo; no caso específico da pesquisa, da cidade ou região metropolitana. Por outro lado, são relações materiais de produção específicas, num determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas, em circunstâncias históricas determinadas, que fazem da apropriação privada da terra uma condição e um produto do desenvolvimento capitalista.

(3) - José Souza Martins - Os camponeses e a Política no Brasil, p.159/160.

Marx, em sua obra, desenvolve claramente a idéia de que o valor é determinado pelo trabalho, mas não exclui o fato da terra ser mercadoria, como consequência do desenvolvimento de regime de produção capitalista⁽¹⁾;

b) Por outro lado, o espaço geográfico, como produto do trabalho geral da sociedade, aparece, através da cidade, enquanto trabalho materializado.

O desenvolvimento dessa idéia, do ponto de vista geográfico, nos dirige para o perigoso caminho de que "parcelas" do espaço, apropriadas individualmente pela propriedade privada da terra, especialmente, através da compra-venda, mediada pelo mercado, quer em função de sua utilidade - enquanto meio de vida - ou da perspectiva da valorização do capital - enquanto condição da produção material - ou pela perspectiva da comercialização da terra ocorrem pelo fato da terra - enquanto parcela do espaço ter valor (de uso e de troca), tem valor.

No urbano a terra deixa de ser um instrumento de produção imediata, um bem da natureza, como o é no campo. E mesmo a questão da terra ser um bem finito, que não pode ser criada pelo trabalho, no contexto urbano, ganha um novo sentido na medida em que a reprodução do espaço urbano não ocorre apenas através da incorporação de novas áreas, mas também a partir de espaços construídos⁽²⁾.

É evidente, conforme já desenvolvemos anteriormente, que a natureza é ponto de partida - (a matéria prima

(1) - O Capital, vol. VIII cap. XLVI

(2) - O processo de verticalização é um exemplo

brindada ao homem) - do processo de produção espacial. A relação homem-natureza mediada pelo processo de trabalho, produz um espaço que adquire, ao longo da história, uma dimensão social, do produzido socialmente, de um determinado modo, para suprir necessidades específicas, visando objetivos concretos. É o processo histórico que torna a natureza de meio de produção em produto do trabalho, do mesmo modo que a história produz o homem.

O espaço geográfico, produzido pelo processo de trabalho, não é exterior à sociedade, mas um produto, feito à sua imagem e semelhança. O espaço geográfico nasce do processo de construção material da sociedade, no processo de trabalho, ao contrário da terra, que não é produto do trabalho (a terra "em si", terra matéria, será entendida como instrumento de produção). Enquanto parcela do espaço urbano, a terra transcenderia a condição de sítio da fábrica, e lugar de moradia no sentido estrito, embora, eventualmente, pudesse comportar esse raciocínio. A fábrica ou moradia obedecem a uma ordem não apenas próxima, isto é, circunscrita a sua particularidade, mas a ordem distante que recoloca essa particularidade em sua relação com a totalidade do espaço, não construindo, por sua vez, uma relação de exterioridade. Neste sentido, a fábrica e a moradia dizem respeito a uma determinada localização.

A fábrica aqui, o depósito ali, a rede de transporte acolá, a infra-estrutura, as moradias, ruas, praças, playgrounds, parques, estacionamentos, etc., dão uma outra dimensão à matéria-prima original, transformando-a substancialmen

mente e mudando seu conteúdo. O lugar é construído como condição para a produção e para a vida, e ao serem construídas, estas condições, produzem um espaço hierarquizado, diferenciado, dividido, contraditório, que se consubstancia como um dado modo de vida, como formas de relacionamento, como ritmos do cotidiano, como ideologia, religião, e, fundamentalmente , como um modo de luta.

E a realização desse espaço enquanto condição gera um produto, que será condição de um novo processo, um novo momento: sua reprodução. Nesse sentido, a terra matéria não pode ser reproduzida, mas o espaço o é constantemente, mudando de significado a medida em que o processo histórico avança.

Nesse sentido a "terra-espaço" passa a ser definida em função das articulações com a totalidade do espaço e seu processo de apropriação (através da terra matéria) marcará o fato de que, o que realmente está sendo apropriado é o trabalho geral da sociedade contido na totalidade do espaço geográfico.

Partindo dessas idéias, a terra enquanto mercado - ria, tem um valor que se expressa através da localização, papel e grau de inter-relação com o espaço global, produzido , mesmo que seja potencial, dentro de condições específicas.

No conjunto da cidade a parcela específica do espaço tem seu valor determinado pelo fato de que o urbano se produz enquanto condição geral do trabalho da sociedade, portanto trabalho social geral materializado um processo, espa-cial que por um lado, se realiza a partir do processo de pro

dução de mais valia e de sua viabilização, e de outro como produto deste processo.

O desenvolvimento do processo de reprodução do urbano englobando terras até então ociosas ou rurais, dá-se através de um processo de integração que tende a aumentar a demanda por terra; nesse sentido, a terra passa a assumir suas características de forma cada vez mais segregadas, além das de meio de produção, para ser incorporada ao universo dos bens necessários à manutenção da vida, através da moradia, areas de lazer, etc. Por outro lado seu monopólio, separado das condições de meio de produção ou moradia, e a partir do desenvolvimento delas, passa a ser fonte de renda na medida em que entra no circuito econômico como realização (econômica) do processo de valorização que a propriedade privada confere ao proprietário.

Assim a propriedade privada de parcelas do espaço, aparece como título jurídico que sacramenta o processo da apropriação que está na base do sistema capitalista de produção - tanto material quanto da vida.

O modo pelo qual o indivíduo terá acesso à terra, enquanto condição de moradia, vai depender do modo pelo qual a sociedade estiver hierarquizada em classes sociais e do conflito entre parcelas da população. Assim, o tipo, local, tamanho e forma de moradia vai depender e expressar o modo como cada indivíduo se insere dentro do processo de produção material geral da sociedade.

Portanto, a divisão do trabalho dentro de cada nação não vai implicar apenas na separação entre trabalhos

(industrial - comercial - agrícola), e consequentemente, no aprofundamento das contradições entre cidade e campo; mas no interior de cada uma delas: na hierarquização e especialização de parcelas espaciais, de cidades que formam as redes urbanas. O uso é uma forma espacial de manifestação das contradições entre capital - trabalho, da subordinação que começa na fábrica e se estende à casa, ao cotidiano do trabalhador, como também poderá ser uma forma de subversão dessa ordem (posta em xeque pelos movimentos sociais).

O processo de formação do preço da terra, enquanto manifestação do valor das parcelas, leva em conta, desde processo cíclicos da conjuntura nacional (que incluem a forma de manifestação de processos econômicos mundiais) até aspectos políticos e sociais específicos de determinado lugar. Todos esses fatores vinculam-se ao processo do desenvolvimento urbano, que ao realizar-se, redefine a divisão espacial e com isso, o valor das parcelas. Este valor será determinado em função do conjunto ao qual pertencem, e é nesta interrelação entre o todo e a parte, que ocorre o processo de valorização real ou potencial de cada parcela do espaço.

No cerne da questão está posta a idéia de localização determinada pela produção espacial geral, e portanto, varia no tempo à medida em que se desenvolvem as forças produtivas, subordinadas às necessidades, exigências, objetivos e valores de determinada sociedade.

Hoje, por exemplo, o verde, a proximidade da natureza (que o processo capitalista dissocia do homem) a falta de áreas para crianças brincarem, a criação de serviços como

escolas de nataçãõ, idiomas, ballet, judô, ginástica, os shop pings, etc., redefinindo as necessidades, tendem a influir na opção pela moradia, de uma classe de renda média e alta pois estas têm (pelo seu poder aquisitivo) maiores possibilidades de escolha. Esta se fundamenta no fato de que esta produção espacial é diferenciada e contraditória, conferindo valores de uso e, conseqüentemente, formas de acesso diferenciados; logo segregados. Tal segregação se impõe inclusive pelo fato de que o espaço geográfico implicar na produção de relações específicas e originais, fundamentadas em relações jurídicas - propriedade privada - provenientes do processo de apropriação e, concretizadas, no circuito mercantil.

Nesse sentido os terrenos mais bem situados em relação às vias de comunicação, sistema de transporte, infra-estrutura teriam maior valor, declinando à medida em que nos distanciássemos do centro em direção à periferia. Esta é comumente entendida como área densamente populosa, carente em relação a todo tipo de infra-estrutura e com preços mais baixos. Tal comportamento, a nosso ver, deve ser entendido com ressalvas.

No caso específico da região metropolitana, a mancha urbana que tem seu nó na capital, apresenta na periferia dois fenômenos, se por um lado encontramos áreas destinadas a residências de uma classe de baixo poder aquisitivo, o contrário também é verdadeiro. Por motivos diversos, como vimos anteriormente, no caso da zona oeste ocorre os dois fenômenos simultaneamente, ambos decorrentes do crescimento da metrópole paulista como produto da concentração do capital,

implicando, não somente, na transferência da população para os municípios vizinhos, mas da própria indústria.

Os incentivos fiscais e as políticas municipais de atração da indústria, juntamente com o desenvolvimento dos transportes, tendem a criar as condições para o deslocamento da atividade industrial, embora em boa parte dos casos, seus escritórios e/ou representantes, continuem na capital. Como consequência esta transferência trás consigo a da classe trabalhadora que, ao contrário da indústria, não encontrará as condições infra-estruturais mínimas para sua existência. São moradias precárias, sem água e esgoto, construídas em ruas sem asfaltos (como ocorre em muitos loteamentos cotianos) surgidos concomitantemente à instalação da indústria.

Há também outro tipo de transferência da classe trabalhadora, aquele do afastamento puro e simples da metrópole em busca de terrenos mais baratos. O desenvolvimento dos transportes permite que este afastamento ultrapasse os limites da capital integrando área até então externas à mancha urbana. Tal processo, explica o fato de que, na década de 70, muitos bairros operários surgem em Cotia, inicialmente nas fronteiras com Osasco (km 21 da Raposo Tavares) - onde o trabalhador ainda pode comprar um lote, que exclui quaisquer infra-estrutura, mas cria a possibilidade da auto-construção que tem sido encarada como "solução viável" ao problema da moradia; ou ainda, que no final da década, levou o operário que trabalha na capital para áreas mais distantes, como jardins Panorama e Arco Iris, com padrões de construção semelhantes aos primeiros, só que o aumento da distância implica em maiores problemas de transporte.

O outro tipo de moradia é aquele destinado às classes de renda média e alta que "fogem" da metrópole em busca da natureza e do ar puro, longe dos inconvenientes que o "progresso" trouxe - é o caso da Granja Viana.

Há também a compra da terra como reserva de valor, este comportamento liga-se em princípio e de modo imediato a conjuntura do mercado financeiro. No que se refere a este fenômeno, Rangel⁽¹⁾ afirma, que no Brasil a elevação do preço da terra, não é uma questão agrícola, mas financeira, que este tende a gerar a 4ª renda. Para o autor, esta renda configura-se como fruto de uma valorização terra - tanto rural, quanto urbana - em função do comportamento da taxa de juro. Partindo do pressuposto que a terra não tem valor, o autor desenvolve a idéia de que a formação de seu preço é determinada pelo comportamento da renda fundiária em relação à taxa de lucro durante o ciclo econômico. Quando a taxa de juro cai, há uma elevação do preço da terra, e este crescimento do preço provoca um aumento das expectativas quanto à valorização futura. Esse diferencial, esperado pelo preço da terra de um ano para outro, passava a computar-se como se fosse uma renda (este fenômeno o Autor chama de 4ª renda).

Resta saber como esses fenômenos se articulam em Cotia. A partir de dados sobre implantação de loteamentos e indústrias; uso do solo e preços da terra (~~carta nº 8 e 10~~) podemos concluir:

- a) a partir de um levantamento feito pela Emplasa, em Cotia, no ano de 1983 sobre o preço da terra urbana em 194 loteamentos, chegamos ao seguinte resultado:

14,9% custavam 10.000,00 o m² (*)
21,6% custavam 8.000,00 o m²
15,9% custavam 6.000,00 o m²
12,3% custavam 5.000,00 o m²
23,7% custavam 4.000,00 o m²
10,8% custavam 3.000,00 o m²

b) Se considerarmos a evolução da implantação de loteamentos temos que:

- 1) a maioria dos loteamentos de 10.000 o m² se instalou entre 1970/1975, tendo os anos 1970 e 1971 como pico apesar de encontrarmos vários anteriores a 1970);
- 2) os loteamentos de 8.000,00 o m² se instalaram basicamente entre 70 e 74 - tendo os anos 73 e 74 como pico;
- 3) os loteamentos de 6.000,00 o m² se instalaram em 1973/1974;
- 4) os loteamentos de 5.000,00 o m² se instalaram em 1971/1973/1975;
- 5) os loteamentos de 4.000,00 o m² se instalaram basicamente em 73/74 e 78/79 e 80 (seno este último o ano de pico);
- 6) finalmente os de 2.000,00 o m² se instalaram em 1974 e, principalmente, em 1980.

Consideramos apenas os anos significativos. Nessa perspectiva os anos de pico da implantação de loteamentos

(*) - preços de 1983, quando o salário mínimo era Cr\$34.776,00.

COTIA
preço da terra
1983

são 1974 e 1980. Se analisarmos a curva de implantação (gráfico nº 2) tem-se que a partir de 69 o processo de ocupação se intensifica tendo o ano de 1974 como o de maior expressão, seguidos pelos de 1980, 1981 e 1982; com uma queda acentuada em 1983 e 1984.

c) Se considerarmos o gráfico de evolução da implantação industrial (nº 1) temos que em Cotia a década de 70 marca uma fase de transformações com uma significativa presença da indústria. O período 1970 a 1975 marca o pico da instalação, tendo em 1973 e 1975 anos de maior incidência, com uma queda em 1976 e 1977 (porém com número de implantação superior aos anos da década de 60); uma retomada em 78, e com um aumento significativo entre 80 e 84.

d) Considerando a localização dos loteamentos temos o que se segue:

1) os loteamentos de Cr\$10.000,00 o m² são destinados à população de alta renda e apresentam basicamente dois comportamentos:

. o primeiro refere-se a uma ocupação próxima à capital metropolitana e que forma, hoje, a "Granja Viana" com loteamentos de alto luxo, fechados, com guaritas e guarda particular, em terrenos com área maior e uma infra-estrutura compatível a esta classe de renda. A parte mais antiga da Granja, apesar de apresentar lotes grandes (mais de 1.000 m²), e construções com padrão de luxo, não se encontra organizada em condomínio

nios fechados. O vínculo dessa área com a metrópole, como já vimos, é profundo, o que a caracteriza como "área dormitório".

a segunda área, com terrenos menores com outra infraestrutura e outro tipo de construção (mas de alto padrão) localiza-se próximo ao centro da cidade. É a classe média cotiana, uma parcela da população vinculada à história da cidade.

- 2) os loteamentos de classe média que poderia ser caracterizada pela faixa de 6.000,00 à 8.000,00 o m² localizam-se particularmente em áreas próximas às primeiras.
- 3) os loteamentos populares Cr\$3.000,00 a Cr\$4.000,00 o m² se localizam em áreas de relevo acidentado com uma infraestrutura deficitária e transporte insuficiente. Nessa área as moradias têm como padrão a autoconstrução; em alguns terrenos encontramos o "cortiço horizontal" (como já vimos anteriormente). Formam pequenos núcleos, esparsos pela área urbana, com uma tendência atual ao distanciamento maior, não só da metrópole como também do centro de Cotia. Muitos deles são bairros dormitórios.

Se compararmos a carta de preço da terra urbana com o gráfico de implantação de loteamentos, teremos uma idéia do tipo de loteamento, pelo ano de instalação. Podemos ver que os loteamentos de alto padrão (correspondente a Cr\$ 10.000,00 o m²), tem seu pico de implantação em 70 e 71; decorrente do fato de que na primeira metade da década de 70, depois do boom da bolsa de 1969/71, investimentos se voltam

para a terra; e Cotia oferece terrenos adequados à ocupação urbana-industrial. A partir daí assistimos a abertura indiscriminada de loteamentos, a maioria sem infra-estrutura, com intuito de baratear o custo do empreendimento; que transforma paulatina e indiscriminadamente, a fisionomia e o papel da cidade no sistema urbano da região metropolitana.

No período (70/75) ocorre a instalação de indústrias beneficiadas com lei de isenção, acompanhada pela inauguração da linha interurbana que parte de Pinheiros em direção à Cotia e do alargamento da Raposo Tavares. Esses elementos somados a disponibilidade de terra, com preço inferior à cidade de São Paulo, colocam Cotia como um vetor de deslocamento para a expansão da metrópole paulista.

Por sua vez, a localização industrial em Cotia, induz ao parcelamento do solo com um mercado dirigido à classe trabalhadora. Podemos perceber a relação nos dados apresentados acima. Os loteamentos populares (Cr\$4.000 a 3.000,00 o m²) instalam-se, preferencialmente, nos períodos de crescimento da indústria 1973 e 1974, e o início da década de 80. Os terrenos cujo preço do m² giram em torno de Cr\$5.000,00/6.000,00 também têm nos anos 73 e 74 os períodos de maior ocupação. São áreas de crescimento econômico onde o fluxo de capital se dirigiu ao mercado imobiliário, estimulado pelo financiamento do BNH.

Com relação aos loteamentos destinados à população de renda média e baixa, os anos de pico são 73 e 74; coincidindo também, com os anos de pico da instalação industrial;

e no início da década atual (1980) destinado aos loteamentos populares. O primeiro período se refere a uma fase de aquecimento do mercado imobiliário, aliado ao fato do terreno em Cotia ser mais barato do que São Paulo.

Os lotes que até então eram vendidos como chácaras passam a ser subdivididos conforme o tipo de loteamento e ao público a que se destinava; e o mercado regula a venda sem qualquer controle por parte da Prefeitura até 1983; quando é feita uma tentativa de se ordenar o uso do solo atualizando o Plano Diretor, elaborado pela Emplasa em 1978 (que vigorou somente 9 meses).

O espaço cotiano estrutura-se "espontaneamente" a partir do livre jogo do mercado imobiliário; onde os proprietários, em busca do lucro rápido, vão lotando glebas "irracionalmente"; criando sérios problemas àqueles que compram os lotes pois é "vendida uma imagem" que não corresponde à realidade.

As áreas nobres destinam-se aos loteamentos de classe média, enquanto as áreas de relevo mais acidentadas, ou próximas às áreas industriais, ou as mais distantes do centro da cidade (tanto de São Paulo como de Cotia) com plano irregular, ruas tortuosas e ausência quase total de infraestrutura, se dirige às classes mais pobres. (ex: Jardim Cláudio, Stela Maris, Nova Combia, Jardim Panorama, Jardim Arco Iris).

Como esses loteamentos são feitos de modo aleatório, produzindo uma mancha urbana descontínua, torna-se anti-econômico, ao poder público atender as reivindicações de in

fra-estrutura de áreas loteadas distantes do centro de Cotia, pois seu vertiginoso crescimento urbano ocorreu em descompasso com a possibilidade de implantação de infra-estrutura. Desse modo uma grande parcela da população "vai vivendo como pode".

Por outro lado há os loteamentos feitos por grandes imobiliários paulistas como Esquadro, Scopel, Alcântara que se dirigiam, particularmente, à classe média alta, com lotes de 1.000 m², baseados na idéia de "COMPRE O VERDE", dando origem aos condomínios fechados.

Tanto os loteamentos populares, quanto os dirigidos às classes de maior poder aquisitivo, tinham suas propagandas e postos de venda voltados aos habitantes da metrópole; seus compradores em potencial.

Egler⁽¹⁾ analisa as relações entre o preço da terra e a taxa de juro no Brasil, afirmando que a simples existência de rentabilidade positiva no mercado de títulos imobiliários já permite supor que a capitalização da renda fundiária reflete parcialmente as flutuações das taxas de juro. O preço da terra começa a se elevar em 1968, quando se inicia o aquecimento da economia e as taxas de juro das letras de câmbio e a rentabilidade da UPC são constantes ou, ligeiramente, declinantes. A partir de 1971 as taxas de juro declinam e o preço da terra sobe. Conclui o Autor que "a partir do desenvolvimento de um sistema financeiro capaz de valorizar de modo fictício as massas de capital, o preço da terra agrícola reflete de modo inverso às variações da taxa de juro, o que, inevitavelmente, permite que se especule em dois mercados distin

(1) - Cláudio Egler - Preço da terra, taxa de juro e acumulação financeira no Brasil.

tos: o de títulos imobiliários e os fundiários"⁽¹⁾.

O número de loteamentos instalados em Cotia entre 1975 e 1979 é o inexpressivo, em Cotia, para aumentar em 1980 com a implantação de loteamentos populares, também num momento de alta do preço da terra. O fato de encontrarmos nesse período, um outro momento de pico dos loteamentos populares pode também estar vinculado a política nacional de incentivo a loteamentos com infra-estrutura para população de baixa renda.

A produção do urbano, configura-se assim, num contexto que coloca de um lado a necessidade de expansão da indústria e de outro o processo de "especulação" imobiliária, na qual a terra significa reserva de valor. O investimento na terra acontece em detrimento dos investimentos produtivos em momentos em que tal empreendimento permite maiores lucros em menos tempo.

Em realidade, a chamada "especulação imobiliária" encobre os mecanismos de apropriação privada do processo de valorização de áreas, em função da incorporação do trabalho social a terra-matéria (concretamente e/ou em potencial), vinculado ao processo de reprodução espacial, num novo patamar⁽²⁾.

(1) - Op. cit. p. 133

(2) - Os numerosos pedidos de regularização de usucapião que ocorrem em Cotia, fundamentalmente nos últimos anos, é decorrente desse processo de valorização das terras.

ESPAÇO E LUTAS DE CLASSE

" A vida não é um quadro, mas uma prática".

M. Castells

A divisão internacional do trabalho determina diretamente, o papel dos territórios nacionais dentro do processo de reprodução ampliada do capital a nível da formação econômica e social capitalista.

O processo capitalista se desenvolve a partir da mundialização das trocas e internacionalização do capital, aprofundando a divisão espacial do trabalho e, com isso, o vínculo entre os países. Na verdade a reprodução do espaço nacional tenderá a manifestar as contradições inerentes ao conjunto mundial, assentadas, basicamente, em relação de dominação-subordinação onde os Estados nacionais tendem a aliar-se cada vez mais ao capital multinacional.

A crise urbana deve ser entendida dentro desse contexto. Não resta dúvida de que nos países dependentes, como o Brasil, a desigualdade é mais aguda. É cada vez mais gritante a contradição entre a produção da riqueza e a geração da pobreza, expressa no uso do solo e nas pautas de reivindicação dos movimentos urbanos.

Nesse sentido Santos ⁽¹⁾ chama atenção para o fato de que a pobreza urbana tem causas complexas e sua explicação ocorre num nível mais abrangente. "De fato, se há uma crise, trata-se de uma crise global, sendo a crise urbana apenas um epifenômeno. As condições nas quais os países que comandam a economia mundial exercem sua ação sobre os países da periferia criam uma forma de organização de economia, da sociedade e do espaço, uma transferência de civilização, cujas bases principais não dependem dos países atingidos. As raízes dessa crise urbana encontram-se no sistema mundial. É, portanto, nesse

(1) - Milton Santos - A pobreza urbana

nível que se podem encontrar soluções válidas. É necessário voltar-se às raízes do mal, para fazer uma análise correta e estar em condições de fornecer soluções adequadas" (1).

A manifestação dessa crise, adquirirá no entanto, configurações diferenciadas de país para país. O grau de articulação dos indivíduos, bem como suas formas de reivindicação e/ou lutas fará com que o processo de inserção dos fenômenos locais no quadro internacional se dê com maior ou menor velocidade e intensidade.

O papel dos movimentos sociais urbanos como contraponto dessa dinâmica internacional, dentro da especificidade das nações, é hoje, inquestionável e crescente.

- Movimentos Sociais Urbanos

O aprofundamento das contradições de uma sociedade assentada em relações de subordinação e dominação geradas, na sociedade capitalista, onde o Estado tende a representar, de forma mais ampla, os interesses da reprodução ampliada do capital, tem produzido, em número cada vez maior, movimentos sociais - como formas de reivindicação, seja por melhores condições de vida e/ou de trabalho, seja por uma maior participação no cenário político - ao lado do fortalecimento de sindicatos e partidos políticos.

Na realidade, esses conflitos questionam tanto o entendimento da cidade enquanto valor de troca, e consequentemente, as formas de mercantilização e parcelamento do solo, como o exercício do direito de cidadania. A nosso ver esses movimentos acabam induzindo uma discussão mais profunda: a do

(1) - op. cit. p. 42

processo de "humanização" do homem tanto no processo de trabalho - cada vez mais destituído de sentido - quanto no modo de vida.

As manifestações populares de reivindicação por melhor qualidade de vida passa pela discussão da contradição entre capital e trabalho; fundada na propriedade privada dos meios de produção e na desigualdade social e jurídica dos homens. As lutas urbanas, vão colocar em xeque, pois, a produção de um espaço em função dos objetivos do capital e não do da maioria da população, gerando conflito entre entendimentos diversos sobre o que é e o que deveria ser a cidade.

Aqui nos deparamos com dois níveis de análise, enquanto a contradição capital-trabalho implicaria na discussão da luta de classe, os movimentos urbanos não se referem, exclusivamente, a uma determinada classe; em sua maioria eles têm uma participação heterogênea. As condições de reprodução do espaço urbano afetam muitas vezes os diversos segmentos da sociedade gerando movimentos variados e com composição social diversas, pois referem-se a um modo de vida determinado, colocando em discussão a questão da democracia e da liberdade do ser humano.

Nas fábricas, por exemplo, as lutas desenvolvem-se marcando nítidamente o limite entre classes; no urbano esses limites se diluem, apesar da interdependência entre processo de trabalho e modo e/ou qualidade de vida. No urbano os problemas adquirem outra dimensão, que não exclui, nem se limita, as contradições entre patrões e empregados.

Não podemos negar que na cidade as relações entre homens apresentam outras dimensões que aquelas da fábrica , aqui se coloca a esfera da cotidianidade que envolve, basicamente, relações de consumo. As relações são diversas, "sua viza-se" a relação de dominação entre os homens, mas nem por isso apaga as diferenças entre eles, que aparecem não só no uso do solo, no acesso aos bens de consumo coletivo, mas na roupa, nos olhos, nos gestos, etc.

Por outro lado, a cidade não é simples condição objetiva de vida, ela supõe condições de direção, gestão, atividades sociais, políticas, religiosas, etc. Pode se dizer que em certo sentido é também cultura; e guarda a dimensão do humano. Todavia ela se produz de forma vinculada a propriedade privada que se materializa na segregação espacial.

Harvey⁽¹⁾ desenvolve a idéia de que o trabalhar e o viver são indissociáveis, que o poder do capital está onipresente na própria definição de um valor de uso para o trabalhador na cidade. Para ele a adaptação do trabalhador ao modo de produção capitalista impõe uma disciplina ao trabalho, bem como os valores éticos e morais burgueses, enquanto que a promoção da casa própria ao trabalhador, estabelece a submissão destes, ao princípio da propriedade privada.

"Os conflitos no local de vida são meros reflexos de tensões subjacentes entre o capital e o trabalho. Os apropriadores da renda e a facção da construção civil mediam as formas de conflito; eles se erguem entre o capital e o trabalho e por isso escondem de nossas vistas a verdadeira fonte de tensão. A aparência superficial dos conflitos em tor-

(1) - David Harvey - O Trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas.

no do ambiente construído - as lutas contra o proprietário da terra ou contra a renovação urbana - disfarça uma essência oculta que é, nada mais nada menos, que a luta entre o capital e o trabalho"(1).

A dinâmica da acumulação capitalista impõe um tipo de trabalho, um modo de vida, uma forma de cidade e cria carências (como água, luz, esgoto, transporte, educação etc.).

A análise específica dos movimentos urbanos faz aflorar, também, uma coletividade de iguais em função de uma ca rência coletiva e não o conjunto das carências mais radicais o que criaria uma pauta de reivindicações que se situariam, necessariamente, fora dos limites do grupo e que englobaria, como um todo, a classe dos excluídos econômica, social ou po liticamente.

Nesse sentido essa igualdade criada pelos movimentos é apenas aparente, o que explicaria, a nosso ver, a heterogeneidade de classe destes. Na medida em que se passa de carências "objetivas" para as "radicais"(2) a articulação en tre os homens dar-se-á no seio da classe. Desta forma a articulação entre os movimentos urbanos e as lutas de classe o corre no seio do processo de reprodução da sociedade como um todo (não só as relações de produção, mas nas condições de vi da, modos de pensar, etc...).

A articulação entre as contradições que emergem no viver e no trabalhar dá-nos o limite exato da diferença entre movimentos sociais urbanos e lutas de classe.

(1) - David Harvey - op. cit. p. 29

(2) - Agnes Heller - A Filosofia Radica, particularmente, cap. IV.

A perspectiva da luta de classe é a superação das contradições que estão no centro da subordinação entre os indivíduos, envolvendo mudanças radicais; a dos movimentos sociais urbanos parece-nos possuir objetivos mais imediatos, mas, nem por isso, subestimáveis. Para Castells⁽¹⁾, por exemplo, eles foram fundamentais na construção da democracia espanhola e na possibilidade da construção de uma via democrática para o socialismo.

Para Singer, os "movimentos de bairro, são hoje, parte da dinâmica social do mundo urbano capitalista. Eles constituem ao mesmo tempo formas de solidariedade, coesão comunal e de luta por melhores condições de vida da população pobre. Os que carecem de recursos econômicos e de poder dependem, muito mais do que as camadas mais privilegiadas, do contato social com seus iguais e da ajuda mútua que dele pode resultar (...). Os movimentos de bairros têm por base formas de coesão social que viabilizam sua expressão "para fora" no sentido de reivindicar junto dos poderes públicos a satisfação de demandas que decorrem das próprias urgências da vida urbana, tal como ela se constitui atualmente"⁽²⁾.

Durham⁽³⁾ chama atenção para o fato de não se tratar os movimentos sociais como formas inferiores de mobilização que devem evoluir para formas mais plenas, nem a de que eles surgem do fechamento imposto pelos regimes ditatoriais aos canais normais de manifestação política. Para a Autora,

(1) - Manuel Castells - Cidade, Democracia e Socialismo

(2) - Paul Singer - Movimentos de Bairros, p. 93

(3) - Eunice Durham - Movimentos sociais: o direito à cidadania

os movimentos, partidos e sindicatos são formas diversas de mobilização popular que poderiam confluir em movimentos e causas específicas, sem, necessariamente, se confundirem ou substituírem. Os movimentos corresponderiam a formas específicas correspondentes às transformações recentes da sociedade industrial e apontam para necessidades de mudanças na atual estrutura da sociedade.

Parece-nos que no centro da questão está um entendimento da realidade de ângulos diferentes, uns relacionados ao urbano, outros à fábrica, ou ainda à sociedade de forma mais ampla. O entendimento real desses fenômenos levaria os implicados a formas de ruptura e perspectivas de mudanças diferenciadas.

Os movimentos sociais urbanos têm um papel importante na ampliação e acumulação de forças e experiências; marcam o início de um processo que tende a afetar a vida daqueles que dele participam, pelo enriquecimento que o contato com o outro propicia e que o debate estimula. Nesse sentido poderá reforçar ou mesmo detonar avanços políticos substantivos em direção à democratização, na medida em que traduz a idéia do sujeito coletivo, como uma revelação da identidade do homem, através da ação.

Em Cotia, especificamente, os movimentos reivindicatórios manifestam-se, de forma fragmentária no tempo e no espaço, ora organizados pela SAB'S, ora por membros de partidos políticos (PT e PMDB), ou ainda, com o apoio da Igreja. Tais movimentos têm sua reivindicação ligada, fundamentalmente, ao modo pelo qual os bens de consumo coletivo estão dis-

tribuidos. E mais; como estes são produzidos pelo poder público, é contra ele, que a luta se dirige, colocando em xe - que a distribuição social dos recursos.

Convém esclarecer que o objetivo de nossa pesquisa não levava em conta, a priori, a análise dos movimentos reivindicatórios em Cotia, mas à medida que elaborávamos o trabalho poercebíamos que o processo de (re)produção do urbano tinha uma dimensão política que não poderia ser ignorada. A correlação de força entre as classes sociais, expressa no seu poder de barganha, junto ao poder público, conferia ao espaço urbano cotiano características específicas que nos remetem à contradição fundamental sobre a qual reside o processo de (re)produção espacial, qual seja, a produção social e a apropriação privada ⁽¹⁾.

O espaço, entendido como base da vida e de toda atividade humana, seja ela produtiva ou não, tem, no capitalismo, seu processo de apropriação legitimado, juridicamente pela propriedade privada. Isto faz com que o acesso à terra confira ao proprietário o direito de dela dispor. Seu uso será determinado pelas necessidades de reprodução do capital ainda que este apareça travestido, sob a forma de necessidades da sociedade em geral.

O uso do solo urbano, dá-se pois, mediante disputa. . Tal fato é determinado quer pela necessidade do uso, e mesmo expansão de certos tipos de uso, como pela utilização da terra como reserva de valor. A disputa fundamentada nas contra

(1) - Não pretendemos fazer uma análise aprofundada de todos os aspectos dos movimentos reivindicatórios em Cotia, mas apenas daqueles mais estritamente vinculados, ao processo de produção espacial.

dições em que se dá o processo de (re)produção espacial, implica em profundas transformações no uso do solo, questionando o urbano como "espaço ordenado". Em verdade, a urbanização vincula-se diretamente às formas de divisão social e técnica do trabalho, tornando a cidade o campo privilegiado das lutas de classes.

A análise desse fenômeno, nos remete ao fato de que o processo civilizatório ao se desenvolver, enquanto unidade contraditória entre processo de humanização - desumanização do homem, produz um homem desprovido de criatividade, transformado de destro e virtuoso, em "máquina" degradado moralmente e devastado intelectualmente, cuja capacidade vitalícia se converte em capacidade de servir uma máquina parcial, e cujo ritmo de vida passa a ser comandado pelo processo cíclico da economia: empregado em fases de crescimento, desempregado em fases de desanimação, estancamento ou superprodução. Todavia, esse processo também cria a possibilidade de avanço, enquanto necessidade de superação.

O contato cotidiano com o outro implica na descoberta de modos de vida, problemas e perspectivas comuns. Por outro lado produz junto com a identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana.

Os movimentos sociais nascem da consciência das condições de vida das diversas classes, surgindo para o indivíduo, como direito de participação nas decisões.

"Os movimentos operários desde seu início, desde a fase puramente econômica, superaram rapidamente a simples apelação da particularidade. As necessidades que se propunham a satisfazer eram nitidamente particulares (pão, casa, horário de trabalho), porém os meios de que se serviam conduziam a superação da particularidade, requer compromisso social, solidariedade, tenacidade na greve, e não era certo que estes meios levassem rapidamente ao resultado esperado. Portanto, a participação na luta puramente econômica já induzia os operários a uma nova forma de vida cotidiana não orientada somente na particularidade, por isso Marx viu nos operários organizados a irradiação da desigualdade humana"⁽¹⁾ ⁽²⁾.

Nesse sentido, acreditamos que os movimentos sociais devam ser analisados do ponto de vista da superação da particularidade na formação da consciência do coletivo, na liberdade do particular constituída a partir do genérico.

Sader⁽³⁾ chama atenção para a emergência do sujeito coletivo e seu significado na elaboração do surgimento dos movimentos sociais em São Paulo, entendidos como processos pelos quais grupos populares interpretam de um modo, que lhes é peculiar (e que depende de suas referências culturais prévias), a forma como experimentam sua condição proletária, dando visibilidade pública a seus discursos, constituindo uma nova identidade coletiva. Com isso novas expectativas, significados, esperanças, investimentos, tornam-se possíveis socialmente. Essas novas referências se reproduzem através das práticas vividas em novos espaços sociais.

(1) - Eder Sader - Remodelando a experiência, p.7

(2) - grifo meu

(3) - idem

Deste modo o indivíduo questiona a "ordem estabelecida" a partir da idéia de que o povo tem direitos que estavam sendo negados, criando uma identidade com o outro a partir do cotidiano, das experiências individuais e da solidariedade; redefinindo as formas sociais, e o poder de barganha dos segmentos da sociedade. "Serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência"(1).

Parece-nos importante a consideração sobre a emancipação do trabalhador na discussão da consciência que o homem tem de si enquanto membro da comunidade e não de um ser abstrato, isolado do mundo. O homem genérico contraposto ao "homem em sua existência fortuíta, o homem tal qual se levanta e anda, o homem tal qual se acha corrompido por toda a organização da nossa sociedade, perdido de si mesmo, alienado, entregue ao império de relações e elementos inumanos"(2).

Da consciência do coletivo surge a idéia da liberdade (enquanto superação da alienação), baseada na união e fundamentada na necessidade de emancipação do homem real, adquirindo os direitos de cidadania. Dentro dessa perspectiva os movimentos sociais podem ultrapassar a luta na esfera do consumo.

(1) - K. Marx e F. Engels - Ideologia Alemã, volume I, p. 26

(2) - K. Marx - A questão judaica, p. 23

No presente trabalho pretendemos entender a relação entre os movimentos sociais e a reprodução do espaço urbano a partir das necessidades impostas pela reprodução da vida da sociedade como um todo, que surge a partir das consciências do cotidiano, implicando em formas de resistência que vão surgindo de modo atomizado, desigual e cíclico, tendo como ponto de partida as necessidades vitais de sobrevivência, que se expressam em sua maioria como reivindicações de bens de consumo coletivo.

oOo

3.1. Da produção "espontânea" à produção "planejada" do espaço geográfico.

Os movimentos sociais têm colocado em xeque as formas de produção e apropriação da riqueza, formas de elitismo e mandonismo presentes nas relações e nas estruturas de poder e de reprodução espacial. O urbano reproduz-se de um lado de forma "espontânea", no livre jogo do mercado (no caso cotidiano como fruto da lógica do processo de urbanização metropolitana), e de outro "planejada" na medida em que o Estado passa a intervir cada vez mais na produção da infra-estrutura ou na criação de leis de zoneamento urbano. Nesse sentido o planejamento passa a ser uma válvula de escape para diminuir os desequilíbrios ou aliviar tensões como aquelas geradas pelos movimentos sociais, enquanto expressão de uma contradição entre interesses diversos e, com isso, possibilitar a reprodução do capital em momentos de crise.

Vários autores⁽¹⁾ chamam atenção para o fato de que os movimentos sociais têm como característica básica a oposição radical frente ao Estado. Isto ocorre tanto no que se refere aos movimentos sociais que incorporam no seu bojo várias camadas sociais (e por isso capazes de formar uma identidade em função de interesses comuns, implicando num confronto político a partir da consciência de que o executivo não pode fazer o que bem entende); quanto aos movimentos fruto de reivindicações decorrentes do modo como ocorre o parcelamento do solo e, por isso, restrito aos moradores de determinados lo

(1) - Kowarick, Castells, Evers, Moisés, entre outros

teamentos ou bairros, e que até agora, não forjaram uma unidade, apesar do caráter das necessidades.

Em Cotia, pelo menos dois movimentos foram capazes de unir parte da população contra o executivo local. um deles tem como foco a lei de zoneamento industrial. Ele surgiu quando das tentativas de criação do polo industrial em Água Espraiada, em 1982 e de cinco bolsões industriais, em dezembro de 1983, transformando a área de localização industrial de ZUD (zona de uso diversificado) em ZUPI (zona de uso preferencialmente industrial).

Há, ainda, uma vasta camada da população, excluída dos benefícios de uma sociedade que se industrializa rapidamente sem a contra-partida da melhoria na qualidade de vida dos habitantes; basicamente no que se refere a condições de moradia e transporte que vem se mobilizando, em momentos diversos, através de pequenos grupos de moradores de bairros, destituídos de infra-estrutura, articuladas em torno das sociedades de Amigos de Bairros, que reivindicam, frente à Prefeitura, melhorias indispensáveis à manutenção de uma vida digna. Ao contrário do primeiro tipo de movimento, estes últimos têm caráter esparso, sem uma unidade e estratégia definidas.

Ambos, entretanto, ocorrem como fruto da ampliação do exercício da cidadania, decorrente do aprofundamento das contradições urbanas; "rompendo com a visão de um povo amorfo e facilmente cooptado, incapaz de um papel na arena política. As classes populares não só têm o que dizer mas precisam ser ouvidas, e o essencial desta mensagem que encara os

movimentos sociais, inclusive o urbano, como ponto central na luta pela ampliação da cidadania e pela redemocratização do país » (1).

Neste sentido, a discussão do urbano transcende a idéia deste enquanto aglomeração de capitais, meios de produção, e população. O espaço, modo de vida da sociedade, é produto de lutas surgidas a partir das relações contraditórias, criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do capital, que tende a criá-lo cada vez mais em função de interesses distantes dos da população. As contradições do processo de produção espacial, voltada para a realização da mais valia dirigida a uma fração pequena da sociedade, conduz à degradação do meio ambiente e das condições de vida, e concorre para a articulação e organização da população na luta por seus direitos. Assim, no embate dessas forças entre o que é bom para o capital e o que é bom para a sociedade, o espaço urbano se (re)produz.

Por outro lado, esta produção tem sido marcada, de forma profunda, pela intervenção estatal, seja através das leis de zoneamento e parcelamento do solo, seja através do investimento direto em infra-estrutura e produção de bens de consumo coletivo, seja na sua participação no processo de produção imediato.

Tal comportamento refere-se à necessidade de intervenção estatal para viabilizar a produção regulando os custos da reprodução da força de trabalho seja através do forne

(1) - Lúcio Kowarick, Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo - uma análise da literatura, p. 8.

cimento, a preços subsidiados, de produtos de primeira necessidade ou da casa própria, seja através da criação de infraestrutura urbana - água, luz, esgoto, telefone, transporte, escolas, hospitais, etc. - Como estas exigem altos investimentos, que por serem improdutivos, não são realizados por capitais individuais, caberá ao Estado sua realização e, deste modo, aparecerá como o adversário contra o qual a sociedade dirigirá reivindicações.

Oliveira⁽¹⁾ chama atenção para o fato de que a urbanização da economia e sociedade brasileiras é extensão das relações de produção capitalista, implicando em novas formas de conflito e novas relações entre Estado e sociedade civil. "Não pode o Estado solucionar o chamado problema de transporte urbano? Pelo tamanho do excedente que maneja pode. Pode o Estado solucionar o chamado problema da poluição? Tendo tanto chão nesse país, parece que se poderia descentralizar a indústria, principal poluidora; mas o chão da pátria não é chão, é capital. Estes e outros exemplos, de problemas que se dão nas cidades, revelam de como a simbiose Estado-burguesia industrial - associada coloca-se contra a Nação; essa simbiose é peculiar à expansão capitalista em espaços nacionais como o Brasil, pois tendo utilizado o Estado no processo de 'queimar' etapas na acumulação, elevou de muito a particular relação entre o Estado e o capital no sistema capitalista de produção"⁽²⁾

(1) - Francisco de Oliveira - A acumulação capitalista, Estado e Urbanização: A nova qualidade do conflito de classes.

(2) - op. cit. p. 12/13

O Estado está hoje portanto, cada vez mais presente na vida do cidadão. Para Castells⁽¹⁾ a intervenção do Estado, depois de 1929, avança de forma crescente e sistemática na economia, tornando-se um elemento essencial para evitar as crises nos países avançados. O Estado, ainda segundo o Autor, passa a adotar cinco funções básicas; a) aquela do gasto público, assumindo atividades não rentáveis, para combater tendência a baixa da taxa de lucros, investindo em capital fixo. b) subvenciona direta ou indiretamente o capital privado tanto através de medidas fiscais como de empréstimos e créditos em condições vantajosas; c) assume cada vez mais os custos sociais do capital, a maior parte dos custos de reprodução da força de trabalho, gastos de pesquisa e desenvolvimento científico, educação e formação da força de trabalho; "fechando os olhos" para os problemas que o processo atual de (re)produção do espaço traz à sociedade; d) contribui para a constante abertura de novos mercados que impedem as crises de superprodução; e) no capitalismo avançado desempenha um papel crescente na reprodução das relações sociais e na organização da divisão social do trabalho por meio de regulação das funções de saúde, educação, meios de comunicação de massas, etc...

A participação estatal dá-se com o aumento dos gastos públicos ou dos impostos, na reordenação do território nacional em busca das condições de reprodução do sistema, nem sempre compatíveis com as necessidades da sociedade. Nesse sentido, o processo de acumulação do capital traz no seu bojo o desenvolvimento dos conflitos, na medida em que o Estado é o guardião do processo da acumulação, o que significa

(1) - Manuel Castells - Lutas urbanas e poder político, p. 109/114

que o Estado capitalista deve manter ou criar as condições nas quais a reprodução ampliada do capital seja ou será possível por um longo período.

Nesse sentido, o Estado é um elemento essencial no processo de acumulação, e seu desenvolvimento dá-se através da participação ativa na criação destas condições, indicando que há uma relação dialética entre o processo de acumulação e a atividade do Estado, cuja intervenção é, ao mesmo tempo, causa e efeito da expansão do capitalismo monopolista.

As políticas de Estado, racionais do ponto-de-vista do capital, são planejadas para servir aos interesses do capitalismo coletivo. O Estado se alia ao capital, e ao mesmo tempo em que ele atende aos interesses da classe dominante atende seus próprios interesses, já que atua, diretamente, no processo produtivo. Tal fato se expressará no espaço de forma diferenciada.

No caso específico do espaço diferenciado da produção de outras mercadorias, há o investimento maciço do Estado na reprodução de condições necessárias ao desenvolvimento do sistema, que implica na continuidade dos processos de produção-distribuição-troca-circulação-consumo. A busca incessante para coibir a tendência à baixa da taxa de lucro faz com que o Estado se coloque ao lado do capital, através de investimentos concentrados, social e espacialmente. Tal fato aprofunda as contradições entre o que a sociedade quer e/ou necessita e o que o Estado realiza.

Este panorama implica também em lutas diferenciadas: enquanto a classe média se preocupa com o meio ambien-

te, sua depredação e a necessidade de preservação, a população mais carente luta por melhores condições de transporte e infra-estrutura básica, como água, luz, esgoto. Tal fato leva à diferenciação na reivindicação e a uma forma diferenciada de mobilização.

Esta diferenciação é particularmente, gritante, em Cotia, a ponto de não haver identificação em lutas que poderiam ser comuns. Por outro lado, há certos temas que mobilizam ou mobilizaram a população como um todo. Mesmo assim, no caso por exemplo da luta em Água Espraiada, enquanto a classe média enfatizava a questão ecológica, os lavradores se preocupavam com a perda da terra de plantio, caso fosse criado o polo industrial.

A mobilização da população cotiana tem surgido muito mais em função de necessidades específicas dos segmentos que a compõem. Boa parte das reivindicações estão fundamentadas no modo como vem ocorrendo o parcelamento da terra urbana, em função dos interesses de lucro imediato dos "especuladores". E é contra o poder local que os movimentos reivindicatórios se dirigem, pois o Estado vem se incumbindo cada vez mais de "dotar" o urbano dos bens de consumo coletivo que a sociedade necessita.

Em Cotia, esses movimentos em sua maioria ainda tem caráter basicamente reivindicatório, (dirigidos a satisfação de bens de consumo coletivos, como água e luz). Em alguns casos, a participação tende a aumentar, principalmente, em torno da Igreja (hoje mais progressista e afinada com a opção preferencial pelos pobres feita em Puebla), e de movimen-

tos que aconteceram como o caso da "Caminhada" (realizada a 2 de abril de 1985 pela melhoria do transporte urbano), que se constitui, hoje, em um grupo organizado que vem trabalhando junto ao Metrô e Secretaria dos Negócios Metropolitanos por uma pauta de reivindicações, em função das necessidades de transporte. Outros, como a luta pela transformação de Cotia de ZUPI em ZUD arrefeceram, e a indústria vem se instalando e/ou ampliando de acordo com seus objetivos específicos.

As classes sociais ou parcelas da população, diante da queda do padrão de vida, passam a desenvolver novas práticas no sentido de viabilizar a reprodução de vida no espaço urbano. Na medida em que as pessoas se unem para reivindicar, há um avanço efetivo: contribuem para o desenvolvimento da ação a partir da discussão, identificação de seus problemas e experiências de organização⁽¹⁾.

Portanto, na luta, na possibilidade de troca, de mudança e transformação da vida cotidiana há a identificação com o outro; a criação de laços de união e solidariedade, a consciência do coletivo, como base de qualquer movimento social. Nesse processo ativo, os indivíduos se identificam enquanto integrantes de classes e camadas sociais diferenciadas.

"Esta oposição de interesses decorre de condições econômicas da vida burguesa. Dia após dia, torna-se mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se

(1) - "...eles querem coisas, mas vêem que não conseguem, então eles desanimam, mas eles também não podem conseguir sozinhos, depende lá do alto, da prefeitura, parar de lutar é pior, não vai adiantar nada" (afirmação do presidente de uma SAB)

move não tem um caráter uno, simples, mas um caráter dú-
plice, que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza,
também se produz a miséria; que nas mesmas relações onde há
o desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produ-
tora de repressão; que estas relações só produzem a riqueza
burguesa, ou seja: a riqueza da classe burguesa, distribuin
do continuamente a riqueza dos membros integrantes desta class
e e produzindo um proletariado sempre crescente"⁽¹⁾.

Tompson⁽²⁾ chama atenção para o fato de que a class
se é definida pelos homens ao viver sua própria história; na
realidade as classes não existem, independentemente, das rela-
ções e lutas histórias; estas acontecem no fato dos homens e
mulheres viverem suas relações de produção e, experimentarem
situações determinantes dentro do conjunto de relações soci-
ais com uma cultura, expectativas herdadas e ao modelar es-
tas experiência sem formas culturais.

(1) - Karl Marx - Miséria da Filosofia, p. 117

(2) - E.P. Thompson - Tradición, Revuelta y consciencia de classe,
p. 34/38

3.2. Cotia: os conflitos do processo de reprodução do espaço urbano

O homem é um ser por inteiro, não podemos separar a atividade de trabalho dos demais segmentos de sua vida, mesmo porque o lugar que ocupará no processo de trabalho determinará de forma imediata seu lugar na distribuição da riqueza produzida o que corresponderá a um determinado modo de vida. O acesso ao local e tipo de moradia, ao lazer, à cultura, será, em última instância, determinado no processo de produção.

As formas de dominação estabelecem-se em todos os níveis da vida, englobando o conjunto das relações humanas. O Estado tem um papel mediador importante na luta entre capital - trabalho e, conseqüentemente, nos conflitos daí decorrentes.

O Estado alia-se ao capital e regula o processo de trabalho e a vida da sociedade, criando normas e leis que permitam o desenvolvimento, ininterrupto, da acumulação.

Os movimentos sociais urbanos têm seu ressurgimento no Brasil, no seio da rearticulação da sociedade civil, principalmente, a partir dos anos 70, totalizando-se nesta década com a eleição de 10 governadores da oposição, colocando em xeque o monopólio do executivo no gerenciamento do país, de governar sem oposição e partidos políticos autênticos.

As reivindicações, no momento atual, tendem inicialmente, a elevar o patamar mínimo de sobrevivência do trabalhador.

Enquanto as greves priorizam a distribuição da renda nos acordos salariais, em decorrência da queda do poder aquisitivo do trabalhador; os movimentos urbanos reivindicam bens de consumo coletivo, na medida em que o processo de (re)produção do urbano dá-se em detrimento das necessidades reais imediatas da população.

Os desequilíbrios e as desigualdades não podem mais ser ignoradas, não se pode mais governar forjando uma unanimidade. O acirramento das contradições urbanas, fruto do crescimento rápido, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, é um fato incontestável. O espaço urbano se reproduz, reproduzindo a segregação, fruto do privilégio conferido a uma parcela da sociedade brasileira.

No cerne das motivações dos movimentos sociais, está a disparidade entre níveis de renda e a degradação das condições de vida, fundamentalmente, no meio urbano. A aglomeração populacional permite a identificação e a união, mesmo apresentando baixo grau de politização da luta.

Os movimentos sociais ou reivindicatórios surgem como produto da união entre indivíduos, a partir da descoberta de um cotidiano com pontos comuns, onde a dimensão do social se impõe: é o exercício da liberdade versus o exercício da alienação imposta pelas características do processo de reprodução do capital, em nosso país. Entretanto, a alienação e a baixa mobilização são fatores importantes a serem considerados, fundamentalmente em Cotia, onde a reunião de pessoas em torno de uma pauta de reivindica

ções é dificultada pelo fato de trabalharem em locais distantes de sua moradia aprofundada pela estrutura do poder local, baseada numa política clientelista, fundamentada no "coronelismo".

Mesmo assim, os movimentos aparecem em Cotia, no final da década de 70 e início dos anos 80, como em outras áreas do estado, rompendo o silêncio e o isolamento, questionando as diretrizes da administração local, a utilização dos fundos públicos, sujeitos às prioridades definidas por critérios políticos, nem sempre claros e, em benefício de poucos.

Nesse período surgem em Cotia várias Sociedades Amigos de Bairros, Pastorais (saúde e operária), Movimento de Jovens (vinculados ou não à Igreja), o Centro de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns, e o PT como partido organizado e autêntico; os outros partidos PMDB e PDS, não se caracterizam enquanto tal⁽¹⁾. Dependendo da reivindicação em pauta, a aglutinação é maior ou menor, e o ritmo diferenciado.

Há duas questões fundamentais em torno das quais, a população cotiana se organiza para reivindicar de forma mais sistemática: a deficiência do transporte coletivo e a carência de infra-estrutura urbana vinculada ao modo como ocorre o parcelamento do solo. Ao contrário da primeira, esta surge, na maioria dos loteamentos cotianos, sem unidade. Por outro lado, a cidade assitiu três importantes movimentos, vinculados diretamente, ao problema do zoneamento, que uniram vários segmentos da sociedade cotiana na luta contra a inst

(1) - Como veremos mais adiante, com exceção do PT e de uma vereadora do PMDB, os políticos locais estão estritamente vinculados à política clientelista.

lação do aeroporto e do polo industrial em Água Espraiada (Caucaia do Alto) e contra os projetos de lei que mudam o enquadramento de Cotia no zoneamento industrial da Grande São Paulo.

De forma diferenciada e modo de organização diverso, encontramos ao longo do período, vários movimentos reivindicatórios na Granja Viana, ao redor de problemas que transcendem as carências mais objetivas, vinculadas à satisfação imediata de necessidades.

De modo geral, a articulação e participação das pessoas dá-se de forma descontínua "nem sempre participam de uma luta com persistência e nem sempre participam de todas as lutas, pois pensam de forma globalizante, tendendo a defender uma causa como se as outras não tivessem importância", diz o prof. Ab'Saber, morador de Cotia.

Tal comportamendo dificulta o poder de barganha das camadas que compõem a sociedade, como fruto da desarticulação dos partidos políticos, da repressão aos dirigentes e líderes de movimentos; bem como, na dificuldade de se manter a mobilização que, pela burocracia reinante e jogo de interesses por parte dos poderes constituídos, tem tornado certas lutas longas e desestimulantes (caso da luta contra zoneamento industrial de Cotia), aliada ao fato que os movimentos não tiveram "capacidade" de furar o bloqueio. Em realidade, é necessário um certo amadurecimento, por parte dos envolvidos, para entender a lógica do poder para superá-lo e, nesse sentido, é importante a mediação dos partidos políticos.

3.2.1. A questão do parcelamento do solo

Já vimos anteriormente, que o processo de produção do espaço urbano cotiano dá-se pelo parcelamento das terras, formando uma mancha urbana descontínua, ladeando a Rodovia Raposo Tavares no sentido leste-oeste.

Os fatores do crescimento urbano de Cotia vinculam-se, particularmente, ao processo de urbanização que ocorre na capital metropolitana, extravasando seus limites administrativos, apresentando nos últimos anos, tendências ao deslocamento, tendo como vetor a rodovia a partir de 3 fenômenos:

- a) o deslocamento da atividade industrial para Cotia que, como consequência, tem atraído um contingente de trabalhadores destinado a suprir as necessidades de mão-de-obra;
- b) o deslocamento de parte da população trabalhadora da capital devido ao aumento do preço da terra e dos aluguéis, em busca de terrenos mais baratos - e portanto distantes do local de trabalho, com carência de infra-estrutura - onde pode construir sua morada, geralmente auto-construção, e em muitos casos, dando origem ao "cortiço horizontal";
- c) o deslocamento da população de alta e média renda em busca de uma "nova qualidade de vida", junto ao verde.

Na realidade, são três fenômenos indissociáveis, vinculados ao modo como se opera o processo de reprodução do capital, fundamentado basicamente, na liderança das atividades de capital-intensivo, de alto grau de dinamismo, com preponderância do setor externo, e com recurso ao capital estrangeiro como fator de acumulação avançada. Logo um setor onde a absorção de mão-de-obra fica aquém das necessidades

da sociedade brasileira, oferta esta que tem sido canalizada para setores menos dinâmicos da atividade econômica, fundamentalmente, a construção civil (sub-setor de edificação), dependente dos rumos da política governamental para o programa habitacional.

Um outro dado a ser considerado é o déficit habitacional, e conseqüentemente, de infra-estrutura urbana para o atendimento do contingente populacional que apresenta uma curva ascendente. Aliado a esse fato, ainda temos a considerar que o Sistema Financeiro Habitacional tem atendido, preferencialmente, os segmentos de renda mais alta da população; do total de financiamentos apenas 34% foram destinados a 67% da população urbana com renda inferior a 5 salários mínimos⁽¹⁾.

Constata-se, portanto, um sério descompasso entre crescimento econômico - crescimento urbano - provimento de moradias e infra-estrutura básica (bens de consumo coletivo). É dentro desse quadro que afloram, em Cotia, os movimentos reivindicatórios por melhores condições de vida, que na realidade, ao colocar em xeque o modo como se dá o parcelamento do solo urbano, questionam de um lado o direito conferido pela propriedade privada da 'terra' e de outra as prioridades governamentais (da atual administração, voltada para o grande capital) através do incentivo à indústria e ao setor imobiliário, altamente lucrativo. Soma-se a esse quadro a ausência de um Plano Diretor voltado aos interesses da população, para direcionar o uso do solo urbano, e a conivência dos poderes públicos diante dos problemas gerados pela iniciativa privada.

(1) - Dados da Revista do SPAM, ano IV nº 16, p. 18

Como consequência temos um processo espacial onde a reprodução da vida, nem sempre apresenta condições mínimas de subsistência, onde a inexistência de rede de água, esgoto, asfalto ou mesmo iluminação, transporte, escolas, creches, pronto-socorros, soma-se, em muitos casos, à inexistência de título de propriedade. Diante desse quadro caótico, do ponto-de-vista da população cotidiana; somada a ineficiência da administração, os movimentos reivindicatórios vão se estruturando tímida e aleatoriamente, sem uma unidade e, portanto, sem muita força, implicando numa luta estritamente localizada em pontos nevrálgicos do espaço urbano, homogêneo, do ponto-de-vista da classe, e com baixo grau de mobilização e politização.

A maioria desses movimentos articula-se através das Sociedades Amigos de Bairros (SAB's) que vão surgindo a partir do agravamento das contradições que emergem da produção do espaço urbano, aprofundando cada vez mais o processo de pauperização da população cotidiana. São grupos de pessoas que se reúnem motivadas pela indignação contra seu modo de vida, proveniente da constatação do agravamento das desigualdades e da consciência de seus direitos. Não aparecem como lutas de resistência ao capital e às suas formas de acumulação e distribuição da riqueza e, é contra a Prefeitura que eles se dirigem.

Em Cotia as particularidades dos movimentos sociais referem-se à existência de um poder local estruturado sob as bases de uma política clientelista muito forte, dentro das regras do "coronelismo". Tal fato produz uma rela-

ção de dominação muito forte entre o executivo, a população e formas de representação desta. O legislativo encontra-se subjugado ao executivo - na figura, central do prefeito - e os movimentos reivindicatórios estão presos, em sua maioria, ao clientelismo, que faz com que moradores de loteamentos dirijam-se à Prefeitura para pedir água, luz e transporte, de forma isolada.

Do ponto de vista dos movimentos, estes ainda não conseguiram sensibilizar a maioria dos componentes do legislativo em torno de suas necessidades, de modo a ter a Câmara como aliada. Por outro lado os partidos políticos⁽¹⁾, em Cotia, não tem um papel de mediador, aparecendo no sentido de reforçar as formas de paternalismo e clientelismo, reproduzindo as relações de poder e como consequência a população mais pobre fica desprotegida.

Nesse sentido, o papel articulador e mediador dos movimentos, é realizado por entidades como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos ou pela Igreja.

Membros dos movimentos cotianos levantam a questão da inexistência de um Plano Diretor que oriente o desenvolvimento urbano em Cotia. Como eles tendem a ver a administração local como inimiga, que atua contra os interesses da população, apegam-se a existência de projetos e leis que poderiam trazer um mínimo de garantias, que não dispõem.

Para muitos, a inexistência de um plano Diretor para o Município não se justifica; já que é atribuição do munícipio (de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios de

(1) - Exceção do PT

31.12.69), prevê não só sua elaboração como também estabelecimento de normas de edificação, loteamento, arruamento e de zoneamento urbano, e imposição de limitações urbanas convenientes à ordenação de seu território (artigo 24). Na ausência de um Plano Diretor há uma lei federal nº 6766 (de 19 de dezembro de 1979) que determina o parcelamento da terra urbana, que também é ignorada.

Logo os parcelamentos vão acontecendo "desordenadamente" e de forma descontínua de acordo com os interesses dos loteadores, dificultando ou mesmo impossibilitando a criação de infra-estrutura básica ao atendimento da população, gerando uma situação benéfica aos proprietários da terra que agem de acordo com suas possibilidades de lucro, ora promovendo loteamentos para as camadas de maior poder aquisitivo, ora para as de menor poder aquisitivo. Todavia, os loteamentos voltados às camadas de renda mais baixa carecem de infra-estrutura básica, levando a população a se reunir para reivindicar o mínimo indispensável, numa árdua luta junto ao poder local, onde o grande beneficiado é o proprietário da terra.

O parcelamento do solo tem ocorrido ao arrepio da lei e com a conivência do poder local. Na realidade a chamada "especulação imobiliária" desenfreada, ocorrida em Cotia, encobre os mecanismos de produção coletiva do espaço e de sua apropriação assentada na propriedade privada da terra. Por outro lado, esse mecanismo encobre a ganância dos loteadores, que assentados em leis inoperantes e omissas, vão construindo seus loteamentos de forma indiscriminada em áreas

nem sempre propícias à sua instalação.

É evidente que quem sofre com esses problemas é a camada de menor poder aquisitivo, a maioria migrantes em busca de um terreno - que possam pagar em parcelas e, com a perspectiva da auto-construção, como meio de obter a "casa própria". Reproduz-se assim, no espaço, a mesma hierarquização social que ocorre no processo produtivo, na medida em que o espaço urbano será criado em função da produção e realização da mais valia em detrimento das condições de vida dos homens. Nas fábricas estes encontrarão ambientes pouco iluminados, barulhentos, abafados e desconfortáveis, com o ritmo marcado pela máquina. Na hora do almoço a marmita e, quem sabe, um pouco de sol à porta da fábrica. Na saída, depois de uma jornada massacrante - pelo trabalho mecanizado e sem criatividade - o transporte coletivo deficiente, lotado, sujo e atrasado. Em casa a falta de água, luz, esgoto, escolas para os filhos, creches para que as mulheres possam trabalhar mais tranquilas: é o cansaço. O salário quase nunca permite outro lazer que não seja a TV.

Este quadro, de um lado "imobiliza" o trabalhador criando dificuldades para se romper a barreira da alienação imposta pelo modo de produção, e de outro, produz a necessidade e a perspectiva de ruptura.

As leis que influenciam o uso do solo

Já vimos que o Estado interfere, diretamente, no processo de produção do espaço, seja enquanto produtor direto, seja enquanto criador de infra-estrutura, de mecanismos de

"planificação", ou ainda, através de leis e decretos.

De modo mais amplo, podemos exemplificar, em Cotia, a interferência do Estado, no que se refere ao último item, em pelo menos três situações. A primeira diz respeito à Lei de Proteção dos Mananciais (nº 898 de 18.12.1975) elaborada pela Secretaria dos Negócios Metropolitanos do Estado de São Paulo.

Através dessa lei o governo passa a ter uma legislação sobre o uso do solo com fim específico de proteger recursos hídricos vitais ao desenvolvimento da região metropolitana . Esta disciplina o uso do solo para a proteção dos mananciais e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da região metropolitana da Grande São Paulo. Dentre as áreas de proteção dos mananciais se encontra a faixa entre o Rio Cotia e a Barragem das Graças (no município de Cotia) como mostra a carta.

De acordo com o parágrafo único do artigo 3º "nas áreas de proteção, os projetos e a execução de arruamentos, loteamentos, edificações e obras, bem como, a prática de atividades agro-pecuárias, comerciais, industriais e recreativas dependerão de aprovação prévia da Secretaria de Obras e Meio Ambiente" (...) e, segundo o artigo 8º, nas áreas ou faixas de maior restrição somente serão permitidas atividades recreativas.

Em segundo lugar, podemos citar as leis de zoneamento industrial da Grande São Paulo. A lei nº 1817 de 27 de outubro de 1978, direciona o desenvolvimento industrial na região metropolitana. "A implantação, a ampliação de á-

rea construída e a alteração, tanto qualitativa como quantitativa, do processo produtivo de estabelecimentos industriais localizados ou que vierem a se localizar na região metropolitana, dependem de licença metropolitana de localização industrial" (artigo 20). Entretanto tal lei sofreu modificações em 1981 descaracterizando, em parte, seus objetivos (como veremos adiante).

Em terceiro lugar temos as leis de parcelamento do solo urbano.

O 1º Decreto-lei surge em dezembro de 1937 determinando que o loteamento pode ocorrer seja a partir das áreas rurais ou urbanas sem referência à necessidade de instalação de infra-estrutura. A maioria dos artigos refere-se, tão somente, aos casos de registro e passagem dos títulos de propriedade. O decreto 3.079 de 1938 acrescenta, sobre o plano do loteamento, necessidade de informação, por parte dos loteadores, sobre a qualidade das terras, servidões ou passivas, localização de estradas e caminhos, distância da sede do município e das estações de transporte e espaços livres para construção de benfeitorias. Em caso de propriedade urbana o plano e a planta do loteamento devem ser aprovados pela prefeitura (artigo 1º, 2º §).

Ambos se voltam para a regularização da compra e venda dos lotes e as penalidades referem-se ao não pagamento das prestações por parte do comprador, e do lado do loteador a recusa de passagem da escritura definitiva. Estas leis vigoram, (com acréscimo do decreto lei 271 de 1967) até 1979.

Cabe salientar que o Decreto Lei 271 de 1967 dá poderes ao município para direcionar os loteamentos urbanos para suas necessidades de desenvolvimento local⁽¹⁾, podendo inclusive "recusar sua aprovação ainda que seja apenas para evitar o número excessivo de lotes, com o consequente aumento de investimento subutilizado em obras de infra-estrutura e custeio de serviços"⁽²⁾.

(1) - Que é o que alguns movimentos e/ou políticas reivindicam do Executivo local. (grifo nosso)

(2) - Artigo 2º, item II

A lei federal nº 6766 de dezembro de 1979 - chamada Lei Lehmann; para alguns, teve por mérito atualizar as formas do direito privado sobre compra e venda de terrenos urbanos, dispondo sobre o parcelamento do solo. O planejamento do solo a partir daí, deve obedecer as diretrizes estabelecidas por esta lei; entretanto, como ela preserva a autonomia do município, cabe a este elaborar o Plano Diretor, estabelecendo diretrizes complementares.

Tanto o decreto lei de 1967, quanto a lei orgânica dos municípios (decreto lei de 1969), chamam atenção para o fato de que cabe ao município, de acordo com seu interesse, estabelecer normas de loteamento, arruamento, e de zoneamento urbano. Para Cotia este é um dado importante, pois na medida em que a população se sente marginalizada da administração local, apoia-se na existência de leis para coibir os abusos.

Chamamos atenção para este fato, pois a prefeitura de Cotia, mesmo diante do aprofundamento dos problemas sociais, até fins de 1985, não havia ainda se manifestado quanto à elaboração de um zoneamento urbano, nem tampouco vem fiscalizando o cumprimento da lei, que já determina muito pouco no que se refere à infra-estrutura do loteamento.

Segundo o artigo 4º (Lei 6766), os loteamentos deverão atender pelo menos aos seguintes requisitos:

I - áreas destinadas ao sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como espaços livres de uso público, proporcionais à densidade de ocupação da gle

ba;

II - os lotes deverão ter área mínima de 125 m²...;

III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatório a reserva de uma faixa 'non edificandi' de 15 m cada lado;

IV - as vias de loteamentos deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais...

O inciso I do artigo 4 diz que caberá à municipalidade, estabelecer de maneira equilibrada, o sistema de circulação e a implantação de equipamentos comunitários e urbanos. Entretanto a lei é clara, o loteador deverá deixar uma área reservada e não suprir o loteamento de infra-estrutura - isto significa que 35% da área do loteamento deve permanecer livre para sistema de circulação e implantação de equipamentos, enquanto nas anteriores nas leis de 37 e 38 nada era fixado; todavia, esta determinação não parece, na prática, suficiente, pois a divisão das glebas tem ignorado sistematicamente esta determinação. Não resta dúvida, que apesar do avanço provocado pela lei de 1979, ela não parece estar muito preocupada com o comprador, pois as obras exigidas, por legislação, para registro do loteamento (execução das vias de circulação e demarcação dos lotes, quadras e logradouros das obras de escoamento das águas pluviais),⁽¹⁾ não cobrem as necessidades de infra-estrutura básica, necessárias à moradia.

Em Cotia o loteador tem demarcado os lotes e aberto as ruas (sem calçamento tornando-se, em pouco tempo, esbu

(1) - item V, artigo 18.

racadas e intransitáveis); as obras de escoamento de águas também parecem não existir. Enquanto a lei não contempla o comprador, principalmente aquele de baixa renda, pois não prevê a existência de quaisquer equipamentos, ela assegura ao loteador, que caso a prestação não seja paga, o contrato poderá ser rescindido em 30 dias. Não encontramos nenhum artigo que pune o loteador pela propaganda enganosa.

Parece-nos que nas leis de 1967 e de 1976 há um outro problema complexo: a idéia que se tem de área urbana. O artigo 3º da lei 6766, por exemplo, estabelece como zona urbana, ou de expansão urbana, aquelas definidas por lei municipal. Ora, é fato público, hoje, que os municípios têm estipulado arbitrariamente, através de decretos, o limite das áreas urbanas. Este é um artifício utilizado pela pre-feitura para aumentar a arrecadação de impostos.

No caso de Cotia os reflexos dessa medida são altamente danosos para a população de baixa renda, pois, ao permitir o estabelecimento do loteamento em qualquer área, vai se produzindo um espaço urbano atomizado e descontínuo, tornando quase impossível, pelo alto custo, a criação de infra-estrutura urbana.

A Sabesp, por exemplo, tem uma tabela de preços para a canalização da água até o loteamento, contemplando apenas 15m de rede gratuita, todavia, como os loteamentos são distantes uns dos outros (às vezes quilômetros) encarece, ou mesmo, na maioria dos casos, inviabiliza o atendimento. A esta população resta a espera (que varia entre 7 ou 15 dias) do caminhão-pipa da Prefeitura que traz a água.

Logo a existência de leis setoriais, elaboradas sem a participação da sociedade brasileira e, em favor de interesses econômicos, a ausência de fiscalização, a conivência das prefeituras em relação aos loteadores, aprofundam as contradições espaciais. Estas contradições geram e alimentam os movimentos reivindicatórios em Cotia.

3.2.2. A população luta por seus direitos: o exercício da liberdade x o exercício da alienação

A ausência de infra-estrutura básica está na pauta das reivindicações dos movimentos organizados pelas SAB's. Há loteamentos sem água e luz como o caso da Vila Jovina, ao lado da indústria Mannesmann, ou Rio Cotia, área industrial, altamente poluída, ocupada por migrantes (principalmente mineiros), onde os loteamentos foram feitos de modo improvisado, a partir do desmembramento de propriedades, pelos próprios proprietários, que vão vendendo os lotes de acordo com sua conveniência.

Os moradores do Parque Alexandria (loteado em 1979) não possuem água, e para tentar consegui-la vivem em atrito com a Prefeitura. "A gente não sabe de quem é a responsabilidade, na Prefeitura ela diz que é um favor levar água uma vez por semana". Do ponto de vista da Prefeitura, o que é um direito passa a ser um favor. O Jardim do Engenho, um dos lugares onde a SAB é a mais combativa, a população reivindica por água e luz há muito tempo. "O trabalhador é muito mal informado, só quando o pessoal começou a reivindicar água e luz é que foram ver que no contrato que fizeram com o loteador, eles teriam que pagar pela instalação da água e da luz"; diz um morador. Entretanto, a falta de informação também é fruto da propaganda enganosa "quando eu comprei o lote a propaganda dizia que tinha água, sargeta, guia, ônibus e escolas nas proximidades, além de área comercial", diz outro entrevistado.

A propaganda enganosa pode ser exemplificada pelo condomínio Rio das Pedras. No projeto da empresa constavam áreas comerciais, cinemas, supermercado e infra-estrutura. Hoje, com 200 famílias instaladas, não tem luz, e ainda falta vender 100 unidades. Os moradores lutam pelo que acreditam ser seus direitos. Uma vez instalada a infra estrutura, depois de muita "briga", quem sai ganhando é o loteador. "Este sempre sai ganhando, afirma um vereador, mas não podemos deixar de lutar pela infra-estrutura; é um problema social". Na realidade, se a infra-estrutura fosse exigida antes da venda dos lotes, isso não aconteceria, mas a lei não contempla esta questão, e a Prefeitura se omite.

Outro exemplo de propaganda enganosa ocorreu num loteamento de classe média, na Granja Viana, o Passárgada; loteamento fiado pela FORMA E ESPAÇO, que não entregou o projeto como havia sido prometido aos compradores. A idéia inicial era criar um loteamento com um club, uma zona comercial com casas comerciais, farmácia, supermercado, etc., além de playground. O projeto não deu certo, não foi construída a zona comercial, o playground foi abandonado e as casas foram sendo terminadas com o empenho dos proprietários. Agora os moradores estão pleiteando a construção do club que faz parte do contrato do loteamento.

Os exemplos se sucedem englobando a maioria dos trezentos loteamentos existentes em Cotia⁽¹⁾. O Jardim Cláudia é um dos muitos loteamentos irregulares, os lotes não apresentam a metragem correta e lá também não há água. O Bi-garelli, é outro loteamento irregular, o dono fez o parcela-

(1) - Segundo dados da Prefeitura.

mento e foi vendendo "picadinho" sem qualquer plano ou diretriz, sem mesmo ter a escritura definitiva (pois não foi feito o espólio com a divisão dos bens da família) e hoje os moradores não têm sequer a escritura. O Jardim Belizário foi construído com ruas de 5m quando o mínimo que consta em lei é 10m, mas acabou sendo regularizado como fato consumado, de pois de muita luta.

Estes exemplos testemunham o modo como ocorre o parcelamento do solo em Cotia, assentado nos poderes e direitos conferidos pela propriedade privada, ao dono da terra, que a dispõe de acordo com suas vonveniências. Uma agravante no processo dá-se pela mediação da administração local, que é conivente com o processo aleatório e "caótico", do ponto de vista social, em que ocorre o parcelamento da terra.

As leis de zoneamento e parcelamento do solo, determinadas a nível federal e/ou metropolitano, também contribuem para explicar o comportamento dos loteadores, na medida em que estas asseguram seus direitos em detrimento das necessidades da população. Mesmo as determinações exigidas nas leis deixam de ser cumpridas em Cotia, onde não há fiscalização e muitos loteamentos se realizam de forma irregular, uns não apresentando a porcentagem correta de áreas institucio - nais que determina a lei, outros são simplesmente registra - dos como desmembramento quando, na realidade, são loteamen - tos, outros ainda são clandestinos.

Em contrapartida, os movimentos dirigem suas rei - vindicações para a satisfação de necessidades vinculadas aos bens de consumo coletivo de modo a melhorar suas condições de moradia. Os problemas se avolumam e a única esperança que

os munícipes têm é que a Prefeitura atenda parte das reivindicações no ano eleitoral. No último, por exemplo, alguns loteamentos foram iluminados (Parque São Jorge, parte do Rio Cotia, Morro Velho). Ou ainda que o decreto lei de 1985 proceda a regularização dos loteamentos; (mas até agora a única medida é um tímido comunicado do 1º Cartório de Notas e Ofício de Justiça, dirigido aos proprietários de 9 loteamentos, informando que seus registros encontram-se suspensos, temporariamente).

Se as leis não são obedecidas, se não há fiscalização, se a Prefeitura "fecha os olhos" diante do problema é porque existem interesses, é o que afirma muitos dos entrevistados.

Um dos vereadores, preocupados com a questão do parcelamento do solo em Cotia, atesta que o "problema do loteamento é terrível, você se depara com problemas econômicos, eu tenho tentado desde 1978 produzir uma lei de loteamento, mas eu não consegui porque na Câmara anterior tinha pelo menos três elementos imobiliários, e, obviamente é o ramo de negócios a que estão ligados os grandes proprietários, eu não consegui fazer passar o projeto".

Outro vereador afirma que soube de casos onde para passar a aprovação de loteamentos, o loteador oferece terrenos, e se aprofunda no caso de que um alto funcionário da Prefeitura que teria ganho, na gestão passada, um apartamento no Jardim da Glória em troca da aprovação do projeto, num momento em que a população lutava contra a instalação de prédios em Cotia, por insuficiência de infra-estrutura.

Outro entrevistado assegura que há loteamentos aprovados, mesmo faltando uma série de requisitos, e que há políticos que possuem dezenas de lotes. Sustenta que a maioria das aprovações são feitas em "cima da mesa", e que as benfeitorias ficam para serem realizadas a partir das primeiras vendas; todavia, o loteador depois da venda, ao invés de investir, fecha as malas e vai embora, deixando o problema com o município.

O poder de barganha das SAB's, que reivindicam, junto à Prefeitura, melhores condições de vida, depende de seu poder de mobilização, do modo como são conduzidas e, em grande parte, do "estilo" da atual administração. A Prefeitura tem-se recusado a atender a população através de associações ou quaisquer tipos de aglutinação. O atendimento só é feito quando as pessoas se dirigem, individualmente, à Prefeitura e, nem sempre são atendidos.

O prefeito tem estilo próprio, carismático e amigável com as pessoas, conversa, dá carona, cumprimenta, mas seu estilo clientelista tem sido uma barreira com a qual os movimentos reivindicatórios não conseguiram ainda romper. Diz um dos padres de Cotia, sobre o Prefeito: "ele não está lá (na Prefeitura) para atender o povo" ou como diz a presidente de uma das SAB's "enquanto tiver esse prefeito aqui a gente não tem nada; enquanto a família do Ivo existir dentro da Prefeitura a gente não precisa pedir nada. Aquela Prefeitura é a Prefeitura da família⁽¹⁾, só tem parente lá dentro da Prefeitura". Essa senhora se dirigiu, certa vez à Prefeitura.

(1) - Este aspecto será desenvolvido quando analisarmos a estrutura do poder local.

feitura liderando um grupo para reivindicar infra-estrutura; o grupo foi barrado, só uma pessoa pode entrar.

A situação fica ainda mais complicada se o grupo que se dirige à Prefeitura, para reivindicar qualquer serviço, estiver acompanhado por um vereador. Um vereador afirma que presenciara uma cena constrangedora, quando a vereadora Sonia Gayotto entrou na Prefeitura acompanhando um grupo de pessoas que foi reivindicar uma fossa comunitária. A vereadora foi "fortemente agredida por um dos filhos do prefeito que a botou p'ra fora aos berros chamando-a de vaca e cachorra ⁽¹⁾. Eles ficaram com medo e não voltaram mais. O discurso na prefeitura é o seguinte 'vem sozinho que eu resolvo o problema. Esse negócio de comissão não dá certo, muita gente'. Ouvindo um desses discursos uma senhora retorquiu 'que na época de campanha ele gostava de bastante gente', e recebeu uma ofensa. Algumas associações como do Jardim do Engenho, aguentam essa barra, outras recebem uma porrada e não voltam mais" diz um outro vereador.

Por outro lado, a administração quando realiza alguma obra ou diz que vai fazê-la procura deixar claro que se trata de um favor à população.

Diante desse quadro onde parte da população se sente pressionada e os movimentos tendem a esmorecer. Tal imobilismo pode ser explicado, em parte, pela estrutura do poder local: o prefeito tem um poder de repressão muito grande que se estende até algumas escolas da região, onde os diretores pedem aos professores para não tomar determinadas atitudes

(1) - A linguagem não é nada elegante, mas retrata a crueza dos fatos.

pois o prefeito poderá revidar com a retirada de funcionários⁽¹⁾.

No dia 11 de maio de 1985, presenciamos a I Reunião das SAB's de Cotia, cujo objetivo era criar um canal entre estas e a Prefeitura. Dessa reunião - que retrata de forma expressiva as relações entre a população e o poder local -, participaram representantes de 6 SAB's e membros da Prefeitura e Câmara Municipais.

A estrutura da reunião, por exemplo, é sintomática: os representantes da administração sentam-se no palco (1 metro acima da platéia) com tempo ilimitado para usar a palavra. Os presidentes das SAB's sentavam-se na platéia, com tempo limitado⁽²⁾ para se manifestar, e seu discurso deveria seguir as regras do organizador da reunião (o presidente da SAB de Barro Branco) que a inicia dizendo que "os presidentes das SAB's têm sentido de perto os problemas dos bairros. Não é para meter o pau e fazer denúncia. Estamos aqui hoje povo e governo. Vamos dialogar e debater os problemas de nossos bairros e tentar encontrar uma solução para os problemas que enfrentamos". Só que a reunião não se encaminhou para nenhuma solução.

Os representantes das SAB's colocaram as questões que afligem a população: falta d'água, iluminação, asfalto, loteamentos irregulares, poluição, etc. Tais problemas expressam o fato de que estes tendem a ver a cidade enquanto valor de uso, e, ~~consequentemente~~, reivindicam a satisfação

(1) - Diz uma professora

(2) - Quando o presidente da SAB do Km 21, por exemplo, na sua vez de falar questiona o fato de que as SAB's nunca são atendidas pela Prefeitura o coordenador da Reunião interrompe-o sob a alegação que já havia esgotado seu tempo, todavia este usara, aproximadamente 1/6 do tempo conferido às autoridades.

de necessidades objetivas básicas.

Esta reunião também demonstra a política cliente - lista que marca a política local, manifesta através da intervenção do presidente da SAB do Km 21 que questiona o traba-lho da Prefeitura; neste momento, o presidente da Câmara propõe uma conversa isolada com ele.

Alheia à reunião, a platéia (composta de 40 pessoas, principalmente crianças) aplaude muito quando falam as autoridades. A sensação que tivemos era que se estava encenando uma peça, em que todos, menos o presidente da SAB do km 21, sabia seu papel.

Não se pode dizer, todavia, que todas as SAB's em Cotia mentem uma relação de submissão à administração local ou possuam pouco poder de mobilização, há algumas realmente autênticas como a do km 21, Jardim Stela Maris, Granja Viana, Jardim do Engenho, Caucaia (até a última gestão, pois o atual presidente é um vereador atrelado ao prefeito), Cantagalo, Jardim da Glória, Jardim Panorama, etc. Os outros existem no papel; a maioria foi criada por Nivaldo Trama em 1982, para servir de base eleitoral à sua campanha para prefeito. Finda as eleições estas associações se desemancharam.

Em Cotia a área que tem maior capacidade mobilizadora é a Granja Viana. Lá, além da SAB, há grupos como o Sol, a Pastoral da Saúde, a Associação Assistencial Santo Antonio (ASSA), o Centro de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns, que tem participado e/ou detonado vários movimentos.

A Granja Viana é uma área core dentro de Cotia, sua população trablaha, faz compras, tem amigos, estuda em São Paulo. Também se destaca, por ser uma área de população de alto poder aquisitivo que, em parte, mora em loteamentos fechados dotados de infra-estrutura e segurança. Seu padrão cultural também é diverso. Logo, esta área não se identifica com Cotia e parece mesmo viver à parte. Muito também já se falou que os políticos cotianos não têm se preocupado com essa área já que seus moradores votam em São Paulo. A administração adjetiva a população que aí mora, como "burguesa" ou "esquerdista".

Outro aspecto que a diferencia dos demais é seu poder (acima da média para Cotia) de conscientização e mobilização da população, apoiada na existência de um jornal mensal muito bem feito - o Jornal D'Aqui -, que, além de prestar serviços, coloca dentre seus objetivos a união da coletividade. É através dele que a população prepara e organiza suas mobilizações, na maioria bem sucedidas, como a luta pela transferência dos títulos de eleitores; da passarela na Raposo Tavares, contra o asfaltamento das ruas da Granja Viana ou a instalação de prédios, bem como lutas mais amplas como a batalha que impediu a instalação do Aeroporto e a de um polo industrial em Caucaia. A população também participou de causas perdidas como a instalação da USIMIX, ou a luta, ora arrefecida, contra o projeto de lei do Deputado Federal Tonico Ramos, mudando o zoneamento industrial de Cotia.

Pudemos constatar, que apesar de ativos, os moradores da Granja como um todo, não têm a mesma participação em

todos os movimentos de Cotia. Um entrevistado afirma que certas reivindicações não afetam essa área: "Se falta luz, coloca-se um gerador; se falta água faz-se um poço artesiano".

Com uma participação, não negligenciável, nos movimentos reivindicatórios, podemos referir ainda o Colégio Vinícius de Moraes e a Igreja. O primeiro tem tido uma participação constante e importante em Cotia, seus alunos têm discutido os problemas de seu cotidiano e a partir daí elaborado e distribuído boletins para a população falando sobre eles e da necessidade de reivindicação. Passaram, também a usar as datas comemorativas para colocar à opinião pública através de músicas, faixas, etc. - os problemas que os estudantes discutem em sala de aula, como falta de iluminação, poluição, transportes coletivos, segurança, etc. ⁽¹⁾.

Em 1979, por exemplo, os alunos da escola fizeram uma grande manifestação para colocação de uma passarela na Raposo Tavares. Para preparar a mobilização realizaram debates com professores da USP, políticos, e com isso conseguiram a incorporação de outras pessoas em sua luta, bem como, a da Igreja da paróquia e do Jornal D'Aqui. No dia da manifestação, os alunos fecharam, com seus corpos detiados no asfalto, a Raposo Tavares, conseguindo ampla divulgação na imprensa e, conseqüentemente, a passarela.

Como conseqüência da "irreverência" da escola, a Prefeitura já chegou a encaminhar denúncia à Delegacia de Ensino, além de impedir a realização de uma manifestação contra a violência, feita por alunos do Vinícius de Moraes, no centro da cidade.

(1) - Pelo fato da Escola usar as datas comemorativas, como espaço para reivindicações e denúncias, a Prefeitura chegou a impor temas para os desfiles das escolas.

A Igreja, por sua vez, tem desempenhado um papel não negligenciável nos movimentos reivindicatórios, seja na Granja Viana ou em Caucaia, onde a população é desmobilizada e vive numa área com escassas ligações com Cotia. As transformações na participação da Igreja começaram com a indicação do cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, que dá uma nova direção à comunidade cristã, engajando a Igreja na luta dos direitos humanos e pelo bem-estar não apenas espiritual, mas social, da sociedade.

Em Cotia os padres passam, na medida do possível, a fazer um trabalho de conscientização⁽¹⁾, e se postam ao lado da população na luta por seus interesses. "É o povo que tem que ser o sujeito da sua luta e da sua história, é ele que tem que tomar essa consciência e a partir daí organizar sua comunidade e todas as coisas que ela necessita. Porque todas as vezes que a gente tentar organizar o povo, através de outra classe, nós estamos sendo paternalistas, e a classe não vai assumir o processo histórico", diz um padre. Para outro, não há conflito entre oração e ação "porque o que faz a gente fazer um trabalho é acreditar nele (...) existe uma confusão, num tipo de oração, que é só rezar como se Deus fosse resolver os problemas que são nossos. É isso que a gente procura mostrar para o povo", diz um padre.

A partir das pastorais, a Igreja tem procurado, com dificuldade, ajudar a população no processo de discussão e conscientização de seu cotidiano. "As pessoas têm medo, o padre não tem família, não tem dependentes diretos, ele tem o apoio da Igreja, era mais fácil p'ra gente falar do que pa-

(1) - Em Cotia, entrevistamos três padres de três paróquias distintas.

ra quem tinha família, que podia perder o emprego, que o pessoal podia fechar as portas p'ra ele. Em Cotia as perseguições políticas são fortes, as pessoas têm medo de participar" afirma outro padre.

Sobre a participação da população nas decisões, um dos padres esclarece que "até 4 ou 5 anos atrás o povo ficava muito quieto, era na base da camiseta, do campo de futebol; diversões propiciadas nos tempos de eleição. De uns tempos para cá, começaram a se organizar, os operários começaram a se mexer um pouco, empresa de ônibus por exemplo, houve um descontentamento geral, a Prefeitura pressionava um pouco mas a pressão do povo existia, as Câmaras em geral têm sido muito amigas do prefeito (...). A Igreja, nos últimos anos, participou, não diria liderar, mas deu lugar para os operários entrarem, deu lugar para os sindicatos entrarem, não vou dizer que ficou na liderança, mas deu apoio geral e procurando fazer o povo pensar, não só na véspera da eleição mas pensar na gestão daqueles que foram eleitos p'ra ver se eles merecem ser eleitos de novo (...). O PT ainda é um partido que assusta um pouco, tem um discurso agressivo, a Igreja é um lugar onde as pessoas se sentem mais tranquilas". Assim a Igreja, aparece em Cotia, como o lugar onde a população pode se reunir e discutir seus problemas.

Outro padre afirma "que a população tem medo de brigar por seus interesses, se sente pouco a vontade para rei-vindicar, eles não querem o reino dos céus, eles o querem aqui", sentencia. Mas nem todos parecem ter coragem. "O povo tem medo do prefeito, ele é um coronel (...) e as obras

feitas pela Prefeitura não são, necessariamente, as mais necessárias para o povo". Este padre insiste no fato de que para os padres é mais fácil falar porque não têm filhos e família.

Com a participação da Igreja, os movimentos ganham força, pois ela sendo uma instituição confiável, diante do descrédito popular, contra os políticos, tem maior poder aglutinador.

A - A polêmica em torno do Distrito Industrial em Caucaia

"A gente sempre ouve dizer que o homem cria a cidade e o campo, eu diria que o homem p'ra criar a cidade acaba destruindo o campo. É o que está acontecendo em Cotia, é exatamente isto. A idéia de progresso através da indústria, do asfalto e do concreto. E, p'ra você ter tudo isso aí, você precisa, necessariamente, destruir a natureza. E essa, é, p'ra mim, uma falsa idéia de progresso, que tem por trás todo um interesse econômico⁽¹⁾.

A idéia de criação de um distrito industrial em Água Espraiada surge em julho de 1983, dentro das diretrizes do programa político do atual prefeito, que já em sua campanha política afirmava que pretendia "criar um distrito industrial com o apoio dos empresários. Eles terão ajuda da Prefeitura para se instalarem aqui. Pedirei à Secretaria de Obras a construção de passarelas nos pontos críticos de travessia da Raposo Tavares e, além disso, com pista dupla de direção"⁽²⁾. Em maio de 1983 já prefeito de Cotia, expõe, no 4º Encontro de Prefeitos da zona Oeste de São Paulo, a ne-

(1) - palavras de um dos líderes do movimento

(2) - Compromisso, setembro 1982 ano 1 nº 1.

cessidade de expansão industrial sem a menor agressão ecológica ao município. Meses mais tarde, elabora o plano do distrito industrial, contrariando sua própria afirmação.

A criação do distrito visava aglutinar, num único lugar, as indústrias a serem instaladas em Cotia, implicando, inicialmente, na desapropriação de 1.000.000 de m², para a instalação da infra-estrutura necessária à criação do polo, visto que, a área a ser desapropriada, era agrícola e, portanto, sem infra-estrutura adequada.

A localização do polo era justificada pela existência, nas proximidades, da Raposo Tavares, da Via Bandeirantes e do futuro acesso para a BR-116, através da estrada de ferro, Mairinque - Santos, o que possibilitaria um escoamento rápido e fácil da produção industrial⁽¹⁾.

Todavia, esta área, localizada atrás do maciço de Morro Grande (uma reserva florestal) em Caucaia, é eminentemente agrícola, produtora de milho, feijão, mandioca, legumes e verduras, praticada em grande parte por posseiros, que obviamente, não têm título de propriedade: "aqui a terra passa de pai para filho" afirmam seus moradores.

Pertencente ao cinturão hortifrutigranjeiro, esta área é responsável por 40% dos produtos vendidos no CEAGESP em 1983 (principalmente frutas, ovos e verduras). Para o professor Aziz Ab'Saber, essa área é "um dos últimos segmentos do cinturão verde que circunda São Paulo e que abastece a população da capital. Por que destruir isto, num momento em

(1) - Jornal da Cidade - Cotia, 8 de julho de 1983.

que precisamos de alimentos, mais do que nunca?"⁽¹⁾

Diante da criação do distrito industrial a população cotiana inicia um amplo movimento no sentido de revogação da lei, proposta pelo executivo cotiano.

Inicialmente os moradores do local - pequenos agricultores começaram, reunindo-se aos sábados na capela de Água Espraiada, em Caucaia, para debater o assunto e elaborar planos de ação. Foi assim que, em comissões, os lavradores, com apoio da Igreja e de políticos locais, dirigiram-se aos órgãos do governo estadual, ao Cardeal de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns, ao centro de defesa dos Direitos Humanos, às Câmaras de vereadores das cidades vizinhas, aos deputados estaduais, denunciando o problema. A imprensa escrita, falada e televisada - também foi procurada pelas comissões e o movimento foi tomando forma e ganhando força, sensibilizando o deputado Estadual Tonico Ramos, que elabora um projeto de revogação da lei do executivo local que cria o distrito industrial em Água Espraiada, enviando-o à Assembléia legislativa de São Paulo.

As discussões e os debates, permitiram a ampliação do movimento com a incorporação de artistas, ecologistas, estudantes, sociedades de classe, gerando a formação de uma Comissão de Defesa. A Câmara Municipal de Ibiuna, sensibilizada com o problema, chegou a propor a união dos municípios da região para impedir "mais esse crime ecológico"⁽²⁾. As populações das áreas abastecidas pelos mananciais de rios que integram a bacia do rio Sorocaba - Votorantim, para onde se-

(1) - Folha de São Paulo, 4 de julho de 1983 e Jornal Cruzeiro do Sul de Sorocaba de 13 de julho de 1983.

(2) - Diário de Sorocaba, 9 de julho de 1983.

riam jogados os detritos industriais (Piedade, Sorocaba, Vargem Grande e Ibiuna), unem-se à população cotiana.

A Câmara de São Paulo envia uma moção ao prefeito de Cotia, pedindo para reconsiderar o caso, "uma vez que a área pretendida para a instalação do distrito é constituída de pequenos proprietários agrícolas". Atenta para o perigo de se enfatizar uma política municipal voltada somente para a industrialização, que nem sempre oferece boas vagas para o trabalho, tendo em vista somente a arrecadação de impostos, sem nenhuma preocupação com a qualidade de vida da população" (1).

O movimento contra a criação do polo industrial era composto por pessoas pertencentes a várias camadas da sociedade, formando uma unidade heterogênea, do ponto-de-vista social, que em dois meses ganhou força para derrubar o projeto do executivo cotiano. Entretanto essa heterogeneidade social, abrigada pela mesma bandeira, implicava em preocupações diversas: os posseiros estavam preocupados com a desapropriação que o projeto traria (numa área onde apenas 42,6% dos proprietários, tinham o título de propriedade, o que significava que 57,4% não teriam direito à indenização, caso se concretizasse a desapropriação), além da perda do trabalho. As populações das áreas vizinhas estavam preocupadas com a poluição dos rios que atendem a região (pois os esgotos das indústrias teriam que ser canalizados para o Ribeirão da Vargem Grande e, em seguida para Sorocamirim que desemboca na represa de Ibiuna e abastece Sorocaba, Votorantim). Os eco-

(1) - Moção da Câmara Municipal de São Paulo - nº 33/83, enviada ao Prefeito de Cotia.

logistas, é claro, preocupados com a depredação da natureza. Somente a Igreja parecia falar a mesma linguagem do trabalhador.

Em meio a uma grande manifestação na capela de Água Espraiada a vereadora do PMDB, Gilda Pompéia, fez uma proposta alternativa àquela da criação do polo industrial ao executivo cotiano, versando sobre três pontos: a) valorização do cinturão verde de São Paulo; b) incentivo aos agricultores e à produção de hortifrutigranjeiros da região - "isto sim é que vai dar emprego ao cotiano, não são as indústrias de mais de 10.000 m² que exigem mão-de-obra especializada, que vão dar empregos ao Cotiano"; c) que se comece a trabalhar rapidamente para a regularização das terras de todos os posseiros de Água Espraiada e do município de Cotia. Todavia, a proposta não foi estudada.

Porém, "com uma força jamais vista no município, em menos de 50 dias consegue-se que a Assembléia Legislativa de São Paulo votasse favorável ao projeto que modificava a zona de Água Espraiada, tornando-a unicamente agrícola"⁽¹⁾. Nessa sessão da Assembléia Legislativa (8/8/83) o prédio foi tomado pelos lavradores que decoram seu saguão com os legumes, frutos e verduras produzidos na área.

Aqui cabe uma reflexão sobre a idéia de progresso, que se tem hoje, fundamentada exclusivamente na presença da indústria. Para os prefeitos do interior, como escreve Eclea Bosi "o progresso se assenta no tripé prédios - asfalto-indústria"⁽²⁾. A discussão do fetiche da indústria como elemento

(1) - Jornal da Cidade, Cotia, 12 de agosto de 1983.

(2) - Jornal D'Aqui - Cotia, setembro de 1983.

de progresso é desmascarado no livro 1975: São Paulo Crescimento e Pobreza, que mostra que na região mais rica do país, o aumento de riqueza produziu uma profunda miséria. Coloca-se então a questão do significado do progresso no discurso político local. Para que e para quem? Emerge, necessariamente, a idéia de que a sociedade como um todo não é consultada pelo executivo, nem representada pelo legislativo. Ela só é ouvida quando grita; mas mesmo assim, nem sempre é garantia de que sua vontade será respeitada.

A Prefeitura de Cotia, no dia 4 de agosto de 1983 convoca a imprensa para anunciar que desistia do distrito industrial de Água Espraiada, mas em dezembro, o executivo envia um pacote de projetos à Câmara, e dentre eles, o que estabelece o zoneamento industrial de Cotia, definindo 5 bolsões como zonas de uso preferencialmente industrial - (ZUPI), estopim de uma nova luta.

B - A lei de zoneamento industrial

O capital tende a ultrapassar as barreiras criadas pelas próprias contradições que gera, revolucionando constantemente os modos de produzir e de realizar o valor das mercadorias. Ao longo deste caminho, a própria noção de riqueza se redefine. O Capital, de Karl Marx, inicia-se com a idéia de que "a riqueza das sociedades, nas quais domina o modo de produção capitalista, apresenta-se como um enorme acúmulo de mercadorias, e a mercadoria individual como a forma elemen -

tar dess riqueza" (1). Entretanto, no decorrer da obra a riqueza aparece como possibilidade de reprodução do ciclo do capital, como o movimento dado pela continuidade do sistema, onde a fluidez do capital que condiciona a circulação e seu processo de reprodução aparece como fundamental para a existência do processo global como unidade fluída.

Escreve o autor "se o capital mercantil se imobiliza, o processo de reprodução e de circulação se detém; o mercado se interrompe, se paraliza. As massas de mercadorias acumuladas obstruem o caminho das que as seguem. Por isso, quando em consequência de perturbações ora naturais, ora sociais, a reprodução se detém e os depósitos e reservas de mercadorias se esvaziam, adverte-se que a aparente constância da riqueza não é senão a constância de sua renovação perpétua, a forma concreta e permanente do trabalho social, que no entanto deixa de dissolver-se: tudo flui. Sem dúvida, o que deslumbra a imaginação é a riqueza material que representam as reservas de mercadorias concentradas em grandes quantidades, particularmente em pontos determinados, porém esta não é senão a magnitude ínfima se se compara com a fluência da reprodução em seu conjunto, do qual só é uma onda momentaneamente congelada. Pelo contrário a amplitude do trabalho já materializado revela, ao mesmo tempo a vastidão do processo de reprodução, o grau de eficiência de sua renovação" (2)

(1) - El Capital, tomo I, volume I, p. 43

(2) - El Capital, tomo II, volume V p. 674/675

Dentro desse contexto, a reprodução do espaço ganha uma nova dimensão: a de criar a possibilidade de realização da riqueza.

Com o desenvolvimento do processo capitalista, o Estado, vem assumindo um papel preponderante no processo de reprodução do capital, de modo não só a criar a infra-estrutura necessária, mas as condições gerais para a manutenção e continuidade do processo. A política econômica e as diretrizes determinadas por ele, tendem a privilegiar a acumulação do capital; criando incentivos fiscais, subsídios, política salarial, leis de zoenamento, etc. Nos países subdesenvolvidos o processo industrial identifica-se com o desenvolvimento econômico e social, enquanto que para a sociedade, como um todo, a indústria nem sempre significa desenvolvimento.

O fato de que, nem sempre indústria é entendida como fator de desenvolvimento, pode ser exemplificado pelo ocorrido em 1979 em Saragosa, onde um grande movimento social⁽¹⁾, surgiu contra a instalação da General Motors Corporation, apesar dos índices elevados de desemprego.

O movimento eclodiu a partir de um artigo publicado num jornal Andaluz revelando o conteúdo do contrato entre o governo espanhol e o vice-presidente da G.M., Senhor H.H. Kerhl. Em suas disposições gerais, rezava o contrato que o governo espanhol: a) se comprometia a favorecer a G.M. e suas operações; b) oferecia suspensão da taxa de impostos para as fontes de energia e redução de 95% sobre os impostos

(1) - Formado por partidos políticos, Comitês de Bairros, sindicatos, organizações ecológicas e feministas (estudo realizado pelo GIAM - Group d'information sur l'aménagement de Toulouse e publicado na revista Espace et luttas nº 5).

em geral; c) instalaria para a G.M. serviços do tipo gás natural (a preço industrial), água (440 m³/h), postos de telecomunicações, vias férreas servindo a fábrica, transporte público até o estabelecimento, programas de alojamento, escolas, hospitais, creches, construções de reservatórios de estocagem e rede de telecomunicações; d) as condições de trabalho seriam precisas: 8 horas na linha montagem associada ao trabalho na terra.

"A GM se instala na Espanha à procura de mão-de-obra barata submissa e resistente ao duro ritmo de trabalho. Ela vem também buscar energia a preço baixo e água para poluir. Deste modo ela pode obter lucros fabulosos tirados do nosso trabalho e dos nossos recursos"⁽¹⁾. Parece que o único benefício seria a introdução de tecnologia, como ocorreu com a Ford em Valença.

O movimento apresenta como contra-proposta o desenvolvimento da irrigação na área, (o que criaria o mesmo número de empregos).

Este movimento, nascido sob a bandeira "Emprego sim, mas não a qualquer preço" e a articulação entre estado-indústria, nos remete ao caso de Cotia e à política da nova administração de promover a industrialização a qualquer custo. Na medida em que a Assembléia Legislativa de São Paulo veta a criação de um polo industrial em Água Espraiada, o prefeito, quatro meses depois, resguardado pela lei de zoneamento industrial, feita em 1978 e modificada em 1981 pelo governo Paulo Maluf, elabora um projeto criando 5 bolsões indus -

(1) - Espace et luttas nº 5, p. 17.

triais em Cotia, agora ao longo da Raposo Tavares⁽¹⁾.

O projeto do prefeito, aprovado pela Câmara Municipal, está fundamentado na idéia de que a indústria traz emprego, mesmo numa fase de crise econômica e de desemprego. A idéia de trazer as indústrias para Cotia já é antiga; em 1953, o então prefeito cria a 1ª lei de isenção favorecendo a instalação das indústrias⁽²⁾. Mas, foi o atual prefeito, que em suas duas outras gestões (1964/1969 e 1973/1977)⁽³⁾, incentivou a indústria como sinônimo de progresso. Entretanto, esse incentivo ocorreu sem uma política local de uso do solo urbano, permitindo às indústrias instalarem-se de acordo com suas conveniências, com sérias implicações para a população e para o meio ambiente.

Na atual gestão, o prefeito manteve-se fiel a idéia de progresso associada a instalação industrial. "Iniciando sua administração deliberou oferecer condições excepcionais à instalação de novas indústrias dentro do município. Para atender ao incremento do setor industrial, e com vistas à sua expansão a curto prazo, o executivo determinou a total reformulação dos serviços do Departamento de Engenharia - que a partir de agora passará a prestar efetiva colaboração aos empresários, oferecendo-lhes assistência técnica, planejamento e orientação. Determina que as portas da prefeitura este-

(1) - O papel da Raposo é fundamental na criação das condições de fluidez para a reprodução da riqueza.

(2) - As outras datam de 1956(nº 49), 1964(nº 86), 1986(nº 23), 1970(nº 99)

(3) - A partir de 1964 os municípios passaram a ter participação no ICM, uma fonte importante de receitas e como este dependia exclusivamente das indústrias, os prefeitos se transformaram em agenciadores de implantação industrial, fossem elas poluentes ou não, e se tornaram inimigos ferozes de qualquer postura municipal que limitasse a implantação industrial, in Lei de zoneamento industrial, Nuriá Cavinato

tejam abertas a todos os interessados porque há o firme propósito de efetuar o desenvolvimento do parque industrial cotiano, bem como do setor industrial da cidade" (1)

Seguindo essa orientação, em dezembro de 1983, o prefeito encaminha para a aprovação da Câmara a lei 1/83 que estabelece o zoneamento industrial do município a partir das diretrizes da lei de zoneamento industrial nº 2952 de julho de 1981 - e delimitando áreas de uso predominantemente industrial, o que significa que a partir da data de sua aprovação, poderão instalar-se no município, indústrias sem restrição de porte. A ZUPI destina-se a usos que a lei municipal determinar, exceto equipamento industrial, uso residencial e uso institucional para escolas e hospitais.

Nessa área é permitida a instalação de indústrias que, segundo técnicos da Cetesb, apresentam inconveniente à população, algumas, como a fabricação de pasta de celulose a partir da madeira, causando problemas de poluição das águas; a fabricação de produtos de milho, mandioca ou farinhas diversas, gerando poluição do ar, e outras podendo causar poluição sonora.

Diante da lei do executivo, a população, a exemplo do ocorrido com o projeto do distrito industrial, inicia uma mobilização contra a lei 1/83 - elaborada pelo executivo e a provada pelo legislativo cotiano.

A mobilização dos cotianos em torno da discussão do zoneamento industrial começa na Granja Viana, com o Grupo

Sol e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Eva -

(1) - Jornal da Cidade. Cotia, 25/2/83 (grifo nosso)

risto Arns, que a partir daí desdobra-se para toda a cidade, com o apoio da Igreja, das SAB's, das duas vereadoras (PT e PMDB) da Câmara e do jornal D'Aqui, que passa a ter um papel importante na aglutinação em torno da causa. Esta extravasa o município de Cotia encontrando apoio entre ecologistas artistas e políticos, dentre eles o Deputado Tônico Ramos que elaborou o projeto de lei 669 que disciplina a industrialização em Cotia.

O movimento é heterogêneo e abrangente, apresentando ampla participação popular, que cria o Comitê de Defesa de Cotia (composto por mais de 50 entidades) e transforma as siglas ZUPI/ZUD em linguagem corrente nas conversas dos cotianos.

Em polos opostos, a favor ou contra o projeto do Deputado Tônico Ramos, temos a Prefeitura, a maioria dos vereadores, e o movimento organizado. Qual o discurso de cada um deles?

Os técnicos da Prefeitura posicionam-se a favor da lei do executivo que cria os 5 bolsões de zonas de uso predominantemente industrial (ZUPI), assentados no fato de que tal lei, permitiria a geração de empregos a partir da instalação de novas indústrias e/ou da ampliação dos atuais, alegando que esta instalação não se daria em prejuízo da natureza. Apelavam para o artigo XXIII da declaração dos direitos do homem que diz que "todo homem tem direito ao trabalho e à proteção contra o desemprego".

Sob o título "em busca de uma solução"⁽¹⁾ o vereador Walter Jarbas Pedroso, reforça a tese do executivo, afirmando que as indústrias poluentes (que segundo sua contabilização chega a 3) não causam nenhuma preocupação à população do município, integrando-se ao desenvolvimento industrial e ao progresso do município⁽²⁾. Sustenta que as indústrias trazem benefício ao município criando empregos e dando assistência médica, transporte aos funcionários, refeitório etc. Acrescenta "nós temos um compromisso com as empresas não poluentes que aqui trouxemos", e a partir daí desenvolve o raciocínio segundo o qual as "indústrias precisam progredir, ampliar suas instalações. E por isso, 'o mínimo que podemos fazer é reservar-lhes essa faculdade'. Não podemos de forma alguma impedir o seu desenvolvimento, estaríamos desrespeitando a moral, agora que a trouxemos (...), que se instalaram, simplesmente dizemos basta, vão embora ou fiquem estacionadas"⁽³⁾.

Este é o discurso dos tecnocratas que subvertem a ordem das coisas e colocam a necessidade da reprodução do capital acima das necessidades da reprodução da vida. Tal "inocência" só é comparada à explicação dada por um técnico da

(1) - Jornal da Cidade - Cotia 24/8/84

(2) - Nossa pesquisa de campo chegou a uma conclusão muito diferente: a região do Rio Cotia apresenta alto grau de poluição com contaminações de 80% das águas e alta poluição do ar; a área próxima ao frigorífico de Cotia também se recente deste tipo de poluição; há uma indústria química que tinge roupas, casas e pessoas; a própria Câmara já denunciou casos de poluição em Cotia que não se referiam a nenhum dos três estabelecimentos citados pelo vereador em seu artigo.

(3) - A pesquisa de campo também comprovou que esta afirmação não pode ser generalizada para todas as indústrias pois são poucas as que oferecem estes benefícios. Em Cotia, salvo algumas indústrias, os salários são mais baixos que os pagos em São Paulo, e muitos utilizam de mão-de-obra de fora do município.

(3) - Grifo nosso

COTIA:
perímetro dos
bolsões industriais

zonas industriais

reserva florestal

escala aprox.

1:180.000

fonte - pref. municipal de cotia

Prefeitura que afirma que a área dos bolsões significará apenas 2,09% da área do município, e que este tem uma reserva florestal de 4.000 alqueires (como mostra a carta nº 11). Logo não vê por que as indústrias não possam ocupar os bolsões. Algumas indústrias estabelecidas em Cotia manifestam, públicamente, seu apoio ao projeto da Prefeitura. Cria-se um grupo de trabalho para elaborar o zoneamento industrial de Cotia, onde participam técnicos, vereadores e empresários. A população mais uma vez encontra-se aliada da discussão.

No polo oposto, uma grande parcela da população é a favor da reinclusão de Cotia, como zona industrial diversificada (ZUD) através do projeto do Deputado Tônico Ramos. A mobilização fez-se com vigílias, aos sábados, visando estudo e esclarecimento do projeto 699 e discussões sobre os rumos do município; espetáculos teatrais (focalizando o problema da poluição) seguidos de debates; elaboração e distribuição de boletins explicativos, concentrações e até show-comício⁽¹⁾.

O movimento é composto por vários segmentos sociais da população cotiana, bem como de entidades de defesa do meio ambiente de outros municípios. O presidente do Centro de Defesa D. Paulo Evaristo Arns, professor Alfredo Bosi⁽²⁾ esclarece sobre os motivos da luta alegando que não se pode instalar um polo fabril poluente junto a bairros residenciais, que é exatamente o caso de Cotia (conforme pode ser observado na Carta nº 12). Afirma que o município é residencial, horti

(1) - Este último reuniu mais de 12.000 pessoas no CEMUCAM-Centro Municipal de Campismo, promovido por várias entidades ecológicas.

(2) - Jornal D'Aqui nº 45 de março de 1984.

COTIA: os bolsões industriais

FONTE : JORNAL D'AQUI maio/1984

escala aprox.
1:40.000

frutigranjeiro, comercial, ecológico e cultural e que uma vez instalado um polo industrial a qualidade de vida da região degradar-se-ia para sempre. Quanto a alegação de que o novo zoneamento acabaria com o desemprego, o professor declara que na ZUD é permitida a existência de 136 tipos de produção industrial que não apresentam inconvenientes à saúde, ao bem estar e à segurança da população. Neste sentido não é preciso poluir para criar emprego.

O movimento defende o projeto do Deputado Tonico Ramos pois acredita que a ZUD gerará emprego sem prejuízo à população e à natureza. Respondendo às afirmações, segundo as quais as indústrias cotianas não poderiam ampliar suas atividades, a comissão de mobilização afirma que as indústrias já existentes no município têm direito e podem ampliar até 30%. Quanto ao fato de que estas indústrias são geradoras de emprego, o Prof. Bosi afirma que todos podem observar a quantidade de ônibus de empresas particulares que trazem trabalhadores de fora do município para trabalharem nas indústrias grandes como C.A.V., Wellcome, Manesmann, Lewi's, Sarco, etc.; o mesmo não ocorre com as pequenas e médias empresas que aceitam a mão-de-obra local por não haver tanta necessidade de mão-de-obra especializada" (1).

Os líderes do movimento utilizam os mesmos argumentos do executivo, sobre a necessidade de "um desenvolvimento racional em Cotia, na medida em que a sua população e problemas crescem", mas propõem uma outra alternativa para se chegar a essa meta: "é precisamente em nome do desenvolvimento racional que defendemos a classificação de ZUD para o município

(1) - Jornal D'Aqui - agosto de 1984.

pio que nada mais é do que a maneira oficial de impedir que aqui se instalem indústrias de todo e qualquer tipo", afirma Bosi⁽¹⁾.

Deve-se considerar o fato de que a criação dos bolsões industriais assenta-se numa falsa premissa: a homogeneidade da área. A carta de delimitação dos bolsões, indica que a área enquadrada como ZUPI, além de formar um corredor industrial ao longo da Raposo, engloba áreas residenciais, chácaras (inclusive uma fazenda produtora de flores), escolas, etc.

No cerne da questão está a pressão de poderosas indústrias multi-nacionais que tem pago pareceres contra o projeto do Deputado Tonico Ramos; e a valorização das terras. Tal fato é denunciado na Assembléia Legislativa de São Paulo na sessão de debates sobre o projeto 669 elaborado pelo Deputado Tonico Ramos.

Em sessão de 23 de outubro de 1984, vários deputados manifestam-se, ao lado de grande parte da população, a favor do Projeto 669.

Para o deputado Fernando Silveira (PTB) este projeto teria o mérito de somar duas necessidades básicas do trabalhador: emprego e defesa do meio ambiente, na medida em que serão permitidas instalação de 136 tipos de indústria de baixo poder poluidor ou inofensivas (as chamadas indústrias limpas), e oportunidade de emprego. Além disso o projeto atenderia aos reclamos de 41 entidades que representam a opinião dos moradores de Cotia e denuncia a pressão dos industriais de Cotia em favor da ZUPI. Acrescenta que o ZUPI permite a instalação de 31 tipos de indústrias poluidoras, en-

(1) - Idem

quanto que a ZUD abre caminho para a instalação de 136 tipos de empregos que é o que propõe o projeto.

O Deputado Fernando de Moraes (PMDB), da tribuna, dá parecer favorável ao projeto, afirmando inicialmente que, por trás do parecer contrário ao projeto feito pelo jurista Hely Lopes. Meirelles, encomendado por algumas indústrias, "está o interesse de grandes multinacionais preocupadas exclusivamente com seu lucro ainda que isso custe a saúde da população de uma cidade". Não se trata, segundo o Deputado, de um exercício de retórica. "já estamos habituados aos artifícios utilizados pelo capital monopolista internacional"⁽¹⁾ Em seguida passa a nominar as indústrias que se beneficiariam com a manutenção de Cotia em ZUPI, todas multinacionais: Sarco, Plastwal, Levi's, Kendall, Wellcome, ALBA ADRIA, Mannesmann, Lucas CAV, Firmenich, Lorilleux, Indusquima, Tiessem Hueller, Syntechron. Desmistifica o fato de que o projeto 669 é contra a industrialização de Cotia, como alegam aqueles que lutam contra ele.

Para o Deputado Paulo Diniz do PT, a existência de interesses imobiliários na rejeição do projeto 669 é clara.

O Deputado José Yunes, PMDB, coloca uma outra dimensão do problema: a mudança da lei de zoneamento industrial de 1979⁽²⁾, englobando a região metropolitana como um todo.

(1) - Diário Oficial de 23.10.84, p. 43

(2) - Elaborada segundo Ubirajara Fontes - técnico da Emplasa - com base em estudos sobre infra-estrutura existente, transportes, habitação e saneamento além de levar em conta a ecologia. Afirma que as mudanças na lei feitas em 1981 não levaram em consideração, nenhuma das diretrizes metropolitanas os critérios utilizados para a elaboração da lei, "fazendo entender que outros interesses foram valorizados na época" - Diário Oficial de 31.10.84, p. 44

Apesar de serem ouvidos, em Plenário, técnicos da Cetesb e Emplasa sobre a pertinência do Projeto do Deputado Tonico Ramos, os deputados decidem não votá-lo, encaminhando-o à Comissão de Economia e Planejamento, para apreciação.

Todavia, o parecer dessa Comissão foi favorável ao projeto 669. A nosso ver, este parecer tocar diretamente no cerne da questão; a existência de interesses de grupos econômicos.

O zoneamento industrial é regulamentado, na região metropolitana, pela lei estadual 1.817 de 1978 elaborada pela Emplasa, que visa disciplinar o desenvolvimento econômico, determinando áreas de instalação industrial. Em 1981 foi introduzida uma apolêmica modificação na lei, ampliando em 79% as ZUPI's. Como afirma uma técnica da Emplasa⁽¹⁾, a determinação de ZUPI implicou na supervalorização dos terrenos situados nestas áreas, acabando por pouco beneficiar os empresários e a cidade. Esses terrenos por serem restritos ao uso industrial, e se encontrarem em zonas de áreas restritas, sofreram um aumento do preço, beneficiando os proprietários das glebas. Tais vantagens, sem ônus, induziram a uma corrida à aprovação de novas áreas como ZUPI's.

No que se refere, especificamente à Cotia, além da valorização das terras, há um outro elemento a ser considerado. Muitas das indústrias aí instaladas têm projeto de ampliação, que seriam impossíveis de serem realizados se o município fosse considerado dentro da ZUDs. Daí a pressão das

(1) - Geógrafa Nuria Cavinato, em palestra pronunciada na Semana do Meio Ambiente, promovida pela Engenharia Mauá.

grandes empresas na constituição das ZUPIs. Como denuncia o Deputado Fernando Moraes.

Nesse sentido o discurso da Prefeitura e dos vereadores de Cotia encobrem, de um lado a pressão, dos empresários - que compõem, como já vimos, o Grupo de Trabalho de zoneamento industrial de Cotia -, e de outro, a pressão dos especuladores. A justificativa de gerar empregos e desenvolvimento na área não se sustenta, em face da própria história de Cotia. Na tentativa de fundamentar o projeto de zoneamento de Cotia a prefeitura admite a existência de quatro favelas "amostra viva da trágica poluição chamada fome e desemprego. O prefeito Ivo Mário Isaac Pires conhece o problema e conhece a solução que se faz urgente: abrir novas frentes de trabalho através da implantação das ZUPI's" (1).

Ocorre, como já vimos, que as indústrias têm se instalado em número não desprezível, no município, nos últimos 15 anos, e no entanto, a geração de empregos, parece ter sido inferior às necessidades. Primeiro, porque as grandes indústrias são automatizadas e, em termos comparativos, absorvem pouca mão-de-obra; em segundo lugar, boa parte da mão-de-obra, ocupada nas grandes indústrias cotianas, vem de outros municípios. Finalmente, devemos considerar que a formação das favelas, a abertura indiscriminada de loteamentos em Cotia; logo, o seu crescimento populacional, ocorre, concomitantemente, a sua industrialização.

(1) - INFORMATIVO - Boletim Informativo da Prefeitura de Cotia - ano 1 nº 4 - julho de 1984.

Desta forma trazer indústrias não resolveria o problema do desemprego em Cotia, fundamentalmente, num momento de crise econômica, como a que o Brasil passou no período 1981/1983.

C - A luta pelo transporte coletivo

"O transporte é um dever do Estado e um direito do cidadão". Esta frase pode ser lida nos ônibus que trafegam na Grande São Paulo, mas está longe de retratar uma situação real.

Há 20 anos o povo cotiano parece lutar por esse direito; uma luta que tem se acirrado nos últimos anos. Este é um dos problemas mais agudos do município e por isso mesmo, tem reunido uma parcela razoável da população em torno dessa reivindicação.

A deficiência do transporte coletivo não é um problema específico do município de Cotia; generaliza-se a partir do aprofundamento da contradição do processo de reprodução do espaço urbano que tende a aumentar a distância-tempo entre local de moradia e de trabalho. Na base da questão, está o acesso diferenciado do trabalhador à terra urbana, decorrente das formas de apropriação desta, expressa na relação salário-preço da terra.

Em Cotia a separação local-de-moradia/local de trabalho se agudiza na medida em que, nos últimos anos, uma parcela da população paulista de baixo poder aquisitivo, expul-

sa pela valorização da terra na capital metropolitana, tende a deslocar-se para a periferia da cidade instalando-se em loteamentos cada vez mais distantes e mais carentes em infraestrutura.

Confinada nessas áreas, distantes de um ponto de ônibus e sem um transporte coletivo digno, a população tende a articular-se para exigir melhorias no transporte coletivo.

Esta questão consta há muito tempo da pauta de reivindicações da sociedade cotidiana. O transporte urbano, monopólio da Empresa Danúbio Azul, apresenta deficiências como falta de revisão mecânica nos ônibus, falta de troco para os cobradores, falta de ônibus na linha, ou mesmo inexistência de muitas que deveriam atender bairros mais afastados; a existência, nos ônibus, da catraca prolongada, e do "chiqueirinho", associada a sujeira, são os tópicos fundamentais, da pauta de reivindicação da população.

Por sua vez, os trabalhadores da Danúbio se queixam dos baixos salários, atraso nos pagamentos, e a inexistência do adicional noturno.

No Jornal da cidade aparecem, frequentemente, denúncias contra a Danúbio. Pesquisas feitas pelos alunos do colégio Vinícius de Moraes comprovam o não cumprimento, pela empresa, das normas impostas pela Secretaria dos Negócios Metropolitanos, e, alguns vereadores insistem, através de requerimentos, junto à Prefeitura, no atendimento das reivindicações populares; mas o assunto parece ser tabú no município.

A impunidade da Empresa é incontestável. Vereadores, movimentos reivindicatórios e jornais da cidade exigem que a Prefeitura mostre o contrato, estabelecido entre ela e a empresa, insistem na prestação de contas e pedem fiscalização; mas Prefeitura e Empresa parecem ignorá-los.

Nesse sentido coloca-se uma outra dimensão do problema: a convivência do poder público com o setor privado, em detrimento da necessidade da população. A Danúbio Azul possui, há 20 anos, o monopólio do transporte coletivo em Cotia; e nesse período vem sendo constantemente alvo de críticas dos munícipes. A imprensa local tem noticiado, frequentemente, os abusos da empresa, as denúncias da população e o descaso das autoridades.

A gravidade da situação tem levado à mobilização de camadas heterogêneas da sociedade cotiana numa luta prolongada e sem tréguas. Todavia essa heterogeneidade não alcança camadas importantes da população - como a Granja Viana, apesar da assiduidade do Centro de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns nessa luta - que tem poder de barganha e capacidade de mobilização que extravasa o município; nem tampouco a mobilização tem recebido - como no caso de Água Espraiada ou a luta contra ZUPI - apoio de segmentos que não moram no município. Apesar das manifestações da população cotiana aparecerem na TV ou ocorrerem na Faria Lima em São Paulo, o movimento não conseguiu um apoio efetivo:

O não atendimento aos pedidos insistentes - tanto por parte da imprensa, quanto das duas vereadoras - à Prefeitura para que seja entregue à Câmara o contrato (assinado pe

la Prefeitura como empresa) para análise dos termos em que foi feito e a insensibilidade do executivo, é sinal evidente da conivência, "visto como um trabalho de proteção à rentabilidade das empresas" (1).

Diante do fato de que: a) a luta pelo transporte é tão intensa em Cotia, que chega a reunir cerca de 2.000 pessoas numa "caminhada" por 12 km, com o objetivo de sensibilizar as autoridades em torno da questão; b) a frequência dos requerimentos apresentados nas sessões da Câmara por alguns vereadores; c) a denúncia nos jornais cotianos sobre os desmandos da Danúbio Azul; d) uma pesquisa dos alunos do Colégio Vinícius de Moraes que comprova as irregularidades cometidas pela empresa. O que explica as sucessivas renovações de contrato entre empresa-Prefeitura?

Pelo que podemos constatar não resta dúvida, que o executivo não mostrou, até agora, nenhum empenho na tentativa de busca de soluções para o complexo problema. Por outro lado, é evidente que a empresa busca o lucro, e os meios para sua obtenção parecem não fazer parte do universo de suas preocupações.

Constatamos que a Prefeitura em Cotia, há tempos, parece legislar em causa própria e tem se beneficiado por atividades da empresa. Assim a Danúbio Azul, além do respaldo econômico conta com apoio político. "Ela sempre apoiou e sempre cedeu ônibus aos principais mandatários emprestando-os seja para campanhas políticas em épocas de eleições, ou mesmo para eventos promovidos pela prefeitura. A empresa, por exemplo, cedeu ônibus para levar à Assembléia Legislativa de São

(1) - Correio de Cotia - 13.4.85 .

Paulo, os munícipes que eram contrários ao projeto 699 de Tonico Ramos contra a ZUPI"⁽¹⁾. Com isso mantém e/ou aprofunda os laços com a administração local assentada, numa política de favoritismo⁽²⁾.

Assim, com uma polícia de cessão de ônibus numa cidade em que o prefeito, ainda "manda buscar", em casa, eleitores para festas e comícios, a Danúbio Azul vai encontrando um respaldo político importante.

O vereador Waldemar Albano jr., atual presidente da Câmara parece não compartilhar das preocupações da população e foge a evidência dos fatos. Em entrevista à Gazeta de Cotia⁽³⁾ afirma "não se trata de atacar ou criticar a empresa concessionária ou o poder público, nem por falta de critério, nem por omissão. Quando a Danúbio Azul chegou à Cotia, foi um alívio, porque melhorou muito o transporte coletivo. Mas a população cresceu e a empresa não conseguiu acompanhar a contento esse crescimento demográfico".

*
* *
*

Podemos concluir, a partir da consideração dos movimentos decorrentes do parcelamento do solo urbano, da au-

(1) - Entrevista de campo

(2) - Nas últimas eleições a Danúbio Azul cedeu ônibus ao atual prefeito, (inclusive com prejuízo da própria linha) e ao candidato do então prefeito; "eu acho que essa vinculação antes da eleição trás uma vinculação, um compromisso, após as eleições", diz um entrevistado.

(3) - de 13.4.85

sência de infra-estrutura, da intervenção do poder público na cidade que, em Cotia, a maioria das lutas ocorre a partir da necessidade de suprir carências objetivas. Tais movimentos tendem a articular-se em função de uma "unidade espacial", definida pelos limites do loteamento, formando, do ponto de vista da reivindicação, unidades estanques e fragmentárias que nem sempre conseguem ultrapassar seus limites.

A inexistente ou tímida articulação entre esses grupos fragmentários, que tendem a reivindicar as mesmas coisas, dá-se, em Cotia, pelo grau de amadurecimento da luta, pelo modo como ocorre o parcelamento do espaço urbano cotiano, pulverizando os loteamentos e segregando a população, e pela estrutura clientelista da administração local que tende a homogeneizar, desarticular a organização e descaracterizar a representação política.

Esse comportamento, no que diz respeito a organização fragmentária da população, em torno de pautas de reivindicação, não é específico de Cotia. "Essa crescente tendência para a auto-reclusão em guetos corporativos e para a prática das rebeldias desgarradas que não se orientam por fins distantes e comuns, não toleram direção unificada, nem valorizam a consolidação das conquistas realizadas - esse processo que Gramsci chamava de 'desagregação democrática', constitui sem dúvida, um traço distintivo da cena contemporânea"⁽¹⁾.

Todavia, cabe considerar que esses movimentos constituem um passo significativo na descoberta da identificação

(1) - Carlos E. Martins comentário ao texto "Regime Político e Mudança Social" de F.H. Cardoso, p. 29.

do indivíduo com o outro (seu vizinho), pela mediação das ne
cessidades, que elevam a consciência do indivíduo - que emer
ge do entendimento de seu cotidiano, da reprodução de suas
condições de vida - ao plano do coletivo, na busca de elemen
tos objetivos comuns, como único meio de obtenção de mudan -
ças.

O desenvolvimento da análise, dentro dos pressupos
tos teórico-metodológicos, apontados no início do trabalho
nos leva a concluir pela necessidade destes movimentos ultra
passarem o entendimento da cidade enquanto valor de uso, do
ponto de vista da necessidade em suprir a população de bens
de consumo coletivo. Acreditamos que a discussão da trans -
formação do urbano deve passar pela consideração de que a re
produção da vida não se resume a satisfação das necessidades
materiais. A busca do humano nos aponta para o caminho toma
do por Lefebvre⁽¹⁾ em pensar a cidade enquanto obra humana.
A nosso ver, tal fato seria possível a partir da superação
da lógica contraditória entre valor de uso e de troca.

(1) - Henri Lefebvre - Le droit à la Ville.

3.3. Cotia: a estrutura do poder local

O Estado tem um papel preponderante - como já dissemos - no processo de produção espacial, sua influência dá-se em todos os níveis da administração desde a federal e a municipal, seja através de sua política econômica, social, tributária, orçamentária, salarial, etc., até a interferência direta no processo produtivo. Na medida em que este tem assumido cada vez mais o papel de provedor das condições gerais de produção, é contra ele que os movimentos urbanos, de modo geral, tem dirigido suas lutas.

Em Cotia, os movimentos ocorrem nos últimos anos como reflexo do que ocorre no Brasil. As determinações gerais que explicam a existência dos movimentos urbanos dão-se no bojo do aprofundamento das contradições urbanas. Contudo o modo como esses movimentos se articulam - e se desenvolvem varia de acordo com determinações específicas do lugar.

No caso de Cotia, a estrutura do poder local tem sido um fator importante de diferenciação seja no que se refere ao grau e feição da mobilização, ao embate entre movimentos reivindicatórios e o poder municipal; seja no tipo de resistência e de politização da luta. A estrutura de poder, fundado numa política clientelista, tem contribuído para a atomização dos movimentos reivindicatórios na dificuldade de articulação.

Cotia, é um dos municípios que compõe a região metropolitana paulista, situado na contiguidade da mancha urbana da capital, sua população mantém um estreito vínculo com a capital metropolitana, seja enquanto local de trabalho, es

do, compras, atendimento médico, ou mesmo lazer. Ainda assim, o poder se estrutura dentro das bases do "coronelismo", sistema surgido no Brasil na primeira metade do século XIX, alicerçado no poder do coronel, pessoa de prestígio social, cujo poder econômico, assentado na terra, tem papel chave na estruturação do poder local, que gira em torno dos seus interesses.

Barbosa Lima Sobrinho, prefaciando, em 1975, o relançamento da obra de Vitor Nunes Leal (escrita em 1949) ⁽¹⁾, atenta para o fato de que a expansão do processo de urbanização liberta massas rurais trazendo-as para a cidade tendendo a enfraquecer o prestígio e a influência do coronel. Mas isto não significa necessariamente o desaparecimento do "coronelismo" que continua apoiado nos fatores que o produziram. "Que importa que o coronel tenha passado a ser doutor? Ou a fazenda se transformado em fábrica? Ou que seus auxiliares tenham passado a acessores ou técnicos? O fenômeno do coronelismo persiste até mesmo como reflexo de uma situação de distribuição de renda, em que a condição econômica dos proletários mal chega a distinguir da miséria. O desamparo em que vive o cidadão, privado de todos os direitos e de todas as garantias concorre para a continuação do coronelismo, arvorado em protetor ou defensor de um homem sem direito" ⁽²⁾ ⁽³⁾.

O coronelismo continua sobre novas bases, com formas mais sofisticadas, mas fundamentado no poder e na autoridade, que os valores da sociedade capitalista confere ao "coronel". Mas, vejamos o que escreve Leal; "o coronelismo é

(1) - Coronelismo enxada e voto.

(2) - idem p. XVI (prefácio)

(3) - grifo nosso

antes de tudo uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa (...), o aspecto que salta aos olhos é o da liderança com que a figura do coronel, ocupando o lugar de maior destaque, comanda descrecionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral, empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras" (1).

Dessa citação gostaríamos de salientar quatro pontos: a) a questão do poder privado; b) a liderança que exerce o coronel; c) a manipulação dos votos; d) o prestígio político associado ao poder econômico.

- a) a questão do poder privado exerce-se a partir de uma esfera reduzida de decisão, que não passa pela esfera de representação, visando interesses de um grupo local sem preocupação com a comunidade, e restrita a um pequeno território. Em Cotia o prefeito, eleito pelo voto direto, marca sua administração por uma forma de executivo forte e os vereadores da Câmara Municipal, eleitos representantes do povo, em sua maioria, não tem exercido esta representação;
- b) no que se refere à liderança, o atual prefeito é realmente o chefe do poder, em torno do qual gira sua administração;

(1) - Op.cit.p. 20/21

- c) quanto ao voto de cabresto, este assume hoje em Cotia, formas mais dissimuladas. Nas últimas eleições, o atual prefeito (pertencente à extinta Arena) estava sem legenda, pois o então prefeito (seu primo), por divergências e disputa política, impediu sua entrada no PDS, para disputar as eleições à Prefeitura. Todavia, o candidato possuía em mãos um número razoável 2.000/3.000 de fichas de filiação partidária, preenchidos parcialmente, isto é o quadro correspondente ao partido estava em branco. Com estas fichas o candidato pediu sua entrada para o PMDB local. Depois de algumas manobras políticas e com o poder que lhe conferiam estas fichas, consegue entrar no PMDB com os "autênticos" abandonando o partido. O atual presidente do PMDB local é um dos filhos do então candidato.

Quanto à vinculação partidária, prefeito e vereadores afirmam que isto só conta em época de eleição;

- d) sobre o poder econômico vinculado ao prestígio político, a ascendência sobre a massa humana e a manutenção de poder (vinculado à propriedade da terra) é analisado por Leal como decorrente do estado de pobreza - ignorância e abandono do homem do campo, completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, sem contato com jornais e revistas - que tem o patrão⁽¹⁾ na conta de benfeitor. "É dele na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece"⁽²⁾.

A analogia, hoje, com a cidade de Cotia não pare-

(1) - grifo nosso.

(2) - Nunes Leal - op. Cit - p. 25

A analogia, hoje, com a cidade de Cotia não parece forçada. Já analisamos anteriormente, o cotidiano do cotiano num espaço urbano produzido com carência de água, luz, esgoto, onde o transporte é precário, as escolas não atendem satisfatoriamente a população, as ruas não são asfaltadas e, na sua maioria, sem iluminação; assistência médica hospitalar precária e os salários abaixo dos pagos na metrópole (com predominância de renda até 3 salários mínimos). A situação da maioria da população é de precariedade, a despeito, ou mesmo em consequência do processo de industrialização. A população rural, apesar de minguada, apresentando tendência à diminuição, não vive em melhor situação e, cabe observar, que esta área foi decisiva na escolha do atual prefeito.

Nas últimas eleições municipais os dois candidatos do PMDB - Ivo Mário Isaac Pires e Nivaldo Trama - disputaram palmo a palmo os votos até que se abriram as urnas de Caucaia Distrito de Cotia, área eminentemente agrícola, e formada por pequenos proprietários, (em grande parte de origem janonesa e descendentes) e por lavradores; uma população que vive dispersa pelo campo, morando em casas com fogão a lenha, chão de terra batida ou tijolo, paredes sem forração, onde apesar da energia elétrica, ainda se vê lampiões a gás, cortinas como portas, e onde a TV tem pouca penetração⁽¹⁾.

Essa área deu a vitória ao atual prefeito, homem

(1) - A população vive da terra, uma gente humilde que fala baixo, aperta as mãos com timidez, e apesar da boa vontade, se sentem "pouco à vontade quando têm que falar com "gente da cidade". Quando se pergunta sobre os problemas da área, a resposta quase invariável é que tudo está bem.

homem de Caucaia, cuja família é dona de grandes extensões de terra. No dia da apuração o então candidato teria dito em tom de brincadeira: Se eu não ganhar em Caucaia, eu quei mo tudo"⁽¹⁾. Sua influência nessa área é muito forte.

Não se pode afirmar, contudo, que a atual estrutura de poder, fundamentada no coronelismo, seja um episódio recente em Cotia; ela parece fazer parte da história da cidade. Pelo que pudemos perceber, dois prefeitos tem-se sucedido ultimamente: o atual (três vezes eleito) e seu primo (duas vezes), antes deles foi prefeito, por duas vezes, Emilio Guerra, dono de uma grande empresa de ônibus, que também administava Cotia com braço forte.

Esta estrutura de poder, baseada no coronelismo e na política clientelista, parece-nos um fator que dificulta o desenvolvimento dos movimentos urbanos em Cotia, visto que a pressão de perda de emprego e o ostracismo, ronda populares e políticos.

3.3.1 Os meandros da administração local

O "coronelismo", sob novas formas, está na base da estrutura do poder local, assentada na concentração do poder político, econômico e social do grupo parental, na centralização maciça do poder a partir de laços de dominação - subordinação em torno da figura, ou melhor da família, do prefeito.

É a própria Prefeitura através do "INFORMATRIVO" - Boletim informativo da Prefeitura do município - que esclarece (em setembro de 1983) como era composta a administração. O titular da coordenadoria da Administração era Renato Isaac Pires (filho do prefeito), a coordenadoria de Obras e Serviços tinha como responsável Carlos Isaac Pires (filho do prefeito); já Mauro Isaac Pires (outro filho) concentrava os cargos de Presidente do PMDB local, da Comissão Especial de Regularização de Loteamentos, além de presidente da Comissão Municipal de Esportes. Sua filha Maria Irene Isaac Pires é responsável pela coordenadoria de Educação, Cultura e Esportes, Ivani Isaac Pires (outra filha) faz parte da coordenadoria de Saúde da Prefeitura. Sua esposa Terezinha Conceição Nunes dirige o Fundo Social de Solidariedade e Maria Tereza Mendes Isaac Pires dirige a Coordenadoria de Promoção Social⁽¹⁾.

A sub-prefeitura de Caucaia está nas mãos de outro filho, Cláudio Aparecido Pires. Apenas o chefe de gabinete

(1) - Fato denunciado na Assembléia Legislativa de São Paulo em sessão de 23/10/84.

do Prefeito, a Pró-Cotia e a Coordenadoria das Finanças não têm nenhum Pires no Posto principal⁽¹⁾.

A vereadora Sonia Gayotto (PT-Cotia) denuncia que o artigo 45 da Lei Orgânica dos Municípios - segundo o qual os auxiliares diretos do Prefeito serão sempre nomeados em comissão, farão declaração pública de bens no ato de posse e no término do exercício do cargo - não está sendo cumprido em Cotia⁽²⁾.

O Deputado Paulo Diniz (PT) denuncia⁽²⁾ que em Cotia "vive um grupo de senhores feudais que se assenhoram como donos e ditadores daquela cidade e mantêm sob a sola de seus pés uma população de praticamente 100.000 habitantes, (cujo prefeito controla quase a totalidade da Câmara Municipal através de favorecimentos e corrupção".

A denúncia de que o prefeito legisla em causa própria, visto através do "Cotia Gate", ganhou os noticiários dos jornais paulistas, além de queixa na justiça por parte de Paulo Diniz, pois o prefeito fez ameaças ao deputado em entrevista concedida à Rede Globo de Televisão.

(1) - Requerimento 15/83 apresentado à Câmara de Cotia

(2) - Discurso proferido na Assembleia Legislativa de São Paulo em 23/10/84 e publicado no Diário Oficial do Estado de 31/10/84, p.50

3.3.2. Relação Executivo-Legislativo⁽¹⁾

A relação executivo-legislativo é a expressão mais característica da política coronelista em Cotia. Tal relação será analisada a partir: a) do papel do vereador e a relação de submissão Câmara Municipal-Prefeito; b) da questão da representatividade; c) da articulação com o partido político.

a - o papel do vereador

Não há consenso, entre os vereadores, sobre o que seria seu desempenho na Câmara. A maioria acredita que a função do vereador é prestar pequenos serviços à população. Através de requerimentos, os vereadores pedem ao executivo a instalação de telefones públicos, tampamento de buracos, uniformes, etc. A minoria, no entanto, acredita que o vereador deve legislar, fato que não ocorre em Cotia, segundo se pode perceber na leitura das Taquigrafias das sessões da Câmara Municipal.

A discussão sobre o papel do vereador acaba se mesclando àquela da submissão deste, em relação ao executivo, através da figura do prefeito.

"Quanto a legislar? O que sinto é que os vereadores não legislam coisa nenhuma, a maioria aprova projetos sem entender o que está aprovando, sem ao menos ler ou ouvir

(1) - Este item será desenvolvido a partir de entrevistas com vereadores (2 PDS, 2 PMDB, 1 PT); pesquisa em jornais; taquigrafias das sessões e, documentos da Câmara Municipal de Cotia; taquigrafias das sessões da Assembléia Legislativa de São Paulo; pesquisa na Prefeitura.

o que está sendo votado. Então a Câmara não existe como tal, ela existe para aprovar o que o executivo pede" (...) Eles, (os veradores) são simplesmente pessoas para referendar aquilo que o Executivo quer. E esse poder do Executivo é muito antigo em Cotia, o prefeito foi quem sempre mandou, porque é ele quem tem força, e tem grana"; assevera um vereador.

A esta idéia contrapõem-se a do Presidente da Câmara Municipal de Cotia que acredita que o tipo de relação Legislativo-Executivo, mantida no município, se faz necessária. "Não é que ela (a Câmara) trabalha com a plataforma do governo, mas ela precisa estar em sintonia, senão você não deixa eles fazerem alguma coisa, nem nós fazemos outras, porque nós não temos o direito, não podemos deliberar matéria que visa sobre verba, sobre dinheiro, nem que aumente, nem que baixe, existem matérias que são próprias do Executivo, existem outras que são do Legislativo, o que cabe ao legislativo, é dar nome em rua. Aqui em Cotia a gente tem procurado trabalhar em sintonia com a Prefeitura, eu acho que todos devem procurar trabalhar para não colocar em risco um imprevisto, um benefício maior de aplicação de alguma coisa".

Dessa controvérsia participa a população cotiana para quem a submissão da Câmara aparece como fato incontestável. "Os vereadores sempre tiveram a fama de dizer amém ao prefeito. Não todos, evidentemente, mas estes foram sempre minoria, por isto se diz que a Câmara diz amém", afirma um entrevistado, que durante muito tempo trabalhou na Prefeitura. Sobre essa questão a população tem se manifestado em

jornais e através de seus movimentos reivindicatórios⁽¹⁾.

A submissão do vereador ao prefeito de Cotia, aparece de forma clara e inequívoca na ação e nos discursos dos vereadores nas sessões da Câmara. Para o vereador Armando Miguel (PDS), por exemplo, "o prefeito é o chefe geral que, comanda tudo através de seus acessores técnicos"⁽²⁾. Antonio Mansur (PDS) afirma "nós devemos dar crédito ao senhor prefeito, para que ele possa cumprir o seu programa de governo na Prefeitura Municipal de Cotia"⁽³⁾. Para Vicente Fontana (PDS) "o poder do prefeito é indiscutível". Se nosso município vai ser comandado por um único homem, nós estamos em 15⁽⁴⁾ para dar liberdade para ele governar"⁽⁵⁾.

A consciência do que representa o vereador aparece, através dos discursos e da conduta das vereadoras Gilda Pompéia (PMDB) e Sonia Gayotto (PT). Nas Sessões da Câmara, não raro, estas se manifestam contra o descaso e mesmo subserviência dos vereadores. Para esta: "A Câmara Municipal deve Legislar. Nós vereadores devemos começar a legislar, mesmo porque nós estamos numa passagem de reformas institucionais, defendidas pelo partido da situação no município, eu acho que os nobre vereadores vão entender que teremos mais autonomia, quando começarmos a legislar(...)O mínimo que eu

(1) - Numa sessão da Câmara, por exemplo, ouvimos de um assistente, assíduo frequentador, que "as duas únicas pessoas que usam calça na Câmara são as duas mulheres" (ele referia-se às 2 vereadoras que representam oposição na Câmara).

(2) - Sala de sessões da Câmara 14.12.83 - Taquigrafia, vol. VIII, 1983 p.39

(3) - Taquigrafia, vol. VIII, 1983

(4) - Número de vereadores da Câmara de Cotia

(5) - Taquigrafia, Vol. VIII, 1983

posso reivindicar, sendo vereadora desta casa, é legislar" (1).

Gilda Pompeia (PMDB) também chama atenção para este fato. "O legislativo está desvalorizado, participa cada vez menos das decisões (...), e o legislativo está sempre dizendo amém, sem fazer quase nada de novo. Vamos valorizar mais o legislativo" (2).

Enquanto estas vereadoras estão sempre presentes nos movimentos reivindicatórios cotidianos e tem pautado sua vereança na luta por melhores condições de vida da população, criando um canal para esta; o trabalho da maioria dos vereadores se resume a enviar à Câmara, requerimentos desprovidos de importância.

Se analisarmos os requerimentos encaminhados e aprovados pela Câmara Municipal no período 1.2.83/31.1.85 (3) podemos perceber o trabalho dos vereadores. Em 1º lugar são poucos os que, realmente, apresentam requerimentos e indicações. O vereador Armindo Miguel (PDS), por exemplo, não apresentou nenhuma indicação em 1983 e apenas 1 requerimento e uma indicação em 1984.

A maioria dos requerimentos refere-se a problemas secundários. Os votos de pesar por falecimentos e/ou congratulações (parte destas, dirigidas ao prefeito ou seus acessores familiares) são os temas mais constantes dos requerimentos. O presidente da Câmara, nesse período, Joaquim Horácio Pedroso Neto, por exemplo, dos 28 requerimentos enviados em 1983, 53,4% se referiam a votos de pesar ou louvor; e todas as moções encaminhadas no período (1 em 1983 e 3 em 1984)

(1) - Taquigrafias, vol VIII, 1983

(2) - Taquigrafias, vol VIII, 1983

(3) - Boletim informativo da Câmara Municipal de Cotia.

são "de aplauso". Outro exemplo é do vereador Antonio Mansur, 57% de seus requerimentos referia-se a votos de pesar ou congratulações. Até uma indústria altamente poluidora do Rio Cotia, que aparece com freqüência na relação dos estabelecimentos multados pela CETESB (a Leiner Gelatinas do Brasil), mereceu votos de congratulações por parte do vereador.

Alguns poucos vereadores (além de Sonia e Gilda, po demos citar Walter Jarbas Pedroso) atentam para questões mais substanciais como falta d'água, deficiência de transporte, problemas de parcelamento do solo, etc.

A idéia reinante é que o vereador tem muito pouco o que fazer; o município encontra-se "loteado" e cada vereador "cuida" de um deles, fazendo pequenos favores e com isso granjeando votos.

É mister levar em conta que o vereador cotiano entende que seu papel é prestar pequenos favores à população local, e permitir, - através da Câmara, o desenvolvimento do programa de trabalho do prefeito. Não faz parte do estreito horizonte da maioria, uma política de atuação - tanto partidária quanto individual - junto à população, servindo de mediação entre os movimentos e a Prefeitura. Sua ação está circunscrita às atividades desenvolvidas em plenário (votação de proposições, moções, notas etc.) com uma baixa participação na tribuna, pois a maioria parece não ter o que dizer. Nesse sentido, contribuem para o marasmo em que se encontra o poder legislativo municipal, que já possui, no Brasil, reduzida importância em virtude do esvaizamento do seu poder político.

Os projetos de lei poderiam abrir um flanco para um uma participação mais consciente dos seus direitos sociais e políticos, constituindo-se numa alternativa real de poder, a partir de uma posição crítica consciente e, particularmente, independente do Executivo. Mas, foge ao universo de preocupações dos vereadores que eles podem interferir no estabelecimento da administração, de modo a garantir a subordinação das diretrizes do governo local aos interesses e necessidades da população. A sensação que se tem é que o vereador, abstrai (até que por uma questão de inconsciência de seu papel) a população:; seus anseios e necessidades.

Foge-lhes a percepção⁽¹⁾ de que o vereador pode construir, através de seu trabalho, as bases sobre as quais se edificaria a autonomia municipal. Isto quer dizer que o poder local - Executivo e Legislativo - não tem servido à coletividade, pela ausência de controle e regularização do uso do solo; pelo descaso ao problema do transporte coletivo; pela ausência de medidas contra os loteamentos irregulares ou clandestinos; pelo despreço com que tratam os movimentos reivindicatórios e fundamentalmente pela recusa sistemática de discussão.

Os vereadores também têm ignorado seu papel de mediador dos movimentos sociais. O legislativo cotiano não tem servido de canal para que os movimentos reivindicatórios, nem tampouco dado importância às propostas políticas que surgem desses movimentos. Tem não só ignorado, como desestimulado a elevação do nível político das lutas, pela desarticulação

(1) - Exatamente pelo fato de que representam o interesse do executivo.

lação das reivindicações no conjunto da política municipal.

Com este comportamento, a Câmara perde sua representatividade, distanciando-se dos problemas que afetam a sociedade de modo geral e a cotidiana de forma específica.

O entendimento do conteúdo das palavras crítica ou oposição revela-se a nível das relações pessoais e não entre idéias e posturas frente a diversidade de concepções e pontos de vista, sobre um determinado problema ou formas de ação. O debate não ocorre no plano das idéias e das perspectivas que elas abrem, mas a nível do pessoal. Os vereadores que criticam o prefeito são tomados como inimigos, opositores e tratados como tal; expulsos do círculo privilegiado do poder e do seu convívio. "Aos inimigos a lei". Nesse sentido não há perspectivas de avanços reais nas discussões da Câmara Municipal, ou melhor estas quase não ocorrem e os vereadores parecem não ter opinião; daí formarem uma massa de manobra facilmente manipulável pelo prefeito, que tem da Câmara, apoio incondicional.

b - a questão da representatividade

A política permeia a relação dos homens, afinal o homem é um ser social e político. O processo de desenvolvimento do capital tem propiciado a atomização das pessoas e escasseado suas relações com o outro, fechando cada indivíduo dentro do círculo familiar restrito.

No Brasil, o poder ditatorial procurou privar os cidadãos de sua dimensão política, e esta passava a ser e-

xercida, oficialmente, pelos políticos profissionais", num clima de corrupção e jogo de interesses escusos. Para a população fica a imagem de que política é algo menor, não pertence aos "homens de bem", ao do "homem da rua" mas algo feito a partir de conchavos nos gabinetes fechados, em função de interesses minoritários.

Os "representantes do povo" falaram e ainda falam em nome do povo, sem que este se identifique naqueles. As pessoas não se sentem representadas e nem sempre parecem se dar conta do que é, e que importância tem, a representação. Os vereadores de Cotia negam seu papel político e relegam a política a um segundo plano. Parecem estar lá, apenas para legitimar as decisões do executivo.

O tipo de subjulgação Câmara - Prefeitura determina a conduta e o papel do vereador, que é minimizado, em prejuízo da população.

O vereador antes de mais nada, é um representante de uma entidade coletiva, o que significa que há interesses comuns que justificam a escolha dos representantes da população numa determinada instância de poder.

A Câmara tem uma função representativa e os vereadores uma representação política, que acaba redundando, pelo desempenho da atividade concreta em Cotia, na manipulação que esvazia sua competência. O papel do vereador é cerceado ou deformado e a Câmara acaba tendo, na realidade, apenas função de "fachada" na personificação de um interesse "popular" que não chega até aí.

A população cotiana não é representada na Câmara, perdendo com isso, um canal importante de manifestação de seus desejos e necessidades, pela mediação dos vereadores.

O conteúdo do trabalho político do vereador, do ponto de vista dos interesses da coletividade, se dilui, reforçando as bases do clientelismo e aprofundando, a separação população-poder local, que, em última análise se expressa na ausência de defesa dos direitos do cidadão.

Um exemplo claro desse comportamento pode ser percebido na votação do orçamento⁽¹⁾ da prefeitura de Cotia para o ano de 1984. Este previa um grande aumento no IPTU de Cotia, que dependendo da área, variaria entre 350 a 380%; o que implicaria, necessariamente, numa análise minuciosa da questão, por parte dos vereadores, o que não ocorreu.

O discurso do vereador Reny Paludo (PMDB) a favor do aumento do IPTU, manifesta claramente, o pensamento da maioria da Câmara cotiana. Atesta o vereador que o imposto em Cotia é barato e que o novo código tributário estaria apenas realizando um reajuste "além disso, esse imposto será cobrado em 1984 dividido em 10 parcelas, a primeira será paga no mês de março. Se calcularmos a inflação, a importância não é tão cara assim, e ainda o contribuinte que quiser pagar à vista terá um desconto de 30%. Então eu acho, que depois desse estudo o imposto que será cobrado é uma coisa justa e certa, como a nobre vereadora poderá ver na tabela".

Se levarmos em conta que em Cotia 66,31% da popu-

(1) - Sessão de 13 de dezembro de 1983.

lação ganha entre meio e 3 salários mínimos, perceberemos que o vereador tem uma dimensão muito estreita do seu papel social. O direito do cidadão cotidiano, aparece apenas, como preocupação de uma minoria.

Contestando a opinião do vereador Reny Paludo, sobre o IPTU, a vereadora Sonia Gayotto (PT) afirma que "dentro de uma política nós devemos respeitar o direito do cidadão, que está vivendo numa situação de miséria (...) Eu não aceito esta postura da Câmara que eu tenho que defender, por que eu vou ter vergonha de dizer que eu pertencço a uma Câmara que aprova 11 projetos em 8 horas de discussão e pouca discussão (...) Como é que a gente pode rejeitar as coisas simplesmente por rejeitar⁽¹⁾, sem discutir? Ninguém aqui apresentou um projeto de lei. Ninguém, nenhum vereador. A gente não legislou esse ano. A gente apenas e tão somente aprovou projetos vindos do Executivo. Que função temos nós no município, meu Deus do céu! Nós não representamos ninguém, e nós somos os diretamente envolvidos com a população (...) Eu acho que chega de brincar que é vereador. Eu acho que a gente tem que levar esse trabalho a sério"⁽²⁾.

A vereadora em outro momento refere-se ao fato de que o "pacote" de projetos foi enviado aos vereadores sem tempo hábil para ouvir a população; e em contrapartida o vereador Armindo Miguel (PDS), retruca "Agora, vamos aqui querer ouvir o povo? Vejam se o Ministro do Trabalho fosse

(1) - aqui ela se refere às 18 emendas que apresentou para modificações do código tributário e que foram rejeitadas.

(2) - Taquigrafia, vol VIII folhas 101/108.

consultar cada cidadão, quando quisesse introduzir uma lei no país?"⁽¹⁾

As contrdições que emergem na Câmara de Cotia, provenientes de opiniões divergentes sobre o trabalho e a conduta do vereador tem sido resolvidas, ora nos bastidores, através de pedidos pessoais ou recados do prefeito, ou em plenário, através do descaso da maioria pelas duas vereadoras que, efetivamente, tem uma postura mais crítica e independente, ou ainda de discursos jocosos⁽²⁾.

Assim as contradições se eliminam, e a unanimidade passa a ser sinônimo de eficiência da Câmara.

Pudemos perceber, pelo que foi exposto, através da fala dos edis de Cotia, que o homem é visto de forma separada da comunidade, de seus direitos: este é excluído do conjunto da sociedade; é "membro imaginário de uma soberania imaginária, despojado de sua vida individual real e dotado de uma generalidade irreal, com uma separação entre o Estado político e a sociedade civil fundamentado na luta entre o interesse geral e o particular"⁽³⁾,

O caráter político é suprimido, e o homem não político surge como homem natural.

(1) - op cit Folhas 10, vol. VIII

(2) - Como do vereador Vicente Fontana (PDS) que em resposta a fala de Sonia Gayotto (PT), que compara as posturas do prefeito de Cotia com as do prefeito de Osasco, ambos pertencentes ao mesmo partido replica: "Então, V. Sa. muda para Osasco. Se S. exa. acha que Cotia não tem condições do governo, mude para Osasco, eu não vejo porque ontem ela não entrou com uma emenda dizendo: A Prefeitura Municipal de Cotia passa a chamar-se Prefeitura Municipal de Osasco, governada por Humberto Parro". (Taquiografia da Câmara, vol. VIII folha 7).

(3) - Karl Marx - A questão judaica, p. 27.

c - a questão do partido político

Da tribuna da Câmara Municipal cotiana⁽¹⁾ os próprios vereadores afirmam que seu papel não é político. Vicente Fontana (PDS) afirma que analisará o projeto de lei 33/83 "não se baseando em política, porque não é do meu feitio vir a essa tribuna, e falar política, enquanto se discute projeto". Antonio Mansur (PDS)⁽²⁾ manifesta opinião semelhante "eu não estou aqui fazendo política. Seria muito fácil eu chegar nessa tribuna e criticar o senhor prefeito. Mas estamos ainda no 1º ano (...). E aqui nós vamos autorizar o senhor prefeito, nesse período de 5 anos a contrair empréstimo de 3 milhões de ORTNS. Eu tenho confiança no senhor prefeito, embora politicamente para mim que sou PDS, não seja interessante. Mas eu não vejo a política".

A grande maioria dos vereadores não apenas negam que fazem política como relegam a um plano secundário, e até descartável, o partido político. Estes concordam com a opinião do prefeito segundo o qual o partido só serve para o período de eleição. Isto significa que não há compromisso entre vereador-partido, nem entre vereadores do mesmo partido - excessão das vereadoras Gilda Pompéia (PMDB) e Sonia Gayotto (PT), que fazem uma oposição consciente e sistemática à atitude da Câmara e à Administração local.

A vereadora Gilda⁽³⁾, esclarece esta postura: "eu acredito que nossa intenção, principalmente da vereadora Sonia e minha, não é intenção de oposição, de negar, de cri

(1) - Vol. VIII folha 44

(2) - Sessão da Câmara de 13.12.83 - Vol. VIII folha 55

(3) - Taquigrafia vol. VIII folha 62

ticar, de fazer pé duro, bater pé, não! A nossa intenção é criticar construtivamente e alertar o senhor prefeito, e alertar os nobres vereadores, para as primeiras necessidades do nosso povo, para endividar menos a nossa prefeitura, para que a nossa prefeitura seja mais reconhecida, para que a nossa prefeitura ouça mais o povo (...). O programa (do PMDB) dizia descentralização, o que estamos fazendo aqui é propondo a centralização nas mãos de uma empresa (Pro-Cotia). O que nós estamos fazendo aqui, é tirando a participação popular. E na campanha nós falávamos em participação popular. E na campanha nós falávamos o povo no poder. E nas campanhas eu não falava, mas ouvia dizer, da valorização do legislativo. Cadê essa valorização? Cadê essa participação? Cadê a descentralização? (...).

Ocorre, em Cotia, que os vereadores na sua grande maioria trabalham de forma vinculada aos interesses políticos de grupos locais e, mesmo pessoais, do que em função do programa de partido; tal fato faz com que as diferenças de postura ou ação entre os vereadores se diluam; um vereador atesta que em Cotia não há diretório do PDS; e os "vereadores cuidam p'ra si, não é como o PT; que tem reuniões, o PDS não faz reunião desde que nos elegemos. As mensagens dos outros partidos são praticamente iguais o que depende é da pessoa, do homem que está no poder. O trabalho na Câmara é individual, aqui em Cotia não existe partido.⁽¹⁾ Em uma área do interior como Cotia, você só consegue alguma coisa devido a sua pessoa, e não através de partido. A vinculação partidária é uma coisa menor".

(1) - grifo nosso

Ocorre que o vereador para se candidatar ao cargo necessita filiar-se a um partido, após as eleições - como pudemos sentir - o vereador desenvolve seu trabalho em função de seus valores, crenças e até necessidades particulares, e não, necessariamente, em função do programa do partido. Na Câmara, os vereadores não têm agido de acordo com o programa do partido. Na época da "campanha pelas diretas", por exemplo, a vereadora Gilda Pompéia do PMDB enviou um requerimento para que fosse colocada uma faixa na fachada da Câmara com os dizeres "Os vereadores apoiam a Campanha das Diretas - já" (aprovado por 12 votos a favor e 2 contra). Todavia, o então presidente da Câmara (PMDB), achou por bem não colocar a faixa porque a votação não foi unânime. Ainda no período da "Campanha das Diretas", foi organizado um comício em Cotia - com a participação das vereadoras e uma parcela do PMDB, entretanto, nem todos os vereadores convidados participaram, e no dia do comício - o prefeito (do PMDB) mandou a polícia impedir sua realização, sob alegação de que a "praça não era para esse tipo de baderna". Foi necessária a intervenção do deputado estadual Aloisio Nunes (do PMDB) e da deputada Irma Passoni (do PT) para que o comício se realizasse.

Dentro desse quadro, podemos afirmar que a ação parlamentar dos vereadores está mais vulnerável a estrutura clientelista que coordena a ação destes, em função dos interesses do executivo. A idéia de bancada se perde e com isso a autonomia para deliberação e encaminhamento de iniciativas comprometidas com a população.

Os partidos políticos, os sindicatos e mesmo os movimentos urbanos organizados poderiam servir de mediadores entre a população e o legislativo no acolhimento dos desejos e anseios da população, o que pode contribuir para a criação de um ato legislativo. Todavia, o que ocorre é que o legislativo cotiano tem transformado em leis os projetos de interesse do executivo. A votação do IPTU para Cotia é um exemplo claro do tipo de atitude do legislativo cotiano, que segue, rigorosamente, a conduta que lhe é esperada por parte do prefeito.

Nesse sentido a função da Câmara passa a ser a de permitir ao prefeito manter seu domínio.

*
* *
*

Para entender as formas de organização da população em Cotia, é necessário entender a estrutura do poder local e as conseqüentes relações entre esta e a população cotiana. Este fato é fundamental para explicar a tônica dos movimentos sociais, suas marchas e contra-marchas, avanços e recuos, e a dificuldade da mobilização e resistência dos movimentos, bem como de seu conteúdo. Estes não questionam a lógica do sistema, suas contradições intrínsecas, a relação de dominação-subordinação que ele contém, nem a regularização do ritmo cotidiano, imposta pelo sistema de valores burgueses.

Os movimentos nem sempre têm consciência da política clientelista da administração local, e agem dentro de sua racionalidade e nesse sentido, não conseguem "furar o cerco" e questionar as diretrizes impostas pela administração, e com isso, sensibilizar os vereadores.

A relação de subordinação entre a administração - personificada nos altos funcionários da Prefeitura (basicamente membros da família Isaac Pires) e a população, manifesta-se, claramente, no discurso da população e dos vereadores na Câmara Municipal; estes acreditam com seu trabalho ajudar o prefeito a cumprir o seu programa, enquanto que uma parcela significativa da população procura manter-se à margem de qualquer atividade que possa indispor-la com o prefeito. Como a cidade é pequena, os moradores mais antigos mantem uma relação mais próxima, em cima dos quais pesa mais o poder do "coronel"⁽¹⁾. Para uma parcela da população, moradora recente (composta por migrantes que, em grande parte, trabalham fora do município), a política local parece longínqua de seu universo, preenchido, quase totalmente, pelo ritmo imposto pelo trabalho-transporte-televisão.

Para a parcela da população que se movimenta em torno de uma pauta (restrita) de reivindicações há três comportamentos: a) o daqueles que levam adiante a luta e mobilização com o objetivo de melhoria de suas condições de vida, independente da ação dos políticos locais, tentando trans

(1) - Numa cidade grande como São Paulo a ação da Prefeitura e a imagem do prefeito se diluem no cotidiano, as relações são mais distantes e a alusão ao "governo", em grande parte dos casos, refere-se ao federal.

por a barreira criada por estes e com isso romper a racionalidade imposta pelo sistema capitalista, reivindicando uma necessidade real, mas a partir do entendimento da cidade enquanto valor de uso - o que não elimina a possibilidade de ganhos reais, seja no sentido, da apropriação do espaço urbano, ou do avanço da mobilização; b) aqueles que se movem dentro da racionalidade da estrutura clientelista, numa postura de quem pede um favor à administração local e espera ser atendida, sem consciência de seus direitos, alegrando-se quando atendidos e frustrando-se quando ignorados, e nesse sentido a mobilização tende a ser desestimulada; c) finalmente, há aqueles que ficam alheios à cidade, participando de forma esporádica e atomizada, perdendo o controle do que está acontecendo, esperando que as coisas mudem por si só, ou com o empenho dos outros.

A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO: O DIREITO À VIDA

"O que importa é o homem; e ele tem sido deixado pra
traz por motivos não muito claros, não muito dignos
e nem muito justos".

M. A. da Costa

O encaminhamento do tema proposto, a partir da construção do objeto de pesquisa, remete-nos a discussões mais gerais que transcendem a produção do espaço urbano cotiano. No centro das nossas preocupações está o processo de (re)produção do urbano.

Pensar o espaço geográfico enquanto produto nos orienta à discussão de sua natureza social, enquanto produzido pelo trabalho da sociedade. Daí a preocupação com o conteúdo do processo de trabalho no capitalismo e, consequentemente, com o processo de hominização.

Produto do trabalho social e sujeito da ação; espaço e sociedade tornam-se indissociáveis e interdependentes. Que espaço a sociedade produz e como ela se reproduz na reprodução desse espaço? Para que e para quem esta criação está dirigida? O que pensa o homem comum? Dentro da totalidade espacial global, a nível da formação econômica e social, qual o papel desempenhado pelo Brasil?

Recompor a totalidade, na análise do lugar foi a idéia mestre do trabalho. Sem ela como poderíamos pensar em superação? Cotia é uma parcela íntima, no jogo das articulações espaciais, mais gerais da sociedade capitalista; como articular as determinações específicas, próprias do lugar, às gerais, válidas para a sociedade como um todo?

Enfim, como essa sociedade se vê a partir de sua própria produção? Que caminhos podemos vislumbrar?

Multidão de homens, autômatos, uniformes, cabeças baixas. É assim que Fritz Lang, - no filme Metropolis - apresenta os trabalhadores na face da terra.

Em "Tempos Modernos" à cena que mostra operários - iguais e apressados - entrando na fábrica, Charles Chaplin sobrepõe a de um oviário.

O homem hoje, a espécie mais desenvolvida do homossapiens, aparece num zoológico americano.

Homem, atração no Zôo de Miami

KERRY CRUSON

Do N.Y. Times

MIAMI — Um espécime bastante comum em zoológicos, que sobrevive com uma dieta de hambúrgueres, batatas fritas e refrigerantes, acabou a ser exibido no fim de semana no Zoológico Metropolitano de Miami.

Instalado num ambiente gramado, onde também se encontram 14 tartarugas gigantes, e cercado pelos objetos que formam o seu habitat natural, inclusive uma escrivaninha, um televisor e um aparelho de som, estava uma criatura conhecida como *Homo Sapiens Urbanus*.

Este espécime de homem urbano, representado por Robert Vidal, ator espanhol de 38 anos, movimentava-se no seu recinto, sob os olhos atentos de mais de 200 visitantes, que o observavam dedicando-se aos seus rituais quotidianos, como fazer a barba, escovar os dentes, ler um jornal e ingerir uma refeição que lhe foi trazida pelo tratador.

O *Homo Sapiens Urbanus* é considerado o mais inteligente de todos os primatas", dizia o cartaz do lado de fora do recinto. "É encontrado nas cidades do planeta inteiro", acrescentava o cartaz. "O homem estende o seu território a lugares que ele denomina de edifícios, discotecas e restaurantes."

Usando um terno completo de cor escura, camisa branca e gravata, o homem urbano se movimentou pelo seu recinto de três mil metros quadrados, às vezes caminhando, outras vezes correndo, outras vezes imitando o movimento lento das tartarugas.

Seus móveis modernos de jacarandá, couro e cromo incluem uma cama dupla, uma mesa repleta de papéis e uma elegante poltrona.

Como os demais residentes do zoológico, o homem urbano não conversou com os visitantes. Mas como um bom homem empresarial que ele tratou, o homem urbano apertou as mãos dos visitantes do zoológico. Movimentando-se ao longo da cerca, ele olhava além dos grupos que o observavam e entregou seu cartão de visitas a crianças muito agitadas. Os dados do cartão eram simples: "Homo Sapiens Urbanus".

O homem urbano, "considerado o mais inteligente de todos os primatas", produziu uma cidade onde a dimensão do humano se perde no cotidiano uniforme, massacrante e artificial.

O homem aparece cada vez mais vinculado a atividades meramente animais: comer, beber, dormir. O mundo humano se encontra transformado em um mundo em que, o homem tornou-se estranho a si mesmo.

O artigo é sugestivo: fala-nos dos símbolos de conforto criados pela sociedade: a TV, o aparelho de som, a comida industrializada. Sugere que a cidade manifesta a radical separação homem-natureza quando refere-se aos edifícios - discotecas e restaurantes como domínio do homem; a TV e o aparelho de som como símbolos do lazer massificado e individual.

A idéia de que a comida lhe é servida pelo "tratador" dá-nos a dimensão do aprisionamento do homem através da necessidade.

A outra dimensão do humano nos é dada pelo conteúdo do trabalho. Este é entendido, no capitalismo, como atividade, que gera lucro ao empresário. Logo, tende a ser menosprezado em seu conteúdo humanizador, onde se situaria o encontro vivo do homem criador e do mundo criado. A busca da produtividade é meta prioritária. Todavia esta depende do indivíduo. O que fazer para aumentar constantemente a produtividade?

Como aumentar a produtividade pela consciência do erro

André Zito

"A pessoa altamente produtiva é a que aceita a percepção de seus erros", diz o dr. Norberto Keppe. Partindo desse princípio surgiram os grupos de conscientização nas empresas. A seguir, uma explicação de como funcionam.

A técnica da Trilogia Analítica aplicada à produtividade é um processo único para desenvolver a performance pessoal, a produtividade organizacional e melhorar o relacionamento no trabalho. A Consciência do Erro é utilizada para promover o desenvolvimento profissional do indivíduo.

A Produtividade pela Consciência do Erro não fornece um modelo idealizado de como o profissional deve agir. Em vez disso, revela as atitudes negativas que limitam o nosso potencial, ou seja, trabalha com os obstáculos que nós mesmo criamos. É um método que consegue remover as limitações básicas provocadas por nossas atitudes errôneas, de maneira que cada vez mais nos aproximamos do real desenvolvimento. É isto que faz esta técnica ser mais eficiente do que qualquer outra: ela focaliza os problemas nas atitudes das pessoas, em vez de se preocupar com padrões teóricos de comportamento.

Normalmente, nós encontramos dificuldades em aceitar críticas, mesmo as construtivas. A técnica da Trilogia Analítica fornece os fundamentos teóricos e um método prático

co para lidarmos com as atitudes errôneas de uma maneira construtiva.

A produtividade de qualquer organização depende da produtividade de seus membros. Devemos portanto atacar os problemas onde eles realmente se localizam, isto é, a nível individual. A constituição de grupos de conscientização deve-se ao fato de que o indivíduo tem dificuldade em perceber seus erros, mas percebe facilmente os erros nas outras pessoas. Dessa forma, os que trabalham juntos possuem um valioso know-how para ajudar os colegas, mas raramente o utilizam por acreditarem que a verdade prejudica, traumatiza as pessoas.

Como exemplo da segunda fase citamos a Fábrica de Etiquetas Helvética S/A. Um ano após o início do programa a empresa evoluiu sua produção de 770 mil etiquetas/mês para 890 mil, mantendo sua participação no mercado. Está atualmente ampliando suas instalações fabris e administrativas e reduziu de 30% para zero o desconto de duplicatas, diminuindo, portanto, sua dependência bancária. O diretor da empresa, sr. Eurico Bebianno Costa, considera difícil afirmar que estes resultados são consequência somente do programa de Consciência do Erro, mas que o principal motivo que o levou a contratar a consultoria, que era corrigir falhas no relacionamento do pessoal, foi plenamente atingido.

A fase do follow up está sendo desenvolvida com palestras e prática de conscientização. Pessoas que se integraram recentemente na empresa estão conhecendo o processo e têm sido ajudadas pelos colegas mais antigos. O sr. Eurico considera em seu depoimento que "a filosofia da Trilogia Analítica é altamente valiosa, contribuindo para o bem-estar das pessoas individualmente e em seu relacionamento com os outros, em qualquer ambiente que atuem".

A cada momento, surgem técnicas específicas para desenvolver a produtividade. A técnica "Trilogia Analítica", de Norberto Keppe, permite atingi-la através da "consciência do erro". Esta fundamenta-se na idéia de que a atividade máxima é sinônimo de real desenvolvimento do indivíduo. A meta é a eliminação dos obstáculos que faz os trabalhadores produzirem abaixo de sua capacidade. Muda-se o conteúdo social da troca entre os indivíduos, que ao invés de convergir para o pleno desenvolvimento do homem, direciona-se para o desen-

volvimento profissional, logo, da empresa.

Tal subversão é conseguida pela imposição dos valores burgueses de erro e produtividade, criando a ilusão da coletividade. Dentro dessa coletividade não se discutiria o objetivo dos indivíduos, o desenvolvimento de sua potencialidade, suas inquietações e utopias. São os objetivos da empresa que se impõe e, estes determinarão a relação dos indivíduos que compõem o grupo. Com isso a equipe "encontraria a satisfação aparente" e, como consequência o aumento da produtividade. Não resta dúvida que é uma forma inteligente e sutil de aumentar a produção de mais valia com a conivência dos empregados.

"A lei da acumulação capitalista, falsamente, transformada em lei natural, indica, simplesmente, que a natureza da acumulação exclui toda diminuição do grau de exploração do trabalho que poderia comprometer, seriamente, a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala ampliada. Isto só poderia acontecer no modo de produção onde o trabalhador só existe para as necessidades de valorizar os valores existentes ao invés da riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador⁽¹⁾.

No polo oposto Malraux, Bahro e Chaplin falam da possibilidade da humanização do homem e da superação.

(1) - Karl Marx, O Capital - citado por A. Heller, in Sociologia do cotidiano, p. 39.

"... J'ai vu hier Hemmeelrich, qui pense à vous. Il est monteur à l'usine d'électricité. Il m'a dit: 'Avant, je commençais à vivre quand je sortais de l'usine; maintenant, je commence à vivre quand j'y entre. C'est la première fois de ma vie que je travaille en sachant pourquoi, et non en attendant patiemment de crever'... Dites à Gisors que nous l'attendons. Depuis que je suis ici, je pense au cours où il disait: 'Une civilisation se transforme, n'est ce pas, lorsque son élément le plus douloureux - l'humiliation chez l'esclave, le travail chez l'ouvrier moderne - devient tout à coup une valeur, lorsqu'il ne s'agit plus d'échapper à cette humiliation, mais d'en attendre son salut, d'échapper à ce travail, mais d'y trouver sa raison d'être. Il faut que l'usine, qui n'est encore qu'une espèce d'église des catacombes, devienne ce que fut la cathédrale et que les hommes y voient, au lieu des dieux, la force humaine en lutte contre la terre".

Oui; sans doute les hommes ne valaient-ils que parce qu'ils avaient transformé. La Révolution a passé par une terrible maladie, mais elle n'était pas morte".

André Malraux

La condition Humaine

"A real igualdade de todo ser humano torna-se uma questão de vida ou morte na política prática. O mundo muda com uma velocidade encorajadora e inquietante ao mesmo tempo; inquietante porque seu desenvolvimento global conduz sempre espontaneamente a situações imprevistas e não desejadas. Pode-se alcançar a paz e assegurar a elevação do homem como indivíduo e como espécie apenas se se derrubarem, em cada país e em todo o mundo, aquelas injustiças que impedem iguais possibilidades de desenvolvimento para todos"

Rudolf Bahro
A alternativa

"(...)Os caminhos da vida podem ser livres e lindos, mas nós perdemos esses caminhos. A ambição envenena a alma dos homens, ergueu um muro de ódio ao redor do mundo, nos atirou dentro da miséria e também do ódio.

Nós desenvolvemos a velocidade mas nos fechamos em nós mesmos. As máquinas que nos trouxeram abundância nos deixaram desamparados, nossos conhecimentos nos deixaram únicos, nossa inteligência duros e impiedosos. Nós pensamos demais e sentimos muito pouco. Mais do que máquinas nós precisamos de humanidade.

(...)O ódio dos homens irá passar, os ditadores morrerão e o poder que eles tiraram do povo retornará então para o povo. E embora o homem morra, a liberdade jamais perecerá. Soldados, não se entreguem a esses brutos, homens que desprezam vocês, escravizam, governam suas vidas, dizem o que fazer, pensar, sentir. Conduzem vocês, ditam sua comida, tratam vocês como gado, como bucha de canhões. Não se dediquem a esses homens sobrenaturais, homens-máquinas, com máquinas no cérebro e máquinas no coração.

Vocês não são máquinas, vocês não são gado, vocês são homens (...), soldados, não lutem pela escravidão, lutem pela liberdade (...). E vocês o povo, tem o poder, o poder de criar máquinas, o poder de criar felicidade. Vocês, o povo, têm o poder de transformar a vida (...).

Então em nome da democracia, vamos usar esse poder, vamos todos nos reunir, vamos todos lutar por um novo mundo. Um mundo decente que dará ao homem chance para trabalhar, a juventude, o futuro, e uma velhice tranquila.

Prometendo essas coisas, brutos chegaram ao poder, mas eles mentem, eles não cumprirão essas promessas, jamais cumprirão. Os ditadores querem liberdade, mas eles escravizam o povo.

Agora vamos lutar para que se cumpra essa promessa, vamos lutar para libertar o mundo, para derrubar barreiras nacionais, derrubar a ambição, o ódio, a intolerância. Vamos lutar para um mundo sensato, um mundo onde a ciência e o progresso nos levarão a felicidade a todos.

Soldados, em nome da democracia vamos nos unir..."

Charles Chaplin
O Grande Ditador

André Malraux; nos fala da possibilidade do homem encontrar-se no trabalho. A mudança do seu conteúdo e objetivo, coloca-se como fundamental na superação da alienação do humano.

Bahro nos fala em igualdade e Chaplin chama atenção para o fato de que os progressos humanos não conseguiram produzir uma vida, digna e livre. Feito em 1940, o discurso final do Grande Ditador, como um ataque aos fascismo, invoca os soldados a lutarem pela democracia.

Algumas décadas antes, Marx, conclamava a união dos proletários para a transformação da sociedade. Escrevia, ele que "Um espectro ronda a Europa - o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se em Santa Aliança, para exconjurá-lo: o papa e o czar, Mettermich e Guizot, os radicais da França e os policiais da Alemanha (...). O comunismo já é reconhecido como força por todas as potências da Europa. Até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes"⁽¹⁾. Negar esses conflitos reais é negar a história. Logo, a discussão do papel do homem em suas relações sociais, se impõe.

A relação homem-natureza também é uma expressão das relações sociais entre os homens a partir dos valores impostos pelo desenvolvimento do capitalismo.

Em 1854, a resposta do chefe Seattle (de uma reserva indígena americana) a uma oferta de compra das terras indígenas coloca o "dedo na ferida".

(1) - Karl Marx - Manifesto comunista

Como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Não concebemos esta idéia.

Se não possuímos o frescor do ar e a limpidez brilhante da água, como é possível comprá-los?

Cada um dos pontos desta terra é sagrado para o meu povo. Cada aresta brilhante de um pinheiro, toda a praia arenosa, cada nevoa nos bosques ao escurecer, cada clareira e inseto a zumbir são santificados na memória e na experiência de meu povo. O córrego que procura seu caminho entre as árvores carrega consigo as memórias do homem vermelho.

Os mortos do homem branco esquecem a região de seu nascimento quando vão caminhar entre as estrelas. Nossos mortos nunca esquecem esta bela terra, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela faz parte de nós.

Portanto, quando o Grande Chefe Branco em Washington manda dizer que deseja comprar nossas terras, pede demasiado. O Grande Chefe diz que nos reservará um lugar onde possamos viver confortavelmente. Ele será nosso pai e nos seremos seus filhos. Mas isso não será fácil. Pois esta terra é sagrada para nós.

Sabemos que o homem branco não compreende nosso modo de ser. Uma porção da terra, para ele, representa o mesmo que a próxima, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga e, quando ele a conquista, prossegue seu caminhar. Deixa a sepultura de seus pais avós, e não se incomoda. Raptada da terra aquilo que seria de seus filhos e não pensa duas vezes. A sepultura de seu pai e os direitos adquiridos de seus filhos são esquecidos. Trata sua mãe, a terra, e seu irmão, o céu, como coisas que possam ser compradas, saqueadas, vendidas como carneiros ou colares coloridos. Seu apetite terminará por devorar a terra, deixando tão somente um deserto.

Eu não sei. Nossos costumes são diferentes dos vossos. A vida são de vossas cidades é dolorosa para os olhos do homem vermelho. Mas talvez seja pelo fato de que o homem vermelho é um selvagem e não compreenda.

Não há um canto silencioso nas cidades do homem branco. Nenhum lugar onde se possa ouvir o desabrochar de folhas na primavera, ou o harmonioso bater das asas de um inseto. Mas talvez seja pelo fato de eu ser um selvagem e não compreender. O ruído somente parece um insulto aos ouvidos. E o que resta da vida se um homem não puder ouvir o grito solitário do pássaro ou o debater dos sapos ao redor de uma lagoa, à noite? Eu sou um homem vermelho e não compreendo.

Parece que o homem branco não presta atenção ao ar que respira. Como um homem em sua agonia há vários dias, é insensível ao mau cheiro. Mas se vendermos nossa terra ao homem branco, ele deve lembrar-se que o ar nos é precioso, que o ar impregna com seu espírito todo ser vivente que apóia. O vento que deu a nossa avó seu primeiro inspirar também recebeu seu último expirar.

Sou um selvagem e não compreendo qualquer outra forma de agir. Vi um milhar de búfalos apodrecendo na planície abandonados pelo homem branco que os alvejou de um trem em movimento. Eu sou um selvagem e não compreendo como é que o fumegante cavalo de ferro possa ser mais importante que o búfalo que sacrificamos somente para que possamos permanecer vivos.

O que é o homem sem os animais? Se todos os animais se fossem, o homem morreria de uma grande solidão do espírito. Pois o que quer que seja que ocorra com os animais, breve acontece com o homem. Há uma ligação em tudo.

O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida, ele é simplesmente um de seus fios. O que quer que faça ao tecido, faz a si mesmo.

Mesmo o homem branco, cujo Deus caminha e fala com ele de amigo para amigo, não pode estar isento do destino comum. É possível que sejamos irmãos, afinal. Veremos. Uma coisa sabemos: que o homem branco poderá vir a descobrir um dia que o nosso Deus é o mesmo Deus. O homem branco poderá pensar que o possui, como deseja possuir nossa terra, mas não é possível. Ele é o Deus do homem, e Sua compaixão é igual para o homem vermelho e para o homem branco. A terra Lhe é preciosa, e ofender a terra é desprezar seu Criador. Os brancos também passarão; talvez mais cedo que todas as outras tribos. Contaminai vossas camas e uma noite sereis sufocados pelos vossos próprios dejetos.

Mas quando de vossa desapareição vós brilhareis ontensamente, dominados pela força do Deus que vos trouxe a esta terra e por alguma razão especial vos deu o domínio sobre a terra e sobre o homem vermelho. Tal destino é um mistério para nós, pois não compreendemos quando todos os búfalos são exterminados, os cavalos bravos são todos domados, os recantos secretos da floresta impregnados do cheiro de muitos homens e a vista dos fecundos morros obstruída por fios que falam. Onde está o arvoredo? Desapareceu. Onde está a água? Desapareceu.

É o final da vida e o início da sobrevivência.

A resposta do Chefe Seattle⁽¹⁾ "descrita através dos tempos como o mais belo e profundo pronunciamento a respeito do meio ambiente"⁽²⁾ parece-nos colocar questões mais substanciais. Em 1º lugar, destaca-se a idéia de "selvagem" contraposta a de "homem civilizado" a partir da relação que ambos mantêm com a natureza. A separação que o desenvolvimento histórico produziu entre homem-natureza é evidenciado pela transformação da natureza em mercadoria, valor de troca, imposta pela existência da propriedade privada.

Tal separação produz o embrutecimento do homem diante da natureza: não sente seus ruídos, não percebe seu silêncio; é indiferente a sua beleza; não se harmoniza com ela. A incompatibilidade entre o produzido pelo homem, enquanto máquina, e a natureza enquanto bem brindado ao homem aparece entre o "fumegante cavalo de ferro e o búfalo".

(1) - Trechos da resposta - in Tamaki - Zamboni - Reflexões urbanas.

(2) - idem

Há uma necessária identidade entre o produzido pelo homem e a natureza que se perde no processo histórico. Na realidade o homem não só dá as costas à natureza, mas ao seu semelhante. O homem chegou ao nível da sobrevivência e com isso próximo à condição de animal. O resgate da sua condição histórica de sujeito se impõe.

A imagem da cidade aparece contraposta à da natureza. Em "Koyaanisqtsi" - que em dialeto hopi significa vida desequilibrada - Godfrey Regio mostra, com muita veemência, esse contraste. Aqui a cidade aparece através da imagem de altos prédios de concreto, sem cor e sem brilho, nas torres, canhões, armas, cogumelo atômico, gente apressada descendo e/ou subindo escadas rolantes (aqui a comparação com as salsichas saindo das esteiras de uma salsicharia).

A cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade, sob o desenvolvimento da reprodução das relações capitalistas. Na cidade a separação homem-natureza e a atomização das relações, desigualdade social, se mostram de forma eloquente.

A construção da noção de espaço geográfico, enquanto produto, condição e meio do processo de reprodução geral da sociedade, do ponto de vista do materialismo histórico, remete-nos à consideração da produção do espaço no processo de desenvolvimento da humanidade do homem. O homem é o sujeito da história. O mundo material é produto de relações que o homem mantém com a natureza e com o outro.

Para compreender o que se descobre, basta não se deixar cegar, afirma Lefebvre. A paisagem urbana, - de onde

emerge com toda sua força, e em todas as matizes a desigualdade, decorrente de uma sociedade construída na base da dominação-subordinação, imposta pela propriedade privada e pelo aprofundamento da divisão do trabalho, expõe as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. E, é dentro desta ótica que deve ser analisado o espaço geográfico.

Este capítulo final não tem por objetivo apreen - tar uma conclusão do trabalho. Todavia, o desenvolvimento do tema coloca-nos diante de duas questões, nem sempre fáce - is de serem respondidas, mas às quais não podemos ignorar.

A análise do fenômeno urbano, as mudanças que se produzem na cidade, a existência de uma "crise urbana" tem colocado, frequentemente, aos pesquisadores, novas questões. Nesse sentido, nos questionamos sobre o que a análise realiza da ao longo dessas páginas, trouxe de novo para o entendimen - to do fenômeno urbano na Geografia. Fundamentalmente, a par - tir dos anos 70, tem-se questionado a capacidade do marxismo de responder às questões postas pelo atual estágio do desen - volvimento do capitalismo, todavia, este foi o nosso caminho. Portanto cabe perguntar-nos que perspectivas ele nos abriu.

A segunda questão, não menos polêmica, diz respei - to à busca de vias, caminhos que permitissem o encaminhamen - to de propostas, para superação dos problemas apontados pela análise.

4.1. Na trilha de Marx

A discussão da reprodução do espaço urbano em novas bases, passa pela discussão do entendimento que se faz desse fenômeno e, em última análise da própria geografia. Envolve um fio condutor - que é ideológico - e uma postura teórico-metodológica correspondente.

Os caminhos trilhados nos remetem a repensar a noção de espaço produto, tão presente na atual literatura geográfica, numa outra perspectiva. Ele não é só produto, mas também condição e meio do processo de reprodução da sociedade. Por outro lado tal abordagem permite-nos repensar o papel do homem na análise espacial (do ponto de vista geográfico), enquanto sujeito; em sua vida, seus valores, sua cultura, suas lutas, ansiedades e projetos.

4.1.1. A relação homem-natureza

Esta relação não é analisada enquanto oposição, mas interação dialética. O homem não pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior; ela é a matéria prima a partir da qual se realiza o trabalho, através da qual o homem atua e por meio da qual se produz enquanto homem.

"A universalidade do homem aparece de um modo prático justamente na universalidade que faz de toda a natureza seu corpo inorgânico, tanto por ser um meio direto de vida como por ser a matéria, o objeto e o instrumento de sua ati-

vidade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, quer dizer a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. Que o homem vive da natureza significa que a natureza é seu corpo, com o qual tem que se manter em um processo constante para não perecer. A afirmação de que a vida física e espiritual do homem se encontra ligada à natureza não tem outro sentido que aquele em que a natureza se encontra ligada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza"(1).

A natureza é assim condição de (re)produção do próprio homem e seu processo de apropriação conduz a um modo determinado de reprodução da vida e do espaço.

A relação homem-natureza permite-nos desvendar a questão da propriedade privada da terra, na medida em que esta representa, na realidade, o comportamento do homem em relação às condições naturais da produção. As formas de propriedade, por sua vez, permitem vislumbrar a separação "artificial" entre homem e natureza produzida no capitalismo. "Na origem, as condições da produção não podem ser produzidas nem ser o resultado da produção, ora entre estas condições não encontramos a reprodução dos homens cujo número aumenta pelo processo natural dos dois sexos. A reprodução aparece de um lado como apropriação de objetos pelos sujeitos, e de outro, como impressão de formas e submissão de objetos a um fim subjetivo (...) não é a unidade dos homens vivos e ativos com as condições naturais e inorgâncias de seu metabolismo com a natureza que necessita de uma explicação, ou que seria o resultado do processo histórico, mas o contrário,

(1) - Karl Marx - Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844, p. 73

é a separação que só é total na relação entre o trabalho assalariado e o capital⁽¹⁾.

Com o materialismo histórico a concepção de história redefine a relação homem-natureza que se coloca em outro patamar de fundamental importância no entedimento do espaço-produto. Em 1º lugar porque a história passa a ter uma base material real⁽²⁾: o processo de produção da vida imediata (incluindo formas de relações humanas ligadas aos modos particulares de produção). Uma sociedade representada na sua ação pelo Estado, explicada através do conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, moral, filosofia, etc. o que permite representá-la em sua totalidade. Totalidade esta que foi, durante muito tempo, negligenciada pela Geografia, que via cada fenômeno de forma isolada.

(1) - Karl Marx - Grundrisse 2 BIS p. 24

(2) - Esta concepção mostra que o objetivo da história não consiste em resolver-se em "Consciência de si" enquanto "Espírito do espírito", mas que se encontrem dados em cada estágio um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a precede, uma massa de forças de produção, de capitais e de circunstâncias que são por um lado, modificadas pela nova geração mas que, por outra lado, lhe ditam as suas próprias condições de existência e lhe imprimem um desenvolvimento determinado, um caráter específico; por consequência, é tão verdade serem as circunstâncias a fazerem os homens como a afirmação contrária. Esta soma de forças de produção de capitais, de formas de relações sociais, que cada indivíduo e cada geração encontram como dados já existentes é a base concreta daquilo que os filósofos consideram coo "substância" e "essência do homem", daquilo que aprovaram e daquilo que combateram, base concreta cujos efeitos e cuja influência sobre o desenvolvimento dos homens não são de forma alguma afetados pelo facto de os filósofos se revoltarem contra ela na qualdiade de "Consciência de si" e de "Únicos". São igualmente essas condições de vida, que cada geração encontra já elaboradas, que determinam se o abalo revolucionário que se reproduz periodicamente na história será suficiente forte para derrubar as bases de tudo quanto existe: os ele-

A divisão do trabalho (com a consequente perda de seu conteúdo) e a propriedade privada, são os elementos fundamentais para análise do processo de produção espacial. O sistema capitalista tornou o trabalho alienado em sem conteúdo e, o homem, escravo do capital, privando-o da natureza enquanto parte de sua vida inorgânica. Logo, pensar em novos caminhos, significa pensar também num novo homem.

A sociedade do final do século XX, nos coloca questões muito diferentes daquelas vividas por Marx, no Século XIX, todavia, não se trata de buscar em Marx, as respostas para as novas questões. Não buscamos em suas obras uma Geografia, isto seria profundamente equivocado. Muitos geógrafos, a nosso ver, tentaram buscar em seus escritos o espaço, enquanto alguns sociólogos, respostas para a interpretação das mudanças do mundo de hoje. Fala-se que o marxismo está em crise e que é preciso superá-lo. Quanto a questão da necessidade de superação isto é inquestionável e intrínseco ao próprio pensamento de Marx.

Quanto a crise do marxismo, Heller coloca muito bem a questão, quando afirma que, a crise faz parte do marxismo e não deve ser considerada como uma coisa trágica. "Honestamente não me sinto em crise, talvez, porque simplesmente, escolhi o meu próprio Marx. E, com base nessa interpretação, busco definir minhas alternativas filosóficas⁽¹⁾ (...) o marxismo se

(continuação) - mentos materiais de uma subversão total são, por um lado, as forças produtivas existentes, e, por outro, a constituição de uma massa revolucionária que faça a revolução não apenas contra as condições particulares da sociedade passada, mas ainda, contra a própria "produção da vida" anterior, contra o "conjunto da actividade" que é o seu fundamento; se estas condições não existem, é perfeitamente indiferente, para o desenvolvimento prático, que a Idéia desta revolução já tenha sido expressa mil vezes... como o prova a história do comunismo. - Ideologia Alemã, p.49/50.

(1) - Para mudar a vida - la/20

encontra diante de problemas difíceis mas que surjam eses problemas! Com efeito, há também tarefas terrivelmente fáceis; é muito fácil, por exemplo, por fim de um só golpe aos direitos de liberdade; pensar em resolver tudo por meio de uma ditadura; tudo isso é absurdamente fácil. Conseguir construir uma sociedade plenamente democrática e socialista ao contrário, é algo muito difícil (...), O socialismo, ao contrário é um trabalho muito difícil. Não pode ser imaginado de modo romântico. Decerto não estou dizendo que o socialismo seja um fato completamente prosaico. Não creio que se deva imaginar a transição como uma forma inteiramente 'árida'; espero que essas mudanças não ocorram nos escritórios dos democratas, mas no interior das comunidades; mas também creio que se tivéssemos apenas imaginações românticas, toda esperança seria traída e, juntamente com o desespero, apareceriam sempre novos filósofos".

4.1.2. O espaço produto

Parece-nos importante sublinhar as críticas feitas por Claval⁽¹⁾ a Geografia marxista. Para o Autor estes geógrafos (refere-se, particularmente, aos franceses) orientam sua "curiosidade" para o domínio econômico admitindo a necessidade de uma análise dos modos de produção que não se traduzem, diretamente, na paisagem"⁽²⁾.

Inicialmente, cabe-nos apontar o equívoco cometido pelo Autor (que de fato ocorre com a maioria daqueles que criticam Marx sem conhecer) de reduzir a obra de Marx ao "meramente econômico" e dar um sentido "mágico" a noção de modo de produção.

O segundo equívoco, e não menos grave, parece-nos ser o fato de o Autor, buscar em Marx uma análise sobre o espaço o que não só empobrece o horizonte do pensamento de Marx, como o da própria Geografia.

Claval assevera que a obra marxiana revela uma curiosidade aguda por fatos da repetição, visão de ordenamento geográfico do mundo (particularmente nos Grundrisse quando afirma que o processo de produção engloba a condição espacial - o transporte do produto ao mercado). Entretanto, tal preocupação estaria presente somente nos seus primeiros escritos. "O Capital não faz mais que responder as análises já colocadas do modo de produção capitalista, só que de maneira mais sistemática, mais rigorosa, mais científica. É esta elaboração científica que elimina o espaço do marxismo"⁽³⁾.

(1) - Paul Claval - Le Marxisme et l'espace

(2) - op cit p. 146

(3) - idem p. 150

Esta colocação é perigosa: em primeiro, porque o Capital não é uma sistematização do que Marx já havia escrito⁽¹⁾, em segundo lugar, porque nos leva a pensar que, em última análise, a Geografia, que tem por objeto, a análise espacial, não teria o estatuto de ciência, na medida em que para Claval a elaboração científica, de termos já discutidos por Marx eliminam a discussão espacial.

Ao longo do artigo fica claro o comportamento de Claval: como muitos, ele tenta buscar uma Geografia nas obras de Marx. Por outro lado, sua leitura "economicista" leva-o a conclusões errôneas, que longe de construir uma crítica que permitisse o avanço de questões postas pela realidade atual, se bate num reducionismo

Para Simone de Beauvoir "certos especialistas alegam conhecer e criticar cientificamente o marxismo, mas a grande maioria dos seus adversários desdenha conhecê-lo. A doutrina de Marx-Engels, Lenin, confessa Thierry Maulner - é sem dúvida, quase desconhecida por aqueles que a contestam, ou creem fazê-lo"⁽²⁾.

Para Claval, os geógrafos marxistas estão prontos a admitir que o espaço, no qual se desenvolve a vida dos grupos, é o resultado dos arranjos que tem o homem como responsável, sendo que, para os ortodoxos só existe o espaço produzido. Dentro dessa perspectiva "toda interpretação da configuração espacial das sociedades está implicitamente contida na gênese da forma mercadoria e da forma moeda, segundo o esquema fundamental do livro I do Capital"⁽³⁾. Essa afir

(1) - Achamos que não cabe aqui, desenvolver essa idéia.

(2) - Simone de Beauvoir - O pensamento de direita, hoje, p. 22

(3) - p. 258

mação só pode conduzir a conclusão de que Claval não pode entender a dimensão da noção de processo de produção, nem tampouco o conteúdo da obra, O Capital.

Claval acredita que será difícil aos geógrafos marxistas a construção de uma teoria do espaço na medida em que para ele a lógica desse sistema de idéias eliminaria o espaço. Ora, a nosso ver, o materialismo histórico abre perspectivas para entendimento do espaço enquanto produto da sociedade, que longe de ser eliminado, neste contexto filosófico, é apreendido num patamar que foge à "geografia clássica": a social e a histórica. Enquanto produto da produção humana ele engloba a dimensão do processo de reprodução da vida humana em sua plenitude, em suas lutas e conflitos, que se materializam claramente, na paisagem geográfica.

O viés de Claval é procurar em Marx, uma geografia quando na realidade impõe-se o contrário; a possibilidade de construção de uma nova geografia dentro da perspectiva aberta pela análise marxista.

Outro aspecto importante a ser mencionado, liga-se ao fato de que a procura de esquemas de interpretação, levou o Autor a concluir que a geografia marxista, ao analisar o espaço produto, o faz dentro dos "limites esquemáticos do tomo I do Capital". Isso implica numa redução da idéia de espaço-produto, ligada apenas à produção imediata, perdendo-se com isso a riqueza da noção de reprodução (analisada nos capítulos II e III deste trabalho) levando-o a confundir a idéia de processo com a de forma.

O espaço, no texto, aparece para o Autor como extensão e localização, o que elimina a dimensão social e histórica e, com isso, a possibilidade da Geografia dar conta das contradições que emanam da formação econômica e social capitalista, que se materializam na paisagem (fato que ele nega); e com isso, a possibilidade de elaboração de propostas para a criação de uma nova ordem espacial, que segundo Claval, os geógrafos marxistas não conseguiram.

4.1.3. A construção do humano

O enveredamento pelos escritos de Marx leva-nos a caminhos bastante diferentes, daqueles percorridos por Claval, que ignora a contribuição filosófica, na discussão da construção do humano, a partir da produção da vida material, através da praxis humana.

Na obra de Marx, a preocupação com a construção da humanidade do homem é mais importante do que qualquer "eventual" preocupação com a elaboração de esboços econômicos.

A discussão pertinente ao processo de constituição da humanidade do homem, a partir dos processo de produção material, fundado na divisão do trabalho, dá-nos a dimensão da importância dos movimentos urbanos - permitindo-nos apreender o processo de alienação, a partir do qual o espaço reproduz-se. É uma outra vertente, a partir da qual, pode ser analisada a contradição entre a produção socializada do espaço e sua apropriação privada.

A coisificação das relações sociais que ocorrem no processo produtivo, desumaniza e desvaloriza o homem em detrimento do objeto criado, cuja posse significa riqueza e poder. O aprofundamento dessa contradição produz a necessidade de superação e, conseqüentemente, formas de luta.

Desta forma se a alienação permeia as relações sociais no mundo de hoje; se o mundo dos homens se reproduz como o mundo das coisas, das mercadorias; na consciência desse processo, surge a idéia de liberdade baseada na união com o outro, na superação das relações sociais atomizadas em bus

ca do direito de participação numa sociedade de excluídos, fundamentada nas relações de dominação, onde o direito humano vincula-se à propriedade privada.

O processo de humanização envolve uma contradição entre o desenvolvimento da desumanização-humanização do homem: no exercício da alienação e na busca da liberdade individual constituída a partir do nível genérico.

"Marx não elaborou um conceito filosófico de liberdade unitário, mas analisou a tendência do gênero humano (e portanto de todo o indivíduo) alcançar a liberdade: a renovação da alienação, a superação da discrepância entre o desenvolvimento genérico humano e do particular. A humanidade será livre quando todo homem puder participar conscientemente na realização da essência do gênero humano e realizar os valores genéricos em sua própria vida, em todos os aspectos deste"(1).

Nessa perspectiva, aberta pela preocupação com o homem-sujeito, Lefbvre⁽²⁾ coloca a discussão do novo homem e da nova praxis, nova cidade e da nova vida, em contraposição a construção da cidade de hoje que tende a negligenciar o fator humano.

(1) - Agnes Heller - Sociologia do cotidiano, p. 27

(2) - Le droit à la ville

4.1.4. A busca da totalidade na discussão do urbano

A urbanização e a industrialização são fenômenos mundiais, a universalização das trocas aproxima países e aprofunda a divisão espacial e internacional do trabalho, dentro de uma relação de dependência entre territórios nacionais dentro da formação econômica e social capitalista.

O desenvolvimento das forças produtivas produz mudanças constantes e com estas a modificação do espaço urbano. Estas mudanças, são hoje, cada vez mais rápidas e profundas gerando novas formas de configuração espacial, novo ritmo de vida, novo relacionamento entre as pessoas, novos valores. Por outro lado o espaço é cada vez mais o espaço mundial e as relações entre os homens dependem cada vez mais de decisões tomadas a milhares de quilômetros de seu local de residência.

As comunicações se desenvolvem e com ela, a frequência dos contatos, o fator distância é eliminado pelo desenvolvimento dos jatos, satélites e da informática. Para Henri Lefebvre⁽¹⁾ tanto a aeropolítica como a informática ou as autopistas não são exatamente produção no sentido clássico; produção de coisas e bens, mas fazem parte de uma nova escala e modalidade de produção: a produção do espaço, que por sua vez é controlado de forma rigorosa, na medida em que sua produção tem um lado estratégico e político de importância que o diferencia de outras produções.

(1) - Tempos Equívocos, p. 231/232

A busca da totalidade espacial passa pela discussão da mundialidade, da universalização do homem na medida em que a sociedade se torna mundial - o capital se internacionaliza, o mercado é global, a divisão internacional do trabalho se aprofunda e as empresas multinacionais e os bancos se expandem pelo globo e as estratégias se dão a nível planetário.

A totalidade da formação econômica e social capitalista impõe a articulação entre os espaços e permite-nos entender a dimensão do fenômeno urbano brasileiro, dentro da lógica do sistema mundial. A condição de dependência brasileira, no âmbito da formação, permite-nos entender as particularidades do processo de urbanização dependente como produto histórico de contradições produzidas no centro do sistema, sem ignorar suas particularidades.

Mas a noção de totalidade permitiu-nos uma outra articulação; aquele referente a interrelação entre a infraestrutura econômica e a super estrutura política, ideológica, filosófica. Nessa perspectiva, partindo da análise do fenômeno industrial, pudemos apreender a influência dos movimentos urbanos na reprodução espacial e refletir sobre as alternativas abertas por estes.

*
* *

Dentro da perspectiva aberta pela análise de Marx, a formulação da problemática urbana não se reduz à cidade, mas refere-se ao homem, à sua vida, às suas lutas, ao seu mundo e abre perspectivas para se pensar em transformações.

4.2. Em busca de alternativas

É interessante observar que as pessoas que moram na cidade sabem muito bem o que ela é, pois todos vivem e sentem a cidade. Todavia, quando se pergunta como estas de finiriam a cidade, a dificuldade emerge em toda sua plenitude. A primeira associação que se faz da cidade refere-se a carros, ruas, edifícios, muita gente, "corre-corre", etc. É raro emergirem associações vinculadas a sentimentos que permeiam a relação entre os homens e o espaço produzido, na sociedade atual.

A forma domina e esmaga os seres humanos, como as grandes construções religiosas se sobrepõem aos "pobres mortais". A sensação que se tem ao adentrar numa das grandes catedrais, espalhadas pelo mundo, é a de pequenez do ser humanos, mortal, diante do Deus imortal.

A obra do homem se sobrepõe ao próprio homem. No caso das igrejas, elas pertencem à Deus, no caso das cidades ao capital. Para usufruir-se da primeira é necessário a subjugação a Deus, seguir seus mandamentos; no caso da cidade é a subjugação do homem, enquanto simples força de trabalho, ao capital e suas necessidades de reprodução. Mais presente na vida dos homens, o capital regula seu cotidiano tornando-o uniforme e alienante.

Por outro lado, esta mesma cotidianidade, massacrante e alienante, produz a consciência da vida, na contradição entre a esperança concebida e o cotidiano vivido, o que pressupõe a necessidade de transformações.

Refletir, hoje, sobre a cidade no Brasil significa pensá-la enquanto materialização do processo de "urbanização dependente" onde as contradições emergem de modo mais gritante; onde a acumulação da riqueza, que caminha pari-pasu à da miséria, leva a um tipo de reivindicação diferenciada, se comparada àquelas emergentes nos países, ditos desenvolvidos. Aqui ainda se trava uma árdua luta por condições mínimas de vida, por direitos básicos; já amplamente conquistados naqueles países.

A maior metrópole da América Latina, e principal cidade brasileira - São Paulo - é a expressão mais gritante do processo de reprodução do capital a nível mundial; onde a geração de riqueza é tão elevada quanto a criação da pobreza. Aqui 3 milhões de pessoas vivem em cortiços, 1,5 milhões em favelas⁽¹⁾ e 60% das construções da cidade são feitas no sistema de auto-construção.

Lefebvre⁽²⁾ chama atenção para o fato de que a especificidade da cidade, dos fenômenos urbanos produz-se em duas dimensões: no que chama de ordem global - vinculada às relações com a sociedade em seu conjunto, em seus elementos constitutivos em sua história, regulado por instituições - e com a ordem próxima - a relação dos indivíduos em grupos, tornando evidente sua imediatez. Dentro desse contexto, convém reforçar, o papel do homem e suas utopias.

O "pensamento de direita" acredita que os homens na sua maioria não são mais que uma massa na qual a subsis

(1) - Arlete M. Rodrigues e Manuel Seabra - Habitação e espaço social na cidade de São Paulo

(2) - Henri Lefebvre - Le droit à la ville, p. 54/55

tância humana é negada (a massa é inconsciente, uniforme, quantitativa, sem tipo e tradição, portanto amorfa, vazia). Este homem é o "nada radical" que não possui existência em nenhum domínio, sua própria história lhe escapa e ele é incapaz de transcendê-la. A massa passa, assim a ser o terreno apropriado para a propaganda sugestionável, irresponsável. A história escapa aos homens⁽¹⁾.

Contraposta a essa concepção de homem, o materialismo histórico contrapõe a idéia do homem como sujeito, não um ser abstrato, fora do mundo. "Os fundamentos da concepção do indivíduo humano, em Marx", são: o indivíduo como parte da natureza, como objeto; o indivíduo como parte da sociedade; no sentido da explicação das suas concepções, opiniões e juízos de valor; e finalmente, o indivíduo como fruto da autocriação"⁽²⁾.

O pressuposto de que o mundo é produzido pelo homem sob determinadas condições sociais e inter-humanas, produto da atividade de gerações anteriores (que se superam a cada momento histórico), coloca-nos a discussão do desenvolvimento do processo de humanização do homem. Tal processo, aprofundado no capitalismo, remete-nos às condições reais de aprisionamento do indivíduo, enquanto expressão da relação entre os homens e, conseqüentemente, as perspectivas abertas na busca da liberdade.

O aprisionamento do homem dá-se pela mediação da necessidade. Hannah Arendt⁽³⁾ chama atenção para o fato de

(1) - Simone de Beauvoir, O pensamento de direita, hoje

(2) - Adam Schaff, O Marxismo e o indivíduo, p. 79

(3) - A condição humana, p. 20

que, já em Aristóteles, a liberdade aparece em inteira independência das necessidades da vida e das relações dela decorrentes. Esta condição prévia de liberdade eliminaria qualquer modo de vida dedicado, basicamente, à sobrevivência do indivíduo.

A satisfação das necessidades, produzidas historicamente, para a manutenção da vida (no sentido pleno) do homem está na base dos movimentos reivindicatórios urbanos o que nos leva a considerar a relação entre a produção destas necessidades e o patamar de realização das mesmas.

Os movimentos sociais têm, na cidade, colocado em xeque as contradições geradas pelo capitalismo, através da ação que se desenvolve, a partir da vivência da cotidianidade dos indivíduos. Num primeiro momento a luta é para suprir necessidades básicas, o que implicaria na melhoria da vida cotidiana), num segundo momento a luta assume uma dimensão política mais ampla de luta pelos direitos de cidadania, num novo patamar de reprodução da vida.

A elaboração de propostas de mudanças em direção a uma nova sociedade, induz-nos a discutir a necessidade de transformações radicais⁽¹⁾.

Uma tarefa que se impõe diz respeito à necessidade de superação da alienação a qual está submetido o processo de trabalho e o seu produto; o que (no nosso caso) levaria, necessariamente, à reprodução de um novo tipo de urbano.

(1) - Usamos esse termo dentro do contexto filosófico, elaborado por Heller, que entende o radicalismo como "uma crítica radical da sociedade, fundada nas relações de subordinação e de domínio na divisão quase natural do trabalho. Radicais são os homens que, distanciando-se da forma de vida burguesa, escolhem uma forma di

Todavia, uma produção espacial que tenderia a eliminar a contradição fundamental na qual está baseada - o fato da produção ser socializada e da apropriação privada - remete-nos a questão chave do conteúdo do trabalho social e da propriedade privada.

A discussão em torno da participação da sociedade, como um todo, na elaboração dos projetos - econômicos, políticos e sociais - da nação e a mudança da correlação de forças, imposta pela necessidade de expansão dos direitos fundamentais dos trabalhadores e da conquista de amplos espaços políticos, na medida em que a maioria da população brasileira tem sido, sistematicamente excluída das decisões, se impõe.

A teoria do carecimento elaborada por Agnes Heller⁽¹⁾ abre uma perspectiva para a discussão da construção de uma nova sociedade. Segundo a Autora é impossível ultrapassar a sociedade, fundada em relações de subordinação e de domínio, através de uma estrutura que a reproduza. Para que algo, verdadeiramente, mude é preciso mudar algo, isto significa tornar o próprio homem consciente de sua qualidade de sujeito, aspirando uma nova sociedade - como unidade de formas de vida diversas eliminando os contrastes de interesse - que elimine as relações de subordinação e de domínio.

A autora propõe uma crítica total - radical - da sociedade, a partir da idéia dos carecimentos radicais "que

- (continuação) - versa, e motivam e expressam também teoricamente esse distanciamento e essa nova orientação, agindo em conformidade com as novas interpretações de valor que resultam dessa decisão fundamental" in A Filosofia Radical, p. 140.

(1) - A Filosofia Radical e Para Mudar a vida.

se formam nas sociedades fundadas em relação de subordinação e de domínio, mas que não podem ser satisfeitas quando se resta no interior delas. São carecimentos cuja satisfação só é possível com a superação dessa sociedade"⁽¹⁾. Cita como exemplos, o carecimento de uma humanidade unitária como unidade de formas de vida diversas que elimina contrastes de interesses; o carecimento de que os homens sejam postos em condição de decidir, no curso de uma discussão racional, sobre o desenvolvimento da sociedade, sobre seu conteúdo, direção e valores; a generalização das comunidades livremente escolhidas; a igualdade de todos os homens nas relações sociais e de eliminação do domínio social; a eliminação da guerra e dos armamentos; a discrepância entre a coerção do trabalho socialmente necessário e a vacuidade de tempo livre; a eliminação da fome e da miséria; o desejo de eliminação entre alta cultura e cultura de massa, etc.

Para a Autora as tarefas fundamentais da filosofia radical seriam:

- a) assumir para si a tarefa filosófica, no sentido estrito, generalizando os juízos de valor, elaborando ideais nos quais se encarne a utopia racional, a partir de uma crítica total;
- b) juntamente com o ideal de sua utopia radical, deve assumir a tarefa de elaborar uma teoria da sociedade;

(1) - Agnes Heller - A Filosofia Radical, p. 143

C) deverá sugerir como se pode agir, que ação hoje é possível e, evidentemente, deve investigar e dar a resposta em termos de possibilidade; portanto é um dever oferecer sugestões à ação política no sentido lato". Não deve jamais olhar com desprezo, do alto de sua utopia, os esforços dos homens para resolver os seus conflitos e para agir de acordo com todos , procurar resolver os conflitos concretos e buscar a possibilidade ótima de ação numa sociedade concreta e, em suas sugestões relativas à ação deve fixar 2 critérios: o do dever-ser da utopia radical e o do possível"(1) .

A realização da liberdade do homem, autônomo e livre, onde ele não seja apenas meio para outro homem, se impõe. Logo a saída possível é aquela que permitiria ao homem reencontrar-se enquanto humano, onde se eliminariam as bases da subordinação e dominação nas quais estão assentadas as relações entre os homens, impossíveis de serem realizadas, sem a superação do capitalismo enquanto modo de produção e de vida. O caminho para o socialismo tem ~~sido~~ uma alternativa para a superação desta situação.

Castells⁽²⁾ propõe uma via democrática para o socialismo. Afirma que a crise estrutural do capitalismo, expressa na crise urbana, coloca de forma urgente a necessidade de uma "alternativa global a um sistema que só continua funcionando na base da represssão ao desenvolvimento de novas relações sociais e de novas forças produtivas"⁽³⁾ . Como para o Autor a experiência histórica da ditadura do proletariado criou receios muito grandes, acredita na possibi-

(1) - Op. cit. p. 157

(2) - Manuel Castells - Cidade, democracia e socialismo

(3) - idem, p. 183

lidade da construção progressiva de um novo tipo de socialismo, como um novo modelo de organização social.

Do ponto de vista urbano, o caminho para esse novo socialismo implicaria, para Castells, numa nova ordenação territorial, de modo mais equilibrado que freasse a concentração urbana com o aproveitamento adequado dos recursos naturais. Para isso seria necessário uma política regional descentralizante com a correspondente autonomia regional e programação econômica global do conjunto do país.

Todavia, diante da existência de grandes cidades e da impossibilidade natural de desurbanizá-las, propõe profundas transformações de modo a colocá-las a serviço de seus habitantes. Para que isso ocorra alvitra: "controle público sobre a utilização do terreno urbano, política habitacional que torne a moradia um direito social; equipamentos coletivos adequados, financiados pelo Estado ou pela iniciativa privada, sob planejamento municipal; política de espaços verdes, zonas de esportes e preservação de áreas naturais; prioridade absoluta aos transportes coletivos; renovação social do centro e descentralização de atividades; animação social nos bairros; desenvolvimento de atividades culturais populares; etc. O que implica, a nível de organização social e institucional, um forte controle, planejamento e investimento público sobre o funcionamento da cidade; municipalidades democráticas com grande autonomia e política fiscal própria; descentralização progressiva da adminsitração municipal a nível de bairros; reforço das organizações populares espontâneas a nível residencial..."⁽¹⁾.

(1) - Manuel Castells, op. cit. p. 184/185

Acredita que a partir dessas bases materiais, organizativas e sociais, um novo tipo de vida cotidiana começará a surgir. "A cidade socialista não é nem uma utopia intelectual, nem um novo truque de 'marketing' eleitoral. É a exigência inadiável da crise urbana em que vivemos hoje em dia e que nos sufoca em dados momentos. É, em sua forma e em seu fundo, a consequência concreta das reivindicações, propostas e realizações que os cidadãos forem capazes de realizar. A cidade socialista é a fronteira histórica do movimento citadino e uma das metas decisivas da esquerda política. Na verdade, é uma cidade que começaram a construir há alguns anos os favelados de Vallecas sob a repressão franquista e a chuva do inverno" (1).

Na realidade essas conclusões de Castells, são decorrentes de um momento específico da história espanhola, produto das transformações sociais e,consequentes mudanças políticas provenientes do aparecimento, na última década, do franquismo, de uma série de lutas reivindicatórias, ocorridas, particularmente nas cidades, como produto da crise do capitalismo avançado.

As condições históricas brasileiras, país capitalista dependente, leva-nos a pensar que aqui, a construção do socialismo poderá seguir outros caminhos. Não nos basta uma política regional descentralizada e,consequente autonomias regionais; quando a maioria da população vive em condições miseráveis.

(1) - Op. cit. p. 186

Henri Lefebvre⁽¹⁾ também aponta para a necessidade de produção de uma nova cidade nos caminhos de uma transformação em direção ao socialismo, concebido como produção orientada para as necessidades sociais e,consequentemente para as necessidades da sociedade urbana. Esboça a cidade futura como uma reversão total da situação atual, no sentido de que a realidade urbana seja destinada aos "usuários" e não aos especuladores, aos promotores capitalistas, aos planos técnicos.

O direito à cidade, para Lefebvre, "manifesta-se como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação. O direito à obra (a atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito de propriedade) se imbricam dentro do direito à cidade"⁽²⁾. Nesse sentido, acabar-se-ia com a separação cotidianeidade-lazer, vida cotidiana-festa; onde a cidade se encontraria enquanto espaço do trabalho produtivo, da obra e do lazer. A cidade seria a obra perpétua dos seus habitantes, contraria a idéia de receptáculo passivo da produção e das políticas de planejamento.

Para o Autor o desenvolvimento da sociedade só pode ser concebido na vida urbana, pela realização da sociedade urbana. O duplo processo de industrialização e urbanização perde seu sentido se não for considerada a sociedade urbana como objetivo e finalidade da industrialização; se se subordina a vida urbana ao crescimento industrial. Para este a

(1) - Le droit à la ville

(2) - op. cit. p. 140

classe operária é vítima de uma segregação, seus direitos são mal reconhecidos, expulsa do centro para a periferia, despossuída da cidade, expropriada dos melhores resultados de sua atividade.

Nesse sentido, avanta a necessidade de uma nova cidade onde o proletariado poderia construir um novo humanismo: "aquele do homem urbano para quem a cidade e a própria vida cotidiana na cidade torna-se obra, apropriação, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência da arte, da técnica, da dominação sobre a natureza material (...) somente a planificação realizada pela classe operária e seus mandatários políticos pode modificar profundamente a vida social e abrir uma segunda era: aquela do socialismo, nos países neocapitalistas. Até lá as transformações restarão na superfície ao nível dos signos e da linguagem e da metalinguagem (discurso sobre o discurso anterior) (...). A reforma urbana tem uma perspectiva revolucionária (...). Ela dá lugar a uma estratégia que se opõe a estratégia da classe hoje dominante"(1).

Aqui há duas considerações a serem feitas, ambas muito polêmicas. A primeira refere-se ao sujeito da história que fará as transformações; Lefebvre segue o caminho de Marx; Castells, parece contestar essa idéia do proletariado como sujeito da transformação quando analisa o papel dos movimentos sociais urbanos que, do ponto de vista da classe é heterogêneo. Helles nos fala que as transformações partirão dos sujeitos com carecimentos radicais.

(1) - Op. cit. p. 147

A segunda refere-se ao fato de que tanto Heller quanto Lefebvre discutem a necessidade de transformações radicais, sob pena de nos mantermos dentro dos limites impostos pela estrutura atual, enquanto Castells acredita na união das esquerdas e no papel do Estado democrático, que mesmo no âmbito do capitalismo, permitiria o avanço das forças socialistas na medida em que no seu seio haveria elementos progressistas, o que a nosso ver o leva a pensar numa via democrática para o socialismo.

Aqui no Brasil os movimentos sociais urbanos têm sido discutidos, há já algum tempo por pesquisadores de várias áreas, como um fenômeno recente, que tem marcado o cenário político, enquanto expressão das contradições do sistema capitalista nas cidades.

No momento atual em que se elegem os deputados federais e senadores que comporão o Congresso Constituinte, o balanço desses movimentos têm sido realizado e avaliado em função de elaboração de propostas para "amenizar" e/ou "resolver" a crise urbana, fundamentalmente, nas grandes áreas metropolitanas.

Fala-se na construção de uma cidade democrática e livre; mas para que isso ocorra é necessário discutir-se uma pré-condição: a existência de homens livres, onde a cidade não seja entendida como valor de troca e enquanto suas áreas forem mantidas como reservas de valor. Impõe-se pensar a cidade não enquanto materialização das condições gerais do processo de reprodução do capital, mas da vida humana em sua plenitude; coloca-se como fundamental superar a

contradição lógica imanente ao atual sistema entre valor de uso e de troca, logo, o novo urbano seria produto de outras relações de produção que não aquela fundamentada na subordinação dos indivíduos e na segregação social, onde o trabalho teria um novo conteúdo. A nova configuração espacial seria produto das novas relações entre as pessoas realizadas em função de novos valores.

A nosso ver, no centro da crise urbana, está o poder conferido pela propriedade privada da terra que implica nas atuais formas de acesso à cidade, tanto no que se refere à moradia, como às condições de vida, expressas na contradição entre a riqueza e a pobreza; uma cidade que se produz em função de necessidades e objetivos que fogem àqueles do conjunto da sociedade - particularmente da classe trabalhadora.

A necessidade de se pensar o urbano numa perspectiva de mudança envolve a análise das desigualdades sociais que coloca em xeque as formas de apropriação - expressa no parcelamento do solo urbano e, conseqüentemente, nas formas de uso -, a impossibilidade do sistema capitalista atender as necessidades de uma parcela cada vez maior da população; o questionamento dos processos que produzem contraditoriamente riqueza e pobreza.

Pensar numa cidade humana, num novo urbano significa a superação da atual ordem econômica, social, jurídica, política e ideológica, a partir da participação de toda a sociedade brasileira, através da ampliação dos espaços de representação, do fortalecimento dos sindicatos e dos partidos autênticos. As conquistas democráticas colocam-se como

fundamentalmente prioritárias para o avanço em direção a construção de uma nova sociedade.

Mas não basta somente elaborar planos, "cada passo do movimento real vale mais do que, uma dúzia de programas" (1) somente a ação permitira mudanças na correlação de forças, fator indispensável para que algo mude.

Um exemplo claro dessa situação é a tramitação do projeto de desenvolvimentno urbano 775/83. Apesar de ter sido elaborado "de cima para baixo" apresentava, em sua versão original, um "caráter progressista", contemplando, por exemplo, o usocapião especial urbano. Todavia, este ante-projeto sofreu profundas alterações a partir das pressões dos setores imobiliários, com acesso à Câmara dos Deputados, em prejuízo da população carente. Logo a subversão da atual correlação de forças é fundamental para a elaboração de políticas democráticas que usem o interesse da população como um todo.

Vários segmentos da sociedade, partidos políticos que discutem o atual processo constituinte, no Brasil, batem na mesma tecla: a Constituição deve refletir os interesses da população. Todavia, isoladamente, esta idéia não garante muita coisa. É necessário, que a sociedade brasileira se mobilize concretamente para garantir que a nova Carta Magna contemple os direitos da classe trabalhadora. A atual Constituição assevera que todo poder emana do povo e, em seu nome será exercido; nem por isso a sociedade brasileira, como um todo, foi ouvida e mesmo deixou de ser excluída das decisões dos últimos 20 anos. Estas decisões e projetos ele

(1) - Karl Marx - Carta a W. Bracke - Textos, volume I, p. 225

varam o Brasil à oitava economia do mundo, produzindo um crescimento sem desenvolvimento. Produziu riqueza e multiplicou a miséria. 64% da população brasileira recebia, em 1980, até 2 salários mínimos. A repressão e a despolitização tirou dos brasileiros o poder de decisão e, disseminou-se nos meios políticos a corrupção e o arbítrio.

Longe de subestimar a importância de uma constituição democrática que garanta espaço para a classe trabalhadora impor suas reivindicações em contraposição aos interesses privados daqueles que se chamam representantes da sociedade brasileira, e assegure a todos ao longo da democratização do poder, o direito a uma vida digna; é necessário garantir meios para que a população participe, diretamente, da administração pública não só através de seus vereadores que na maioria dos casos não estão imbuídos de seu papel social e político de representante do povo, mas de grupos de interesses.

Garantir na Constituição a autonomia municipal, como muitos apregoam, pode ser um passo importante, mas não será garantia de sua efetivação. Esse fato é nítido em Curitiba. É necessário a criação de meios que garantam a realização de uma gestão democrática com a ampla participação da sociedade no cotidiano da gestão. A população precisa assumir o papel real de protagonista na elaboração e realização de projetos para colocar a reprodução do espaço urbano em outro patamar.

O questionamento dos mecanismos de distribuição de renda, do poder conferido à propriedade privada e da demon

cratização do poder, apareceriam a nosso ver como pré condi
ção para elaboração de quaisquer projetos de cosntrução de
uma nova cidade.

É impossível "tapar o sol com a peneira", é precii
so atacar os problemas de frente, não se "democratiza (1)
uma cidade como São Paulo, abstraindo-se que aproximadamente
40% da área dotada de infra-estrutura - guardada enquanto re-
serva de valor - está vazia e a população de menor poder aquii
sitivo é expulsa para a periferia pelo processo de valoriza-
ção da terra, ocupando terrenos sem infra-estrutura.

Uma solução radical para esse problema seria destii
tuir mecanismos de apropriação coletiva da Terra urbana, mas
qual sua viabilidade hoje no Brasil?

Ribeiro (2) propõe a instituição de um tributo so-
bre a valorização imobiliária (imóveis e terrenos) asseveran
do que o imóvel deixaria de ser valor de troca e passaria a
ser um valor de uso, onde os ganhos reais (isto é desconta -
dos os custos de manutenção e a amortização), seriam apropriaa
dos pelo governo da cidade, já que decorrem do trabalho so-
cial empregado na construção da cidade, logo esses recursos
deveriam ser, obrigatoriamente, alocados na produção e ges-
tão de equipamentos e serviços urbanos na periferia.

Rodrigues (3), propõe: a) a criação de um incenti-
vo à formação de cooperativas de moradores a exemplo do que

(1) - A expressão "cidade democrática" tem sido muito usada entre aque-
les que discutem propostas de transformação do espaço urbano, atua
almente.

(2) - Luis Cesar de Q. Ribeiro - Reforma Urbana: atualidades sobre um
tema esquecido.

(3) - Arlete Moises Rodrigues - Movimentos Sopciais Urbanos e Constitu-
inte.

ocorre na Constituição Portuguesa (artigo 61, que garante o direito de constituição de cooperativas); b) separação do direito de construir, do direito de propriedade autonomizando um em relação ao outro (previsto na lei 775/83), o que implicaria em atribuir o direito de construir ao poder público, mediante uma generalizada "expropriação" desse direito, sem o pagamento de indenização, já que manteria propriedade da terra. Alega a Autora, que este princípio tem se desenvolvido em alguns países capitalistas.

Na fase atual, a sociedade brasileira exige mudanças. Os movimentos urbanos questionam a propriedade, a distribuição e uso da terra. Nenhuma das propostas feitas por Ribeiro e Rodrigues poderá ser realizada sem a discussão do conteúdo da propriedade privada. Não basta dar autonomia aos municípios para regulamentarem o uso do solo, ou a "expropriação" do direito de construção; é necessário que a administração local seja transparente e que a população local tenha poder de interferir nela.

Depois de analisar a estrutura do poder local em Cotia (a poucos minutos da capital paulista) sem medo de exagero, posso afirmar que a autonomia municipal - como pedem muitos daqueles que hoje propõem mudanças do país - seria catastrófico para a população cotiana na medida em que o poder político está, umbilicalmente, associado ao econômico e, portanto sujeito às pressões desses setores (como vimos no capítulo III), o que, neste caso, concorre para a descaracterização do legislativo e alijamento total da população na administração. Enquanto a classe empresarial, financeir

ra, agropecuária fizer de seus representantes, os representantes da população - seja a nível local, estadual ou federal - ousamos afirmar que a autonomia e descentralização não permitirá, necessariamente, o avanço das forças democráticas.

Nesse sentido, discordamos do caminho de Castells para o socialismo. No Brasil, o processo deve situar-se, preferencialmente, fora do Estado; sem no entanto abandonar:

- a) a luta pela democratização do poder dentro do Estado;
- b) a exigência de transparência na gestão administrativa (em todos os níveis) c) a socialização das informações; d) a necessidade de ampliação do poder legislativo nas decisões do executivo (como por exemplo na feitura e realização dos orçamentos; na realização do código tributário; na lei de zoneamento, etc.).

Na perspectiva de discussão de transformações da sociedade, a partir dos "carecimentos radicais", não se trata a nosso ver, de pensarmos a produção de uma cidade "democrática", mas "socialista", e os caminhos que, partindo da superação da sociedade capitalista nos conduziram ao socialismo.

Também, em virtude da análise realizada sobre os movimentos sociais, somente o proletariado teria as condições, a partir de seus carecimentos radicais, de ser o sujeito da transformação radical da sociedade capitalista em direção ao socialismo.

Ainda havia tanto por fazer, pensar, refletir, dis
cutir...

A tese que ora entregamos ao público, foi o possível, dentro de condições precisas que o trabalho na Universi
dade nos proporcionou. Consola-nos a idéia de que todo trabalho é datado e expressa as idéias e o estágio de reflexão do Autor, sobre as questões que se propôs analisar, num deter
minado momento de sua vida.

Como diz Antonin Artaud, "tudo que ainda não nasceu pode vir a nascer, contanto que não nos contentemos em ser simples órgãos de registro".

São Paulo, dezembro de 1986

APÉNDICE

A análise realizada ao longo deste trabalho, teve como ponto de partida o estudo do lugar. A partir da pesquisa de campo, realizada em Cotia e da nossa vivência na metrópole paulista, elaboramos a análise aqui apresentada que, evidentemente transcende a discussão do lugar.

1. A área de pesquisa

A escolha da área de pesquisa fundamenta-se, inicialmente, no fato de que o processo de acumulação/urbanização é desigual e altamente concentrado, cujo ponto de maior expressão espacial, desse processo em território nacional, é representada pela grande São Paulo; assim, optamos por uma cidade da região metropolitana paulista.

Dentro da região os requisitos utilizados para a escolha da área referiam-se:

- a) um município onde a atividade industrial fosse importante;
- b) a existência de estabelecimentos industriais significativos, isto é, aqueles que fossem os mais importantes na geração da renda, concentração de mão de obra e efeito multiplicador: material de transporte, metalurgia, material elétrico e de comunicação, têxtil, mecânica e química e;
- c) fundamentalmente, que apresentasse uma implantação industrial recente, o que a nosso ver, naquele momento, possibilitaria apreender e/ou acompanhar as transformações da estruturação do espaço.

Convém lembrar que nosso ponto de partida era a análise

lise do processo de produção do espaço urbano, através do trabalho industrial; somente no desenvolvimento da pesquisa sentimos necessidade de ampliá-la para permitir a plena construção do objeto da pesquisa.

2. A pesquisa de campo

Esta foi elaborada em três fases. A primeira refere-se a pesquisa de arquivos, a segunda a aplicação de questionários e, finalmente, entrevistas.

2.1. Pesquisa nos arquivos

Nesta fase elaboramos um levantamento em Cotia, na Prefeitura (pesquisa sobre a indústria local, o orçamento, implantação de loteamentos, projetos de desenvolvimento urbano e leis do uso de solo), na Câmara Municipal (os livros de taquigrafia das sessões referentes ao ano de 1983 e publicações da Câmara), Posto Fiscal (onde foram consultadas as fichas de I.C.M.), Jornal da Cidade, Forum de Cotia (1ª e 2ª varas onde foi feito um levantamento sobre usocapião) e Jornal D'Aqui. Em São Paulo fizemos pesquisa na Emplasa (levantamento de dados secundários e material cartográfico) e nas atas da Assembléia Legislativa de São Paulo.

A pesquisa na Prefeitura de Cotia permitiu-nos a elaboração de 2 cartas a partir da base da implantação dos loteamentos na escala 1:5000. A primeira refere-se a elaboração da Planta de Valores e a segunda a Evolução de Mancha Urbana cotiana. Na Emplasa coletamos dados para realização da carta de Preço da Terra e a de Uso do Solo; do Plano Diretor de Cotia feito pela Emplasa, reproduzimos as cartas apresentadas na escala de 1:200.000 .

2.2 Aplicação de questionarios

Não raro ouvimos na Universidade, sobre a dificuldade de se fazer pesquisa no Brasil onde a pobreza, inexistência ou mesmo parcialidade na elaboração dos dados, constitui um obstáculo, na maioria das vezes, intransponível.

No nosso caso, além da inexistência dos dados necessários ao desenvolvimento do tema, encontramos dificuldade para chegar ao número de estabelecimentos industriais, existente em Cotia, primeiro passo para a aplicação do questionario.

Para 1975 o Censo Industrial da FIBGE, indicava 200 estabelecimentos industriais em Cotia, enquanto a listagem PIS-1975 relacionava 91, uma pesquisa realizada pela Emplasa em 1978 (para elaboração do Plano Diretor) classificava 175 estabelecimentos e a Prefeitura de Cotia totalizava 108 estabelecimentos em 1982.

A análise das fichas cadastrais, encontradas na Prefeitura, e cotejadas com as fichas do I.C.M., levou-nos a um total de 193 estabelecimentos em 1983 e a partir desse dado, relacionado ao valor adicionado, e os objetivos do questionário, foi elaborada a tabela que serviu de base para o dimensionamento da amostra (1).

- o questionario

O questionário aplicado nas empresas selecionadas, do Município de Cotia, foi elaborado a partir dos seguintes objetivos:

(1) - Realizada pelo Engenheiro Vernon Richard Kolh da Emplasa

- a) determinar a produção espacial e as condicionantes desse processo num determinado lugar, identificando a atividade industrial no espaço urbano de Cotia, suas instalações "físicas" e as condições de sua instalação;
- b) tecer relações intra e interespaciais de cada estabelecimento como tentativa de captar, espacialmente, as articulações que se realizam a partir e para o urbano. As relações intraespaciais tem o objetivo de relacionar cada estabelecimento industrial no município em sua trama de relações espaciais internas e um segundo momento detectar as relações desses estabelecimentos com outras áreas - da região a que pertence, com o estado, país ou mesmo com o exterior;
- c) tentar apreender o processo de articulação espacial entre a produção, circulação e troca de mercadorias produzidas;
- d) obter informações sobre as condições de trabalho na firma.

Com isso pretendíamos apreender a materialização espacial do ciclo do capital em Cotia, subordinada a três momentos:

- a) análise das especificidades do processo espacial do lugar;
- b) a articulação entre o lugar e a região a qual pertence - a divisão espacial do trabalho;
- c) o desenvolvimento espacial desigual.

Quanto a tabulação dos questionários o procedimento estatístico utilizado levou-nos a uma amostra de 70 questionários correspondendo a 36,26% dos estabelecimentos industriais de Cotia em 1982, distribuídos conforme a tabela.

COTIA - Distribuição dos estabelecimentos industriais (total e amostra)
por gênero de indústria - 1982

GÊNEROS DE INDÚSTRIA	Nº TOTAL DE ESTABEL/OS		A M O S T R A G E M			VALOR % DA AMOSTRA SO- BRE TOTAL
	%		Nº DAS AMOSTRAS	% SO- BRE 70	% SOBRE O GÊNERO	
Minerais não metálicos	41	21	12	17,1	29	6,2
Metalúrgica	32	16,5	15	21,4	46,8	7,7
Mecânica	26	13,4	10	14,2	38,4	5,1
Mat. de transp.	2	1	1	1,4	50,0	0,5
Material elé- trico e comunin.	6	3,1	4	5,7	66,6	2,0
Química	17	8,8	4	5,7	23,5	2,0
Papel	2	1,0	1	1,4	50,0	0,5
Madeira-Mobi- liário	11	5,6	4	5,7	36,3	2,0
Têxtil	6	3,1	4	5,7	66,6	2,0
Borracha	2	1,0	1	1,4	50,0	0,5
Confecção	5	2,5	1	1,4	20,0	0,5
Prod.Aliment.	13	6,7	5	7,1	38,4	2,5
Bebidas	2	1,0	1	1,4	50,0	0,5
Ed. e Gráfica	3	1,5	1	1,4	33,3	0,5
Prod.Mat.Plast.	9	4,6	1	1,4	11,1	0,5
Prod.Farmac.	6	3,1	2	2,8	33,3	1,0
Diversas	7	3,6	1	1,4	14,2	0,5
Sem Classif.	3	1,5	2	2,8	66,6	0,1
TOTAL	193	100	70	100	100	100

Fonte. DIPAMS

A conclusão da aplicação nos remete aos seguintes dados:

QUESTIONÁRIOS	TOTAL	% NA AMOSTRA
1) Respondidos	29	41,4
2) Mudaram-se	3	4,2
3) Fecharam	4	5,7
4) Recusaram-se	3	4,2
5) Não localizadas	7	10,0
6) Não existem	2	2,8
7) Não responderam	22	31,4

A primeira vista os resultados da aplicação dos questionários se mostram insatisfatórios. A consulta ao estatístico nos levou a seguinte reflexão;

Em primeiro lugar, 29 questionários aplicados representam 15,02% do universo dos estabelecimentos industriais de Cotia em 1982, o que é um dado representativo. Em segundo lugar se levarmos em conta que no período, muitas indústrias fecharam; outras não existem, algumas mudaram-se e outras não foram localizadas a porcentagem da amostra em relação a totalidade dos estabelecimentos industriais da ~~área~~ pesquisada aumenta substancialmente, passando de 15 para 33%.

A tabulação realizada em função de objetivos, anteriormente, estabelecidos encontrou muitas barreiras devido a má vontade com que parte das indústrias, respondeu o questionário, eliminando a elaboração de tabelas referentes aos itens sobre valor e investimento.

O resultado do questionário levou-nos a fazer uma segunda tentativa. Elaboramos um questionário sintético com as questões centrais e aplicamos na totalidade dos estabelecimentos industriais cotianos (com a ajuda da Prefeitura de Cotia que enviou uma carta pedindo a colaboração dos industriais). Todavia nessa tentativa também não obtivemos muito sucesso; con seguimos reaver (depois de duas tentativas, 1984, 1985) 38 ques tionários de um total de 120.

Diante desse quadro, fomos obrigados a recorrer a dados secundários, particularmente da Emplasa, para elaborar a análise vinculada a atividade industrial. Em alguns momentos importantes, como a materialização espacial do ciclo do capital, a ausência de dados concretos empobreceu a análise, o que nos obrigou a recorrer em parte a nossa vivência na área e informa ções colhidas em entrevistas e jornais.

2. 3. Entrevistas

Esta etapa não se fundamentou em nenhuma amostragem estatística, nesse momento, privilegiamos o aspecto qualitativo na escolha e número de entrevistados.

Inicialmente as entrevistas dirigiram-se a antigos moradores de Cotia, com a preocupação de entender o lugar como um todo e sua história. Conversamos com professores, arquitetos, empregados da prefeitura, jornalistas, donas de casa.

Num segundo momento, nossa pesquisa dirigiu-se para a Granja Viana com o objetivo de entender sua estruturação e seus vínculos com Cotia e São Paulo. Aqui entrevistamos a filha de Niso Viana, arquitetos, padres, professores, vereadores, presidentes da S.A.B.G.V. (-atual e antigas), antigos e novos moradores. Dezenas de pessoas que se dispuseram a conversar conosco. Nesta fase, fomos acompanhados por Memê (estudante de história) e pela vereadora do PMDB Gilda Pompeia, (moradora da Granja).

Num terceiro momento nos voltamos para a análise dos movimentos sociais e a estrutura do poder local. Entrevistamos nessa fase presidentes e representantes das SAB'S de Cotia, militantes de partidos políticos, moradores que direta ou indiretamente participam e/ou participaram das lutas, membros da igreja e de Associações representativas, membros da Prefeitura - representantes da administração local como Coordenador de Desenvolvimento Urbano, da Pro-Cotia, da Coordenadoria de Obras e Serviços, Coordenadoria das Finanças - bem como 5 dos 15 vereadores da Câmara Municipal; inclusive seu presidente - (alguns se recusaram e outros não foram encontrados; o que nos

obrigou a trabalhar nas Taquigrafias da Câmara e assistir duas sessões.)

No período de pesquisa de campo assistimos reuniões no Metrô (onde a população cotidiana tem ido; frequentemente discutir problemas de transporte coletivo), visitamos escolas, igrejas e juntamente com um padre e uma moradora, pesquisamos o distrito de Caucaia, entrevistamos moradores da área agrícola e urbana. Com as vereadoras Sonia e Gilda nos enredamos pela área urbana de Cotia, e conversamos com a população sobre seus problemas e formas de reivindicação.

Foram meses de convivência na área da pesquisa; nas indústrias, nos jornais, nas ruas, nas casas, conversando com a população (ora pedindo, ora checando informações, pois muitas destas necessitavam um cuidado especial, particularmente as que se referiam ao poder local), na Prefeitura, etc. Uma experiência rica e estimulante

B I B L I O G R A F I A

BIBLIOGRAFIA

ALVES, A.C. - 1981 - Planejamento metropolitano e autonomia municipal no direito brasileiro - José Bushatsky editor, São Paulo

AMIN, S., PALLOIX, C., EMMANUEL, A. - 1972 - Imperialismo e Comércio Internacional Pasado y Presente nº 24, Cordoba

ANDRADE, M.C. - 1984 - Poder Político e produção do espaço, Editora Massariguana, Recife

ANDRADE, M.M. - 1979 - Diadema - Uma área de expansão da indústria na metrópole paulista - Dissertação de Mestrado, São Paulo - Mimeografado

ARENDT, H. - 1981 - A condição humana - Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo

ARINOS, A. (comissão) - 1986 - Ante projeto para a Constituição, mimeografado

ARTAUD, A. - 1964 - O teatro e seu duplo - Editora Max Limonad - São Paulo

ARVON, H. - 1961 - La philosophie du travail - Presses Universitaires de France, Paris

BEAUVOIR, S. - 1967 - O pensamento de direita, hoje - Edito
ra Paz e Terra - Rio de Janeiro

BECKER; B. ; COSTA, R.; SILVEIRA, C. (org) - 1983 - Aborda-
gens políticas da especialidade - UFRJ - Rio de Janeiro

BELLUZZO, L.G. e COUTINHO, R. (org) - 1984 - Desenvolvimen-
to capitalista no Brasil - Ensaaios sobre a crise - vol.
I, Brasiliense, São Paulo

BLAY, E.A. (org) - 1979 - A luta pelo espaço - Textos de so
ciologia Urbana - Editora Vozes, Petrópolis

CARDOSO, F.H. - 1980 - Regime Político e mudança social (al-
gumas reflexões a propósito do caso Brasileiro) en Revis
ta de Cultura e Política Nº 3 CEDEC/Paz e Terra RJ

CALABI, A., INDOVINA - 1973 - Sobre o uso capitalista do
território - tradução Moacyr Marques - in arquivi di
studi urbani e regionale anno IV nº 2

CALDEIRA, T.P. - 1984 - A política dos outros (o cotidiano
dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos
poderosos) - Editora Brasiliense, São Paulo

CAMPOS FILHO, C.M. - 1986 - Parâmetro mínimo para a Consti-
tuinte in Revista - ARquitetura e Urbanismo, agosto/86 -
p. 107/118, São Paulo

CARLOS, A.F.A. - 1979 - Reflexões sobre o espaço geográfico,
Dissertação de Mestrado - FFLCH - USP - São Paulo

CARLOS, A.F.A. - 1982 - A cidade e a organização do espaço
in Revista do Departamento de Geografia - USP - São Paulo

CARLOS, A.F.A. - 1986 - A apreensão do movimento do real -
mimeografado

CARVALHO, M.A.R. - 1986 - Rio de Janeiro - Juntando os peda-
ços (a propósito de uma tendência recente da produção in-
telectual sobre esta cidade) in Revista Rio de Janeiro
nº 2 - p. 91/100 - UFF - Niteroi

CASTELLS, M. - 1975 - Sociologia del espacio industrial - E
ditorial Aguso - Madrid

_____ - 1978 - Lutas Urbanas e poder político - Cidade
de em questão 5 - Porto

_____ - 1979 - Teoria Marxista das crises econômicas
e as transformações do capitalismo - Editora Paz e Terra,
São Paulo

_____ - 1980 - Cidade, democracia e socialismo - Paz
e Terra - São Paulo

CASTORIADIS, C. - 1983 - Socialismo ou Barbarie - Editora
Brasiliense - São Paulo

- CHALOULT, Y. - 1978 - Estado, Acumulação e Colonialismo interno, Ed. Vozes, Petrópolis
- CHOLEY, A. - 1951 - La geographie: Guide de l'étudiant - Presses Universitaires de France - Paris
- CINTRA, A. - 1974 - A política tradicional brasileira: Uma interpretação das relações entre o centro e a periferia in Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro - DIFEL, São Paulo, p. 29/78
- CLAVAL, P. 1972 - La pensée géographique, P.U.F., Paris
- COMPARATO, F.K. - 1986 - Ante-projeto para a Constituição, mimeografado
- COSTA, W.M. - 1982 - O processo contemporâneo de industrialização - um estudo sobre a expansão da produção industrial em território paulista - São Paulo - Departamento de Geografia - USP, Dissertação de Mestrado, mimeografado
- CHRISTOFOLETTI, A. (org.) - 1982 - Perspectivas de Geografia - DIFEL, São Paulo
- CRIBIER, F.; MURAN, M. e DURAND-DASTIS, F. - 1967 - Initiations aux exercices de Géographie régionale - SEDES, Paris

- DAMIANI, A.L. - 1984 - Na busca das favelas o encontro do "peão" que permanece - Dissertação de Mestrado, FFLCH - USP - mimeografado
- DEMANGEON, A. - 1956 - Problemas de Geographie Humaine - Ediciones Omega, Barcelona
- DOLFUS, O. - 1973 - A análise geográfica - Difusão Européia do Livro - Saber atual 159 - São Paulo
- DURHAM, E. - 1984 - A construção da cidadania - In Novos Estudos Cebrap nº 10 - p.24/30
- EGLER, C. - 1985 - Preço da terra, taxa de juro e acumulação financeira no Brasil - p. 112/135 - In Revista de Economia Política vol. 5 nº 1 janeiro/março - Editora Brasileira, Rio de Janeiro
- ENGELS, F. - 1975 - A situação da classe trabalhadora na Inglaterra - Editorial Presença, Lisboa
- _____ - A "Contribuição à crítica da Economia Política" de Karl Marx in Marx e Engels textos nº 3, Edições Sociais - São Paulo
- EMPLASA - 1977 - Análise preliminar dos dados do Sumário de Dados da Grande São Paulo - São Paulo, mimeografado

EMPLASA - 1980 - Da nova lei de parcelamento do solo - São Paulo

EMPLASA - 1981 - Elaboração do Plano Diretor de desenvolvimento integrado de Cotia. Relatório preliminar Projeto 7343/051 - São Paulo, mimeografado

EMPLASA - 1981 - Análise comparativa do curso industrial do Estado de São Paulo - o comportamento da Grande São Paulo São Paulo, mimeografado

EMPLASA - 1982 - A Grande São Paulo Hoje - Secretaria do Estado dos Negócios Metropolitanos - São Paulo

EMPLASA, S.N.M. - 1984 - II Seminário Paulista das Sociedades Amigos de Bairros - Anais - Coleção Documentos SPAM , São Paulo

EMPLASA, 1985 - Legislação básica de interesse metropolitano

EMPLASA, Sumário de dados da Grande São Paulo - vários anos

EQUIPE DA PROVINCIA ECLESIAÍSTICA DE SÃO PAULO - 1982 - Solo Urbano e Ação Pastoral - Editora Vozes - Petrópolis

EVERS, T.; PLANTENBERG, C. e SPESSART, S. - Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina - 110-164 - In Cidade, povo e poder - CEDEC, Paz e Terra, São Paulo

FOLIN, M. - 1976 - La ciudad del capital y otros escritos.

Ediciones G. Gili S.A., Barcelona

FRANK, A.G. - 1980 - Acumulação dependente e subdesenvolvimento -

Editora Brasiliense, São Paulo

FREIRE, R. e BRITO, F. - 1982 - Utopia e paixão - a política

do cotidiano - Rocco, Rio de Janeiro

GALEANO, E. - 1983 - Veias Abertas da América Latina - Edito

ra Paz e Terra, Rio de Janeiro

GEORGE, P. - s/d - A ação do homem - Difusão Européia do Li-

vro - São Paulo

GOHN, M.G. - 1980 - A questão dos movimentos sociais urbanos

In Caderno do Ceru nº 13 - setembro 1980 - São Paulo

GORZ, A. - 1968 - Estratégia operária e neocapitalismo -

Zahar Editores, Rio de Janeiro

GRUPPI, L. - 1968 - O conceito de hegemonia em Gramsci, E-

ditora Graal, Rio de Janeiro

GUGLIELMO, R. - 1980 - Geografia e Dialética in Reflexões

sobre a Geografia - AGB, p. 27/51

HARTSHORNE, R. - 1978 - Questões sobre a natureza da Geogra

fia - p. 66/100, cap. 6 e 7

HARVEY, D. - 1980 - Justiça social e a cidade - HUCITEC,
São Paulo

- 1982 - O trabalho, o capital e o conflito de
classes em torno do ambiente construído nas sociedades
capitalistas avançadas in Espaço e Debates nº 6 - p.
6/35 - São Paulo

_____ - 1982 - The limits to capital Brasil Black well
England

HELLER, A. - 1977 - Sociologia de la vida cotidiana - Edi -
ciones Península - Barcelona

_____ - 1978 - La théorie des besoins Chez Marx - Édi-
tions 10/18 - Paris

_____ - 1982 - Para mudar a vida - felicidade, liberdade
e democracia - Editora Brasiliense - São Paulo

_____ - 1983 - A Filosofia Radical - Brasiliense, São
Paulo

ISNARD, H. - 1975 - L'espace géographique - In Annales de
Géographie nº 462 - Paris

JUILLARD, E. - 1962 - A Região: tentativa de definição -
Annales de Géographie - LXXI, nº 387 - tradução Ruth
Magnanini, IBGE - Rio de Janeiro

KANT, E. - 1973 - Crítica de la razon pura Vol. I - Edito -
rial Losada S.A. - Buenos Aires

KEDROW, B. - 1977 - La classification des sciences - Editores
Progrés, Moscou, vol. I

KOPNIN, P.V. - 1978 - A dialética como lógica e teoria do co
nhhecimento - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro,

KOWARICK, L. - 1982 - O preço do progresso: crescimento eco-
nômico, pauperização e espoliação urbana - 30-48 - In
Cidade, povo e poder nº 5 - CEDEC - Paz e Terra, São Pau-
lo

KOWARICK, L. - s/d - Movimentos urbanos no Brasil contemporâ
neo: Uma análise da literatura - CEDEC - mimeografado

LA BLACHE, V. - 1954 - Princípios de Geografia Humana - Edi-
tora Cosmos - Lisboa

LA CORTE, N. - 1973 - A estrutura da indústria no Estado de
São Paulo - uma proposição de uso da cartografia como mé-
todo

LACOSTE, Y. - 1977 - A geografia serve antes de mais nada pa
ra fazer a guerra - Iniciativas Editoriais - Lisboa

LANGENBUCH, J. - 1971 - Estruturação da Grande São Paulo -
Fundação I.B.G.E. Rio de Janeiro

_____ - s/d - Assentamento industrial na Grande São
Paulo - mimeografado

LEAL, V.N. - 1878 - Coronelismo, enxada e voto - Editora
Alfa Ômega, São Paulo

LE LANNOU - 1949 - La Geographie Humaine - Flammarion
Editeur - Paris

LEFEBVRE, H. - 1955 - La notion de totalité dans les sciences
sociales in Cahiers - Internacionaux de Sociologie vol.
XVIII - jan/juin - P.V.F. Paris

_____ - 1968 - Le droit à la ville - Éditions
Anthropus - Paris

_____ - 1972 - La pensée marxiste et la ville.
Casterman - Paris

_____ - 1981 - Problemas de sociologia rural in Intro
dução crítica à sociologia rural - Estudos rurais,
p. 144/162 - Hucitec, São Paulo

_____ - 1981 - Perspectivas da sociologia rural in
Introdução crítica à sociologia rural - Estudos rurais,
p. 163/177, Hucitec, São Paulo

LEFEBVRE, H. - s/d - Tempos equívocos - Edições Kairós

- 1978 - Notas sobre a renda fundiaria urbana
em negócios imobiliários - FUNDAP, mimeografado - São
Paulo

LE MOS, A.I.G. - 1972 - Cotia e sua participação no conjunto
da faixa epriférica da metrópole. Dissertação de Mestra-
do, São Paulo, mimeografado

LENCIONI, S. - 1985 - Agricultura e urbanização - A capitali-
zação no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis,
o estudo de um lugar. Dissertação de Mestrado - FFLCH -
USP - São Paulo

LENIN, V.I. - 1979 - Quienes son los "amigos del pueblo"? es-
critos econômicos 1893-1899 ed siglo veinteuno de españa
editores S.A., 2a. edição, Madrid

LIPIETZ, A. - 1974 - Le tribut foncier urbain, François
Maspero, Paris

- 1977 - Le capital et son espace - Ed. François
Maspero, Paris

LORCA, G. - 1918 - Impressiones y paisajes - Obras Completas

LOGKINE, J. - 1977 - Le marxisme l'etat et la question
urbaine - P.U.F., Paris

MARX, K. - 1968 - "Grundrisse" - Fondements de la critique de l'economie politique - vol. 1 à 4 - editions ANTHROPOS Paris

———— - 1977 - Contribuição à crítica da Economia Política in Marx e Engels, textos nº 3 - Edições Sociais, São Paulo

———— - 1977 - Crítica ao programa de Gotha in TExtos, volume I p. 221/250 - Edições Sociais

———— e ENGELS, F. - 1980 - A ideologia Alemã - vol. 1, Editorial Presença - Livraria Martins Fontes - Lisboa

———— - 1980 - Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844 - Editorial Pluma ltda, Bogotá

———— - 1982 - Miseria da Filosofia - Livraria Editora Ciências Sociais - São Paulo

———— - 1984 - El capital - volumes 1 à 8 - Siglo Veinte uno Editores S/A - México

———— - s/d - A questão judaica - Editora Moraes, São Paulo

MARICATO, E. (org) - 1982 - A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial - Editora Alfa-Ômega, São Paulo

MARINI, R.M. - 1977 - Dialectica de la dependencia - série popular ERA/22 - México

MATOS, O. - 1983 - A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças in Espaço e Debate nº 7

MOISES, A. - 1986 - Os movimentos sociais e o congresso constituinte - trabalho apresentado no VI Congresso Nacional de Geógrafos na mesa redonda "Movimentos Sociais!", mimeografado

MOISES, J.A. - 1982 - O Estado, as contradições urbanas, e os movimentos sociais - p. 14/29 - in Cidade povo e poder nº 5 CEDEC - Paz e Terra, São Paulo

MOISES, J.A. e MARTINEZ-ALIER; V. - 1985 - A revolta dos suburbanos ou "patrão, o trem atrasou - p. 13-64 - in Cidade, Povo e Poder - CEDEC - Paz e Terra, São Paulo

OLIVEIRA, A.V. - 1982 - A lógica da especulação imobiliária in Geografia: Teoria e método, Editora Vozes, Petrópolis, p. 131/146

OLIVEIRA, F. - 1976 - Acumulação capitalista, Estado e Urbanização: a nova qualidade do conflito de classes in contraponto ano 1 nº 1, Centro de Estudos Noel Nutels - Rio de Janeiro

OLIVEIRA, F. - 1977 - Elegia de uma Re(li)gião - Editora Paz e Terra - Rio de Janeiro

PESSOA, F. - 1980 - O Eu profundo e os outros Eus - Editora Nova Fronteira - Rio de Janeiro

RANGEL, I. - 1975 - Questão Agrária e Agricultura - Encontros com a civilização bRasileira nº 7, p. 172-192

RIBEIRO, L.C.Q. - 1979 - Notas sobre a venda de terra urbana p. 18/23 - Chão, REvista de Agricultura nº 5

RIBEIRO, L.C. de Q. - 1986 - Reforma Urbana: atualidades sobre um tema esquecido - in Rēvista Arquitetura e Urbanismo - Agosto/1986, São Paulo

RIMBERT, S. - 1964 - Cartes et Geographie, Paris, SEDES

RODRIGUEZ, J.L. - 1980 - Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da Grande João Pessoa - Editora Universitária - UFPb - João Pessoa

ROGERIE, G. - 1971 - Geografia das Paisagens - Difusão Européia do Livro, São Paulo, coleção Saber ATual nº 155

SADER, E. - 1985 - Remodelando a experiência - para um estudo dos movimentos sociais em São Paulo - mimeografado

SANCHEZ, M. - 1973 - A cartografia como técnica auxiliar da Geografia. Boletim Geográfico Teerética. 3(6) 31-46 - Rio Claro

SANTOS, M. - 1979 - Pobreza Urbana - Hucitec, São Paulo

_____ - 1979 - Espaço e sociedade - Editora Vozes, Petrópolis

_____ - 1981 - Manual de Geografia urbana - Hucitec, São Paulo

_____ (org) - 1982 - Novos rumos da Geografia Brasileira Hucitec, São Paulo

_____ - 1985 - Espaço e método - Editora Nobel, São Paulo

SCHAFF, A. - 1967 - O marxismo e o indivíduo - Editora Civilização Brasileira - Rio de Janeiro

SEABRA, O.L.C. - 1979 - A muralha que cerca o mar - Dissertação de Mestrado - FFLCH - USP - mimeografado

SERENI, E. - 1971 - De Marx à Lenine: la categorie de "Formation économique et sociale" in La Pensée nº 159, Paris

SILVA, A.C. - 1978 - O espaço fora do lugar. Hucitec, São Paulo

SINGER, P. - 1973 - Economia Política da Urbanização - Editora Brasiliense/Cebrap - São Paulo

_____ - 1982 - O uso do solo urbano na economia capitalista - in A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial - Editora Alfa-Ômega - São Paulo

SINGER, P.; BRANT, V. (org) - 1983 - São Paulo: o povo em movimento - Editora Vozes/Cebrap - São Paulo

SMITH, R. - 1981 - Troca desigual e Regionalismo, FEA-USP, São Paulo

SOMARRIBA, M.; VALADARES, M.; AFONSO, M. - 1984 - Lutas urbanas em Belo Horizonte - Editora Vozes, Petrópolis

SORRE, M. - 1957 - Rencontres de la geographie et la sociologie - Librairie Marcel Rivière - Paris

SOUZA, I. - 1982 - A luta da Igreja contra os coronéis - Editora Vozes, Petrópolis

SVIDERSKI, V. - 1960 - Espacio y tiempo - Ediciones America nueva - Montevideo

TRICART, J.; ROCHEFORT, M.; RIMBERT - 1965 - Initiations aux travaux pratiques de geographie. SEDES, Paris

VARIOS AUTORES - 1975 - São Paulo 1975: crescimento e pobreza, Edições Loyola, São Paulo

VELHO, G. - 1972 - Utopia urbana - Zahar, Rio de Janeiro

VILLENEUVE; P. - 1978 - Classes Sociais, Regiões e Acumulação do Capital - in Cahiers de Geographie du Québec, vol. 22, nº 56

VIOTTI; E. - 1954 - Cotia e Itapeceira da Serra, subúrbios agrícolas - in A cidade de São Paulo, vol. IV - A.G.B. São Paulo

VUILLEMIN, J. - 1949 - L'être et le travail - Presses Universitaires de France - Paris

A G R A D E C I M E N T O S

Não estamos, neste momento, cumprindo uma formalidade nem tampouco, trata-se aqui de agradecer as manifestações de carinho, dedicação e estímulo que recebemos. Queremos apenas registrar e expressar nossa afeição, para com pessoas especiais.

É bem verdade que o indivíduo coloca naquilo que faz a marca de sua individualidade, projeta seus desejos, sentimentos e frustrações; mas o trabalho acadêmico é produto de um processo acumulativo que transcende o plano do indivíduo. As vezes nos perguntamos se esta tese é, realmente, um produto individual.

Muito dele foi gestado a partir das discussões e leituras realizadas no "Grupo de Seminários" coordenado pelo Professor José de Souza Martins, que contribuiu de modo decisivo na nossa formação intelectual.

A discussão com amigos no Departamento de Geografia, particularmente com Amélia, Sandra, Odette, foram estimulantes bem como, suas críticas à primeira redação da tese. Os debates realizados no colóquio, coordenado pela Professora Lea Goldstein, foram profícuos.

Não raro, na sala de aula nos sentimos estimulados a partir da polêmica de certos temas e, sem dúvida, temos aprendido muito com os alunos do Departamento de Geografia.

O grupo de Pesquisa de Ribeirão Pires- Adriano, Isabel, Gilberto, Neide, Simone e Ricardo- estimulou-nos em quase todo o percurso, ora ajudando na pesquisa de campo, tabulação de dados, cartografiação; ora com sua atitude carinhosa e confiante.

No Departamento de Geografia, contamos com o auxílio

importante de amigos: Margarida, Regina, Scarlatto e Manoel.

Ao longo desse processo contamos também com a ajuda da Fumiko e Regina que datilografaram nossos relatórios e a primeira versão da tese.

A pesquisa de campo teria sido impossível de ser realizada sem o auxílio daqueles que se propuseram a responder nossas perguntas bem como aqueles que trabalharam conosco em Cotia: Vitor, Sonia, Gilda e Memê. Na Prefeitura de Cotia, foram decisivas a ajuda de Zé Roberto e Teba. No Jornal da Cidade, seu Diretor, Torrezani, não só nos abriu seus arquivos, como auxiliou-nos com suas entrevistas.

Ainda em Cotia encontramos a simpatia e a boa vontade de de Luizão, Fernando, Toni (do Jornal D'Aqui, que também abriu seus arquivos), Walter Jarbas Pedroso, Dora, Santo Siqueira, Waldemar Albano, presidente da Câmara de Cotia - (que permitiu a consulta dos arquivos), - o pessoal da Prefeitura e do Forum da cidade, que nos atenderam de forma simpática e gentil.

Finalmente, nossa orientadora, Professora Lea Goldstein, cuja dignidade e seriedade sempre foram, para nós, um parâmetro de comportamento.

À família, sem dúvida, coube a tarefa mais difícil: conviver com as angústias, ansiedades e neurose de quem está fazendo tese. A compreensão, carinho, amor e dedicação de José Antonio, bem como seu auxílio no levantamento bibliográfico, coleta de dados, informações, etc., foram imprescindíveis, para o desenvolvimento do trabalho. O estímulo e a confiança de meus pais; o trabalho de minha irmã, Márcia, foram inestimáveis.

E R R A T A

<u>página</u>	<u>§ e linha</u>	<u>onde se lê</u>	<u>leia-se</u>																								
9	2º§, 18ª l.	interventor de (7.3.32 ...	(interventor de 7.3.32																								
13	6ª l.....	às	as																								
18	2ª l.	cirrando	acirrando																								
	2º§, 8ª l. .	outra-facção.....	outra facção																								
21	2º§, 2ª l. .	exervida	exercida																								
	Nota (9) ...	Cf. p. é feita	Cf. p. 97ss., onde é feita																								
27	3º§, 6ª l. .	pepel	papel																								
33	2º§, 1ª l. .	livro	livros																								
	4ª l. .	assunto	assunto																								
35	2º§, 2ª l. .	registrar.....	atestar																								
37	2º§, 13ª l..	representatividades	representatividade																								
38	Nota 14,4ªl.	Sob outro to.....	Sob outro ponto																								
39	2º§, 4ª l. .	exa idão	exatidão																								
40	Quadro	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Referências</th><th colspan="2">Autores</th></tr> <tr> <th>Nº</th><th>A.</th><th>Nº</th><th>A.</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td><td>%</td><td></td><td>%</td></tr> </tbody> </table>	Referências		Autores		Nº	A.	Nº	A.		%		%	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Referências</th><th colspan="2">Autores</th></tr> <tr> <th>Nº</th><th>A.</th><th>Nº</th><th>A.</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td><td>%</td><td></td><td>%</td></tr> </tbody> </table>	Referências		Autores		Nº	A.	Nº	A.		%		%
Referências		Autores																									
Nº	A.	Nº	A.																								
	%		%																								
Referências		Autores																									
Nº	A.	Nº	A.																								
	%		%																								
45	2º§, 5ªl. .	sua nidade	sua unidade																								
49	16ª l.	ão consideradas	são consideradas																								
50	5ª linha....	obrendo-se	obtendo-se																								
1	4ª l.	quer que	que quer																								
	7ª l.	de victória	da victória																								
	12ª l.	reconquistador	reconquistar																								
8	6ª l.	e tantas	a tantas																								
9	2º §, 3ª l..	felicidade	felicidade																								
2	1º§, 16ª l..	surgir	surgiu																								
	2º§, 1ª l....	contea	contra																								
3	2º§, 5ª l....	coll ctividade	collectividade																								
4	última linha	o que	e que																								
5	penúltima l.	restituição de	restituição a																								
2	6ª l.	questiunculas	questiúnculas																								
	2º§, 3ª l. .	ue	que																								
3	2º§, 12 l. .	agentes	agente																								
2	2º§, 1ª l. .	deslocamente	deslocamento																								
13	13ª l.	de classe	da classe																								
14	6ª l.	"ideário liberal" se ,...	"ideário liberal" e se																								
19	antepenúlt.l.	através a enforia	através da euforia																								
0	2º§, 14ª l. .	paúsitas	paulistas																								
5	Nota (48) ..	Ver Quadro 4, p. 60	Ver Quadro 3, p. 50																								
8	6ª l.	(FVP, ACSP, LEC, PD)	(FVP, ACSP, LEC, PRP, PD)																								
1	1ª l.	e do	e um do																								
2	3ª l.	Getúlio Cargas	Getúlio Vargas																								

<u>pagina</u>	<u>§ e linha</u>	<u>onde se lê</u>	<u>leia-se</u>
189	2º§, 1ª l. .	quadro nº 4	quadro nº 3
	Nota (1) ...	Quadro nº 4	Quadro nº 3
	Quadro	Tema 2: Paritipação	Tema 2: Participação
191	2º§, 5ª l. .	movimento	movimento
200	2º§, 2ª l. .	paulista	paulista
214	9ª l.	"Entre	"Entre
224	2º§, 7ª l. .	passam	passa
226	2º§, 1ª l. .	enco	encontra
239	Nota (71) ..	cf. p. 186	cf. p. 187
241	2º§, 7ª l. .	encobrem	encobre
242	2º§, última l.	sucedem	sucumbem
246	2º§, 3ª l. .	estão	questão
	10 l. .	ede	de
254	1ª linha ...	políticas	política
285	1º§, 4ª l. .	polotiqueiros	politiqueiros
	2º§, 6ª l. .	pe	é